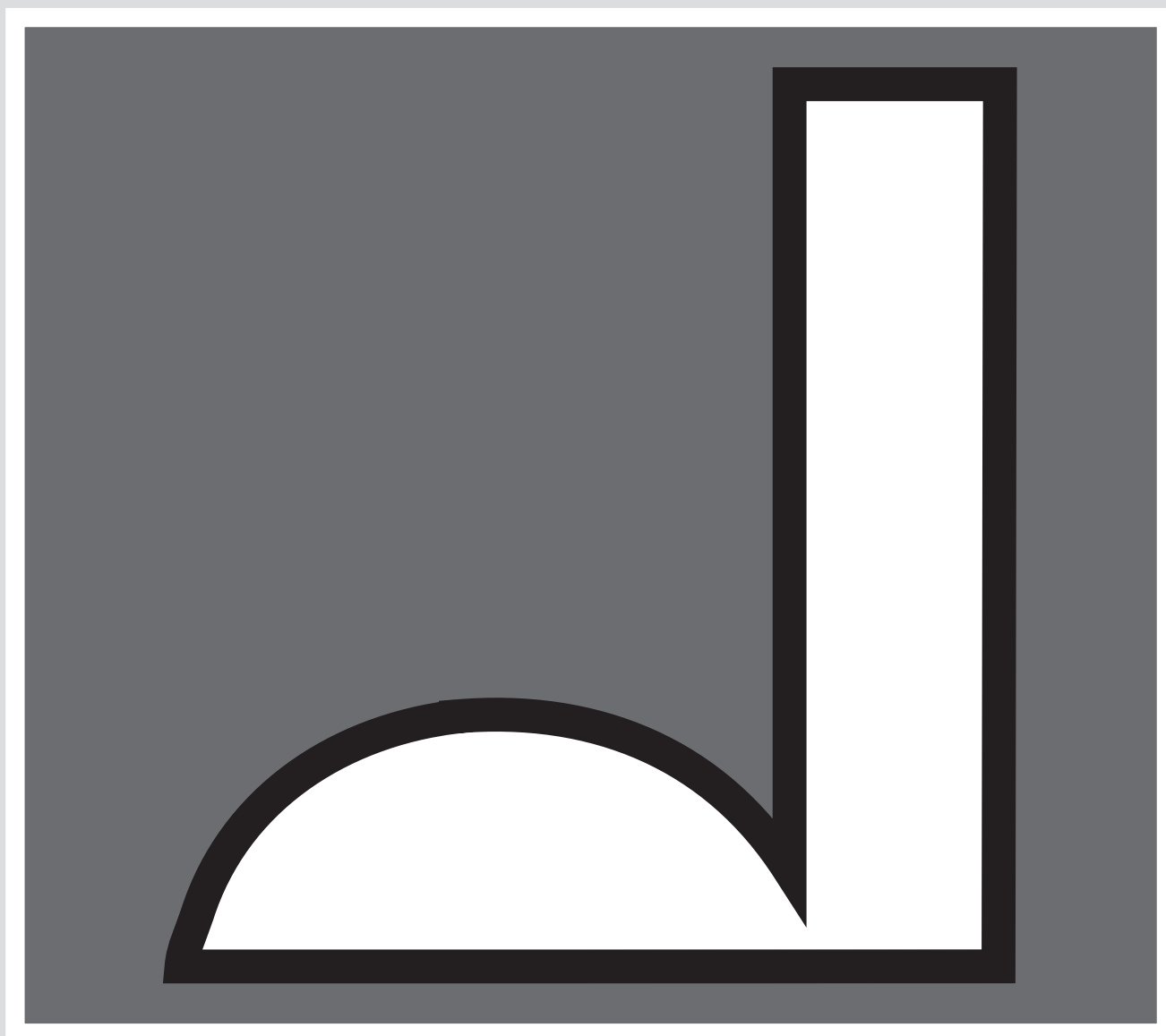




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 039 - SEXTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Tião Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

**1º SECRETÁRIO**

Efraim Morais - (DEM-PB)

**2º SECRETÁRIO**

Gerson Camata - (PMDB-ES)

**3º SECRETÁRIO**

César Borges - (PR-BA) (1)

**4º SECRETÁRIO**

Magno Malta - (PR-ES)

**Suplentes de Secretário**

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

**LIDERANÇAS**

<p align="center"><b>Maioria (PMDB) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p>	<p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Demóstenes Torres - DEM</b> Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p align="center"><b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p align="center"><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder</p>	<p align="center"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello</p>

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

**EXPEDIENTE**

<p align="center"><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

# **SENADO FEDERAL**

## **ATO DECLARATÓRIO Nº 2, de 2008**

O **Presidente do Senado Federal** faz saber que, em sessão realizada em 1º de abril de 2008, o Plenário da Casa rejeitou, no mérito, a Medida Provisória nº 400, de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os fins que especifica”.

Senado Federal, em 3 de abril de 2008

**Senador Garibaldi Alves Filho**  
Presidente

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 43ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE ABRIL DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 58/2008, de 31 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior.....

7860

#### 1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 51/2008, de 27 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa.....

7860

#### 1.2.3 – Avisos do Ministro de Estado da Justiça

Nº 464/2008, de 31 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.299, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.....

7860

Nº 465/2008, de 31 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.301, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo.....

7860

#### 1.2.4 – Ofício da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 20/2008, de 2 do corrente, indicando o Senador Antonio Carlos Valadares, como suplente, para integrar a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.....

7860

#### 1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 368, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005*.....

7860

Nº 369, de 2008, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Osmar Dias, *solicitando voto de louvor aos Prefeitos, Secretários Municipais de Educação e Presidentes das Câmaras de Vereadores, dos Municípios de Jesuítas – PR, Marilena – PR, São Jorge d'Oeste – PR, Realeza – PR, Pinhais – PR,*

*Arroio do Meio – RS, Horizontina – RS, Guaramirim – SC, Farroupilha – RS, Sapiranga – RS, Apiacás – MT, Carmo do Rio Verde – GO, Cesarina – GO, Comodoro – MT, Piranhas – GO, Formosa – GO, Rondonópolis – MT, Rio Verde – GO, Mortugaba – BA, Presidente Dutra – BA, Alto Alegre do Pindaré – MA, Teresina – PI, Sobral – CE, Alvorada – TO, Altamira – PA, Rio Branco – AC, Santarém – PA, Araguaína – TO, Lagamar – MG, Santa Rita de Caldas – MG, Sud Menucci – SP, Rio Piracicaba – MG, Sete Barras – SP, João Monlevade – MG, Santo Antônio de Pádua – RJ, Votuporanga – SP e Divinópolis – MG*.....

7861

Nº 370, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto de 2008, seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom*.....

7861

Nº 371, de 2008, de autoria do Senador José Nery e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 28 de maio próximo, para homenagear o evento FSM – Fórum Social Mundial, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível”*.....

7861

Nº 372, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha*.....

7862

Nº 373, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ilda Coutinho*.....

7862

Nº 374, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e João Pedro, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Duarte Câmara*.....

7862

Nº 375, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, *solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim*.....

7863

Nº 376, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil*.....

7863

Nº 377, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil*.....

7864

Nº 378, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, *solicitando o adiamento da Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO-Brasil*.....

7865

### 1.2.6 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 240/2008-Seses-TCU-Plenário, de 19 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 012.040/2005-0, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 19/03/2008, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação. ....

7865

#### 1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia*.....

7882

Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *institui o Dia Nacional do Vigilante*.....

7882

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*.....

7890

Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”*.....

7891

Projeto de Resolução nº 14, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que renumera parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em parágrafo 1º, e acrescenta parágrafo 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.....

7892

#### 1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 14, de 2008, lido anteriormente.....

7892

Recebimento do Aviso nº 18, de 2008 (nº 79/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.....

7892

Recebimento do Aviso nº 19, de 2008 (nº 195/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5). ....

7892

Recebimento do Aviso nº 20, de 2008 (nº 221/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando, o relatório das atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2007....

7893

Recebimento do Ofício nº S/8, de 2008 (nº 16/2008, na origem), do Secretário de Controle Interno da Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, encaminhando ao Senado Federal cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 973/2007, da Controladoria Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.....

7893

Recebimento de carta da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em apoio à alteração da Lei nº 9.294, de 15 de junho de 1996, que *regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal*.....

7893

Envio do Projeto de Resolução nº 11, de 2008, à Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em aditamento ao despacho exarado sobre a matéria.....

7893

#### 1.2.9 – Ofício do Procurador-Geral da República

Nº 321/2008 – PGR/GAB, de 13 de março último, solicitando o envio, exclusivamente em meio magnético, de todos os depoimentos colhidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.....

7893

#### 1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Leitura da Carta de Roraima, assinada pelo Governador, Parlamentares Federais e Estaduais, a respeito da área indígena Raposa/Serra do Sol; e de ofício encaminhado por S. Exª ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça. Transcrição nos Anais das ações pendentes no STF sobre a reserva Raposa Serra do Sol e a questão fundiária em Roraima....

7893

SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Comentários sobre a Carta de Natal, dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, redigida após reunião nos dias 27 a 28 do corrente em Natal.....	7900	seu pronunciamento na sessão de ontem, usando expressões insultuosas contra a Ministra Dilma Rousseff.....	7922
SENADOR <i>MAGNO MALTA</i> – Esclarecimentos a respeito da CPI da Pedofilia.....	7905	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Preocupação com os prejuízos no Pólo Industrial de Manaus causados pela greve dos auditores da Receita Federal. Precariedade do sistema de saúde no Estado do Amazonas. O aumento do desmatamento da Floresta Amazônica.....	7924
SENADOR <i>JOÃO PEDRO</i> , como Líder – Registro da realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari, no Amazonas.....	7906	SENADOR <i>ADELMIR SANTANA</i> – Apelo no sentido da apreciação imediata de projetos de interesse dos aposentados e pensionistas. ....	7930
<b>1.2.11 – Apreciação da matéria</b>		SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> – Pleito ao Presidente Garibaldi Alves no sentido de que seja imediatamente lido o requerimento de constituição da CPI do Senado dos cartões corporativos.....	7931
Requerimento nº 332, de 2008, de autoria do Senador João Tenório e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 27 de maio, às onze horas, destinada a comemorar o dia da indústria brasileira. <b>Aprovado.</b> ....	7907	SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> – Transcrição nos Anais do Senado de carta aberta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.....	7935
<b>1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)</b>		SENADOR <i>ROSALBA CIARLINI</i> – Relato sobre as conseqüências das fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Norte.....	7937
SENADOR <i>CRISTOVAM BUARQUE</i> – Comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <b>Veja</b> desta semana. ....	7907	SENADOR <i>ALOIZIO MERCADANTE</i> – Preocupação com a agenda do Congresso Nacional.....	7939
SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> – Repúdio à manifestação do Senador Mão Santa, na sessão de ontem, de forma pejorativa sobre a Ministra Dilma Rousseff.....	7910	<b>1.3 – ORDEM DO DIA</b>	
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Manifestação a respeito do pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko.....	7912	<b>São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 8 de abril, em virtude de não haver acordo das Lideranças:</b>	
SENADOR <i>GERSON CAMATA</i> – Registro do transcurso dos 200 anos de instituição, pelo Príncipe Regente Dom João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça. Louvor à atitude da Itália em conceder o direito de cidadania e de poder votar e ser votado a todos os descendentes de italianos, nascido fora daquele País. ....	7915	<b>Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
SENADOR <i>EDUARDO AZEREDO</i> , como Líder – Registro da realização da Conferência sobre a Cooperação contra os Crimes Cibernéticos.....	7916	Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.....	7942
SENADOR <i>EDUARDO SUPPLY</i> – Agradecimentos ao Ministro Celso Amorim pela receptividade concedida a S. Exa. na ocasião em que se reuniram para tratar da Fundação Sérgio Vieira de Mello, criada em Genebra, e do Centro Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro. Transcrição nos Anais do artigo de Contardo Calligaris, hoje, na <b>Folha de S.Paulo</b> sobre “O sonho de Martin Luther King”. ....	7918	<b>Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Ausência de debates qualificados nesta semana, como anunciado pelo Líder da Base do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Considerações sobre a defesa da Ministra Dilma Rousseff pela base governista. ..	7921	Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)... ..	7942
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> , como Líder – Críticas aos excessos do Senador Mão Santa em		<b>Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>	
		Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007). ....	7943

**Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007..... 7943

**Item 5**

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 7943

**Item 6**

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. .... 7943

**Item 7**

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. .... 7943

**Item 8**

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).... 7943

**Item 9**

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados..... 7944

**Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal..... 7944

**Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 7944

**Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal..... 7944

**Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece... 7944

**Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. .... 7945

**Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos..... 7945

**Item 16**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família..... 7945

**Item 17**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas).. 7945

**Item 18**

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. .... 7945

<b>Item 19</b>			
Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.....	7945		
<b>Item 20</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003(nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.....	7946		
<b>Item 21</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....	7946		
<b>Item 22</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. ....	7946		
<b>Item 23</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). ....	7946		
<b>Item 24</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ...	7946		
<b>Item 25</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. ....	7946		
<b>Item 26</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....	7946		
<b>Item 27</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de			
			assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). ....
			7947
			<b>Item 28</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....
			7947
			<b>Item 29</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). ....
			7947
			<b>Item 30</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. ....
			7947
			<b>Item 31</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. ....
			7947
			<b>Item 32</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....
			7947
			<b>Item 33</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....
			7947
			<b>Item 34</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. ....
			7948
			<b>Item 35</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. ....
			7948
			<b>Item 36</b>
			Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Pre-



sidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.....

7948

**Item 37 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.....

7948

**Item 38 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.....

7948

**Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. ....

7948

**Item 40**

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. ....

7949

**Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)**

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. ....

7949

**Item 42**

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. ....

7949

**Item 43**

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados. ....

7949

**Item 44**

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços. ....

7949

**Item 45**

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....

7949

**Item 46**

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)....

7950

**Item 47**

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. ....

7950

**Item 48**

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. ....

7950

<b>Item 49</b>			
Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator <b>ad hoc</b> : Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.....	7950		
<b>Item 50</b>			
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.....	7950		
<b>Item 51</b>			
Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remissa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	7950		
<b>Item 52</b>			
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. ....	7950		
<b>Item 53</b>			
Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....	7950		
<b>Item 54</b>			
Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	7951		
<b>Item 55</b>			
Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apen-			
		sado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	7951
		<b>Item 56</b>	
		Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....	7951
		<b>Item 57</b>	
		Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.....	7951
		<b>Item 58</b>	
		Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.....	7951
		<b>Item 59</b>	
		Requerimento nº 176, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	7951
		<b>Item 60</b>	
		Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	7951
		<b>Item 61</b>	
		Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....	7951
		<b>Item 62</b>	
		Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de	

<i>distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.</i> .....	7951	seana Sarney. Apelo ao Presidente Lula para que haja liberação de recursos federais para os Estados do Nordeste atingidos pelas chuvas.....	7965
<b>Item 63</b>		SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Apelo ao Governo Federal no sentido de socorrer o Estado do Piauí, atingido pelas chuvas.....	7966
Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, <i>solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.</i> ....	7952	SENADOR MÃO SANTA – Apelo ao Governo Federal em favor do Estado do Piauí.....	7967
<b>Item 64</b>		SENADOR <i>JOSÉ NERY</i> – Críticas à decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela não abertura de processo administrativo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades de juíza no caso da prisão ilegal e tortura da adolescente L., ocorrido em Abaetetuba– PA. Solidariedade à luta de estudantes da UNB que promoveram a invasão da reitoria, exigindo a apuração de todas as denúncias de fraudes que envolvem a aplicação de recursos da Finatec.....	7968
Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, <i>solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.</i> .....	7952	SENADOR <i>JOÃO TENÓRIO</i> – Análise sobre a reforma tributária encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional. ....	7971
<b>Item 65</b>		<b>1.3.6 – Apreciação de matéria</b>	
Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....	7952	Votação do Requerimento nº 366, de 2008, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> ....	7973
<b>Item 66</b>		Votação do Requerimento nº 378, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. <b>Aprovado.</b> .....	7973
Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, <i>destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.</i>	7952	<b>1.3.7 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)</b>	
<b>1.3.1 – Fala da Presidência</b>		SENADOR <i>JOÃO VICENTE CLAUDINO</i> – Preocupação com a situação das vítimas das enchentes no Estado do Piauí. Cumprimentos ao jornal <b>Diário do Povo</b> pelo recebimento do prêmio “Mérito Lojista”. Aplauso à judoca piauiense Sara Menezes que representará o Brasil nas Olimpíadas de Pequim.....	7973
Apelo aos Srs. Líderes do Senado para que participem de reunião na próxima terça-feira, na residência oficial do Presidente do Senado, para discutir a pauta para os trabalhos da Casa. ....	7952	SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Publicação nos Anais de matéria publicada pela revista <b>Época</b> intitulada: “Os últimos tradutores da floresta”. .....	7980
<b>1.3.2 – Questão de Ordem</b>		SENADOR <i>AUGUSTO BOTELHO</i> – Satisfação com a edição da Medida Provisória nº 422, de 2008 que amplia a possibilidade de regularização fundiária na região Norte. ....	7984
Suscitada pelo Senador Tião Viana, nos termos do art. 403, somado com o art. 246, inciso I, alínea f, do Regimento Interno do Senado, sobre requerimentos.....	7959	<b>1.3.8 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
<b>1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia</b>		SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Considerações sobre a questão do crédito no Brasil e a notícia de que o governo federal estaria prestes a tomar medidas que limitariam a oferta de crédito objetivando conter o consumo e controlar a inflação.....	7985
SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Atendimento ao apelo do Presidente Garibaldi Alves Filho para a realização de reunião de Líderes na próxima terça-feira. ....	7961	SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Registro da matéria intitulada “Quem vazou sigilo deve se explicar, diz Jorge Mattoso”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 27 de fevereiro último.....	7985
<b>1.3.4 – Apreciação de matéria</b>		SENADOR <i>MARCONI PERILLO</i> – Registro do artigo intitulado “Que tal olhar o que está errado	
Requerimento nº 341, de 2008, constante da Ordem do Dia da presente sessão – Item 66. <b>Aprovado.</b> .....	7964		
<b>1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)</b>			
SENADORA <i>ROSEANA SARNEY</i> , como Líder – Apelo em favor da libertação de Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas FARC. Apelo ao presidente Lula no sentido de socorrer com presteza as vítimas das enchentes no Maranhão. ....	7964		
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Associação ao pronunciamento da Senadora Ro-			

aqui mesmo?”, publicado na revista <b>Exame</b> , edição de 13 de fevereiro último.....	7987
SENADOR <b>ALVARO DIAS</b> – Registro da matéria intitulada “O incorporador imobiliário”, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 30 de janeiro último. ....	7989
SENADOR <b>SÉRGIO GUERRA</b> – Registro da matéria intitulada “Autópsia da corrupção”, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 30 de janeiro último.	7991
SENADOR <b>MÁRIO COUTO</b> – Registro da matéria intitulada “Nenhuma conta da era Lula foi votada até agora”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 3 de março último.....	7996
SENADOR <b>ARTHUR VIRGÍLIO</b> – Registro da matéria intitulada “Reforma errada na hora certa”, publicada na revista <b>Istoé Dinheiro</b> , edição de 5 de março último. ....	7997
SENADOR <b>FLEXA RIBEIRO</b> – Registro da matéria intitulada “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 04 de março último.....	7999
1.4 – ENCERRAMENTO	
<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 3-4-2008</b>	
<b>3 – CONVÊNIO</b>	
Nº 11/2008 (Processo nº 010.500/05-7), entre o Senado Federal e o Banco Mercantil do Brasil S.A. para empréstimos a Senadores e Servidores, sob consignação em folha de pagamento. ....	8001

<b>4 – TERMOS DE REUNIÕES</b>	
Referentes aos Vetos Parciais nºs 23, 24 e 25, de 2007.....	8006
<b>SENADO FEDERAL</b>	
<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA</b>	
<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>	
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
<b>8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
<b>12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
<b>14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	
<b>15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	

# Ata da 43ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Gerson Camata,  
Eduardo Suplicy e Gim Argello

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS E SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/4/2008 07:02:32 até 3/4/2008 20:17:46

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESARENKO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
-	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						

Compareceram: 69 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO  
DO MINISTRO DE ESTADO  
DE MINAS E ENERGIA**

– Nº 58/2008, de 31 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO  
DO MINISTRO DE ESTADO DO  
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO EXTERIOR**

– Nº 51/2008, de 27 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS  
DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**

– Nº 464/2008, de 31 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.299, de 2007, de autoria do Senador Mozerildo Cavalcanti; e

– Nº 465/2008, de 31 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.301, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 20/2008 – CAS

Brasília, 2 de abril de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador Papaléo Paes  
Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Assunto: Indicação de Senador para a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Senhor Senador,

Nos termos regimentais, tenho o prazer de indicar o ilustre senador Antonio Carlos Valadares (PSB – SE), para compor, como membro suplente, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Atenciosamente, Senadora **Patrícia Saboya**,  
Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008**

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto Lei do Senado nº 257 de 2005 e do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2005, por tratarem de temas correlatos.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 369, DE 2008**

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita Voto de Louvor aos prefeitos, secretários municipais de educação e presidentes das câmaras de vereadores, dos municípios brasileiros de: Jesuítas – PR, Marilena – PR, São Jorge d'Oeste – PR, Realeza – PR, Pinhais – PR, Arroio do Meio – RS, Horizontina – RS, Guaramirim – SC, Farroupilha – RS, Sapiranga – RS, Apicás – MT, Carmo do Rio Verde – GO, Cesarina – GO, Comodoro – MT, Piranhas – GO, Formosa – GO, Rondonópolis – MT, Rio Verde – GO, Mortugaba – BA, Presidente Dutra – BA, Alto Alegre do Pindaré – MA, Teresina – PI, Sobral – CE, Alvorada – TO, Altamira – PA, Rio Branco – AC, Santarém – PA, Araguaína – TO, Lagamar – MG, Santa Rita de Caldas – MG, Sud Menucci – SP, Rio Piracicaba – MG, Sete Barras – SP, João Monlevade – MG, Santo Antônio de Pádua – RJ, Votuporanga – SP, Divinópolis – MG, por serem os 37 municípios brasileiros campeões de aprendizagem escolar, no universo de 5.564 municípios do País, conforme consta na pesquisa – Redes de Aprendizagens – Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Os resultados da pesquisa foram divulgados e discutidos no fórum da Undime, realizado no dia 25 de março de 2008 em Brasília. O estudo identificou que bons resultados podem decorrer de práticas simples, desde que haja compromisso por parte de pais, professores, alunos e governo, com a educação de qualidade. Os municípios destacados consideraram em seus programas educacionais aspectos como gestão; práticas pedagógicas; planejamento; avaliação; valorização dos profissionais da educação; valorização da leitura; agenda de atividades complementares e parcerias. As ações desenvolvidas por esses municípios devem ser compartilhadas com os demais municípios brasileiros, no sentido de que se busque uma educação de qualidade, condição essencial para que se construa uma sociedade desenvolvida e socialmente igualitária.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**, PT-PR – Senador **Osmar Dias**, PDT-PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

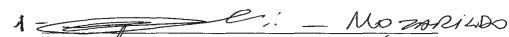



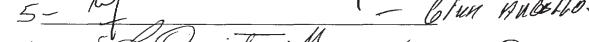
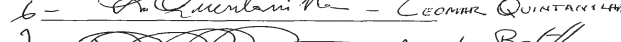
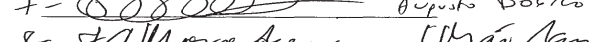
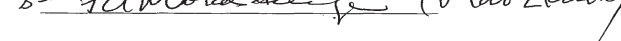
São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 370, DE 2008**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de Agosto de 2008 seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

1 -  - MOACIRILDO  
 2 -  - VALDIR RAUP  
 3 -  - ALVARO DIAS  
 4 -  - EFRAIM MORAIS  
 5 -  - CLÁUDIO AUGUSTO  
 6 -  - LEONIR QUINTANILHA  
 7 -  - AUGUSTO BOTELHO  
 8 -  - MANOEL AUGUSTO



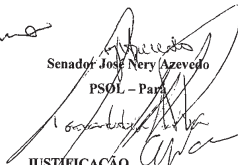
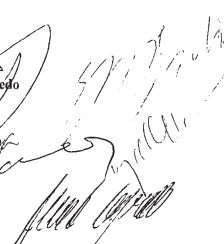
**REQUERIMENTO Nº 371, DE 2008**

Requeiro, com base no Artigo 154, inciso III, parágrafo 5º, combinado com o Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 28 de maio próximo, para homenagear o evento FSM – Fórum Social Mundial que ocorrerá na cidade de Belém do Pará em janeiro de 2009, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível”, com o objetivo de apresentar contribuições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, para o Brasil, dando especial relevância para a Região Amazônica.

Requeiro, ainda, sejam convidados para a referida Sessão Especial, como expositores e debatedores, representantes das seguintes entidades:

1. Conselho Internacional do Fórum social Mundial
2. Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial
3. Comitê Local Organizador do Fórum Social Mundial (FSM/Belém-Pará)

Sala das Comissões, 3 de abril de 2008.

  
  
 Senador José Nery Azevedo  
 PSOL – Pará  
 JUSTIFICAÇÃO  
  


### Justificação

Realizar-se-á em Belém, capital do Pará, em janeiro do próximo ano, a oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM). Oportuna a escolha dessa cidade para sediá-lo, como pretendiam as organizações e movimentos sociais de toda a região amazônica. Além da experiência acumulada como sede de duas bem sucedidas edições do Fórum Social Panamazônico, a cidade de Belém está localizada na região da Pan-Amazônia. Trata-se de uma região composta por nove países, que ocupa lugar central no debate sobre as conseqüências do aquecimento global, e detém as maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo, além de inigualável biodiversidade e enorme diversidade de populações tradicionais e povos indígenas. A sede do Fórum Social Mundial em cidade da Amazônia é um alerta: as políticas de desenvolvimento baseadas na ampliação incessante das monoculturas agrícola e pecuária e na exploração de commodities minerais, e a instalação de infra-estrutura concebida para viabilizá-las, em curso na Amazônia, agravam essa ameaça para a espécie humana. Ademais, sediá-la em Belém oportuniza o retomo do Fórum Social Mundial ao Brasil, país onde nasceu, em 2001, e se realizaram suas três primeiras versões, bem como a de 2005, tendo como palco privilegiado a cidade de Porto Alegre. Belém credencia-se para receber, no início do ano vindouro, cerca de 120 mil homens e mulheres de todo o planeta para declarar sua convicção de que Um outro mundo é possível! Assim sendo, a realização de uma Sessão Especial no Plenário desta Casa parece-me oportuna e necessária para marcar a importância do evento, bem como para colaborar com a sua tão relevante pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 372, DE 2008

Requeiro nos termos regimentais, seja aprovado pelo Senado Federal, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha, do Rio de Janeiro.

### Justificação

Trata-se de um jurista de grande valor, que prestou serviços relevantes no Governo Federal onde, por muitos anos, exerceu o cargo de Procurador Federal, além de ter sido Subchefe da Casa Civil da Presidência.

Morou e trabalhou em Brasília durante 10 anos.

Cientista político e estudioso de nossa cultura pertenceu a órgãos relacionados à saúde – Cruz Vermelha e instituições congêneres.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Paulo Duque**.

#### REQUERIMENTO Nº 373, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da SRA. Ilda Coutinho, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Augusto Botelho**.

#### REQUERIMENTO Nº 374, DE 2008

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento da SRA. Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano de 2008, em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento da Sr<sup>a</sup> Terezinha Duarte Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano de 2008, em Manaus. Ela era mãe do Deputado Federal Silas Câmara.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do viúvo, Pastor Jubilado Severo Câmara, e dos demais membros da família, especialmente do Deputado Federal pelo Amazonas Silas Câmara.

### Justificação

A Sr<sup>a</sup> Terezinha Duarte Câmara, falecida, em Manaus, no dia 28 de março de 2008, aos 73 anos de idade, era pessoa muito conhecida e respeitada em Manaus, principalmente no meio evangélico, pois era Pastora da Assembléia de Deus. Era natural de Rio Branco, Acre, mas se radicou no Amazonas. Além do Deputado Silas Câmara, ela deixou outros cinco filhos – o Coronel Dan Câmara, os Pastores Jonatan e Samuel, e as educadoras Eliabe e Elieuda – 16 netos e dois bisnetos. Pela estima que gozava, por sua atividade no meio evangélico, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **João Pedro**.



**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 375, DE 2008**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim.

#### **Justificação**

O Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e o Secretário Municipal de Educação, Washington Bonfim, têm realizado um excelente e vitorioso trabalho na busca da melhoria da educação no Município de Teresina, a capital do Estado do Piauí.

Trabalho este, que acaba de ser reconhecido nacionalmente. Teresina foi apontada como uma das 37 cidades brasileiras onde os indicadores do ensino básico são superiores aos obtidos pelo restante dos municípios do Brasil. Enquanto a média nacional obteve nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi de 3,8, a cidade de Teresina alcançou nota 4,2.

Resultado de um forte empenho do Prefeito da capital piauiense e do nosso Secretário Municipal de Educação em prol da valorização e formação contínua dos professores, estímulo à leitura, dentre outras ações, a cidade de Teresina buscará elevar ainda mais essa nota nos próximos exames e, certamente, alcançará um melhor resultado.

Por estas razões, o Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e o Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim são merecedores desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 376, DE 2008**

Requeiro, nos termos dos arts. 199 e 200 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

#### **Justificação**

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou uma lei que tem um dos textos mais simples e diretos de que se tem notícia na história do país.

Dizia apenas:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Entretanto, esse texto singelo constitui-se, provavelmente, na lei de maior alcance social do Brasil. Não sem razão: é que a singeleza do texto encobre uma complexa e longa luta que dividiu e ainda divide profundamente a sociedade brasileira.

Trata-se da luta contra o racismo e a escravidão, que, de certa forma, sintetiza e simboliza o combate a todas as formas de desigualdade e exclusão que marcaram e marcam a estrutura social brasileira.

Essa luta não foi e não é fácil. Relativamente à escravidão, é preciso que se considere que ela penetrou em todos os meandros da vida social no Brasil. Não eram apenas os grandes barões do açúcar e do café que tinham escravos. Os comerciantes e burocratas urbanos também os tinham em quantidade. Padres e igrejas tinham os seus. Há relatos de que negros alforriados e mesmo escravos também possuíam seus escravos. A escravidão penetrava até na cabeça do escravo.

Assim, foi preciso muito para chegar até aquele texto singelo. Foi preciso que Zumbi, martirizado em 20 de novembro de 1695, data em que se celebra o Dia da Consciência Negra, desse a sua vida por uma liberdade efêmera. Foi necessário que figuras do porte de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luis Gama e Rui Barbosa se dedicassem, durante anos, à difícil causa da abolição. Foi preciso que, ao longo de décadas, saquaremas e luzias se digladiassem em torno do tema. Foi preciso que a Inglaterra pressionasse fortemente o Brasil. E foi necessário que Castro Alves bradasse:

“Senhor Deus dos desgraçados!  
Dizei-me vós, Senhor Deus,  
Se eu deliro... ou se é verdade  
Tanto horror perante os céus?!...”

Contudo, tal luta não se encerrou com a Lei Áurea, embora esse texto legal seja seu grande marco. As desigualdades raciais, de classe, regionais e de gênero permanecem e precisam ser continuamente combatidas. O luta do negro e de todos os excluídos permanece tão atual como nos tempos da causa abolicionista. E é uma luta de todos.

Como bem afirmou o historiador José Murilo de Carvalho:

“A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas mais diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, deve ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século XIX; não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.”

E é em nome dessa luta, que é de todos e que se trava dentro do monstro da desigualdade e da exclusão, que peço o apoio dos nobres pares a esta importante propositura.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

Senador Aloizio Mercadante

#### REQUERIMENTO Nº 377, DE 2008

Requeiro, nos termos dos arts. 199 e 200 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil.

#### Justificação

Em 1907, foi concedida a autorização, pelo Governo do Estado de São Paulo, à Cia. Imperial de Imigração do Japão para transportar um determinado número de emigrantes para o Brasil, em parcelas anuais. Em 18 de junho de 1908, aportou em Santos o navio japonês Kasato Maru trazendo, pela primeira vez, 165 famílias, num total de 786 pessoas, que foram encaminhadas às fazendas de café na zona mogiana para trabalharem como “colonos”.

Iniciou-se, dessa forma, a brilhante saga da imigração nipônica no Brasil.

Num primeiro período, entre 1910 e 1914, chegaram do Japão cerca de 14.200 imigrantes. Embora a maioria tivesse vindo para trabalhar nas fazendas de café, uma vez findos os contratos de trabalho boa parte desses migrantes procurou a sua independência econômico-financeira dirigindo-se para o interior do Estado de São Paulo ou para a periferia da capital e formando núcleos de grande dinamismo.

Entre 1925 e 1935, chegou ao auge a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, com o impressionante número de 140.000. Nesse período, consolidam-se os núcleos de imigrantes japoneses, especialmente no Estado de São Paulo, e a imigração nipônica passa a ter grande importância econômica para o País, notadamente na área agrícola.

Ao longo da Segunda Guerra mundial, houve, por motivos óbvios, interrupção do fluxo migratório do Japão para o Brasil. No entanto, a partir de 1959, restabeleceu-se a imigração, mas já em escala bastante reduzida, em virtude da recuperação econômica do Japão. Ao todo, no século passado chegaram ao Brasil cerca de 260.000 migrantes nipônicos.

Atualmente, estima-se que a comunidade nipo-brasileira congregue cerca de 900.000 pessoas. As maiores concentrações se encontram no Estado de São Paulo, estimadas em 73% do total, seguidas pelo Paraná com 20%, Mato Grosso com 2,5% e Pará com 1,2%, o restante estando distribuído nos diversos estados do norte, nordeste, centro-oeste e sul do País.

Quanto às atividades exercidas pelos japoneses, 50% trabalham na agricultura, 35% no comércio e 15% na indústria. Esta última teve um crescimento acelerado na década de 60 com a transferência das empresas japonesas para o Brasil.

Esses migrantes, que chegaram ao país em condições muito difíceis, estão hoje solidamente integrados

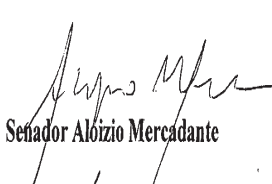
à Nação brasileira e deram e continuam a dar contribuição inestimável ao desenvolvimento do Brasil.

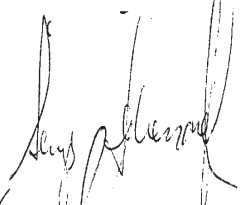
Pois bem, já estão em andamento os preparativos para a comemoração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, a qual deverá sedimentar a longa amizade entre o nosso país e o Japão. Espera-se uma sucessão de eventos comemorativos que envolverão não apenas os governos de ambas as nações, mas também numerosos segmentos das comunidades do Brasil e do Japão.


No nosso entendimento, o Senado da República Federativa do Brasil, que já vem participando desses preparativos, através de Comissão Especial criada para tal finalidade, tem de coroar sua importante contribuição a essa grande comemoração histórica com uma Sessão Especial inteiramente dedicada a saudar a imigração japonesa no Brasil.

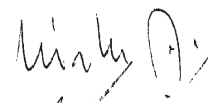
Em vista do exposto, e considerando a estratégica parceria Brasil/Japão, conclamamos os nobres pares a que dêem apoio a este importante requerimento.


Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

  
 Senador Alóizio Mercadante

  
 Senador Cristovam Buarque

  
 Senador Augusto Botelho

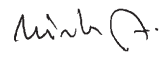
  
 Senador Gerson Camata

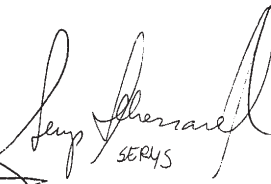
  
 Senador Moisés de Lencastre

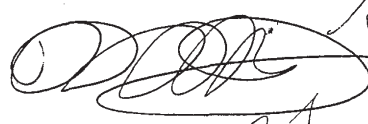
**REQUERIMENTO Nº 378, DE 2008**

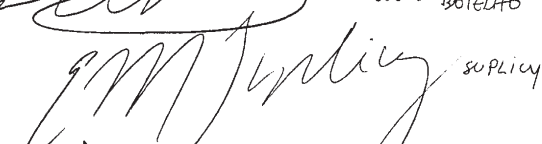
Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil.

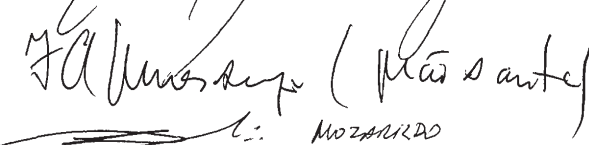
Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

  
 Senador Cristovam Buarque

  
 Senador Gerson Camata

  
 Senador Augusto Botelho

  
 Senador Gerson Camata

  
 Senador Moisés de Lencastre

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 240 – Seses – TCU – Plenário

Brasília-DF, 19 de março de 2008

Senhor Presidente,  
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.040/2005-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 19-3-2008, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues.**

## ACÓRDÃO Nº 430/2008- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: n.º TC - 012.040/2005-0 (c/ 14 volumes e 3 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Câmara dos Deputados.
4. Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 3ª Secex
8. Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro OAB/DF 5.008, Pedro Raphael Campos Fonseca OAB/DF 13.836, Érico Joaquim da Silva Júnior OAB/DF 23.529, José Pinheiro de Souza Sobreira OAB/DF 25.065, Lucivalter Expedito da Silva OAB/MG 91.079, Júlio César Soares de Souza OAB/MG 107.255, Elisa Lima Alonso OAB/DF 18.483, Douglas Fernandes de Moura OAB/DF 24.625, Gustavo Cortês de Lima OAB/DF 10.969, Claudimar Zupiroli OAB/DF 12.250, Alberto Moreira Rodrigues OAB/DF 12.652, Fernando Augusto Miranda Nazaré OAB/DF 11.485, Giancarlo Machado Gomes OAB/DF 16.006, Guilherme Élcio Texeira Mendes de Oliveira OAB/DF 22.007, Idimar de Paula Lopes OAB/DF 24.882, Igor Ramos Silva OAB/DF 20.139, Lucenir Rodrigues OAB/DF 12.158, Paulo Collier de Mendonça OAB/DF 22.259, Tatiana Freire Alves OAB/DF 18.565, Vera Lúcia Santana Araújo OAB/DF 5.204, Victor Alves Martins OAB/DF 21.804.
9. Acórdão:
 

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional no âmbito do qual foi realizada auditoria na execução do Contrato 204/2003, celebrado entre a Câmara dos Deputados e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., bem no procedimento licitatório que fundamentou a formalização do referido ajuste.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

  - 9.1. determinar à Administração da Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/92, que:
    - 9.1.1. em futuras licitações para contratação de serviços de propaganda e publicidade, elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93;
    - 9.1.2. abstenha-se de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU;
    - 9.1.3. realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios;
    - 9.1.4. não inclua nas pesquisas de opinião questões com enfoque personalizado;
  - 9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado Federal para compor o acervo da CPMI dos Correios e ao Ministério Público da União;
  - 9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata nº 8/2008 – Plenário
11. Data da Sessão: 19/3/2008 – Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0430-08/08-P
13. Especificação do quórum:
  - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
  - 13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

**Assinou o original**  
**WALTON ALENCAR RODRIGUES**  
 Presidente

**Assinou o original**  
**RAIMUNDO CARREIRO**  
 Relator

Fui presente:

**Assinou o original**  
**MARIA ALZIRA FERREIRA**  
 Procuradora-Geral, em exercício

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Gabinete do Ministro Raimundo Carreiro

**GRUPO I – CLASSE II – Plenário**

**TC 012.040/2005-0 (c/ 14 volumes e 3 anexos)**

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Entidade: Câmara dos Deputados.

Interessado: Câmara dos Deputados.

Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro OAB/DF 5.008, Pedro Raphael Campos Fonseca OAB/DF 13.836, Érico Joaquim da Silva Júnior OAB/DF 23.529, José Pinheiro de Souza Sobreira OAB/DF 25.065, Lucivalter Expedito da Silva OAB/MG 91.079, Júlio César Soares de Souza OAB/MG 107.255, Elisa Lima Alonso OAB/DF 18.483, Douglas Fernandes de Moura OAB/DF 24.625, Gustavo Cortês de Lima OAB/DF 10.969, Claudimar Zupiroli OAB/DF 12.250, Alberto Moreira Rodrigues OAB/DF 12.652, Fernando Augusto Miranda Nazaré OAB/DF 11.485, Giancarlo Machado Gomes OAB/DF 16.006, Guilherme Élcio Texeira Mendes de Oliveira OAB/DF 22.007, Idimar de Paula Lopes OAB/DF 24.882, Igor Ramos Silva OAB/DF 20.139, Lucenir Rodrigues OAB/DF 12.158, Paulo Collier de Mendonça OAB/DF 22.259, Tatiana Freire Alves OAB/DF 18.565, Vera Lúcia Santana Araújo OAB/DF 5.204, Victor Alves Martins OAB/DF 21.804.

**Sumário: SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA. CONTRATO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE. CÂMARA DOS DEPUTADOS. REALIZAÇÃO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO. IMPROPRIEDADES. DETERMINAÇÕES.**

## **RELATÓRIO**

Adoto como Relatório a instrução às fls. 2137/2152 do vol.14, elaborada pelo Sr. Secretário de Controle Externo substituto Jessé Andros Pires de Castilho (art. 1º, § 3º, I, da Lei 8.443/92).

“Trata-se de Solicitação da Câmara dos Deputados para que esta Corte realizasse auditoria na execução do contrato n.º 204/2003, celebrado entre aquela Casa Parlamentar e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., bem que analisasse o procedimento licitatório que fundamentou a formalização do referido ajuste.

### **DA RELATORIA**

2. Preliminarmente, é oportuno fazer algumas considerações sobre a relatoria destes autos. Por tratar-se de unidade pertencente à LUJ 03 (biênio de 2005/2006), cujo cargo de Ministro encontrava-se vago, atuou nestes autos, de 07/05/2005 até 20/04/2006, o Ministro Lincoln Magalhães da Rocha. Com a aposentadoria do Ministro Lincoln, o processo foi redistribuído, em 20/05/2006, ao teor da Resolução n.º 190/2006, ao Ministro Benjamin Zymler. Finalmente, após assumir a titularidade da referida LUJ, o Ministro Raimundo Carreiro tornou-se responsável pelo processo, em 14/03/2007.

### **DO HISTÓRICO**

3. Após a realização da auditoria solicitada, a equipe desta 3ª SECEX concluiu pela apresentação das seguintes propostas de encaminhamento (fls. 715/717, Vol. 5):

*“1) determinar cautelosamente à administração da CD a suspensão da licitação para contratação de serviço de propaganda e publicidade, a que se refere o Processo n.º 114.599/05, nos termos do art. 276, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;*

2) sobrestar o julgamento das contas da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2003 e 2004, Processos 008.115/04-8 e 012.775/05-3, respectivamente, nos termos do art. 157 do regimento Interno do TCU ;

3) converter o presente processo em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei n.º 8.443/92, c/c o art. 252 do Regimento Interno;

4) determinar, desde já, à administração da Câmara dos Deputados que:

a) elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com vistas à contratação de serviços de propaganda e publicidade (item 19.3);

b) abstenha-se de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e Súmula n.º 177 – TCU (item 19.3);

c) abstenha-se de prorrogar a vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, caput, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.4);

d) realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios (item 19.6);

5) determinar à Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados que analise a execução dos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, celebrados com as empresas Denison Brasil Publicidade Ltda. e SMP&B Comunicação Ltda., respectivamente, encaminhando o resultado do trabalho para o Tribunal de Contas da União tão logo o conclua (resumo);

6) ouvir em audiência o Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, e Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as razões de justificativa sobre:

6.1) subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.1);

6.2) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93 (item 19.2);

6.3) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.7);

6.4) pela realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204.0 (item 19.9);

7) ouvir em audiência o Sr. Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e fiscal do Contrato 2003/204.0, com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as razões de justificativa sobre a não verificação da validade das propostas apresentadas no Processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão de proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda. Na avaliação do menor preço (item 19.8);

8) determinar a citação do Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, solidariamente, com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a

*contar da ciência, apresentarem alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres do Tesouro Nacional o total de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos encargos legais, calculados a partir de datas relacionadas a seguir, haja vista a inexecução do serviço de consultoria, a ser realizado pela empresa IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda., subcontratada por intermédio da empresa SMP&B Comunicação Ltda. (item 19.5)...”.*

4. Por ocasião do encerramento dos trabalhos da equipe de auditoria, o Presidente da Câmara dos Deputados informou a esta Corte, por meio do Ofício n.º 2611/05/GP, de 29.08.2005, que tinha determinado a realização de auditoria interna naquela Casa Legislativa sobre o mesmo objeto, e, assim que concluso, os resultados desse trabalho seriam encaminhados ao TCU com a finalidade de complementar a tomada de contas, relativa ao exercício de 2004 (fl.697, Vol. 5).

5. O Secretário desta Unidade Técnica, em 16/09/2005, emitiu Parecer em que ratificou, em essência, as propostas da equipe de auditoria, com exceção da citação do Senhor Diretor-Geral da Câmara, por não restar comprovada sua culpabilidade. Entendeu, também, que as propostas de determinações deveriam aguardar a análise do mérito do processo (fls. 719/724, Vol. 5).

6. Nesse meio tempo, o Presidente deste Tribunal, acolhendo proposta do titular da Segecex, determinou a remessa de cópias do relatório de auditoria à CPMI dos Correios e ao MPU (fls. 727/729, Vol. 5).

7. O então Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha, resolveu, após analisar os autos, consoante Despacho de 03.10.2005 (fls. 730/732, Vol. 5):

7.1. deixar de acolher a proposta de adoção da medida cautelar com relação ao processo n.º 114.599/2005;

7.2. acolher apenas a proposta de sobrestamento das contas da Câmara dos Deputados referentes ao exercício de 2004 (TC 012.775/2005-3), já que as referentes ao exercício de 2003 (TC 008.114/2004-8) era de relatoria de outro Ministro;

7.3. determinar à 3ª Secretaria que:

*“c.1) verifique os desdobramentos referentes ao processo n.º 114.599/2005, autuado pela Câmara dos Deputados para a realização de nova contratação de serviços de publicidade, representando ao TCU, em caso de constatação de irregularidade no edital que vier a ser elaborado para reger a correspondente licitação;*

*c.2) adote as providências que se fizerem necessárias, de modo a obter maiores informações acerca dos trabalhos de auditoria que estariam sendo realizados pela Câmara dos Deputados no processo de licitação e na execução do Contrato n.º 2003/204, celebrado entre aquele órgão e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., tais como objeto, cronograma de realização, prazo previsto para a conclusão do relatório, etc.;*

*c.3) encaminhe diligência à Câmara dos Deputados, de modo a obter dados identificadores, tais como nome e CPF, bem como endereço dos servidores que atestaram as notas fiscais apresentadas pela IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda., subcontratada pela SMP&B Comunicação Ltda. para a prestação de serviços de consultoria, no valor de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais).”*

8. Em resposta à diligência promovida por esta Secretaria de Controle Externo (fls. 737/738, Vol. 5) o então Secretário de Controle Interno da Câmara dos Deputados, Sr. Alexis Sales de Paula e Souza, informou, em síntese, mediante Ofício n.º 086/2005, de 25/10/2005, as seguintes providências adotadas no âmbito daquela Casa Parlamentar (fls. 741/750, Vol. 5):

8.1. em relação ao processo CD n.º 114.599/2005, que trata de procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de divulgação institucional e comunicação social, foram encaminhadas à Diretoria-Geral/CD várias recomendações para a correção do novo edital;

8.2. quanto à auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados, referente aos 52 processos de subcontratação concernentes ao contrato celebrado com a SMP&B, cópia do correspondente relatório de auditoria já tinha sido enviado a esta Corte, em 18.10.2005, por meio do Ofício SECIN/CD n.º 79/2005;

8.3. finalmente, sobre o último quesito, encaminhou a esta Secex a relação dos nomes dos servidores que atestaram as notas fiscais da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que acompanhavam as notas

fiscais apresentadas pela empresa IFT, bem assim o nome e CPF do titular dessa competência, conforme designação do Diretor-Geral.

9. Efetivamente, esta Secex recebeu da Secretaria de Controle Interno Câmara dos Deputados, pelo Ofício SECIN/CD n.º 74/2005, de 28.09.2005, cópia de parte do relatório, na ocasião ainda em andamento naquela unidade (fl. 828, Vol. 6). A cópia integral do relatório foi remetida após o término dos trabalhos, pelo citado Ofício n.º 79/2005 (fls. 918/921, Vol. 7).

10. Com a finalidade de colaborar com a instrução dos presentes autos, o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados encaminhou, por meio do Ofício n.º 249/2006, de 06.07.2006 (fls. 1145/1149, Vol. 8), ao Ministro Benjamin Zymler, então novo Relator do processo, informações fundamentadas em cópias de documentos produzidos por investigações internas promovidas por aquela Casa Legislativa, que constituíram grande parte do Vol. 8, das fls. 946 a 1144.

11. Diante desses novos elementos recebidos, tanto do Controle Interno quanto do Diretor-Geral da CD, o Ministro-Relator determinou, consoante Despacho, de 17/08/2006 (fls. 1150/1151, Vol.8), que a 3ª Secex:

11.1. realizasse diligência junto à Câmara dos Deputados com o objetivo de colacionar aos autos cópia dos normativos internos referentes às competências administrativas do Diretor da Secretaria de Comunicação Social, do Diretor-Geral e do Presidente da Câmara dos Deputados, vigentes à época dos fatos analisados neste processo, bem como cópia do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e o regulamento dos Procedimentos Licitatórios, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 80, de 7 de junho de 2001;

11.2. efetuasse novo exame sobre os autos em razão das novas informações recebidas, que foram requeridas em despacho pelo eminente Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, e dos normativos que seriam colacionados por intermédio da diligência de que trata o item anterior deste despacho, estabelecendo o nexos de causalidade entre as irregularidades em face, inclusive, das suas competências funcionais.

11.3. comunicasse o indeferimento do pleito ao Sindilegis, que na época tinha solicitado seu ingresso nos autos como interessado (fls. 927/930, Vol. 7).

12. Em atendimento à diligência determinada pelo Relator, a Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados encaminhou a esta Secex, por meio do Ofício n.º 102/2006/SECIN, de 01.09.2006, cópia do processo CD n.º 142.859/2006, que trata das competências administrativas, bem como exemplar do Regimento Interno daquela Casa Legislativa (Volume 9).

13. Esta Secretaria, com a finalidade de que se evitasse duplicidade de esforços, considerando que investigações sobre o mesmo objeto estavam em andamento naquela Casa Parlamentar, propôs que o Tribunal autorizasse inspeção na Secretaria de Controle Interno daquele órgão, com o objetivo de efetuar o levantamento das medidas que estavam sendo adotadas por aquele órgão de controle (fls. 1284/1287, Vol. 9).

14. O então Ministro-Relator, Benjamin Zymler, por Despacho (fls. 1.289, Vol. 9), determinou a realização da citada inspeção.

15. A inspeção foi realizada no período de 01 a 05/03/2007, e os trabalhos da equipe concentraram-se principalmente nas irregularidades apontadas pelo então Secretário de Controle Interno da Câmara. Após análise de documentação apresentada pelo Sr. Diretor-Geral da CD, em resposta aos questionamentos de auditoria (Vols. 10 a 13), a equipe desta Secex elaborou o Relatório de Auditoria (fls. 1885/1895, Vol.13), onde se pode destacar o seguinte:

15.1. em relação à possibilidade de terem ocorridos pagamentos de serviços não realizados pela empresa SMP&B Comunicações Ltda., diretamente ou por meio de empresas subcontratadas, tais como: IFT - Idéias, Fatos e Texto Ltda. e Central de Comunicação S/C Ltda., a equipe concluiu que os serviços foram efetivamente prestados (itens 25.2 e 27.9, fls. 1890-1892, Vol.13);



15.2. quanto às demais irregularidades apontadas pelo Controle Interno, a equipe constatou que essas questões ainda estavam sendo objeto de investigação naquela Casa Legislativa, por meio de Sindicância Administrativa instaurada pela Diretoria-Geral da CD;

15.3. finalmente, considerando que restavam pendentes algumas possíveis irregularidades apontadas na realização da primeira auditoria pela equipe do TCU (item 3), incluindo propostas de audiências de diversos responsáveis, que não tinham sido objeto de manifestação do então Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha em seu Despacho (item 7), a equipe propôs que, preliminarmente, se diligenciasse ao referido Diretor-Geral para que encaminhasse a esta Secretaria informações sobre os seguintes fatos:

*“a) subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93;*

*b) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93;*

*c) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);*

*d) realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204.*

*e) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço;”.*

16. O Ministro Raimundo Carreiro, atual Relator do processo, autorizou, consoante Despacho de fls. 1897, Vol. 13, a realização da diligência proposta.

17. O Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, em atendimento à diligência determinada pelo Relator (fls. 1898/1899, Vol. 13), remeteu a esta Secretaria, por meio do Ofício n.º 452/2007, de 27.09.2007, as informações requeridas (fls.1906/2136, Vols. 13 e 14).

18. Finalmente, o analista desta Secex, ao analisar a documentação apresentada pela Câmara dos Deputados, apresentou a seguinte proposta de encaminhamento (fls. 2137/2139, Vols.14):

*“a) sobrestar o exame do presente processo, até a remessa dos resultados da Comissão de Sindicância instaurada pela Câmara dos Deputados com a finalidade de apurar as falhas na execução do contrato celebrado com a empresa SMP&B;*

*b) autorizar esta 3ª SECEX a adotar as medidas necessárias no sentido de efetuar o monitoramento a respeito dos resultados dos trabalhos da Comissão de Sindicância; e*

*c) comunicar ao Diretor-Geral de Administração da Câmara dos Deputados a deliberação que vier a ser proferida”.*

## DO MÉRITO

19. Pela análise dos autos verifica-se que a Câmara dos Deputados encaminhou farta documentação a este Tribunal em relação às irregularidades apontadas, tanto pela equipe de auditoria do TCU quanto pela Secretaria de Controle Interno daquela Casa. Pode-se constatar que, dentre esses

documentos, constam: cópias de informações prestadas, em duas ocasiões diferentes, sobre essas supostas irregularidades, pelo Sr. Diretor-Geral à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da CD (Vol. 8); cópia de Relatório de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 81/DG/2006 (fl. 1295, Vol.10) e ainda documentação apresentada pelo Diretor-Geral em resposta a solicitações da equipe de inspeção do TCU (Vols. 10, 11 e 12) e em atendimento à diligência desta Secretaria (Vols. 13 e 14).

20. Assim, apesar de ainda existir processo de sindicância em fase de apuração naquela Casa Legislativa, entendo que há elementos suficientes que oferecem condições de apreciação deste processo no mérito. Dessa forma, discordo do encaminhamento proposto pelo analista desta Secex de sobrestamento dos presentes autos até a conclusão da citada investigação, pelas razões a seguir expostas.

21. Inicialmente, deve-se ressaltar, em síntese, as seguintes informações preliminares apresentadas pelo Sr. Diretor da Câmara dos Deputados em resposta à diligência desta Secex (fls. 1906/1915, Vol. 13):

21.1. que existe naquele órgão investigação em curso, cujo objeto são as supostas irregularidades denunciadas pelo então Secretário de Controle Interno daquela Casa, a partir de auditoria realizada no Contrato n.º 2003/204.0;

21.2. que a auditoria está maculada por vícios que nulificam todo o procedimento de controle, tanto pela investidura ilegal do referido Secretário quanto pela inimizade notória que este servidor nutria em relação ao então Diretor da Secretaria de Comunicação Social – SECOM e ao próprio Diretor-Geral;

21.3. que em relação à distribuição de competência na Administração da Câmara, pelo Regimento Interno e pelos Atos da Mesa daquela Casa, a autoridade responsável por superintender os serviços administrativos é o Primeiro-Secretário da Mesa, cabendo, por delegação, ao Diretor-Geral a assinatura dos ajustes, sendo que a fiscalização, no caso específico dos contratos de publicidade e propaganda é da responsabilidade da SECOM. Assim, o Diretor-Geral não detém competência para decidir sobre a oportunidade e conveniência da celebração de contratos, sua prorrogação e subcontratação, cabendo a ele apenas a execução das despesas, desde que legais e não de decisão.

22. Pelo resultado da inspeção realizada na Câmara, restaram pendentes alguns pontos levantados pela equipe deste Tribunal, que foram motivo da referida diligência ao Sr. Diretor-Geral. Assim, passaremos a analisar especificamente cada questão, com os esclarecimentos, em essência, prestados por aquele Diretor-Geral, confrontados com toda a documentação constante dos presentes autos.

23. **1ª Questão:** *Subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafic Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93.*

23.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

23.1.1. Enfatiza, inicialmente, o que afirmara em suas colocações preliminares, que não é da competência daquela Direção a celebração desse contrato, e sim da Mesa Diretora, que com o auxílio da SECOM, que apresentou razões técnicas relevantes para a subcontratação, autorizou o referido ajuste.

23.1.2. Que ao contrário do que afirmara o então Secretário de Controle Interno da CD, não se tratou de obra de engenharia, mas sim de construção de cenários especializados para uso em estúdios da TV Câmara, trabalho absolutamente técnico e efetivamente indissociável da identidade visual do órgão.

23.1.3. Transcreve, ainda, trechos das justificativas apresentadas pela SECOM à Comissão de Sindicância, entre os quais se destacam:

*“(...) trata-se de serviços compreendidos na alínea f da cláusula primeira, vale dizer, relacionados à identidade visual da Câmara... A TV Câmara iniciou sua reestruturação em 2003... Paralelamente foi dado*

*início ao processo de redefinição da identidade visual, tanto dos programas quanto das instalações físicas da TV. A nova TV Câmara terá uma redação cenográfica. ... Em média são transmitidas sete horas diárias de debates e votações no plenário. ... quase 20 programas são produzidos pela TV Câmara para informar, debater, tudo que é de interesse da sociedade e de interesse da Câmara. Os cenários de que trata o presente processo serão utilizados nesses programas... Vinhetas, cenários, estúdio, redação, pessoas, créditos, programas, todos são elementos de identidade visual da TV Câmara.( ...)"*

### 23.2. Análise.

23.2.1. A dúvida mais importante a decifrar nessa questão é se esses projetos e serviços subcontratados estão ou não previstos no contrato de publicidade assinado pela Câmara. A irregularidade apontada indica que os serviços seriam de engenharia e não estariam relacionados à identidade visual da Câmara.

23.2.2. No objeto do Contrato n.º 2003/204.0, estabelece o item "f" da Cláusula Primeira, *verbis*: "*f) elaboração, execução, acompanhamento e registro de marcas e direitos autorais, logotipos, expressões de propaganda, estudo e criação de nomes para serviços e outros elementos de programação e identidade visual;*"

23.2.3. Pelos autos, constata-se que o projeto dos cenários e vinhetas envolveu a criação de 10 grupos de cenários, elementos gráficos para decoração das divisórias e 140 vinhetas com trilha sonora, enquanto que o projeto de adaptação estética abrangeu derrubadas e edificações de paredes, reorganização ambiental com quantificação de estações de trabalho, mobiliário especialmente desenhado, divisórias, bancadas de trabalho, localização de equipamento técnico e escolha de cores, numa área de 1.200 m<sup>2</sup>.

23.2.4. Verifica-se também, pela documentação constante dos autos, que nas investigações internas promovidas pela Câmara, o Diretor-Geral afirma, em mais de uma oportunidade, em seus esclarecimentos que, *verbis*: "*Todos os serviços de engenharia executados nos novos estúdios foram prestados diretamente pela Câmara ou por meio de contratos diversos formalizados a partir de outros procedimentos licitatórios, com a supervisão e fiscalização do Departamento Técnico da Casa, órgão responsável por serviços dessa natureza.*" (fl. 1000, Vol. 8).

23.2.5. Deve-se ressaltar também que, por ocasião da assinatura do referido contrato, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral questionou a SECOM sobre esta questão, sendo todos os esclarecimentos técnicos sobre a elaboração e concepção dos cenários devidamente fornecidos (fl. 1503, Vol.11).

23.2.6. Acrescente-se a isso, que se torna difícil, senão impossível, afirmar que esses serviços estão dissociados do objeto contratual, já que a comunicação social nos dias atuais pode e deve ser vista de uma forma integrada. Assim, pelos esclarecimentos apresentados e pelas constatações na documentação constante dos autos, não há como concluir que houve qualquer irregularidade nesse quesito.

24. **2ª Questão:** *inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93.*

#### 24.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

24.1.1. Ressalta que o Diretor-Geral não detinha responsabilidade fiscalizatória sobre o conteúdo desses contratos, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM, o acompanhamento das execuções dos serviços contratados, e que o controle sobre as perguntas inseridas nas pesquisas se deu no âmbito da execução e fiscalização contratual.

24.1.2. Transcreve, novamente, manifestações do ex-Diretor da SECOM em suas justificativas apresentadas à Comissão de Sindicância, entre as quais se destacam:

*"(...) Nada há de incomum ou inadequado em tais perguntas, entre dezenas de outras presentes nos questionários de pesquisa de opinião. Sobre a reeleição de presidentes, o tema era, à época, dos mais decisivos para as duas Casas Legislativas, sendo pertinente inquirir-se a opinião pública àquele respeito. Sobre o Deputado Federal José Dirceu, cabe lembrar que o rumoroso caso Waldomiro Diniz motivou ações*

*parlamentares que demandavam da Presidência da Câmara posicionamento e decisões importantes. A aferição do sentimento reinante na opinião pública, sem dúvida, contribuiu para instruir processo decisório da Presidência da Instituição naquele momento. (...)”.*

#### 24.2. Análise.

24.2.1 O interesse da Câmara em avaliar a visão que o público tinha da Instituição e de seus dirigentes, com a finalidade de adotar medidas que pudessem melhorar a sua imagem junto à sociedade, é bastante razoável, já que àquele órgão integrante do Poder Legislativo Federal cumpre a atribuição de representar o povo junto ao Governo Brasileiro.

24.2.2 A inclusão de perguntas nas pesquisas de opinião que pudessem aferir o sentimento da população em relação ao desempenho de altos escalões da República, também se pode considerar aceitável, vez que é função relevante do Poder Legislativo, por qualquer de suas Casas, fiscalizar e controlar diretamente os atos do governo e, que, naquela ocasião, escândalos políticos envolvendo autoridades públicas eram temas recorrentes na mídia.

24.2.3 No entanto, algumas questões, por citarem nominalmente algumas autoridades públicas, entre elas o ex-Presidente da Câmara, podem ser consideradas indevidas, pois representam possíveis interesses pessoais, fato proibido pela legislação vigente. Assim, apesar do limite entre o interesse público e privado neste caso, ser bastante de dividir, entendo que deva ser feita determinação ao órgão para que em futuros contratos nessa área, evitem incluir questões com enfoque personalizado.

25. **3ª Questão:** *realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);*

#### 25.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

25.1.1. Reafirma a mesma colocação do item 23.1, que o Diretor-Geral não detinha competência para decidir sobre a conveniência e oportunidade da celebração do referido contrato, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM dispor sobre o assunto.

25.1.2. Encaminha trechos de informações, sobre a mesma matéria, prestadas pela Direção da Casa a questionamentos do Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dos quais se pode destacar:

*“(...) O instituto jurídico-administrativo da subcontratação tem respaldo legal nos artigos 72 e 78, VI, da Lei nº 8.666/93, esse último lido a contrario sensu, conforme se pode checar, verbis:*

*‘Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.’*

*... Vê-se que a subcontratação é possível e seus limites são fixados pela própria Administração, em cada caso. Na contratação vertente, temos o seguinte dispositivo editalício a sustentar as subcontratações efetivadas:*

*‘9.7. A CONTRATADA poderá subcontratar outras empresas, para execução parcial do objeto desta Concorrência, desde que mantida a preponderância da atuação da contratada na execução do objeto como um todo e haja anuência prévia, por escrito, da CONTRATANTE, após avaliada a legalidade, adequação e conveniência de permitir-se a subcontratação, ressalvando-se que a subcontratação não transfere responsabilidades a terceiros, nem exonera a CONTRATADA das obrigações assumidas, nem implica qualquer acréscimo de custos para a contratante.’*

*Observa-se que não se fixou limite quantitativo para as subcontratações, exigindo-se apenas que fosse mantida a preponderância da atuação da contratada na execução do objeto do contrato.*

*Assim, embora a despesa realizada com terceiros tenha alcançado o valor líquido de R\$ 8.562.449,55, contra os R\$ 1.092.479,22 pagos como honorários líquidos à SMP&B, conforme quadro anexo contendo os valores expendidos nas subcontratações, em instante algum a empresa SMP&B deixou de figurar como a principal responsável pelo objeto do ajuste e pela qualidade técnica dos serviços contratadas.*

... o papel desempenhado pelas agências é de articular os serviços de várias empresas e profissionais, mantendo o conceito definido de planejamento, produção, veiculação e pesquisas de avaliação de resultado.

... Um ponto ainda merece ser destacado em contratos dessa natureza. É que, na essência e em verdade, o maior dispêndio, ou seja, os gastos propriamente ditos com as campanhas institucionais, verifica-se quando da veiculação.

... Em suma, nesse tipo de contrato sempre a maior parte dos recursos serão gastos com terceiros, que efetivamente divulgam as campanhas institucionais. (...)"

## 25.2. Análise.

25.2.1 As informações apresentadas pelo Diretor-Geral, respaldadas pela documentação constante dos autos, são bastante consistentes. A irregularidade apontada diz respeito ao total da subcontratação, que teria atingido 99,9 % do contrato, o que configuraria infração legal, que proíbe a subcontratação total do objeto do contrato. Quando, na realidade, verifica-se, pelos dados anexados, que esse percentual atingiu 88,68 %, que, apesar de alto, para esse tipo de trabalho, pode ser considerado normal, como muito bem esclarecido pelo informante.

25.2.2 O legislador sabiamente não fixou na lei o limite da subcontratação, deixando essa barreira ao poder discricionário do administrador, sob pena de inviabilizar certos tipos de ajuste, como no caso presente. Deve-se ressaltar, ainda, que não houve a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, fato esse proibido pela lei do ajuste. Dessa forma, também nesse ponto não se caracteriza irregularidade nos atos praticados pelos gestores envolvidos.

26. **4ª Questão:** *realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea "b", do Contrato 2003/204.*

### 26.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

26.1.1. Esclarece que as informações, descritas no enunciado do item ora analisado, estão em desacordo com a realidade evidenciada na licitação e a contratação de que se trata, especialmente com o que consta do Edital da Licitação. Pois, segundo o Diretor, trata-se de um equívoco imenso confundir a "campanha" da proposta técnica (simulação que serviu apenas para a seleção da empresa durante o processo licitatório) com a campanha efetivamente realizada (desenvolvida pela contratada em bases efetivamente reais).

26.1.2. Esclarece, ainda, que, conforme o item "2.1." do Edital, que trata da Verba Estimada, e os itens "d" e "1.1.5" do Anexo II do instrumento convocatório, referente à Proposta Técnica, a quantia de R\$ 3.987.753,20 apresentada pela SMP&B referia-se a uma simulação da estratégia de mídia, realizada no curso do processo licitatório, e tinha valor meramente ilustrativo, não tendo correlação, assim, com a despesa prevista para a execução contratual, que era de R\$ 9.000.000,00.

26.1.3. Salaria que, no contrato anterior, celebrado com a empresa Denison Brasil, o valor estimado era de R\$ 4.500.000,00 semestrais, equiparando-se, portanto, em quantia estimada com o contrato firmado com a empresa SMP&B, se considerado o *quantum* anual.

26.1.4. Enfatiza, ainda, que com o primeiro aditivo contratual, o valor estimado passou a R\$ 10.980.000,00 (dez milhões, novecentos e oitenta mil reais), tendo havido um acréscimo de R\$ 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil reais) à quantia de início estimada; que o segundo e terceiro aditivo contratual referiram à prorrogação da vigência do contrato, tendo havido a extensão do prazo em 3 meses no primeiro momento e, no segundo, em 9 meses; que, não se tratou, portanto, de acréscimo de serviço, como ocorrera no primeiro aditivo, o que demandaria um incremento no valor estimado para o período de 12 meses.

26.1.5. Reforça, assim, que a despesa estimada para o lapso da primeira prorrogação foi de R\$ 2.745.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), e, para o da segunda, de R\$

8.169.107,69 (oito milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e sete reais, e sessenta e nove centavos), conforme consta da Cláusula Quinta de ambos os aditivos (Contratos n.ºs 2003/204.2 e 2003/204.3); que, considerado o total estimado para um período de doze meses, que passou a R\$ 10.980.000,00 com o aditivo de serviço em 22%, a previsão da verba para os períodos menores de prorrogação teve de ser proporcional a essa primeira estimativa, como de fato sucedeu.

26.1.6. Por último, informa que a quantia efetivamente empenhada e executada em cada um dos exercícios foi a seguinte: R\$ 7.813.031,69 para o ano de 2004, e R\$ 2.932.870,50 para o exercício de 2005, alcançando o total de R\$ 10.745.902,17; que o valor líquido, sem impostos e contribuições, monta a R\$ 9.654.928,77, ou seja, do valor estimado para todos os interstícios de contratação que somava R\$ 21.894.107,69, tem-se a quantia de R\$ 10.745.902,17 como efetivamente gasta.

## 26.2. Análise

26.2.1 Em uma análise mais detalhada dos autos, verifica-se que houve grave equívoco na constatação dessa suposta irregularidade. Pois, a falha apontada diz respeito à contratação por valor muito superior ao especificado no Edital, constata-se, no entanto, que o valor orçado de R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinqüenta e três reais e vinte centavos), referia-se apenas a uma simulação da estratégia de mídia, realizado no curso do processo licitatório, enquanto o valor previsto para o contrato era, na realidade, de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

26.2.2. Essa simulação, como comprova o Edital, serviu apenas para seleção da empresa no processo licitatório, quando da avaliação de sua capacidade técnica. Demais a mais, a estratégia de mídia, apesar de ser item fundamental na contratação da empresa, era apenas uma parte dos serviços efetivamente contratados.

26.2.3. Depreende-se, ainda, dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor, que o valor anual fixado pelo Contrato n.º 2003/204.0 (R\$ 9.000.000,00) era compatível com o contrato anterior, que estabelecia R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de reais) por semestre. Constata-se, ainda, que a elevação do valor contratual, com a ampliação dos serviços contratados, ficou dentro dos parâmetros legais (22%), e que o total empenhado e executado na vigência do contrato durante os exercícios de 2004 e 2005 foi de R\$ 10.745.902,17, valor bem inferior ao total previsto contratualmente de R\$ 21.894.107,69.

26.2.4. Dessa forma, entendo que as explicações fornecidas esclarecem as dúvidas apresentadas e não há o que se falar em impropriedades nessa questão.

27. **5ª Questão:** *e) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço.*

### 27.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

27.1.1. Ratifica, mais uma vez, que o Diretor-Geral não detinha competência para decidir sobre a conveniência e oportunidade da celebração do contrato em epígrafe, bem como não era sua responsabilidade avaliar a regularidade das propostas apresentadas pela empresa SMP&B para subcontratação de outras empresas, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM, dispor sobre o assunto.

27.1.2. Informa, conforme se depreende das cópias do processo n.º 2004/107.406, que a apresentação da proposta da empresa Cogito Consultoria Ltda., se deu pela empresa SMP&B diretamente à SECOM, que, por sua vez, em procedimento padrão, repassou à Mesa solicitação para contratação da empresa que apresentou a menor proposta, ou seja, a empresa GLT Comunicação.

27.1.3. Afirma que essa possível fraude é objeto de Inquérito Policial em andamento no Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados - DEPOL; que, de qualquer forma, não se trata de atos da alçada ou responsabilidade da administração da Câmara; e que não eram do conhecimento de sua direção política nem administrativa, não havendo participação de servidores nessa suposta irregularidade.

### 27.2. Análise.

27.2.1. Essa possível irregularidade refere-se à falsificação da assinatura da sócia da empresa Cogito Consultoria Ltda., Sra. Rejane Maria de Freitas Xavier, na proposta apresentada pela citada empresa à SMP&B.

27.2.2. Como se trata de conduta criminosa, compete à esfera policial a responsabilidade pela apuração desse ato. Assim, como a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados – DEPOL já está investigando esse caso, entendo, neste momento, ser precipitado fazer qualquer juízo de valor sobre a responsabilidade de servidores na citada irregularidade, ainda mais considerando que os autos apontam apenas a conduta criminosa, sem a participação de agentes públicos.

### DE OUTRAS CONSIDERAÇÕES

28. Do relatório de auditoria produzido pela equipe do TCU, ficaram ainda pendentes propostas de determinações à administração da Câmara, não acatadas, naquele momento, pelo Sr. Secretário desta Secex, para serem analisadas quando da instrução do mérito. Assim, pelo que consta nos autos, entendo serem falhas formais e passíveis de correção por meio de medidas corretivas a serem determinadas àquele órgão por esta Corte. Dessa forma, quanto a esse tópico, manifesto-me de acordo com as propostas apresentadas pela equipe.

29. Deve-se consignar, ainda, conforme documentação apresentada pelo Sr. Diretor da Câmara (fl. 999, Vol. 8), que a minuta do instrumento convocatório passou previamente pelo crivo da Secretaria de Controle Interno daquela Casa Legislativa, sendo que, naquela oportunidade, aquela Secretaria manifestou-se apenas quanto a uma única recomendação, prontamente acatada no edital de concorrência.

### DA CONCLUSÃO

30. Analisado o presente feito, verificou-se que as irregularidades referentes a serviços não prestados, motivo de proposta de citação de alguns responsáveis, por ocasião da realização da auditoria inicial, não procediam, já que se comprovou, conforme relatório da equipe de inspeção, que tais serviços tinham sido realizados.

31. Em relação às questões verificadas na última inspeção, que foram motivo de diligência à Direção daquela Casa, e objeto da presente análise, conclui-se que, de forma geral, os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral foram suficientes para sanar as irregularidades indicadas, ficando pendente apenas um quesito, que, por ser passível de correção pela adoção de medida corretiva a ser implementada em futuras contratações, sugere-se seja feita determinação ao órgão.

32. Por fim, as propostas de determinações apresentadas pela equipe de auditoria do TCU, em seu trabalho inicial, mostraram-se consistentes e sugere-se que sejam efetivadas, possibilitando, dessa forma, que medidas corretivas sejam adotadas por aquela Casa Legislativa, com a finalidade de que tais fatos não mais se repitam.

### DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

33. Em face de todo o exposto, propomos:

33.1. determinar à administração da Câmara dos Deputados que:

a) elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com vistas à contratação de serviços de propaganda e publicidade;

b) deixe de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU;

c) abstenha-se de prorrogar a vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

d) realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios;

e) deixe de incluir nas pesquisas de opinião, em futuros contratos de publicidade e propaganda realizados pelo órgão, questões com enfoque personalizado, conforme disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;

33.2. dar ciência aos interessados da decisão que vier a ser proferida por esta Corte;

33.3. arquivar os presentes autos.”.

É o Relatório.

## VOTO

Os presentes autos tiveram origem em solicitação efetuada pela Câmara dos Deputados para que este Tribunal realizasse auditoria na execução do contrato 204/2003, celebrado entre aquela Casa Legislativa e a empresa SMP&B, bem como no procedimento licitatório que antecedeu a formalização do ajuste, a Concorrência 11/2003.

2. A auditoria requerida foi realizada pela 3ª Secex, conforme relatório de fls. 700/724-vol.5, que foi, preliminarmente, encaminhado à CPMI dos Correios e ao Ministério Público da União.

3. Após essa providência, foram adotadas diversas medidas visando à obtenção de documentos e informações necessários à regular instrução dos autos, inclusive a realização de nova inspeção no Órgão. Por fim, a Unidade Técnica apresenta instrução conclusiva (fls. 2137/2152-vol.14), na qual examina as questões levantadas na auditoria deste Tribunal que ainda restavam pendentes de esclarecimento.

4. Conforme análise que transcrevi no relatório precedente, concluiu a 3ª Secex, no essencial, que os indícios de irregularidade referentes a serviços não prestados não procediam, uma vez que ficou comprovado que tais serviços tinham sido realizados. Quanto às demais questões, considerou a unidade instrutiva que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados foram suficientes para sanar os indícios de irregularidade, sem prejuízo de que fossem feitas determinações de caráter preventivo ao Órgão.

5. Considerando que a 3ª Secex analisou apropriadamente as questões levantadas nos autos, incorporo às minhas razões de decidir a análise da Unidade Técnica, permitindo-me tecer algumas considerações acerca das questões examinadas, as quais alinho a seguir:

a) inexecução dos serviços de consultoria subcontratados da empresa IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda. por intermédio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., no valor total de R\$ 252.000,00;

b) Subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei nº 8.666/93;

c) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos nº 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei nº 8.666/93;

d) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item



9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);

e) realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204;

f) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço.

## II

6. Inicialmente, com relação à suposta inexecução (a) dos serviços subcontratados à empresa IFT Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicações Ltda., compulsando os autos, verifico que a proposta de trabalho de consultoria de comunicação para a Câmara dos Deputados, apresentada pela IFT Ltda. (fls. 239/241- vol. 2), incluía atividades diversas a serem realizadas junto a veículos de comunicação, a formadores de opinião da mídia nacional, a órgãos da estrutura da Câmara dos Deputados e à empresa de publicidade e propaganda contratada.

7. A aludida proposta previa, também, a produção de boletim mensal, de caráter reservado, a ser encaminhado ao presidente da Câmara e ao diretor da Secom. Os indícios de que esse boletim não havia sido elaborado geraram a compreensão preliminar, no primeiro relatório de auditoria, acerca da inexecução total dos serviços pela IFT Ltda.

8. Após a realização de exames posteriores, com base nos novos documentos e informações juntados aos autos, a Unidade Técnica concluiu que: *“as irregularidades referentes a serviços não prestados, motivo de proposta de citação de alguns responsáveis, por ocasião da realização da auditoria inicial, não procediam, já que se comprovou, conforme relatório da equipe de inspeção, que tais serviços tinham sido realizados”*.

9. Examinando-se o mencionado relatório da equipe de inspeção (fls. 1885/1896- vol. 13), verifica-se o seguinte registro quanto à possibilidade de terem ocorrido pagamentos de serviços não realizados à empresa subcontratada IFT Ltda. pela empresa SMP&B Comunicações Ltda.:

*“a) os serviços foram efetivamente prestados pela empresa IFT Ltda., sendo que foram objeto de atesto por servidores daquela Casa Legislativa, conforme as notas fiscais n.ºs 1320, 1354, 1478, 1644, 1866, 1984, 2147, 2343, 2501, 2595, 2707 e 2822 emitidas pela empresa SMP&B, onde se evidencia que os serviços foram prestados pela empresa contratada, a IFT Ltda. Consta às fls. 750/751, a relação dos mencionados servidores com as suas matrículas que coincidem com os respectivos atestos;”*.

10. Ante a constatação de que os serviços contratados foram realizados e que tiveram sua execução atestada pelos servidores competentes da Câmara dos Deputados, em conformidade, portanto, com o art. 63, da Lei 4.320/1964; considerando a forma global da contratação realizada; e, ainda, considerando, acessoriamente, as declarações de profissionais da mídia acerca dos serviços realizados pela IFT (fls. 1658/1660-vol.12); considero esclarecidos os indícios de irregularidade apontados, conforme a manifestação da Unidade Técnica.

## III

11. No tocante à subcontratação (b) das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para realizarem serviços supostamente de engenharia, não

abrangidos pelo objeto do contrato, considero, do mesmo modo que a Unidade Técnica, esclarecida a questão.

12. Conforme os documentos juntados aos autos, a primeira empresa (fl. 2001-vol.13) foi contratada para realizar projeto de cenografia para auditório e ambiente de redação da TV Câmara, bem como projeto de criação de identidade visual com a “criação de estilo visual da interprogramação (abertura e encerramento de programas, créditos, vinhetas de passagem, chamadas dos programas e sugestão de trilha sonora)”. A segunda empresa, conforme informação prestada pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara (fls. 1916/1919-vol.13), executou cenários especializados para uso nos estúdios da TV Câmara, trabalho técnico e indissociável de sua identidade visual. A terceira empresa prestou os serviços de produção de vinhetas para a TV Câmara (fl. 2015-vol.13). Entendo que os referidos serviços, com as características técnicas que lhes são associadas, foram justificadamente enquadrados na previsão contida na alínea “f” da Cláusula Primeira do Contrato (fl. 2071-vol.14) referente a “elaboração, execução, acompanhamento e registro de (...) elementos de programação e identidade visual”, não tendo ocorrido, portanto, a execução de serviços sem amparo contratual.

13. No tocante à inclusão de perguntas (c), nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi, contendo os nomes dos titulares da Casa Civil do Governo Federal e da presidência da Câmara dos Deputados à época, embora considere que, no caso concreto analisado, seja difícil divisar se foi ultrapassado o limite entre os interesses da instituição, ante as circunstâncias objetivas prevaletentes à época, e interesses pessoais, endosso a proposta de determinação da Unidade Técnica no sentido de que, nas futuras pesquisas de opinião que venham a ser realizadas, não sejam incluídas questões com enfoque personalizado.

14. Outra questão analisada nos autos diz respeito à expressiva subcontratação de serviços (d) no âmbito do contrato celebrado com a SMP&B Comunicação Ltda. (99%, conforme a equipe de auditoria, e 88,68%, conforme o dirigente da 3ª Secex).

15. Observo, de início, que, conforme verificou este Tribunal nas auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na área de publicidade e propaganda no segundo semestre de 2005, os contratos examinados apresentavam alto grau de subcontratação.

16. No TC 019.444/2005-2, que consolidou os mencionados trabalhos de fiscalização (Acórdão 2062/2006-TCU-Plenário), da relatoria do ilustre Ministro Ubiratan Aguiar, foi discutida a necessidade e a conveniência de se manter como obrigatória a intermediação das agências em todas as ações publicitárias da Administração Pública, conforme imposição do art. 9º do Decreto 4.799/2003, em face das evidências de que se tratava de condição onerosa e antieconômica para os cofres públicos.

17. Naqueles autos, entre outras providências, foram adotadas por este Tribunal medidas visando a assegurar que as contratações de serviços e fornecedores para a execução das ações de publicidade concebidas pelas agências fossem licitadas separadamente da criação e produção, contratando-se, sem intermediários, os serviços de reprodução e veiculação das ações de publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública; assessoramento e apoio na execução de ações de assessoria de imprensa, relações públicas, promoção e patrocínios; organização de eventos; planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições; e outros serviços destinados ao atendimento das necessidades de comunicação do contratante.

18. A propósito, cumpre registrar o seguinte excerto dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados (fl. 1924 vol.13):

*“ Um ponto ainda merece ser destacado em contratos dessa natureza. É que, na essência e em verdade, o maior dispêndio, ou seja, os gastos propriamente ditos com campanhas institucionais, verifica-se quando da veiculação. Nesse sentido, pode-se afirmar sem medo de errar, que a maior e mais significativa parte dos recursos empregados foram, na verdade, repassados às TV abertas, rádios e jornais, ou seja, as ditas mídias que veicularam as campanhas decorrentes do trabalho intelectual formulado sob a supervisão e responsabilidade técnica, direta ou indireta, da contratada.*

*Em suma, nesse tipo de contrato sempre a maior parte dos recursos serão gastos com terceiros, que efetivamente divulgam as campanhas institucionais.”*

19. Dessa forma, observa-se que o contrato examinado apenas exemplifica a situação identificada pelo Tribunal nas contratações de mesma natureza realizadas pela Administração Pública, nas quais as agências de publicidade são intermediárias das contratações com terceiros de qualquer ação publicitária da Administração. No entanto, cumpre destacar a respeito do contrato em tela a conclusão da Unidade Técnica de que as informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral da Câmara dos Deputados foram suficientes para demonstrar a ausência de irregularidade nos atos de gestão analisados, o que me leva a considerar esclarecida a questão.

20. No tocante à realização de despesas com as campanhas institucional e do plenarinho (e) em valores supostamente superiores aos da proposta ofertada pela empresa SMPB, verificou a Unidade Técnica que houve um equívoco da equipe de auditoria na interpretação das cláusulas do edital, e que o valor orçado de R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos) referia-se apenas a uma simulação da estratégia de mídia, realizada no curso do processo licitatório, enquanto o valor previsto para o contrato era, na realidade, de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), restando esclarecida a questão.

21. Com referência à possível inclusão de proposta falsa (f), atribuída à empresa Cogito Consultoria, entre as propostas de fornecedores consultados visando à subcontratação de serviços relacionados à produção de texto, verifica-se que a possível fraude está sendo objeto de Inquérito Policial em andamento no Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados – DEPOL. Havendo, portanto, providências em andamento para apurar a possível irregularidade, não é necessária a adoção de novas medidas por este Tribunal.

22. Registro que deixo de acolher a proposta de determinação contida no subitem 33.1, “c”, da instrução da Unidade Técnica por considerar que não há impedimento legal para que os contratos de propaganda e publicidade tenham seu prazo de vigência prorrogado, em face do disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/1993. Nesse sentido é o Acórdão 216/2007 – Plenário e também o Acórdão 2618/2006-2ª Câmara, que traz a seguinte ementa:

“REPRESENTAÇÃO. CONTRATO DE PUBLICIDADE. SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA. DIVULGAÇÃO CONDIZENTE COM A IMAGEM DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. IMPROCEDÊNCIA.

1. É legal a renovação sucessiva de contrato de publicidade por até sessenta meses por haver previsão contratual e por se tratar de serviços de natureza continuada.

(...)”

23. Por fim, cabe assinalar que o Contrato nº 204/2003 em comento teve sua vigência expirada em 31/12/2005.

Face ao exposto, com a exceção mencionada, acolho a instrução da 3ª Secex e Voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto à consideração deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 19 de março de 2008.

Assinou o original  
**RAIMUNDO CARREIRO**  
Ministro-Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O expediente lido, encaminhado em cópia à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (“CPMI dos Correios”), vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2008

**Acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 52-A:

Art. 52-A Os recursos destinados a Estados e Municípios, nos termos dos arts. 48, 49, incisos I, alíneas **a**, **b** e **c**, e II, alíneas **a**, **b**, **d** e **e**, e 50, § 2º, incisos III e IV, serão aplicados, exclusivamente, no financiamento de ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

#### Justificação

Instituídos há mais de cinquenta anos, por meio da Lei nº 2.004, de 1953, mediante a qual foi estabelecida a política nacional do petróleo e criada a Petrobrás, os **royalties** do petróleo poderiam ter servido à transformação do ambiente socioeconômico dos Estados e Municípios beneficiários dessa compensação financeira.

O uso desses recursos esteve afetado, inicialmente, de forma indicativa, à produção de energia elétrica e à pavimentação de rodovias. Posteriormente, ampliou-se o ‘universo de políticas públicas contempladas, que passou a incluir os investimentos em abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento.

Hoje, a Lei nº 9.478, de 1997, (Lei do Petróleo), editada no auge das discussões acerca da reforma administrativa do Estado brasileiro e da desregulamentação da economia, é silente no que respeita aos destinos desses recursos no âmbito dos estados e municípios, permitindo o uso discricionário pelos gestores.

Nos últimos dez anos, o montante de **royalties** distribuídos no País foi elevado em aproximadamente quarenta vezes, passando a ter peso significativo na receita orçamentária da União e dos entes federados envolvidos

com as atividades de exploração de petróleo e gás natural. Em alguns Municípios produtores, essa receita supera as transferências constitucionais e legais.

Desse modo, parece justa uma indagação corrente em todo o País: para onde estão indo esses recursos, se não é possível perceber quaisquer benefícios nas comunidades às quais deveriam servir? Até que ponto essa flexibilidade de utilização está contribuindo para que esses recursos sejam desafetados de importantes e necessárias políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nesses locais?

Convém lembrar, ainda, que essas receitas são dependentes de um recurso não-renovável, cuja exaustão deveria estar sendo compensada, há muito, com ações integradas nas áreas de energia, meio ambiente e educação, mormente em pesquisa de fontes alternativas de energia e qualificação de recursos humanos, uma vez que é o conhecimento o melhor fruto que os recursos presentes nos podem oferecer.

Diferentemente dos impostos, cujas receitas não podem ser vinculadas, nada há a obstar a previsão ou determinação de que os **royalties** sejam utilizados na implementação de ações que beneficiem a população e o desenvolvimento de novas tecnologias.

É com essa preocupação que vislumbramos a possibilidade de atrelar esses recursos, exclusivamente, a ações na área de educação de base e de ciência e tecnologia, conferindo uma aplicação mais nobre para esses recursos. Quem sabe, com isso, estaremos acenando para um futuro mais promissor para um segmento significativo de nossa população, assim como estimulando nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Em razão do alcance social e da conformidade da proposição com os propósitos mais elevados da Constituição Federal, solicito o apoio dos Senhores Senadores para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

*(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2008

#### Institui o Dia Nacional do Vigilante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no Dia 20 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A segurança privada nasceu em 1820, nos Estados Unidos, quando Allan Pinkerton organizou um grupo de homens para dar proteção ao então Presidente Abrahan

Lincoln. Desse modo, foi criada a primeira empresa de segurança privada do mundo, a Pinkerton's.

No Brasil, as empresas surgiram nos anos 60, devido ao aumento de assaltos a instituições financeiras, com o objetivo de proteger patrimônios, pessoas e realizar transporte de valores. Desde então, surgiram os trabalhadores em segurança privada, sob várias denominações, como os vigias, guardiões, rondantes, fiscais de pátio, fiscais de piso e similares, que atuam em estabelecimentos industriais, comerciais ou residenciais.

A categoria conhecida genericamente de "vigilante", só ganhou qualificação profissional a partir de junho de 1983, quando a segurança privada foi regulamentada através da Lei nº 7.102. Assim auxiliadas, as empresas prestadoras de serviços de segurança puderam padronizar as normas de constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de segu-

rança privada. Atualmente, existem no País cerca de 2 mil empresas de segurança privada, que geram mais de 580 mil postos de trabalho formais e diretos.

Os serviços de Segurança Privada só podem ser executados por empresas de segurança registradas no Ministério da Justiça através da Polícia Federal, que receberam o certificado de segurança e autorização para funcionamento. Os vigilantes dessa empresa também deverão possuir o diploma do curso regular para esse exercício profissional e o registro na carteira de trabalho pela referida empresa contratada.

Assim, sugiro que o Dia Nacional do Vigilante seja comemorado a cada 20 de junho, data da publicação da Lei nº 7.102, em 1983, que reconheceu a qualificação profissional dos "Vigilantes".

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Romeu Tuma.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983.

##### Regulamento

##### Vide texto compilado

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º — É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil, na forma desta Lei.~~

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

Parágrafo único - Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

~~Parágrafo único — O Banco Central do Brasil poderá aprovar o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros localizados em dependência das sedes de órgãos da União, Distrito Federal, Estados, Municípios e Territórios, independentemente das exigências deste artigo. (Revogado pela Lei 9.017, de 1995)~~

~~Art. 3º — A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: — 1 — por empresa especializada contratada; ou~~

~~— II — pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, e com pessoal próprio.~~

~~— Parágrafo único — Nos estabelecimentos financeiros federais ou estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.~~

Art. 3º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

I - por empresa especializada contratada; ou (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 4º — O transporte de numerário em montante superior a 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.~~

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufir, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 5º — O transporte de numerário entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País será efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes.~~

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufirs poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 6º — Compete ao Banco Central do Brasil:~~

~~I — autorizar o funcionamento dos estabelecimentos financeiros após verificar os requisitos mínimos de segurança indispensáveis, de acordo com o art. 2º desta Lei, ouvida a respectiva Secretaria de Segurança Pública;~~

~~II — fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta Lei; e~~

~~III — aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta Lei.~~

~~— Parágrafo único — Para a execução da competência prevista no inciso II deste artigo, o Banco Central do Brasil poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados, Territórios e Distrito Federal.~~

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao Ministério da Justiça: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta lei; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu funcionamento; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 7º - O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades aplicáveis pelo Banco Central do Brasil, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:~~

~~— I - advertência;~~

~~— II - multa, de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior valor de referência;~~

~~— III - interdição do estabelecimento.~~

Art. 7º O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta lei ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

I - advertência; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - multa, de mil a vinte mil Ufirs; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - interdição do estabelecimento. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art 8º - Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único - As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 9º - Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei, na forma de seu regulamento.

~~Art. 10 - As empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância e de transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, serão regidas por esta Lei, e ainda pelas disposições das legislações civil, comercial e trabalhista.~~

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 11 - A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

Art. 12 - Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

~~Art. 13 - O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a 1.000 (mil) vezes o maior valor de referência vigente no País.~~

Art. 13. O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a cem mil Ufirs. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art. 14 - São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

~~Art. 15 - Vigilante, para os efeitos desta Lei, é o empregado contratado por estabelecimentos financeiros ou por empresa especializada em prestação de serviço de vigilância ou de transporte de valores, para impedir ou inibir ação criminosa.~~

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do *caput* e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:



- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- ~~IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante;~~

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

~~Art. 17 - O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações onumeradas no artigo anterior.~~

~~Parágrafo único - Ao vigilante será fornecida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.~~

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.184, de 2001)

Art. 18 - O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

- I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
- II - porte de arma, quando em serviço;
- III - prisão especial por ato decorrente do serviço;
- IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

~~Art. 20 - Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio de seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Territórios ou Distrito Federal:~~

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

I - conceder autorização para o funcionamento:

- a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;
- b) das empresas especializadas em transporte de valores; e
- c) dos cursos de formação de vigilantes;

II - fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior;

III - aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;

IV - aprovar uniforme;

V - fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;

VI - fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;

VII - fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII - autorizar a aquisição e a posse de armas e munições; e

IX - fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

X - rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

~~Parágrafo único - A competência prevista no inciso V deste artigo não será objeto de convênio.~~

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art. 21 - As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

I - das empresas especializadas;

II - dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.

Art. 22 - Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único - Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão também utilizar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art. 23 - As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

~~II - multa de até 40 (quarenta) vezes o maior valor de referência;~~

II - multa de quinhentas até cinco mil Ufirs: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único - Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

Art. 24 - As empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que entrar em vigor o regulamento da presente Lei, sob pena de terem suspenso seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Art. 25 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se os Decretos-leis nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, e nº 1.103, de 6 de abril de 1970, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
*Ibrahim Abi-Ackel*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.6.1983

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008****Altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 81, 82, e 84, da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Estatuto do Estrangeiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministério da Justiça, para as providências junto ao Supremo Tribunal Federal”. (NR)

“Art. 82. Em caso de urgência, poderá ser decretada, mediante autorização judicial, a prisão preventiva do extraditando desde que pedida, em termos hábeis, qualquer que seja o meio de comunicação, por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado requerente ou por representação da polícia judiciária da União nas condições mencionadas nesse artigo.

.....  
 § 4º Nos casos de representação mencionada no **caput**, a autoridade policial brasileira instruirá seu pedido com a difusão internacional da Organização Internacional de Polícia Criminal Internacional, devidamente vertida para a língua portuguesa, além de outras diligências que comprovem a presença do foragido internacional em território brasileiro.” (NR)

“Art. 84. Efetivada a prisão do extraditando, esta deverá ser imediatamente comunicada ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Justiça, observando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos 2º e 3º art. 82.

Parágrafo único. Formalizado o pedido pelo estado requerente ou pela autoridade policial competente, a prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitidas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A presente proposição tem por objetivo disciplinar o instituto da prisão preventiva em caso de extradição, de forma adequá-lo ao texto constitucional.

O § 4º acrescentado ao artigo 82 da Lei nº 6.815, de 1980, tem a finalidade de instruir a difusão internacional, também conhecida como “difusão vermelha”, para permitir a representação da autoridade policial brasileira perante o STF, por meio da Interpol. Trata-se de documento aceito em vários

países como mandado de prisão internacional, como a Argentina e os integrantes da União Européia.

Nesse sentido, tendo em vista que a proposição apresenta modificações pertinentes, buscando adaptar a Lei nº 6.815, de 1980 com a realidade do Estado brasileiro e avanços do mundo moderno, submeto-a à apreciação deste Senado, solicitando a sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

**Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.**

.....  
 Art. 81. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministério da Justiça, que ordenará a prisão do extraditando colocando-o à disposição do Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Art. 82. Em caso de urgência, poderá ser ordenada a prisão preventiva do extraditando desde que pedida, em termos hábeis, qualquer que seja o meio de comunicação, por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado requerente. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

§ 1º O pedido, que noticiará o crime cometido, deverá fundamentar-se em sentença condenatória, auto de prisão em flagrante, mandado de prisão, ou, ainda, em fuga do indiciado.

§ 2º Efetivada a prisão, o Estado requerente deverá formalizar o pedido em noventa dias, na conformidade do artigo 80.

§ 3º A prisão com base neste artigo não será mantida além do prazo referido no parágrafo anterior, nem se admitirá novo pedido pelo mesmo fato sem que a extradição haja sido formalmente requerida.

Art. 83. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Art. 84. Efetivada a prisão do extraditando (artigo 81), o pedido será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Parágrafo único. A prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitidas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue.

.....  
*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008****Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 132, 134 e 135 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, dois Conselhos Tutelares, criados e mantidos pela municipalidade e compostos de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução.

.....  
Art. 134. Lei Municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

§ 1º O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, em especial:

- I – 13% salário;
- II – férias anuais remuneradas com 1/3 constitucional;
- III – licença-gestante;
- IV – licença-paternidade;
- V – licença para tratamento de saúde;
- VI – inclusão em planos de saúde oferecidos pela União ao funcionalismo público federal.

§ 2º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

.....  
Art. 135. ....  
Parágrafo único. O Conselheiro Tutelar será equiparado a servidor público federal e seus vencimentos serão pagos pelos cofres públicos da União, nos mesmos moldes dos servidores públicos federais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A presente proposição legislativa tem por objetivo consolidar no plano da estrutura da administração pública, o papel do(a) Conselheiro(a) Tutelar, como agente e trabalhador na função pública, assegurando-lhes direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição, resguardando o papel institucional, com competências e atribuições estabelecidas.

A Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – é um marco na afirmação de uma política na área dos direitos da criança e do adolescente e consagra aos Conselhos Tutelares papel fundamental na sua aplicação e no cumprimento de suas determinações legais.

O Cargo de Conselheiro Tutelar é de servidor público **latu sensu**, cuja função relevante (art. 135 do ECA) dura enquanto durar seu mandato e que, mesmo remunerado, não possui vínculo empregatício com a Municipalidade, não sendo regido pelas leis trabalhistas e sim por norma geral federal, mas que exerce suas funções de forma contínua por períodos superiores a 1 (um) ano, não se concebendo que lhe seja suprimido o direito às férias, terço proporcional e décimo terceiro salário, pois tal percepção faz-se extensiva a qualquer serviço executado anualmente, de forma não esporádica, em face da dimensão universal, constitucional e de dignidade que assumem tais direitos.

Enfim, a proposição tem por objetivo precípuo responder a esta demanda, contribuindo para consolidar a legislação nesta área tão importante e sensível, afirmando, por consequência, o papel dos Conselhos Tutelares.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

.....  
Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12-10-1991)

.....  
Art. 134. Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2008

**Renumerar parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em § 1º, e acrescenta § 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 258. ....

§ 1º Os requerimentos de tramitação conjunta de matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão serão submetidos à deliberação do Plenário.

Art. 2º O art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

§ 2º É compulsória a tramitação conjunta de Medida Provisória que regule a mesma matéria de proposições anteriores e que estejam tramitando na Casa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Nesta legislatura, esta Casa enfrentou um período de grande turbulência, devido às inúmeras Medidas Provisórias que, constantemente, trancam a pauta do Senado Federal.

E, para agravar tal situação, em muitas vezes, as Medidas Provisórias que são enviadas ao Senado tratam de matéria que já é objeto de análise por esta Casa.

A presente proposição visa sanar lacuna existente no Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo a compulsoriedade de tramitação conjunta de Medidas Provisórias com matérias que tratem do mesmo assunto, quando em tramitação simultânea na Casa. Procura prestigiar o trabalho dos nobres parlamentares que, arduamente, empenham-se na tramitação e aprovação de suas proposições – que geralmente tem

a análise lenta na Casa – e acabam por ver seu trabalho e esforço atropelados por Medidas Provisórias que são enviadas ao Congresso Nacional.

Assim, com o intento valorizar o trabalho das Senhoras e Senhores Parlamentares, solicito aos demais Pares a aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 258. Havendo em curso no Senado duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os requerimentos de tramitação conjunta de matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão serão submetidos à deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14, de 2008**, lido anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 18, de 2008** (nº 79/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 19, de 2008** (nº 195/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pe-

los Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5).

O expediente vai à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2008** (nº 221/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando, o relatório das atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2007.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/8, de 2008** (nº 16/2008, na origem), do Secretário de Controle Interno da Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, encaminhando ao Senado Federal cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 973/2007, da Controladoria Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Carta em apoio à alteração da Lei nº 9.294, de 15 de junho de 1996, que *regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal*.

O expediente será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2003**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que, em aditamento ao despacho exarado sobre o **Projeto de Resolução nº 11, de 2008**, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina o envio da matéria também ao exame da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, uma vez que versa sobre competência desse último Colegiado.

Assim sendo, o Projeto de Resolução nº 11, de 2008, vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e à Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício do Procurador-Geral da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício PGR/GAB/Nº 321

Brasília, 13 de março de 2008

Senhor Presidente,

Objetivando instruir uma série de investigações e ações judiciais em curso, solicito, com base no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, o envio,

exclusivamente em meio magnético, de todos os depoimentos colhidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Ante a relevância dos depoimentos para os trabalhos em execução, solicito a remessa com a maior brevidade possível.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado do **Requerimento nº 3, de 2005–CN**, vai à publicação.

A solicitação foi atendida por meio do **Ofício SF nº 419, de 1º/04/08**.

De acordo com a lista de oradores inscritos para uma comunicação inadiável, concedo a palavra, pelo tempo regimental de cinco minutos, a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, segunda e terça-feira, comuniquei a esta Casa a operação que a Polícia Federal está levando a cabo em meu Estado, por requisição da Polícia Federal e, portanto, a mando do Governo Federal.

E, hoje, Sr. Presidente, gostaria de ler aqui a Carta de Roraima, assinada pelo Governador do Estado, pelos Deputados Federais e Estaduais:

A sociedade roraimense, de maneira pacífica e ordeira, através de seus segmentos organizados, neste ato representada pelos Parlamentares Federais, Estaduais e Municipais, bem como, o chefe do Poder Executivo Estadual, roga a Vossa Excelência [trata-se de documento dirigido ao Presidente da República] se digne a adotar as medidas necessárias no intuito da judicialização da questão que envolve a área indígena Raposa/Serra-do-Sol, como forma de evitar o conflito iminente, que, conforme noticia a imprensa local e Nacional, está em vias de ser deflagrado, podendo chegar até ao derramamento de sangue de irmãos brasileiros.

Ocorre que a situação aflige toda a sociedade roraimense, por envolver extensa área de fronteira, e que, em face de seu despovoamento, há, conseqüentemente, a ameaça da Soberania Nacional.

Por oportuno, lembramos a V. Excelência que, no âmbito do direito individual, encontram-se ajuizadas no Supremo Tribunal Federal inúmeras ações pendentes de julgamento.

Desnecessário dizer que esse clamor encontra-se sedimentado no disposto no art. 1º

da Carta da República vigente, que estabelece a união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e que tem como fundamentos a Soberania, a Cidadania, a Dignidade da pessoa humana, entre outros.

Assinam José de Anchieta Júnior, Governador do Estado, e vários parlamentares federais, estaduais e municipais.

Sr. Presidente, com relação a esse assunto, enviei hoje ao Presidente da República um ofício nos seguintes termos:

Senhor Presidente da República,

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado Presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ainda em 2005, foi constituída, mediante o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma CTE do Senado Federal, por mim presidida e composta pelos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que percorreu a região e avaliou os reflexos do Decreto Presidencial aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça de operação da FUNAI (UPATAKON III) com uso da Polícia Federal, fui designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, para vistoriar a área e auscultar os proprietários a serem excluídos da Reserva demarcada. O trabalho foi realizado em conjunto com uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e o relatório encaminhado, em versão preliminar, a Vossa Excelência, registrando, segundo dados da FUNAI, a existência de 348 propriedades a serem desocupadas e, conforme dados do INCRA, 198 famílias indenizadas e 131 famílias reassentadas.

Considerando que os proprietários, a maioria deles famílias centenárias ali residen-

tes, ou foram indenizadas injustamente (com laudos feitos unilateralmente), a maioria não recebeu indenização e os que receberam não estão reassentados ou o foram de forma indigna e desumana, solicitamos àquela época a sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser realizada pela Polícia Federal, até que todas as situações fossem resolvidas dentro da Lei e do respeito à dignidade humana.

Agora, o Governo Federal, lamentavelmente, começou de maneira truculenta a referida operação.

Hoje, o Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, deve se encontrar com o Ministro da Justiça para tentar uma solução pacífica até que haja o julgamento final do Supremo Tribunal Federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Governo em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do Governador em buscar uma saída digna e pacífica para aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto preço por guardarem as nossas fronteiras com seus recursos, sua saúde e suas vidas.

Encaminhei o ofício ao Presidente da República e, de igual teor, ao Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, peço que sejam consideradas também como parte integrante deste meu registro as ações pendentes no Supremo Tribunal Federal, a serem julgadas, para que possam realmente se estabelecer o Estado de Direito e o respeito àquelas pessoas.

Ao mesmo tempo, registro que, hoje, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento meu, designando-me como Presidente da Subcomissão da Amazônia, para voltar a Roraima e de novo acompanhar a operação que a Polícia Federal faz a pedido da Funai e a mando do Governo Federal.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) –** Espero, portanto, Sr. Presidente, que os registros aqui feitos sirvam para sensibilizar o Governo Federal, no sentido de atender ao clamor de todo o povo de Roraima, começando pelo seu Governador, José de Anchieta Júnior, deste Senador, dos Deputados Federais e de toda a população de Roraima, que quer que seja respeitado minimamente o direito daquelas pessoas que estão sendo expulsas e excluídas de suas áreas.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)*



**Processos no stf sobre a Raposa Serra do Sol e questão fundiária em Roraima****AÇÃO CAUTELAR 734**

Ação de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti com vistas a suspender os efeitos da Portaria nº 534/05, perante o STF, em face de ilegalidade, apontados em laudo da Justiça Federal em Roraima.

O Relator é o Min. Carlos Brito, que decidiu pelo sobrestamento da ação até o julgamento do recurso na Petição 3388, do Senador Augusto Botelho.

O processo está na SPO / 1ª Turma, aguardando decisão sobre o julgamento do Agravo da PET/3388.

---

---

**AC/755****Sociedade dos Índios Unidos de Roraima - SODIURR x****União**

Ação relativa à Raposa Serra do Sol, cujo relator é o Min. Carlos Brito. Decidiu pelo sobrestamento da ação até o julgamento da PET-3388. Vistas à PGR desde 24-11-2006.

---

---

**AC 788**

Ação proposta pelo Estado de Roraima, com teor semelhante à AC/734. Peticionada em 13/05/05, Foi determinada pelo relator, em 18/05 o sobrestamento dos autos até julgamento do Agravo Regimental na petição 3388.

Em 29-8-06 o relator indeferiu a liminar.

O processo foi concluso ao Relator.

Não houve contestação do governo de RR, apenas contestação da União. O Governo de Roraima apresentou réplica à contestação.

O PARECER da PGR, é pela improcedência da ação, conclusos ao relator, em 16-04-07

---

---

**AC/1794****Governo de Roraima x funai**

Ação do Governo de Roraima com decisão do tribunal: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do relator, negou provimento ao recurso de agravo. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa (licenciado) Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Plenário, publicado em 03-03-08

---

---

**AC/1868**

Paulo Quartiero e outros x FUNAI.

O Relator é o Min. Carlos Brito. Intimados AGU e Proc. Geral federal, em 27-1107.

---

---

**ACO - 1035**

Processo do Estado de Roraima contra a União para a transferência das terras ao Estado. O relator é o Ministro Celso de Melo. Intimação da AGU. Autos emprestados ao Min. José Dias Toffoli. Em 31-03-08.

---

---

**PET 3388**

Ação dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, requerendo a suspensão da Portaria 534/05 e do decreto homologador, com a concessão de liminar.

O relator apresentou os autos em mesa para julgamento, em 17-05-05.

No dia 06-04-06, o STF julgou o agravo de Instrumento, negando as liminares pleiteadas e reconhecendo a validade da Portaria.

Está com vista ao procurador geral, em 13-04-2007.

---

---

**PET/3404**

Ação proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti contra a UNIÃO e o INCRA para ser declarada como **pertencentes ao Estado de Roraima, as terras do então território de Roraima**, por força de preceito constitucional, ou que o STF determine em 30 dias a regulamentação prevista no art. 4º da lei 10.301/2001.

O processo foi distribuído ao Ministro Eros Grau.

Em 01-02-08 o Senador apresentou aditivo com a juntada do Decreto de transferência de terras ao Estado do Amapá, com pedido tratamento isonômico ao Estado de Roraima. Está conclusos ao Relator.

---

---

**PET/3405**

Petição do Dr. Alcides Lima, requerendo a suspensão da Portaria 534/05 e do Decreto homologador da T.I Raposa Serra do Sol, apresentado em 20/05/05.

Em 10/04/07 Houve apresentação de alegações finais pelo autor.  
Processo com vistas ao PGR, em 14-5-07

---

---

**Pet/3744**

Paulo Quartiero X União, FUNAI e CIR  
Relator Min Carlos Brito. Ação possessória do Sr. Paulo Cesar Quartiero relativa à propriedade na área da Raposa Serra do Sol. Decisão do Relator: indefiro o pedido de restabelecimento da liminar concedida pelo Juízo de primeiro grau. Intimação da PGF, em 26-03-08.

**Pet/3714**

Processo da SODIURR relativo à demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O relator é o Min. Carlos Brito. Processo com vistas ao PGR, desde 23-08-06.

---

---

**Pet/3750**

Ação da SODIURR contra a demarcação da Raposa Serra do Sol. Relator Min. Carlos Brito. Parecer da PGR pela improcedência da ação. Conclusos ao relator, em 24-04-07.

---

---

**ACO/908**

Ação Cível Originária do Estado de Roraima contra a União. Relator Min. Gilmar Mendes. Parecer pela incompetência do STF. Conclusos ao Relator, em 12-03-07.

---

---

**ACO/974**

Ação Cível Originária do Estado de Roraima contra a União. Relator Min. Gilmar Mendes. Com vista ao Procurador Geral, em 14-12-06.

---

---

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento Interno.

O próximo orador inscrito é ...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria saber se tem vaga ainda para comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> é o primeiro suplente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E eu queria lhe entregar um livro. Ontem, houve um debate. Como Antoine de Saint-Exupéry diz: “A linguagem é fonte de desentendimentos”. Mas eu entreguei o pronunciamento ao Corregedor. Aliás, eu estou orgulhoso. Eu aprendi muito com Pedro Simon. Nunca pensei que eu era capaz de fazer um pronunciamento tão brilhante, em dez minutos, no dia 1º. Entreguei centenas de *e-mails*, em que o Brasil analisou. Aquilo foi no contexto. Prometi, ontem, que traria o livro. Vou entregar a V. Ex<sup>a</sup> o livro para passar à Mesa Diretora, livro que citei e cuja página eu li.

Muito agradecido.

Aliás, o Mozarildo folheou os *e-mails* hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento Interno.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de fazer uma reflexão que considero muito importante para o Senado.

Ainda hoje, com respeito ao episódio de ontem...

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que regimentalmente não é “pela ordem”, mas quer continuar?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Mesmo sendo anti-regimental.

Pois, continue.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Há ocasiões em que os destinos do Senado precisam que falemos, Sr. Presidente.

Ainda hoje, escrevi uma pequena carta ao Senador Mão Santa, por quem tenho tido respeito e admiração. Temos tido, nós dois, uma relação sempre de respeito, de amizade. Transmiti a S. Ex<sup>a</sup> que, ainda que, conforme me explicou, não tivesse tido a intenção de fazer qualquer ofensa, de utilizar palavras que pudessem ser ofensivas à Ministra Dilma Rousseff, que, tenho certeza, é uma pessoa... Ele próprio me diz que tem estima e respeito por ela. Tenho convicção de que a Ministra Dilma Rousseff é uma pessoa da maior integridade, que vem agindo com muita seriedade. Vem granjeando respeito de toda a equipe de governo e da população brasileira; é a principal responsável pelo Programa de Aceleração de Crescimento.

No que diz respeito a esse episódio dos cartões corporativos, tenho convicção de que ela poderá, da forma mais clara possível, demonstrar que não houve qualquer ação indevida. Ela, inclusive, teve a iniciativa de telefonar à Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso, explicando que não houve qualquer intenção do Governo de fazer qualquer denúncia seja à Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso, seja ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, expressando que tem apreço pelo ex-Presidente, pela SRA. Ruth Cardoso, inclusive no que diz respeito à seriedade de suas ações.

Então, como alguns Senadores e algumas Senadoras... A própria Senadora Patrícia Saboya ontem fez uma recomendação ao Senador Mão Santa sobre, quem sabe, S. Ex<sup>a</sup> retirar a expressão. A Senadora Patrícia Saboya observou que, na opinião dela, será próprio e adequado que a Ministra Dilma Rousseff venha ao Senado para dialogar conosco. Também tenho esse ponto de vista. Acho que podemos construir um clima civilizado, de respeito entre as partes.

Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup>, como um dos mais antigos e experientes Senadores, que viveu nesta Casa as situações mais difíceis, poderá aqui recomendar um caminho de bom senso, de civilidade.

Se construirmos um ambiente de civilidade, quem sabe possa o Senador Mão Santa – que me explicou que ficou bravo com a atitude da nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti, que, no seu entusiasmo por defender a Ministra Dilma Rousseff, avaliou que precisaria, então, entrar com uma representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou algo assim –, quem sabe possa o Senador Mão Santa – S. Ex<sup>a</sup> conversou com inúmeros colegas –, pelo menos explicar que não teve qualquer intenção de fazer qualquer ofensa à Ministra Dilma Rousseff.

Pedi a palavra, não sei se pela ordem ou por qual motivo, porque senti a necessidade de expressar

o sentimento de que o Senado volte a ser uma Casa em que a civilidade e o respeito entre todos nós seja a característica maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa comunga com os sentimentos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> acabou de explicar aqui a sua fala de ontem e foi acolhido cordialmente.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pelo art. 14, porque S. Ex<sup>a</sup> me citou agora. Art. 14, V. Ex<sup>a</sup> que é regimentalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O.k., Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Olha, aqui representamos a grandeza de um povo, e virtudes tenho para representar o mais grandioso povo, o povo do Piauí.

O discurso, entreguei ao Corregedor.

Fiquei emocionado, Magno Malta, porque nunca pensei que tivesse competência e capacidade para fazer um registro com tanta eficiência histórica.

Segundo, tenho essa amizade com o Suplicy, mas o meu líder é o Pedro Simon. Aconselhei-me com o meu líder!

Aqui estão os dados. Recebi 100 *e-mails* e trouxe a íntegra do livro. Não posso falsificar. Estes fatos existiram: Alemanha, Segunda Guerra, Goebbels e Hitler. Apenas li.

Estou à disposição para um debate qualificado sobre qualquer assunto e sobre isso.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa agradece a V. Ex<sup>a</sup> a explicação.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, de acordo com o Regimento Interno.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no meu discurso, quero deixar claro aqui que tudo que aconteceu ontem não foi com a intenção de atingir A SRA. Ministra, tampouco o Senador Mão Santa teve intenção de fazê-lo.

Conhecemos o Senador Mão Santa, sabemos do seu ímpeto, da sua luta, das suas citações. S. Ex<sup>a</sup> até se dirige ao Presidente da República: “Ô Luiz Inácio!”, mas sempre é elegante. Nunca o vi atingir a

honra e a dignidade de quem quer que seja, muito menos ontem.

Aliás, ontem foi uma sessão de consagração à Ministra Chefe da Casa Civil, porque todos reconheceram, por unanimidade, a dignidade, a seriedade, a correção, a honradez dela. Como mulher, então, nem se discute, uma mulher do mais digno respeito. A sua biografia é espetacular, a sua luta por este País é muito grande. Isso ficou consagrado. Ontem, foi uma sessão em homenagem à Ministra e ficou claro isso. Temos que entender que a intenção do Mão Santa nunca foi a de atingir a Ministra. Penso que isso é o importante e ficou constatado.

Sr. Presidente, os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o País reuniram-se de 27 a 28 do mês passado, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para discussão e deliberação sobre várias questões relativas aos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o Brasil, com relação às eleições em vários níveis. Entre os itens da pauta consta, com a devida ênfase “orientações a serem repassadas a todos os juízes eleitorais no tocante à apreciação dos pedidos de registro de candidatura, considerada a vida pregressa dos candidatos”.

Reparem como, de certa forma, os juízes, os Tribunais, estão antecipando-se e dizem que deve ser analisada a vida pregressa dos candidatos.

A discussão dessa matéria foi precedida de informações aos Srs. Presidentes dos Tribunais Regionais do Brasil sobre o projeto que tramita nesta Casa e que determina a inelegibilidade de candidatos que respondam a processos judiciais.

Incluo, nessa discussão, igualmente, um outro projeto, também importante, que mereceu parecer favorável do Senador Jefferson Péres, que está na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que dispõe “sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar”.

Na “Carta de Natal”, redigida e assinada ao final do evento, participantes recomendam, “aos juízes eleitorais, [repito], rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, [repito], levando em conta, também, o caráter normativo dos princípios constitucionais”.

Ao escolherem o seu candidato, todos os brasileiros exercem um ato de cidadania, um exercício mais que representativo de um ambiente democrático.

Os tribunais eleitorais de todo o País têm dado, principalmente nos últimos anos, um exemplo a todo

o mundo de como se deve perseguir a verdadeira legitimidade nas eleições. Uma batalha sem trégua contra qualquer tipo de fraude na livre e legítima escolha dos candidatos.

Hoje, as nossas urnas eletrônicas são exemplo e referência para as eleições de vários países, também da maior potência à de menor potência em nível de mundo.

Agora, por exemplo, já teremos, nas próximas eleições municipais, a experiência de que o eleitor será reconhecido pela sua impressão digital e de uma foto recente, estampada através de meios eletrônicos. Quer dizer, votar em nome de alguém, votar duas vezes, a partir da próxima eleição, nem gêmeos poderão fazê-lo.

Mas, até aqui, houve uma grande preocupação, devida e justificada, com a identificação do eleitor. Os chamados “votos-fantasmas”, com todas as suas variações, mais ou menos criativas, foram atacados um a um, tendo como ferramenta principal a tecnologia moderna, para que as eleições, do Presidente da República ao vereador, sejam legítimas e realmente representativas.

Ainda não atingimos o ideal, mas não há dúvida da diferença entre as eleições de hoje e as de cédulas de votação em papel de outros tempos, de fraudes e fraudes que havia nas apurações das eleições pelo interior do Brasil.

É verdade que, muitas vezes, a fraude também se municia da modernidade, mas a competência dos nossos tribunais eleitorais tem sido um aval da mais alta confiabilidade, da mais pura legitimidade da lisura das eleições.

Falta ainda o outro lado. O avanço na identificação e no conhecimento de quem é o eleitor tem que ser acompanhado, no mesmo passo, de idênticas preocupações com quem é o candidato. Quem é ele. Se ele se esconde sob qualquer manto que não seja o da verdade, se este mesmo manto carrega manchas de desabono, principalmente enquanto vigorar uma legislação que permite aos eleitos o deplorável fato da perpétua imunidade.

Não há que colocar melhores luzes sobre o eleitor e manter o candidato na penumbra. Ambos devem ser iluminados pela verdade. Uma verdade conhecida e transparente. Ambos, eleitor e candidato, fazem parte desse processo.

O Congresso, imagino eu que igualmente outras instâncias legislativas, nunca teve número tão significado de integrantes respondendo a processos de todos os tipos e gravidade. O eleitor sabia disto?

Se soubesse, teria depositado a mesma confiança no candidato, na sua atitude solitária na cabine de eleição? Eleito, o candidato tem condições legítimas para representar o eleitor, mesmo sabendo-se depois que ele praticou atos lesivos à população, incluindo o seu próprio eleitorado?

Foi nesse caso que apresentei os vários projetos de lei. Confesso que se trata daquela orientação legal e específica, que deveria ser dispensável, mas para todos efeitos é necessária. A representação política tem que ser necessariamente transparente e moldada pela mais completa honradez.

O funcionário público, mesmo aquele que provou capacidade intelectual e de trabalho em provas e títulos, tem que se submeter ao crivo da lisura na sua folha corrida.

O candidato a um cargo político tem que se subordinar ao mesmo tratamento. Ou, cá entre nós, muito mais! Os seus atos, depois de eleito, terão impacto direto sobre populações inteiras, do pequeno ao grande município, do pequeno à metrópole.

Volto a repetir: há grande engano quando se colocam numa mesma perspectiva o processo penal e o processo político. É evidente que, enquanto não houver condenação, com sentença irrecorrível, ninguém é réu. Mas na política é diferente. O político tem que ter, necessariamente, uma história de vida ilibada. Ao ser eleito, ele não é um; ele é todos. Ele representa a comunidade que nele depositou um dos seus sentimentos mais sublimes: a confiança. Esta parece ser a palavra-chave: confiança. Como depositá-la em alguém que a feriu, muitas e muitas vezes?

Não é à-toa, torno a repetir, a nossa falta de legitimidade. Mais uma vez, a palavra-chave: a nossa de confiança. A população não confia em quem ela depositou um dos sentimentos que lhe é mais caro: a própria confiança.

O Diretor Executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, em artigo ao **Correio Braziliense** de hoje, diz:

“Essa má reputação (dos partidos políticos e das instituições parlamentares) é merecidíssima. Há, no Brasil, uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em negociatas e adesões inexplicáveis e assim por diante.

Uma proporção alarmante de parlamentares e de políticos brasileiros respondendo a processos criminais na Justiça ou foram punidos por tribunais de contas”. Segundo ele, “mais de um terço dos parlamentares e alguns

estados, nutridas maiorias”, se incluem nessa condição de: em nada recomendável.

Sr. Presidente, peço a transcrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe ainda de um minuto para encerrar.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Digamos dois.

Peço a transcrição. Não vou ler o artigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do Regimento Interno.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Volto à questão: com essa “folha corrida”, que mais parece prontuário policial, pode alguém representar a população? Decidir sobre os seus destinos? Deliberar sobre recursos públicos?

Eu tenho certeza de que aprovado o projeto, sem mudanças que possam escamotear seus objetivos, e com o evidente acatamento dos tribunais à Carta de Natal, estaremos dando um impulso dos mais importantes na valorização dos parlamentos em todos os níveis e, como conseqüência, da própria Administração Pública no Brasil.

Outras medidas deverão ser adotadas para que se restabeleça a confiança na representação política. A fidelidade partidária. O financiamento público de campanhas. O fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar. A prioridade, no Poder Judiciário, para os processos que envolvam agentes políticos para terminar com a impunidade.

Melhor seria, Sr. Presidente, que a Administração Pública merecesse a aprovação da totalidade da população. Já que alguém já disse que a unanimidade é burra, contento-me em contribuir com o meu projeto para que a representação política seja, pelo menos, mais transparente. Que o eleitor conheça devidamente o seu candidato e, depois, que tenha elementos suficientes para cobrá-lo em sua conduta.

Esse é, para mim, o melhor controle sobre os recursos e o patrimônio público, depositados em confiança pela população no ato do voto aos seus representantes políticos. Outros mecanismos de investigação e de controle de risco serão apenas subsidiários.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

A primeira triagem saneadora dos candidatos tem de ser feita pelos partidos políticos, e tenho um projeto nesse sentido. É a eles que pertence o mandato. A fidelidade partidária tem que ser cultuada na sua essência e na sua totalidade. Então, qualquer grave fato na conduta de um propenso candidato deve levar o partido político a fazer a sua seleção, vendo se ele deve ou não ser candidato daquele partido.

Mas a decisão final é do eleitor. E, para que ele tenha condições de exercer o seu direito constitucional de eleger, tem também a necessidade de conhecer a história de quem se apresenta para ser eleito, de quem se submete a sua confiança, de quem lhe pede o seu voto, um voto de confiança. Para confiar, o eleitor tem de conhecer.

É esse o propósito do meu projeto: dar transparência ao eleitor para que ele tenha todas as condições de decidir sobre a sua melhor representação política.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Nesse sentido, o Congresso Nacional e o Tribunal Eleitoral estarão cumprindo o seu verdadeiro papel. O Parlamento gerando leis que bloqueiem os descaminhos. Os tribunais fazendo cumpri-las. Portanto, a Carta de Natal dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais andam de mãos juntas com a vontade que temos.

Espero que seja para construir, aí sim, os melhores caminhos.

São vários projetos, Sr. Presidente:

1. Financiamento público de campanha, já aprovado no Senado;
2. Proibição de registro de candidatos com processos criminais;
3. Divulgação pela Justiça Eleitoral dos nomes dos candidatos que respondem a processos;
4. Propaganda na tevê ao vivo, com debates entre candidatos;
5. Redução do período de campanha para 45 dias.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela gentil tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)*



## CARTA DE NATAL

Os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em reunião colegiada realizada na cidade de Natal/RN, nos dias 27 e 28 de março de 2008, após a discussão sobre os assuntos constantes de pauta, deliberaram o seguinte:

I – Propor, ao TSE, a aprovação do afastamento dos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais das atividades da jurisdição comum, no período compreendido entre 1º de julho deste ano e a diplomação dos eleitos;

II – Manifestar a preocupação com o baixo valor da quantia paga para alimentação dos mesários e demais colaboradores nas eleições últimas, propondo o seu estabelecimento em patamar mais adequado para o pleito que se avizinha;

III – Recomendar, aos juízes eleitorais, maior rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, levando em conta também o caráter normativo dos princípios constitucionais;

IV – Reiterar os propósitos do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de colaborar para o aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro, permanecendo, como sempre esteve, ao lado do Egrégio TSE para a consecução dos objetivos comuns desta Justiça Especializada.

Natal, 28 de março de 2008.

**Des. Claudio Manoel de Amorim Santos**  
**Presidente do TRE/RN**

**Des. Otávio Augusto Barbosa**  
**Presidente do TRE/DF**

# Mineiridades

**CLÁUDIO WEBER ABRAMO**

*Diretor executivo da  
Transparência Brasil*

O folclore político brasileiro é prolífico em historietas sobre a política mineira. Geralmente essas histórias giram em torno da indisposição que os mineiros teriam de fazer as coisas às claras, de dizer diretamente o que pensam, de entrar em conflito com o oponente e assim por diante.

Há quem chame isso de "espírito conciliador", como se fosse uma virtude. O tal espírito tem se manifestado ultimamente numa anunciada aliança eleitoral entre o PT e o PSDB em torno da candidatura à prefeitura de Belo Horizonte.

Tal aliança, que presumivelmente interessará a caciques tucanos e petistas de Minas Gerais, não terá como consequência algum benefício ao interesse público. Ao contrário, a expressão do contraditório é essencial para o funcionamento de uma sociedade que se deseja democrática. Sem o conflito de opiniões e de pontos de vista, não há possibilidade de crítica, e o pensamento, estacionado na mesmice, afunda na mediocridade.

O embate entre partidos que disputam o poder com base em diferentes visões a respeito do funcionamento do Estado e da sociedade é o que justifica o próprio processo eleitoral e a existência de partidos. Se, ao contrário, o embate é suprimido a pretexto de uma conciliação de fancaria, o resultado é a cumplicidade.

A partir do silêncio "cordial" e "conciliador" nada se desenvolve. Por isso, essa aliança mineira deve ser combatida como deletéria e contrária ao interesse coletivo.

Os partidos políticos estão entre as instituições em que menos o brasileiro deposita confiança. Qualquer levantamento de opinião que se faça no seio de qualquer segmento da população brasileira resulta em avaliações próximas do rés do chão para os políticos, os partidos e as instituições parlamentares.

Essa má reputação é mercedíssima. Há no Brasil uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em tramóias, negociatas, traições, adesões inexplicáveis e assim por diante. Uma proporção alarmante dos parlamentares brasileiros responde a processos criminais na Justiça ou foram punidos por tribunais de contas.

Parlamentares nessas condições compõem mais de um terço da Câmara dos Deputados, quase 40% do Senado e em alguns estados compõem nutridas maiorias. É o caso, por exemplo, de Goiás e de Rondônia, em que respectivamente 76% e 63% dos deputados estaduais apresentam na folha corrida ocorrências desse tipo. Ver os detalhes no projeto Excelências, da Transparência Brasil ([www.excelencias.org.br](http://www.excelencias.org.br)).

A responsabilidade primordial pela persistência, na vida pública, de indivíduos suspeitos de irregularidades graves, muitos deles já condenados em segunda instância, cabe integralmente aos partidos. Partidos políticos são entes privados, que gozam de completa autonomia quanto aos critérios de aceitação de pessoas em seus quadros. Nenhum partido é obrigado a abrigar em sua legenda eleitoral gente sobre a qual existem eloquentíssimos indícios de que são larápios.

Observe-se que não caberia recorrer à Constituição ou ao princípio jurídico do transitado em julgado. Os partidos podem simplesmente dizer não aos meliantes que batem às suas portas. Nunca se ouviu dizer de algum partido que tenha feito isso. De quebra, as casas legislativas brasileiras são as mais caras do mundo, se considerarmos como "mundo" a parcela desenvolvida do globo e os nossos vizinhos latino-americanos. Tomando-se por base o salário mínimo em vigor em 2007, a parcela com que cada brasileiro contribui para a manutenção do Congresso Nacional é nada menos do que 10 vezes maior do que o equivalente na Grã-Bretanha.

Usando-se como padrão de comparação a renda per capita dos países, o Congresso brasileiro tem um peso mais de oito vezes superior ao da Espanha, quase seis vezes maior do que o dos Estados Unidos e assim por diante. (Os números e a metodologia para seu cálculo podem ser encontrados no mesmo endereço mencionado acima.)

Tais números tornam difícil evitar a pergunta sobre a relação custo-benefício das instituições políticas. Os agentes da deterioração da confiança popular nas instituições políticas brasileiras não são outros se não os políticos e os partidos. Seu comportamento coloca em risco a sobrevivência dessas instituições, que são fundamentais para a vida republicana. Sem partidos e sem políticos, não há República. Contudo, princípios genéricos desse tipo não compensam por si sós o testemunho cotidiano de comportamentos anti-republicanos, como é exemplo o mergulho uníssonos na omissão engendrado por petistas e tucanos mineiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> cumpriu a letra do Regimento, observando estritamente o seu tempo de dez minutos. A Presidência agradece a V. Ex<sup>a</sup> pelo fiel cumprimento das determinações regimentais.

O próximo orador, por permuta com este Presidente, para uma comunicação inadiável, é o Senador Magno Malta. Como S. Ex<sup>a</sup> deverá retirar-se para abrir e instalar a CPI da Pedofilia, solicita que se antecipe o seu pronunciamento a fim de não atrasar a instalação da CPI.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo regimental de cinco minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Gerson Camata, Presidente em exercício neste momento, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, venho a esta tribuna agradecer ao Brasil o apoio recebido e a atenção dada à CPI da Pedofilia. Não imaginava como o povo brasileiro, a sociedade e as famílias estavam com o grito na garganta, esperando o momento em que alguém lhes pudesse dar a oportunidade da denúncia, do grito. A pedofilia está para o Brasil assim como a violência do narcotráfico está para o Brasil. A pedofilia é muito pior porque é violência contra *niños*, pré-púberes, crianças de meses, de cinco, seis, dez, onze, doze anos.

Nós instalamos a CPI e ontem estivemos com o Ministro Tarso Genro e, hoje, às 16 horas, estaremos com a Ministra Ellen Gracie. Ontem, ouvimos o Thiago, da SaferNet, ONG que criou o Disque 100, Senador Camata, o número para denunciar os sem-vergonha.

O Brasil hoje é um dos campeões por via da Internet, e o Orkut o grande instrumento.

Quero chamar a atenção dos pais que estão me ouvindo: tirem o computador do quarto e o coloquem na sala, onde seus filhos possam acessar e vocês possam ver.

O aliciamento pela via do Orkut é tão tremendo que cresce 20% ao ano no Brasil. Nos últimos 90 dias, tão-somente, foram acrescentadas 13.000 páginas de pedofilia na Internet e, no Brasil, 3.600. Neste momento, vou à CPI da Pedofilia, Senador Cristovam, reunir a Comissão para pedir a quebra do sigilo dessas 3.600 páginas.

Nós temos um problema: é o Google que administra o Orkut. Há uma ação do Ministério Público Federal brasileiro, do Dr. Suiama, de São Paulo, pedindo, por ordem da Justiça, dados de pedófilos ao Google – como quando se quebra um sigilo telefônico, pela via da Justiça, por causa de um criminoso e um crime. E a Google se recusa a cumprir a ordem judicial e disse que não cumpre ordem judicial no Brasil.

No Código Civil brasileiro, há uma lei genérica que dispõe que todo cidadão ou toda empresa constituída neste País, como empresa, está debaixo das leis do País. Isso é normal em qualquer país do mundo.

As outras operadoras na Internet, Senador Gerson Camata, literalmente cumprem a lei com responsabilidade. O Google diz que só cumpre a lei americana. Os criminosos que operam crime no Brasil não são americanos. O crime é no Brasil, e os usuários de Orkut são brasileiros. O dinheiro é do Brasil. Aqueles que compram pedofilia usam cartão de crédito daqui. Os que vendem pedofilia levam o dinheiro daqui.

Então, vejam: hoje, íamos ouvir o Google numa conversa informal com seus diretores. Íamos ter uma reunião informal e depois uma audiência pública. Eles informaram, em seguida, que um e outro viajaram, numa conversa de bêbado para delegado. Resolvi, então, convocá-los e avisei que o Brasil tem lei. Aquele que convocado for e não vier virá debaixo de vara, como diz a lei brasileira.

Fiquei muito feliz, Senador Mão Santa e Senador Gerson Camata, porque em seguida recebi um telefonema do ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, que me disse: “Magno, quero parabenizá-lo pela CPI. É o Márcio quem está falando. E quero lhe comunicar que acabei de ser contratado para ser o advogado do Google”. Ao que eu disse: que coisa maravilhosa para o Brasil, porque o senhor foi Ministro da Justiça e sabe que o que nós queremos não é que o Google vá embora ou abra o sigilo das pessoas. Nós não queremos entrar na privacidade de ninguém. O que nós queremos é que a Google, que ganha dinheiro no Brasil, seja parceira do Brasil no combate ao crime. Só isso. E que atenda à lei brasileira.

É verdade que não temos legislação específica para crime na Internet e pedofilia. Não temos nem para pedofilia, que joga de comum acordo com o crime organizado, e nós o faremos agora. Nós o faremos agora, quando vamos tipificar. Mas é preciso cumprir a lei vigente no País.

E ele, o Dr. Márcio Thomaz Bastos, então, pediu-me um tempo para tomar ciência, e eu estou dando esse tempo ao nosso querido ex-Ministro da Justiça, que advoga agora para o Google. Todavia, eu os estou convocando para a próxima quarta-feira. Vou voltar agora também a convocação do Google, dos seus diretores, e estou especificando que não me tragam técnico e engenheiro. Eu quero os diretores do Google, porque ninguém se torna diretor de uma empresa como essa se não tiver um mínimo de conhecimento, Senador João Pedro. Então, eu quero os diretores para a próxima quarta-feira, e hoje, às 16 horas, a CPI

será recebida pela Presidente do Supremo, a Ministra Ellen Gracie.

Obrigado ao Brasil, que torce e nos ajuda. Certamente nós faremos um trabalho digno, honrado, em favor da criança do Brasil. É nosso compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência deseja a V. Ex<sup>a</sup> o sucesso almejado.

Próximo orador inscrito como Líder, pelo tempo de cinco minutos, S. Ex<sup>a</sup>, o Senador João Pedro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres. A seguir, o Senador Cristovam Buarque e, logo após, o Senador João Pedro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que este é um dia festivo no Estado de Goiás, porque o principal jornal do Estado, o jornal *O Popular*, completa 70 anos. Um jornal pioneiro, que se iniciou com a nova Capital, e mesmo antes já tinha ramificações na velha Capital, com um pioneiro da família Câmara, e que hoje é muito bem dirigido pelo Sr. Júnior Câmara.

Trata-se de um jornal que merece toda a consideração do nosso Estado, por ser um veículo isento, um veículo que dá opção a todas as tendências políticas, enfim, um jornal da maior correção e que é motivo de orgulho para o Estado de Goiás.

Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para fazer este registro, pelo que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa também se congratula com o Estado de Goiás pelos setenta anos do tradicional jornal *O Popular* e com V. Ex<sup>a</sup> pela oportuna manifestação.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, que falará como Líder.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente quero registrar que, na manhã de hoje, realizamos uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para tratar da situação dos moradores, populações tradicionais, da Reserva Biológica do Abufari, lá no meu Estado do Amazonas, no rio Purus – esse rio nasce fora do Brasil, passa pelo Estado do Acre, pelo sul do Estado do Amazonas e é um dos principais rios do nosso Estado.

Sr. Presidente, quero registrar que, para participar dessa audiência pública na nossa Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária, deslocou-se uma comissão lá do Município de Tapauá, lá do Estado do Amazonas. Registro, particularmente, a presença do Prefeito do Município Almino Albuquerque, do Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Bezerra Guedes, e de lideranças das comunidades que vivem na reserva biológica: Francisco Laurentino do Nascimento, Ronaldo de Andrade Soares, Abrahim Almeida de Andrade, Máximo Meneis de Assis, bem como do Padre Fernando Redondo, que é do Município de Lábrea, vizinho, pertencente à margem do rio Purus, e da SRA. Marta Valéria Cunha, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas.

Eu quero dizer que eles tiveram uma atividade no dia de hoje que começou com uma conversa com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, em seu gabinete. Nessa conversa houve a importante participação do Senador Marco Maciel. Quero dizer que eles estão aqui nas galerias do Senado, Sr. Presidente, prestigiando esta sessão.

Chamo a atenção do Brasil para as reservas biológicas, primeiro, porque elas são importantes; segundo, porque é importante termos na Amazônia as unidades de conservação; e, terceiro, porque nós precisamos criar todas essas modalidades levando em consideração a realidade objetiva das pessoas que lá vivem, a realidade social, econômica e ambiental da nossa região.

Nós queremos corrigir uma injustiça relacionada à criação da Reserva Biológica do Abufari. Essa reserva foi criada em 1982 pelo então Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, por um decreto-lei, medida similar à medida provisória de hoje.

A reserva biológica foi criada sem que as pessoas que lá viviam fossem consultadas, sem que houvesse ao menos uma audiência pública, e, hoje, essas famílias vivem na reserva biológica de forma ilegal, já que à reserva biológica é a modalidade de unidade de preservação cujas regras são as mais rígidas, mais rigorosas. Por exemplo, uma reserva biológica só pode ser freqüentada ou adentrada com o objetivo de pesquisa.

Ora, Sr. Presidente, essas famílias vivem, viveram e vão continuar vivendo na reserva biológica. É preciso, então, que o Senado da República acolha, ouça o clamor dessas populações. As populações tradicionais não destroem a Amazônia, não criam nenhum impacto sobre a Amazônia. Ao contrário, as famílias que lá estão preservam a Amazônia, preservam a floresta, os lagos, os rios; eles são testemunhas da cultura amazônica.

O Senado, hoje, acolheu essas representações, essas lideranças, os vereadores, no sentido de nós

mudarmos o rumo da reserva biológica e criarmos, por meio de um projeto de lei, uma modalidade que possa compatibilizar a floresta, os rios, a natureza e a vida das pessoas que lá vivem.

Meu tempo já está se encerrando... Cabe um aparte, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Segundo o Regimento Interno, como Líder, V. Ex<sup>a</sup> não pode ser aparteado.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Gostaria de agradecer a intenção do meu colega Augusto Botelho, que é do Estado de Roraima, que gostaria de fazer um aparte, mas eu suscitei a questão justamente para obedecermos o Regimento.

Então, quero dizer da minha alegria, como Senador do Estado do Amazonas, de ter propiciado, junto com os Senadores da Comissão de Agricultura, esse debate com a intenção de encontrarmos um caminho que possa melhorar a vida das pessoas que vivem na Reserva Biológica do Abufari.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar que está aqui na Tribuna de Honra um grande artista plástico do Estado do Amazonas, Arnaldo Garcez, que nos deixa muito comovidos com a alegria de sua criatividade. Ele, ao lado de outros grandes artistas do Estado do Amazonas, registra a história do homem, da mulher, da poesia, da Amazônia, do sonho, da utopia, da sociedade que vive ali no nosso Estado.

Encerro aqui a minha participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência acolhe a delegação que acompanha V. Ex<sup>a</sup>, desejando-lhe as boas-vindas e votos de êxito na missão que os trouxe a Brasília.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo cumprimento do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido em sessão anterior o **Requerimento nº 332, de 2008**, de autoria do Senador João Tenório e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de uma sessão especial, no dia 27 de maio, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia da Indústria Brasileira.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O próximo orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque e, a seguir, para uma comunicação inadiável, a Senadora Serys Slhessarenko.

De acordo com o Regimento, o Senador Cristovam Buarque tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste domingo, quando li, na revista *Veja*, a entrevista do nosso Presidente Garibaldi, pensei: “*Segunda-feira, amanhã, o Congresso não vai funcionar normalmente. O Congresso vai se dedicar a debater a entrevista dada pelo nosso Presidente*”.

O que o Presidente Garibaldi disse, Senador Mão Santa, exige uma reflexão profunda do Congresso. Lamentavelmente, passou a segunda, a terça, a quarta, estamos na quinta, e não vemos o menor debate, nenhuma repercussão dessa entrevista aqui dentro.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não é bem preciso o que diz V. Ex<sup>a</sup>, porque alguns Senadores – o Senador Osmar Dias, eu e outros – fizemos referência a essa entrevista.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sim. Houve referências individuais, mas é isto que caracteriza o Senado: cada um de nós faz aqui o nosso discurso, vai embora e ninguém debate. Quando eu terminar de falar sobre a entrevista, ninguém vai se lembrar do que foi falado. Ninguém se lembra, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu me lembro, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Falo de debater realmente. Deveríamos fechar a porta, proibir a saída e debater, por exemplo, a primeira frase, verdadeira, corajosa, do Senador Garibaldi: “*O Congresso deixou de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante*”. Como é que essas duas frases, perfeitas, passam, e a gente, no máximo, lê, comenta, elogia, mas não aprofunda o debate, Senador Suplicy?

É preciso debater para saber, primeiro, até que ponto isso é verdade, como acho que é, ou não; segundo, para saber como a gente vai votar, como a gente vai legislar, como a gente vai cumprir a nossa função e como a gente pára essa agonia lenta que está chegando ao ponto culminante como o nosso Presidente disse.

A gente não debate. O meu discurso vai ser mais um, além dos três que o Senador Suplicy falou; o meu será mais um. A gente nem fica aqui, são dois dias por semana, no máximo, três. Como é que a gente vai debater isso? Nesse período, cada um de nós – não sou nem um pouquinho diferente – fica nos gabinetes, atendendo às pessoas. Não estamos parlamentando.

Mas não foi só isso que disse o Presidente Garibaldi. Em relação à outra pergunta, ele disse: “*Essa leniência [a leniência com a corrupção que não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso] tira a*

autoridade do Legislativo. Hoje, o Congresso só quer atuar na fiscalização dos outros”.

É verdade o que o Presidente disse. E exige que a gente reflita, analise e mude essa realidade. É o que está faltando é agirmos para mudar. E isso a gente não está fazendo.

Mais adiante, o Presidente diz: “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro, tenta sobreviver; mas quem é liso, não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”. É muito grave. E o que é grave é que é verdade o que disse o Presidente. Ou que aqui a gente diga que o Presidente não disse a verdade! Repito o que ele disse: “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro, tenta sobreviver; mas quem é liso, não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”.

Mas somos nós que fazemos as leis. Quando é que vamos debater como é que se supera isso, se isso é verdade, como eu acho que é? Como é que a gente faz com que a política não seja para os endinheirados apenas, porque eles também são cidadãos e têm direito, mas que tenha direito igual e não direito diferenciado? Não estamos procurando...

Quando S. Ex<sup>a</sup> diz assim: “Essa prática do fisiologismo termina nivelando todo mundo por baixo. A imagem hoje é a de que quem é do PMDB não presta”. Nesse ponto o Senador Garibaldi foi modesto. Acho que isso vale para praticamente todos os Partidos, e não excluo o meu. A imagem da opinião pública – e nesta mesma *Veja* tem uma pesquisa sobre a imagem – é a de que nenhum de nós está prestando.

O que fazemos? O grave é que não estamos fazendo nada, Senador Mozarildo. Não estamos fazendo nada! Até porque nos dividimos aqui entre uma Situação que só se defende e uma Oposição que só ataca. Não estamos vendo a Situação propondo, justificando o novo rumo do Brasil para o qual o Presidente Lula foi eleito; e não estamos vendo, Senador Mão Santa, a Oposição trazendo propostas claras; neste ponto, igual ao PT de antes, que também não trazia propostas.

Sei que muita gente do PT dizia: “A Oposição não é para formular propostas”. E eu fui do PT e já insistia que eu não tinha uma crítica a nada em que eu não tivesse uma alternativa no lugar. Nunca! Se eu não tenho o que colocar no lugar, não critico. Posso fazer denúncia, é outra coisa!

Mas o Congresso não pode se limitar à denúncia. Sinceramente, hoje, dá vontade de sermos oposição à Situação e sermos oposição à Oposição também, porque não estamos vendo um debate de idéias, não estamos vendo a confluência como já houve neste Congresso há muito tempo.

Vamos comemorar agora os 120 anos da abolição. Andei lendo, em uns momentinhos que tive por aí, as atas dos debates no Senado naqueles dias de maio de 1888. Havia debate. Havia gente que dizia: “Se acabar a escravidão, os escravos vão morrer de fome; temos que protegê-los, mantendo-os. Outros diziam: “A agricultura vai se acabar”. A gente não vê esse debate agora. E isso me deixou mais preocupado que a entrevista. Felizmente temos um Presidente capaz de reconhecer e dizer isso com essa mesma competência.

E leio mais uma parte aqui, quando ele responde à pergunta da *Veja* se há alguma chance de se aprovar a reforma tributária que está no Congresso. Ele diz: “Este ano parece ser péssimo no Congresso por causa da eleição. Aparentemente ninguém aposta um real que a reforma tributária saia”. E é verdade. Mas é uma verdade muito triste, Senador Mozarildo. E não é só porque é ano de eleição, mas porque é mais um semestre de CPI também. E a gente não discute como sair da amarra que a CPI nos cria, não deixando de fazê-las, absolutamente. Sou tão radical que acho que deveria haver uma comissão permanente de inquérito, e dei entrada nesse projeto. Mas o que não se pode é paralisar o Congresso a cada denúncia que surge.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo ao Presidente Garibaldi, que fez uma entrevista tão lúcida, mas vou fazer pessoalmente a ele, peço até desculpas de fazer primeiro de público, porque não o encontrei hoje. Temos de transformar essa entrevista em um ponto de confluência, de debate sobre como resolver esses problemas. Ou a Mesa – e V. Ex<sup>a</sup> faz parte dela – discute isso aqui e pergunta como resolver cada ponto ou cria-se um grupo para fazer isso ou, ainda, nós nos trancamos aqui para dizer ao povo brasileiro: nós existimos e estamos aqui para encontrar soluções.

Só para dar uma idéia, quando é que vamos discutir aqui, com clareza, como sair do atraso em que o Brasil está em relação aos outros países? Éramos melhores do que os Tigres Asiáticos há 30, 40 anos; do que o México. Hoje, estamos para trás. E vamos falar com franqueza: o PAC, mesmo que dê certo, não nos tira do atraso, apenas nos dá um pequeno fôlego para continuar na lenta marcha do desenvolvimento brasileiro.

Quando é que vamos discutir aqui como é que quebra a desigualdade neste País? Porque não vamos mentir, o Bolsa-Família não é ruim, mas não quebra a desigualdade e, pior, traz uma ilusão, Senador Eurípedes, ao dizer que a renda subiu meio por cento, logo a desigualdade diminuiu, porque não é verdade, Senador Augusto Botelho. Diminuir a desigualdade é

quando todos morarem em casas decentes com água, saneamento, quando todos tiverem um sistema médico de competência, quando todos os meninos tiverem boas escolas, aí diminui a desigualdade. Mas um ligeiro aumento de renda é o mesmo que dizer que a nossa desigualdade diminuiu com o pobre que pede esmola porque demos R\$1,00 para ele. Se uma pessoa rica dá R\$1,00 de esmola, pode-se dizer que ela fez um gesto generoso, mas dizer que diminuiu a desigualdade entre os dois é mentira.

Quando é que vamos discutir como enfrentar, sem dúvida alguma, a crise energética que este País vai viver? Não pelo apagão deste ano, porque vai chover, nem do próximo, nem do próximo, mas em dez anos vai haver uma grave crise energética, porque o petróleo está ficando raro, porque não dá para continuar usando muito tempo já que está aquecendo o planeta, porque a energia nuclear é arriscada.

Quando é que vamos discutir aqui se enfrentamos ou não a energia nuclear como saída? É aqui que tem que ser o foro. Quando é que a gente vai discutir como enfrentar a crise do aquecimento global do planeta que virá? E o Brasil faz parte dele.

Quando é que a gente vai discutir o fim da era do dólar? Está-se discutindo se a crise chega ou não ao Brasil. Tem uma coisa mais profunda que isso. O dólar, como símbolo de troca no mundo, está-se acabando, deixando de existir. Os próprios Estados Unidos percebem que esse é um peso muito grande para eles, têm que jogar lá para baixo para recuperar suas exportações e equilibrar sua balança comercial. Quando é que a gente vai discutir isso? Vamos nos atrelar ao euro? Vamos ficar independente de todos? Vamos propor, como alguns propõem, uma nova moeda simbólica com base nos recursos naturais, inclusive nos nossos recursos?

Quando é que a gente vai discutir aqui o enfrentamento não da dengue, mas da próxima epidemia que virá e das muitas que virão? Quando é que a gente vai discutir o problema da desigualdade regional? Quando é que a gente vai discutir com seriedade o problema da criminalidade, o problema das grandes cidades? O que vamos fazer daqui a cinco anos, quando São Paulo parar, porque todos os lugares vão estar ocupados por automóveis e, aí, nenhum deles sairá do lugar? O que faremos nesse dia? Vamos decretar uma moratória na produção de automóveis? Vamos retirar 25% deles e jogar fora, imprensando como lixo? Vamos proibir que as pessoas andem de carro, comprem e guardem na garagem? Não estamos discutindo isso. E não é só São Paulo, é Vitória, Brasília, que ninguém imaginava que ia ter problema.

Quando é que vamos discutir nossas crianças, Senador? Leia os jornais nestas últimas duas semanas: é uma criança jogada pela janela, é outra amarrada pela madrastra, é outra que morre por causa da dengue, é outra que é abandonada no lixo. Não tem um dia que não tenha alguma notícia trágica sobre alguma criança brasileira. E a gente não está discutindo isso.

(Interrupção do som.)

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – E, finalmente, para não continuar discutindo como combater a corrupção, não apenas como denunciar a corrupção – porque denunciar a corrupção felizmente a gente já faz, mas combater a corrupção a gente não está fazendo ainda com clareza, com projetos de lei –, faria a seguinte pergunta: como é que a gente vai fazer para que o Congresso funcione? Como é que a gente vai fazer para que, na próxima entrevista de um Presidente nosso, ele não precise dizer as verdades que o Senador Garibaldi nos disse nesse fim de semana?

Não sei se esse é o meu discurso ou o meu desabafo. Mais um. Mais um desabafo que traz proposta, como eu sempre procuro trazer. Vamos nos reunir para valer aqui. Vamos fazer um anti-recesso e ficarmos aqui um mês, nós todos dialogando, buscando saídas, porque o Presidente tem razão, chegamos ao ponto culminante. E sabemos qual é o outro lado da montanha: é o fim da democracia, porque não há democracia sem Congresso. Pode haver a ditadura com Congresso fechado ou a ditadura sem Congresso mas com o Congresso aberto. Todo fim de mês a gente recebe o salário, todo fim de mês a gente recebe os recursos que tem direito, todos os dias possíveis a gente fala, diz o que quer, total liberdade, mas não basta isso para a democracia, se o Congresso não for parte ativa do processo de Governo. E hoje nós não estamos sendo.

Claro que uma grande parte é culpa do Poder Executivo com suas medidas provisória, mas uma parte é culpa nossa por uma certa leniência, como chama o Presidente Garibaldi em sua entrevista.

Era isso que tinha a falar, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, mas não gostaria de ficar impedido de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – O tempo para conceder apartes está esgotado, mas V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para conceder o aparte – anti-regimentalmente.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Respondendo às indagações do Senador Cristovam Buarque, queria realmente debater alguns pontos mas, infelizmente, não há tempo. Mas quero, pelo menos, dizer que 90% dos problemas mencionados pelo Pre-

sidente Garibaldi Alves Filho cabem exatamente ao Poder Executivo, que transforma o Congresso no que está aí. Realmente, 10% são culpa nossa. Por exemplo, o Senado faz uma parte, como no caso da reforma política, do Orçamento impositivo e do rito das MPs, e a Câmara dos Deputados engaveta. Aí, perguntamos: será que, quando o Presidente Lula deixou de ser Deputado e disse que tinham cerca de 300 picaretas no Congresso, ele estava se utilizando desse mecanismo para não fazer com que o Legislativo funcione? Já que não há mais tempo para o debate, quero deixar essas posições. Mas concordo muito com a afirmação que a maioria ou grande parte dos Parlamentares se preocupam em liberar emendas e nomear amigos para cargos. Isso tem de acabar, principalmente com relação às emendas. E já pedimos à Procuradoria-Geral da República que fiscalize e aplique os princípios da moralidade pública.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero responder dizendo que eu não vou discutir os 10% ou os 90%, mas uma parte maior é deles e uma parte grande é nossa, porque, se quisermos, nós temos o poder. Por dois terços dos votos, aqui, nós podemos fazer tudo. A gente não se encontra para tentarmos construir essa maioria.

Finalmente, eu estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>.

Não sei se o Presidente Lula ainda considera que aqui há 300 picaretas, mas acho que ele considera que todos aqui são desprezíveis do ponto de vista do poder. Talvez não sejamos picaretas, mas nós somos irrelevantes. Creio que esse sentimento de irrelevância existe no Poder Executivo em relação ao Congresso. Não sei o que é pior: chamar de irrelevante ou de picareta. Picareta é um juízo de valor, e o termo “irrelevante” significa: está aí, não conseguem aprovar as coisas e me obrigam a editar medidas provisórias. A meu ver essa é a psicologia do Governo. A prova é a resistência para vir depor na CPI, deveriam ter tomado a iniciativa de virem aqui logo. Mas a culpa também é nossa, como o Senador Mozarildo disse. E a entrevista do nosso Presidente abre os nossos olhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, o cumprimento do tempo regimental concedido.

A Presidência é passada agora ao Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna tratar de um assunto que me deixou chocada e – por que não dizer? – triste. Apesar de tanta luta, de tanta batalha, ainda nos deparamos com situações como essas. Ontem, em seu pronunciamento, o Senador Mão Santa passou dos limites ao se referir à nossa querida Dilma de forma pejorativa e desrespeitosa. Digo que foi desrespeitosa a forma com se referiu à Ministra Dilma pela sua história. Jamais poderia nenhuma mulher deste País ser chamada de “galinha cacarejante”. Isso é inaceitável! O Senador Mão Santa, ao dirigir-se dessa forma à nossa Ministra Dilma, atingiu todas as mulheres deste País, insinuando que a Ministra Dilma, por ser mulher, não merece o respeito devido como pessoa humana.

Ora, Sr. Presidente, diminuir a condição de mulher da companheira Dilma é desmontar séculos e séculos de luta na nossa afirmação de que somos iguais aos companheiros homens, merecedoras, por isso mesmo, de tratamento respeitoso até mesmo nas críticas. Não queremos ser protegidas por nossos defeitos, mas não admitimos ser desrespeitadas por nossa condição de mulher.

O Senador tem todo o direito de discordar do trabalho da Ministra, de criticá-la no que concerne à sua gestão à frente da Casa Civil, mas seus comentários devem ser direcionados com respeito à Ministra Dilma, nunca de forma pejorativa à mulher Dilma Rousseff.

Ao utilizar aquele termo na tribuna do Senado, o Senador Mão Santa não só ofendeu nossa querida Ministra Dilma Rousseff, mas também todas nós, Senadoras, enfim, todas as mulheres do País.

Não é possível, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, continuarmos aceitando essas manifestações de pessoas machistas que não entendem que esse seu gesto pode desencadear atos e mais atos de violência de homens que pensam dessa maneira contra todas as mulheres deste País. Por isso, esta Casa deve repudiar esse gesto publicamente.

Solicito, Sr. Presidente, a retirada dos Anais do Senado Federal dos termos utilizados pelo Senador contra a Ministra Dilma. Não posso permitir, como mulher, avó, mãe e militante da causa feminina, que essa situação seja tratada como mais um dos gracejos de um Senador da República, que demonstra direcionar suas críticas para atingir a honra da Ministra, exatamente por se tratar de uma mulher, porque, se fosse um homem, não seria uma “galinha cacarejante”, com certeza.

Espero, Senador Mão Santa, até pelo trato que temos pessoalmente, que V. Ex<sup>a</sup> tenha refletido sobre suas palavras e que reveja o que foi dito.



O Senado Federal sempre foi conhecido por ter uma composição madura e ponderada, sem espaços para esses absurdos. Faço um apelo ao bom senso do Senador para que se retrate sobre esse episódio.

Esta Casa não pode ter esta mácula, de uma mulher ter sua dignidade atingida publicamente por um Senador. Como coordenadora da bancada feminina do Senado, estou encaminhando uma nota de repúdio às palavras do Senador, como forma de garantir que atitudes como essas não mais ocorram.

Tomamos essa atitude para que sirva de símbolo e para que não seja simplesmente esquecido esse episódio, porque são esses pequenos deslizes no discurso, que para muitos não têm significado, que revelam a situação da mulher na sociedade.

Repito que tal discurso reduz a mulher, legitima a violência e a discriminação. Portanto, não pode ser tolerado.

Lerei o ofício que estou encaminhando ao Senador Mão Santa:

Senhor Senador,

A bancada feminina do Senado Federal vem repudiar vossas palavras proferidas durante a Sessão do Plenário no dia 02 de abril do corrente ano, onde foram utilizadas palavras extremamente pejorativas, preconceituosas e que somente vêm reforçar a discriminação contra a mulher.

Durante o debate nesta Casa, não podemos aceitar qualquer manifestação que possa rebaixar ou ridicularizar quem quer que seja, especialmente quando os termos utilizados não têm outra conotação senão a redução da condição feminina e um ataque direto à honra da Ministra Dilma Rousseff.

Não é preciso dizer que, em nosso país, o termo “galinha” nunca terá outra conotação que não pôr em dúvida a honra e a moral da mulher.

Não podemos aceitar [não vamos aceitar] que tal ataque fora proferido do Plenário do Senado e, principalmente, por um Senador da República, desta forma exigimos [a Bancada exige] que seja feita a devida retratação e um pedido formal de desculpas. Aceitamos a divergência e que o senhor não concorde com o trabalho da ministra e a crítica do ponto de vista profissional, mas a utilização de termos que ataque a honra e a moral da mulher Dilma Rousseff ou de qualquer outra pessoa não [nunca] será tolerado nesta Casa.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, infelizmente, regimentalmente, a Senadora Serys estava falando para uma comunicação inadiável. Por essa razão, S. Ex<sup>a</sup> não lhe poderia conceder o aparte.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno do Senado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra pela ordem? Quero colaborar, Sr. Presidente. Esse clima é a potencialização de um episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

A Senadora Serys, seguindo um marqueteiro do PT, está tentando transformar o episódio no fim do mundo. Evidentemente, Senadora Serys, o termo “galinha” pode ou não ter sentido pejorativo. Não quero crer que o Senador Mão Santa, pela sua formação, tenha usado o termo no sentido pejorativo, mas, sim, para demonstrar que, por escolha do próprio Presidente da República, a Ministra foi a escolhida para anunciar as obras. No Nordeste, fala-se muito da grande diferença entre a pata e a galinha: uma canta; a outra, não. Daí por que ninguém busca o ovo da pata. Então, as mentes sujas e enlameadas de alguns é que levam sempre para o sentido do mal.

Quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que me desculpe, mas o assunto foi turbinado além do que deveria ter sido. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que a dimensão que a ele se deu aqui, fazendo inclusive com que a sessão fosse suspensa, não cabia para o fato. O Senador Mão Santa não teve sequer – o que era seu objetivo e seu desejo – a oportunidade de, ontem, explicar-se sobre o porquê do uso daquele termo. Poderão dizer apenas que a expressão tenha sido infeliz, mas não ofensiva à mulher brasileira! Os defensores da igualdade não podem também, numa hora como essa, usando esse artifício, tentar sensibilizar a opinião pública com um

fato que não tem a dimensão que os senhores estão querendo dar.

Aliás, houve mudança de estratégia: V. Ex<sup>as</sup> estavam ausentes do plenário, o Dr. Gilberto Carvalho puxou as orelhas do Partido, disse que o Partido estava ausente e não defendia a Base do Governo – isso ocorreu na sexta-feira –, e, de segunda-feira para cá, V. Ex<sup>as</sup> se transformaram, pois estão todos aqui de plantão, todos atônitos. Hoje, cometeram um pecado grave – Gilberto Carvalho até chamou, e já há gente lá no Palácio para puxar as orelhas: dormiram muito. Estou comprando um despertador e vou entregá-lo amanhã para o Senador Romero Jucá, para lembrar que as sessões da Casa começam às 9h. Chegar às 11h?! Sei que é bem melhor passar pelos Ministérios: lá há cargo, liberação de verba e uma série de coisas, não é, Senadora Serys? Mas a obrigação parlamentar se dá aqui.

Hoje, foi outra pantomima, Senador Suplicy: aprovaram uma convocação da Ministra, e foi um deus-nos-acuda! V. Ex<sup>as</sup> estão expondo demais a Ministra Dilma Rousseff. Penso que S. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa que se defende sozinha, que tem competência. Essa blindagem excessiva não é própria de quem, segundo a Líder do seu Partido, quer se lançar candidata à Presidência da República. Ora, se quer ser candidata, tem de prestar conta, tem de se aproximar. Essa blindagem, essa tropa de choque de terceira categoria que se colocou para proteger a Ministra não faz bem ao perfil dela. Se S. Ex<sup>a</sup> se defendeu sozinha nos anos de chumbo da ditadura, por que não há de se defender também na democracia? Parem com isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse, então.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vou concluir, Senador Suplicy.

Compreendo a sofreguidão e o afã desse pessoal em defender a Ministra Dilma. Já estão pensando...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É para que V. Ex<sup>a</sup> conclua, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Estou apenas esperando o som. Muito obrigado.

Já estão pensando, evidentemente, nos cargos, nas mordomias do próximo governo, mas que vão com mais vagar, com mais jeito!

Tenho a maior admiração pela Ministra Dilma, torço para que S. Ex<sup>a</sup> não saia, porque, ao sair, será substituída por um aloprado, será substituída por um mexeriqueiro, e é muito melhor que S. Ex<sup>a</sup> fique ali. Mas deixem a moça trabalhar!

**A SRA. Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Concordo totalmente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Os puxa-sacos ficam soprando para a Ministra Dilma o que acontece e o que não acontece aqui. Daí, eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já fez!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – ...para que esse episódio do Senador Mão Santa, já explicado ao Corregedor da Casa, fosse dado por encerrado. Caso contrário, vamos ao Conselho de Ética ouvir, então, a opinião da atingida, que é a Ministra Dilma, e a do Senador Mão Santa. É o que resta fazer.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI.) – Eu já havia pedido antes a palavra pelo art. 14 do Regimento.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Tudo bem, o Senador pediu a palavra antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Serys, como V. Ex<sup>a</sup> mencionou em seu pronunciamento o Senador Mão Santa...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sim, concordo totalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, obviamente, cabe a S. Ex<sup>a</sup> o direito à palavra, que lhe será concedida.

Inclusive, hoje, no início da sessão, pessoalmente, fiz um apelo de esclarecimento ao Senador Mão Santa. Quem sabe, Senador Mão Santa, seja esta uma oportunidade, para que V. Ex<sup>a</sup> esclareça aquilo que o próprio Senador Pedro Simon, seu amigo, disse há pouco. Mas outra coisa é V. Ex<sup>a</sup> mesmo dizer. O Senador Pedro Simon, há pouco, disse aqui que, de maneira alguma, V. Ex<sup>a</sup> quis fazer qualquer ofensa à Ministra Dilma Rousseff.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> nos procurou, fez uma carta, e eu esclareci.

Atentai bem: não vim aqui por medo de chantagem emocional. Tenho 65 anos de idade, e, ao longo desses 65 anos, minha cidade, meu Piauí e o Brasil sabem da estima que tenho pelas mulheres. Atentai bem: fiz o que tinha de fazer, fiz um paralelo entre um tempo que existiu – e sou profundo conhecedor da história, dos tempos da Alemanha nazista, de Goebbels, de Hitler, da Segunda Guerra – e o nosso tempo. Isso houve. Houve aquele imbróglio em que a Líder, useira e vezeira de ser agressiva e de querer intimidar,

agrediu-nos ontem, atemorizando-nos de que iam nos processar. Podem processar!

Tive o cuidado de reler o discurso. Senador Mozarildo, nunca pensei que fosse capaz de fazer um pronunciamento de tanta profundidade, fazendo um paralelo da história que existiu – e eu a conheço – com o que vivemos hoje. Eu disse que havia, no partido de Hitler, Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, uma semelhança. Peguei o livro escrito por ele, em que ele dizia que escolheu o vermelho. O vermelho é adotado pelos que estão no poder. Disse que eles não são como Sarney: “Brasileiras, brasileiros”; “Meus senhores, minhas senhoras”; “Minha gente, meu povo”; “Companheiros e companheiras”. E, naquele tempo, todo mundo sabe – quem estuda, e estou no meio deles, porque acredito no estudo e no saber, atentai bem! –, existiu um comunicador que iludiu Hitler. Goebbels disse que uma mentira repetida se torna verdade. E analisei a semelhança. Eles tinham um grupo – atentai bem! – que cacarejavam, e são as galinhas que cacarejam antes de pôr ovo e depois de pôr ovo.

Então, o que fiz? Peguei o pronunciamento e o entreguei ao Corregedor da Casa, com cem *e-mails* de mulheres bem-amadas, maravilhosas, felizes, como foi minha mãe e como são minha esposa Adalgisa, minhas três filhas mulheres e minhas quatro netas. Tenho uma vida dedicada à especialização de Obstetrícia e de Ginecologia.

Mas a ignorância é audaciosa. O livro é alemão. Sei que aqui se diz que “galinha” é namoradeira, não sei o quê. Mas nunca nem as namoradeiras eu atingiria. Nunca, na minha vida, eu faria isso! Podem vasculhar! Linguagem é um ponto de desentendimento – Antoine de Saint Exupéry.

Camata, aqui chegou Flávio Arns, um dos mais puros dos nossos, e disse: “Eu me canso de dizer para a minha mulher: ‘Você é uma galinha choca’”. É porque gosta dos filhos. É uma expressão, como “galinha dos ovos de ouro”. Pode uma pessoa dizer: “Dona Adalgisa é a galinha dos ovos de ouro dos votos do Mão Santa”. Longe de imaginar qualquer outra coisa! Mas se a carapuça serviu... Essa senhora, todo mundo a respeita, e respeito todo mundo e ela.

O autor do livro, quando diz “cacarejar”, compara com a galinha que põe ovos. Mas é um militante! O Luiz Inácio, com todo o respeito, é uma galinha cacarejadora, pois fica falando... É isso o que quero dizer. Refiro-me a homens e a mulheres; não há sexo nisso. Jamais foi essa minha intenção. Desafio... As mulheres me conhecem. Eu as amo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou dar mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup> concluir, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peguei o discurso, e o Mozarildo estava do lado. Ô discurso bem-feito! Quero que publique – é um dos melhores discursos – essa analogia. Perfeito! No dia 12, recebi cem *e-mails* de mulheres do Brasil. Eu sei o que digo. Eu preparei e estudei. É esta a linguagem da interpretação que se deu: a do simbolismo. Não há questão de sexo nisso, não.

O Demóstenes, que é culto, na hora da confusão, gritou dali: “O Luiz Inácio é galinha cacarejadora”. É um militante do Goebbels. Estou dizendo que S. Ex<sup>a</sup> quis dizer, no raciocínio dele, que não há questão de sexo nisso. É um militante do Goebbels.

Peguei o livro e, como disse ontem, entreguei-o à Casa, ao Corregedor. Então, isso compete ao Corregedor.

Pensei e vim dizer isso, mas estou vendo que não é só o Luiz Inácio que não gosta de ler e de estudar, não, mas são todos eles. A ignorância é audaciosa. Sócrates disse: “Só há um bem, o saber. Só há um grande mal, a ignorância”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço que V. Ex<sup>a</sup> conclua.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Isso eu dei ao Corregedor. Que nos levem para o Conselho de Ética!

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou conceder a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

Apenas gostaria de fazer uma observação, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa o livro de Adolf Hitler **Minha Luta, Mein Kampf**, para que aqui se averiguasse qual foi a passagem em que houve referência ao termo que V. Ex<sup>a</sup> utilizou. Na página assinalada e sublinhada por V. Ex<sup>a</sup>, está escrito, de fato, a palavra – vou citar a frase:

Não podiam eles ficar sossegados quando tinha uma notícia nova; costumavam, a maior parte das vezes, cacarejar antes mesmo de pôr o ovo. Quantas e quantas vezes já tínhamos feito os preparativos mais importantes sem que os comandantes rubros do corpo de bombardeio o suspeitassem nem de leve.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> note, portanto,...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Isso é a interpretação do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> pediu que eu...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É a interpretação do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. V. Ex<sup>a</sup> note que a palavra que fez as Sr<sup>as</sup> Senadoras ficarem ofendidas não está aqui mencionada.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Suplicy...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Vou falar pelo art. 14 do Regimento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Suplicy...

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

Senador Heráclito Fortes...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, essa é a parte interpretativa de V. Ex<sup>a</sup>. O que o Presidente da República quis dizer ontem...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, quem vai ter a palavra é a Senadora Serys Slhessarenko, por haver sido mencionada. Então, por favor... S. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É pejorativo, sim, chamar uma mulher de “galinha”. Em nosso País, isso é pejorativo, sim. Uma Ministra ser chamada de “galinha” por um Senador da República é muito grave! Tem de parar com essa história de minimizar as coisas! É grave, porque o Brasil inteiro vê e ouve. Espero que respeitem, porque queremos que o Senado da República seja respeitado. Portanto, foi extremamente desrespeito chamar a Ministra Dilma Rousseff de “galinha”.

Ali, na **Mein Kumpf, na Minha Luta**, de Hitler, o grande fascista do mundo, está escrita, sim, esta história, na pág. 304, se não me engano: “A cada notícia nova, cacarejavam os seus comandantes...”. Não existe lá a palavra “galinha”, não! Não vem querer dizer agora que há a palavra “galinha” ali escrito, porque não há, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Gerson Camata tem a palavra, por favor.

Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> já teve a oportunidade de falar.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de deixar claro aqui que isso, Senador, estimula e incentiva a violência contra as mulheres no Brasil.

Não aceitamos isso!

Peço-lhe, Senador Mão Santa, que se engrandeça como homem, que se retrate, e V. Ex<sup>a</sup> sairá como grandioso neste País. Não permaneça com essa sua insistência! As organizações de mulheres do Brasil inteiro estão rebeladas, e a repercussão será muito grande contra o Senado da República. Retrate-se, Senador, e V. Ex<sup>a</sup> se engrandecerá diante dos nossos olhos, diante do Senado e diante das mulheres de nosso País!

*O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Senador Gerson Camata, com a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Tião Viana, o Senador Eduardo Suplicy estava presidindo, e eu pediria que o Senador Camata...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Tem um orador na tribuna, Senador Heráclito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, S. Ex<sup>a</sup> concorda, queria contar com a sua...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Eu não posso concordar, porque senão desmoralizamos...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Em defesa da galinha, o bicho.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – O Senador Gerson Camata tem a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Senador Tião Viana,...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Não posso aceitar; não posso aceitar porque é desmoralização da tribuna e do Senado. Não podemos insistir nessa prática de não ter a autoridade do Regimento na Casa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas ele concordou, Senador!

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – O Senador Camata tem a palavra, ou então ele a renuncia, aí V. Ex<sup>a</sup> passa a ter direito à palavra se ele renunciar da tribuna.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) (*fora do microfone*) – Eita, Clóvis Carvalho que muda a cabeça das pessoas! Parabéns!

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente, não estamos vivendo os melhores dias das tradições históricas, seculares, do Senado Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, até para acalmar os nervos e acalmar o Plenário, referir-me à solenidade, realizada na última terça-feira, que marcou os 200 anos da instituição, pelo Príncipe Regente Dom João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Foi a primeira Corte instalada na América do Sul, pelo Príncipe Regente, e foi o embrião de todas as Cortes superiores brasileiras.

E lá, na vila militar, o Superior Tribunal Militar realizou uma belíssima cerimônia, em que alguns foram agraciados com menção honrosa, com menção de distinção e com medalhas alusivas àquela data, inclusive o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Eduardo Suplicy, que se encontram presentes neste plenário. Mas gostei muito de ver agraciado também o Príncipe Dom João de Orleans e Bragança, tataraneto do Príncipe Regente, Rei do Brasil, Portugal e Algarves, Dom João VI. Foi o reconhecimento do que representou para o Brasil a família real brasileira, a família Orleans e Bragança.

Essa Corte, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Conselho Supremo Militar e da Justiça, foi presidida pelo Marquês de Tamandaré, pelo Duque de Caxias e pelo Ministro Salgado Filho. Portanto, o embrião de todas as Cortes supremas do Brasil merece os cumprimentos da Casa e do Senado Federal pela realização desse importante evento que marcou os 200 anos da instituição da primeira Corte brasileira.

Sr. Presidente, peço à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Mão Santa que permitam que quem de direito está na tribuna possa proferir seu discurso. Logo ali atrás, há um compartimento em que eles podem fazer a oração paralela, a sala do cafezinho, onde é melhor para os dois e menos deselegante para quem está na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há orador na tribuna. Peço que seja assegurada a palavra ao orador, o Senador Gerson Camata.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou me referir agora a fatos que estamos acompanhando e que estão ocorrendo fora do Brasil e, ul-

timamente, até na Europa, com cidadãos brasileiros. Vimos o processo que ocorreu na Espanha: brasileiros maltratados, retidos em aeroportos, passando fome, alguns mandados para cárceres, como se marginais fossem. Vimos, agora, na Irlanda e em alguns outros países europeus, a ocorrência de fatos lamentáveis, o que obrigou as autoridades brasileiras a praticarem idênticos atos cruéis contra cidadãos espanhóis e irlandeses.

Pois bem. Nesta oportunidade, vou citar, e creio que merece o reconhecimento do Parlamento brasileiro, a atitude da Itália como nação. A Itália, baseada na história do Direito Romano, do **ius sanguinis**, concede a todos os descendentes de italianos, netos, bisnetos, tataranetos, pelo direito de sangue, a cidadania do país, o passaporte do país. Se Portugal desse a todos os brasileiros descendentes de portugueses a cidadania portuguesa, não haveria esse problema com os cidadãos brasileiros na Europa. Se a Espanha tivesse o mesmo gesto de nobreza que a Itália tem, de conceder a seus descendentes que fugiram para cá, às vezes perseguidos, e que o Brasil recebeu de braços abertos, às vezes até sem passaporte, sem nada, logo após a Segunda Guerra Mundial, se a Espanha tivesse o gesto nobre de dar a seus netos, bisnetos, tataranetos espanhóis a cidadania espanhola, a Inglaterra fizesse o mesmo com os descendentes de ingleses, e os franceses com os descendentes de franceses, não veríamos esses fatos lamentáveis acontecerem, mas veríamos brasileiros, espanhóis, italianos, ingleses e americanos serem cidadãos de um mundo, cidadãos da raça humana, cidadãos do universo inteiro, como filhos de Deus que somos todos nós.

Entretanto, Sr. Presidente, a nação italiana concede mais um direito: aquele que adquiriu a cidadania italiana, embora nascido no Brasil, na Argentina, no Uruguai, em qualquer país do mundo, pode votar nas eleições que se realizam agora na Itália. Nós, descendentes de italianos, como a Senadora Rosalba Ciarlini, vamos votar para presidente, para senador e para deputado federal da Itália. E temos outro direito que a Itália concede, o de elegermos um brasileiro senador e um brasileiro deputado federal no Parlamento italiano.

Veja que beleza, se pudéssemos, nós, brasileiros, eleger um brasileiro no Parlamento da Espanha, um brasileiro no Parlamento de Portugal, para defender os nossos concidadãos que são presos, maltratados e expulsos desses países. A beleza da democracia italiana, cuja cidadania é baseada não no fato de ter

nascido, mas no do **jus sanguini**, do direito de sangue, é um exemplo que devemos admirar e que deve ser levado para todos os países do mundo.

Sr. Presidente, observo agora a legislação italiana. É interessante que os descendentes de italianos e os cidadãos italianos, a partir dos 18 anos de idade, possam votar para todos os cargos. Lá, o regime é parlamentarista. Vereadores escolhem o prefeito, deputados escolhem o primeiro-ministro e presidente da Itália. Pois bem. Para votar para senador é preciso ter, no mínimo, 25 anos. Ou seja, exige uma graduação. A partir de 18 anos, você vota para todos os cargos; mas, para senador, só pode votar quem completou 25 anos.

Sr. Presidente, neste momento, cumprimento a nação italiana e o Governo da Itália por manter esses direitos, apesar da pressão de alguns países da Comunidade Européia. Ao considerar e conceder o direito de voto, o direito de brasileiros elegerem um brasileiro senador na Itália e um brasileiro deputado federal na Itália, morando no Brasil, mas atuando naquele Parlamento, dá a Itália um exemplo ao mundo de como deve ser a convivência entre os cidadãos do mundo inteiro.

Esse exemplo deveria prosperar também para outras nações, pois a Itália, ao conceder a cidadania italiana àquele descendente de italiano, faz com que ele se torne, com seu passaporte, cidadão também da Inglaterra, da França, da Espanha, da Tchecoslováquia, de todos os países da Comunidade Européia, podendo residir, trabalhar e exercer qualquer atividade em todos esses países. Poucas nações fazem isso. A Alemanha deveria fazer com os descendentes de alemães, tantos que são eles no Espírito Santo. A Espanha deveria fazê-lo, ao invés de colocar os brasileiros para fora. Portugal deveria fazer isso, porque todos nós descendentes de portugueses seríamos cidadãos da Espanha, de Portugal, da Itália, da França, da Noruega, de todos os países que participam da Comunidade Européia.

Em uma época em que os países superdesenvolvidos começam a perseguir, a criar guetos em que apenas eles podem morar, apenas eles podem residir, que se levante para o mundo o exemplo que a Itália está dando de cidadania universal, concedendo o direito de ser cidadão, de votar, de ser representado no seu Parlamento. Um exemplo único para o mundo que deveria ser copiado e imitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, por cinco minutos. A seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

S. Ex<sup>a</sup> fala como Líder, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aqui fazer um relato, ainda que breve, da realização da Conferência sobre a Cooperação contra os Crimes Cibernéticos, os crimes cometidos com as novas tecnologias. A presença brasileira – tive a honra de representar o Senado, juntamente com o Deputado Colbert Martins – nos mostra, entretanto, que estamos muito atrasados no encaminhamento do assunto.

A Conferência teve a presença de 150 representantes de 58 países. Países com economia ou importância política menor que o Brasil aderiram há mais tempo à Convenção de Budapeste, que é a Convenção Internacional que trata da questão do combate aos crimes, que estão cada vez mais aumentando, cometidos via Internet, via redes de comunicação como um todo.

A orientação final da Conferência é no sentido de que novos países façam parte dessa Convenção. Tenho aqui comigo o mapa que mostra que todos os países da Europa já a assinaram, bem como os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul e o Japão, enquanto que, na América, o México e a Costa Rica já estão com o pedido de participação em andamento. Quanto ao Brasil, a proposta parlamentar está sendo aqui discutida. Ela já foi aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e foi aprovada, também, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. No momento, está na Comissão de Assuntos Econômicos, e o Senador Aloizio Mercadante me afiança que, nos próximos dias, poderemos colocá-la em votação.

Entre os diversos crimes que estão agora sendo tipificados, está a posse de material de pornografia infantil, que, inclusive, neste momento, é objeto de uma CPI no Congresso Nacional, da qual participo. É fundamental que tenhamos uma legislação adequada para podermos enfrentar uma questão como a pedofilia. Se não a tivermos, teremos dificuldade de ter a troca de informações, já que muitos desses crimes são cometidos transfronteiras, a partir de outros países e do próprio Brasil.

Estamos com uma proposta já bem avançada, depois de ter havido vários mal-entendidos e de terem sido aceitas por nós várias alterações. Hoje, já

tenho um projeto que altera oito instrumentos legais, com treze tipos de crimes que estão sendo incluídos na nossa legislação penal.

A participação brasileira, portanto, além de ser no sentido de acelerar a votação aqui no Congresso – na Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, deve dar-se na instância do Governo Federal.

Em dezembro de 2006, a requerimento meu, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional solicitou informações ao Ministério das Relações Exteriores, que informou, em março, que ainda estava analisando. A posição continua a mesma ainda hoje: continua analisando a adesão do Brasil, ou não, à Convenção de Budapeste. Enquanto isso, as organizações criminosas se beneficiam da ausência de uma legislação no País.

Sr. Presidente, quero entrar num outro ponto que me preocupa muito. Vemos a situação brasileira, felizmente boa, do ponto de vista da economia, da criação de empregos, do crescimento da classe média, com a chamada classe C. Isso tudo está bem, o Brasil está caminhando bem, o Presidente Lula está com boa aceitação popular; agora, não podemos perder esses momentos, não podemos permitir que haja uma guerra permanente, como temos visto. Não dá para entender como o Presidente Lula, num momento bom para o País, bom para ele, pessoalmente, apresenta um comportamento raivoso, atacando a oposição, querendo envolver o governo do PSDB em fatos. Não podemos deixar que a política fique tão pequena, como está caminhando.

Da minha parte, o Presidente é testemunha, tenho procurado fazer aqui o que chamo de uma oposição inteligente. Recuso-me a fazer uma oposição como a do PT nos seus momentos mais agressivos, aquela oposição de que V. Ex<sup>a</sup> não fazia parte, uma oposição realmente especializada em buscar o “quanto pior, melhor”.

Vemos que existem coisas boas, sim, mas temos aqui, por exemplo, os dados de crescimento da América Latina no último ano. O Brasil cresceu 5,12%. Ótimo! Agora, vamos ver os outros países: a Argentina cresceu 8,5; o Chile, 5,8%; a Colômbia, 6,6%; o México, o único a menos do que nós, 3,1%; o Peru, 8,3%; o Uruguai, 7,25%; a Venezuela, 8,4%.

Portanto, estamos bem? Estamos, reconheço que o Brasil está bem. Agora, não vamos permitir que se perca essa oportunidade com esse envenenamento das relações com a oposição, ou com essa questão

de voltarmos a ter gastos em excesso do ponto de vista de governo.

Tenho aqui comigo também o artigo de Júlio Senna...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – ...em que ele fala da questão da era do crédito e mostra que, realmente, os choques de antes não mais se verificam e que, em conseqüência, a confiança se generaliza: os empresários investem, apostando que vão continuar a vender bem; os banqueiros emprestam, acreditando que não haverá calote; e as famílias não temem contrair dívida, porque não vêem mais o fantasma do desemprego. É fato, isso está acontecendo no Brasil. Agora, está acontecendo por uma ação de todos, não só do Presidente Lula. É do Presidente Lula, inclusive, reconheço que sim, mas também por ações do Presidente Fernando Collor, do Presidente Itamar Franco, que substituiu Collor, e do Presidente Fernando Henrique. São ações que fizeram com que o Brasil se transformasse num país normal.

Não podemos, agora, achar que se vai poder elevar o gasto governamental sem nenhum custo. É evidente que, quanto mais o Governo gasta, mais pesada fica a carga tributária. Ficando mais pesada a carga tributária, são menos empregos, menos investimentos.

Quero fazer aqui, Sr. Presidente, aproveitando essa...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Aproveitando o tema que trago aqui, que é a necessidade de um andamento mais rápido das questões ligadas aos crimes cibernéticos, aos crimes de informática, inclusive à pedofilia, que tenhamos a visão de que o Brasil está, realmente, num momento de respeito, mas não pode perder esta oportunidade que a situação internacional propiciou, que é a continuidade de políticas de estabilidade no País.

Não dá para termos um clima de guerra, em que o Governo acusa a oposição, em que o Governo quer gastar o mais possível e não quer mais que se investiguem sindicatos. Quer que volte a existir uma linha trabalhista, que já é ultrapassada, com excesso de regulamentações, ao contrário do que o mundo tem demonstrado. Temos que ter mais liberdade para mais investimentos, para que haja, com isso, a continuidade do crescimento econômico do Brasil.

Lembro, mais uma vez, que o Brasil, conforme mostrei, cresceu, sim, mas menos do que quase todos os outros países da América Latina.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos. A seguir, falará a Senadora Ideli Salvatti, como Líder.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para agradecer ao Ministro Celso Amorim a atenção e a gentileza com que, na última segunda-feira, recebeu-me em audiência, juntamente com A SRA. Carolina Larriera. Na ocasião, conversamos sobre a inauguração da Fundação Sérgio Vieira de Mello, em Genebra, na Suíça, e do Centro Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro.

No encontro em questão, o Ministro Celso Amorim relatou vários episódios de seu longo convívio e amizade com Sérgio, inclusive a afinidade que ambos tiveram ao longo de suas vidas pela construção de um mundo onde possam prevalecer a justiça e a paz entre os povos e as nações.

Lembrou o Ministro Celso Amorim que o tempo em que foi o Embaixador do Brasil nas Nações Unidas foi também aquele em que Sérgio Vieira de Mello era ali um alto funcionário do Comissariado de Direitos Humanos. Eis que, quando o Ministro Celso Amorim, deixou sua missão diplomática na ONU, houve uma manifestação dos funcionários da ONU em homenagem a ele. E, naquela oportunidade, foi justamente Sérgio Vieira de Mello quem lhe deu um presente, que ele guarda em seu gabinete e que até nos mostrou: um relógio de mesa especialmente bonito.

Também gostaria de registrar que enviei ao Ministro Celso Amorim carta das Sr<sup>as</sup> Gilda Vieira de Mello e Carolina Larriera, respectivamente, mãe e companheira de Sérgio Vieira de Mello. Nesse documento, estão expostas razões relevantes acerca do direito de homenagem ao filho e companheiro.

O Ministro Celso Amorim e sua filha, Anita Amorim, que são, respectivamente, Conselheiro e Diretora da Fundação Sérgio Vieira de Mello, relataram-nos sua disposição, como amigos e admiradores – ele, também como Ministro –, de sempre apoiar as homenagens que têm sido prestadas a Sérgio Vieira de Mello na Suíça e em outros países.

O Ministro esclareceu que, inclusive, o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o convidou para compor o Conselho da Fundação Sergio Vieira de Mello.

A Fundação Sergio Vieira de Mello, que foi criada em Genebra recentemente, informa em seu *site* ser regida pelo Código Civil Suíço, tendo atuação nacional e internacional, além de ter registro comercial e ser monitorada por autoridade competente. A princípio, isso poderia significar que qualquer iniciativa de utilizar ou mesmo homenagear o nome Sergio Vieira de Mello necessitará autorização da referida fundação para direito de uso de imagem.

Em verdade, pelo Código Civil Brasileiro e pelo entendimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, que eu próprio consultei, o que está explicitado pelo Código Civil da Suíça não tem validade legal em nosso País.

De qualquer maneira, para prevenir que haja alguma ação de embaraço, como o Ministro Celso Amorim é membro do Conselho dessa fundação, considero relevante possa S. Ex<sup>a</sup> alertar os demais membros acerca da necessidade de se garantir que homenagens à memória de Sergio Vieira de Mello, de iniciativa de sua mãe e de sua companheira, não sofram qualquer impedimento. Da mesma maneira, o que é mais do que natural, como sua ex-mulher, Annie Vieira de Mello, e seus filhos, Laurent Vieira de Mello e Adrien Vieira de Mello, tiveram a iniciativa de criar a Fundação Sergio Vieira de Mello, que tem por finalidade promover ações na direção daquilo que Sérgio Vieira de Mello propunha, como instituir instrumentos de justiça que possam levar à paz, que vai prover bolsas de estudos a estudiosos desses assuntos, é importante que também brasileiros e pessoas em todo o mundo tenham a liberdade de organizar homenagens a Sérgio Vieira de Mello.

Quando de minha recente visita ao Iraque, nos últimos dias 16 e 17 de janeiro de 2008, o Presidente do Conselho de Representantes do Iraque, Mahmud al Mashhadani pediu que eu transmitisse a todos os familiares de Sérgio Vieira de Mello que em breve o Iraque realizará uma justa homenagem ao brasileiro que tanto se distinguiu por seus esforços para a concretização da paz no Iraque.

Avalio que será de extrema importância que o Governo brasileiro assegure a criação do Centro Sérgio Vieira de Mello, proposto pelo Presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, em sua última visita ao Brasil. O Centro, a ser inaugurado no Rio de Janeiro em agosto próximo, contará com a presença do próprio José Ramos Horta e do Bispo Desmond Tutu, ambos



laureados com o Prêmio Nobel da Paz, bem como de outras personalidades tais como Louise Arbour, Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, e outros sucessores de Sérgio naquele posto; além de Luis Moreno Ocampo, Fiscal da Corte Penal Internacional; Hilde Frafjord Johnsson, ex-Ministra do Desenvolvimento da Noruega e atual Vice-Diretora Executiva da Unicef; Bárbara Hendricks, cantora lírica e embaixadora da boa-vontade do ACNUR; Mario Vargas Lhosa, escritor; Kerry Kennedy Cuomo, ativista, que também estão entre as várias personalidades que integrarão a diretoria do Centro.

Essa instituição é uma iniciativa para promover a cultura da paz, atuando como fonte de inspiração e de **mentorship** para as novas gerações, dando oportunidade para que os jovens se inspirem no exemplo de Sérgio, qual seja o de buscar soluções de consenso nas situações de conflito. O enfoque maior deverá ser nas questões Sul-Sul, onde ele acreditava existirem as maiores necessidades e onde ele fazia tanto sucesso.

O Centro deverá ser mais uma entidade, juntamente com as já existentes, criada para difundir os ideais de Sérgio Vieira de Mello com vistas à solução pacífica dos conflitos e em defesa dos direitos humanos e da paz.

Nessa esteira, o Centro brasileiro será uma legítima e justa homenagem que a sua Pátria lhe conferirá, abrigando a memória de sua história de vida e de sua luta em prol da humanidade.

Aproveito ainda a oportunidade para registrar o lançamento, nos Estados Unidos, do livro intitulado **Chasing the Flame: Sérgio Vieira de Mello and fight to save the world**, que será publicado no Brasil pela Companhia das Letras em agosto próximo, que é a biografia de Sérgio Vieira, escrita por Samantha Power, ganhadora do Prêmio Pulitzer. A obra é fruto de quatro anos de pesquisa e de mais de quatrocentas entrevistas, e onde ela narra as experiências de Sérgio, como funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) na Sérvia, em Bangladesh, na Tailândia, no Camboja, em Moçambique, no Sudão, no Líbano, na Iugoslávia, no Peru e em outros países, sempre ajudando pessoas que fugiam de guerras e massacres.

Samantha Power relata que Sérgio Vieira de Mello foi o primeiro administrador internacional do Kosovo, o que lhe rendeu o apelido de “vice-rei” e o levou à sua missão seguinte: conduzir o Timor Leste. Também escreve que, não fosse a terrível morte no Iraque em 2003, Sérgio Vieira de Mello teria che-

gado a postos mais altos em sua brilhante carreira internacional.

Eu próprio tive a oportunidade de testemunhar quando o Presidente José Ramos Horta, em 28 de janeiro último, numa recepção organizada por Carolina Larriera, no Rio de Janeiro, transmitiu-nos o quanto ele testemunhou o esforço, o valor de Sérgio Vieira de Mello em conduzir o Timor Leste, desde a independência em relação à Indonésia, quando ali houve a eleição da Assembléia Constituinte, e até o momento em que o Presidente Xanana Gusmão assumiu. José Ramos Horta ressaltou o papel extraordinário desse brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, que, aliás, sempre fez questão, embora pudesse ter a nacionalidade suíça, francesa ou europeia, sempre preferiu manter-se como um brasileiro. Nessa mesma oportunidade, o Presidente José Ramos Horta explicou o testemunho que tivera do companheirismo entre Carolina e Sérgio.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, registrando e pedindo que seja inserido nos Anais do Senado o bonito artigo de Contardo Calligaris, hoje, na **Folha de S. Paulo** sobre “O sonho de Martin Luther King”, recordando, Sr. Presidente, que amanhã teremos o aniversário de 40 anos da morte trágica, por assassinato, de Martin Luther King Júnior, que, justamente, colocou os ideais de que um dia, em breve, “brancos e negros, judeus e gentios, protestantes e católicos, descendentes de escravos e de donos de escravos, todos viveriam em harmonia, sentados à mesa da irmandade”. Um sonho também de Sérgio Vieira de Melo que, conforme ele assiná-la, está sendo tão bem colocado por Barack Obama, o candidato que vem surpreendendo nas prévias do Partido Democrata para a escolha do seu candidato. Aliás, entre dois brilhantes candidatos: Hillary Clinton e Barack Obama, que está fazendo com que muitos de nós, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que gostamos de ver prévias e debates para a escolha do candidato, ali tenhamos um exemplo tão bonito de debates, de exercício da democracia, que fará com que os Estados Unidos possam escolher entre John McCain, Hillary Clinton ou Barack Obama qual sucederá o Presidente George Walker Bush.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Tião Viana.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

O amor é o agente da modernidade: os sentimentos vencem os preconceitos das tribos

# O sonho de Martin Luther King

CONTARDO CALLIGARIS

**A** MANHÃ FARÁ 40 anos, dia por dia, desde o assassinato de Martin Luther King, em Memphis, Tennessee.

Em 1963, cinco anos antes de sua morte, King contara seu sonho aos manifestantes da marcha sobre Washington: ele imaginava um futuro em que “brancos e negros, judeus e gentios, protestantes e católicos”, descendentes de escravos e de donos de escravos, todos viveriam em harmonia, sentados “à mesa da irmandade”. Nesse futuro, cada um seria julgado por seus atos e por seu caráter, não pela cor de sua pele, pela herança de sua etnia ou por sua fé.

King pedia que os EUA e o mundo moderno se mostrassem à altura de suas próprias declarações fundadoras: por exemplo, a Constituição dos EUA.

Ao longo das últimas quatro décadas, muitas coisas mudaram. Um balanço rápido constataria, sem otimismo excessivo, que o preconceito e a discriminação das diferenças retrocederam. Foi o efeito de mil lutas, grandes e pequenas, nos Parlamentos, nas ruas e nas padarias da esquina.

Mas as diferenças, durante a própria luta para não serem discriminadas, acabaram se consolidando e nos afastando da irmandade com a qual sonhava King. Em outras palavras, parecemos nos encaminhar para um mundo em que cada indivíduo e cada grupo seriam iguais perante a lei e respeitados em sua diferença, mas em que seria perdido o sentimento de constituirmos juntos algum tipo de comunidade. A sociedade futura seria, então, apenas uma convivência ordeira de diferenças e distâncias irreduzíveis: muito longe

do sonho de King.

Esse sonho reviveu, nestes dias, no discurso de Barack Obama “A More Perfect Union” (a “união mais perfeita”, que era o propósito explícito dos signatários da Constituição dos EUA). Obama é suficientemente atento às diferenças para se lembrar, por exemplo, de que ser filho de imigrante africano não é a mesma coisa do que ser descendente de escravo. Mas, apesar de sua atenção às diferenças, talvez por ser o fruto de um amor inter-racial, ele consegue (novidade absoluta) ser um candidato negro, sem ser um candidato dos negros.

Por isso, muitos americanos talvez vislumbrem nele o símbolo daquela comunidade (não só uma convivência) de diferentes que era o sonho de Martin Luther King.

Não sei se Obama será o candidato escolhido pelos democratas e ainda menos se será eleito presidente.

Quase a metade dos americanos se diz disposta a votar nele; fora dos Estados Unidos, ele é imensamente popular. Será que estamos prontos para o sonho de Martin Luther King logo agora, num momento em que, pelo mundo afora, diferenças religiosas e culturais travam uma luta sangrenta?

Alguns dados encorajadores. No livro “Microtrends” (microtendências, editora Twelve, 2007), de Mark Penn, há um capítulo sobre famílias inter-raciais, que resume uma série de pesquisas recentes.

Em 1970, nos EUA, havia aproxi-

madamente 300 mil casais inter-raciais, ou seja, 0,3% dos casamentos. Em 2000, já eram dez vezes mais, acima de 3 milhões, 5,4% de todos os casamentos. A maioria dos casamentos inter-raciais incluem um indivíduo hispânico (casado com negro ou branco). Mas o tipo de casal inter-racial mais freqüente (14%) é o de um homem branco com uma mulher asiática, seguido pelo casal de um homem negro com uma mulher branca (8%).

As adoções inter-raciais triplicaram. Em particular, nos EUA, o número de crianças confiadas pelos serviços sociais à custódia temporária de pais de uma outra etnia passou de 14% a 26%. É um dado significativo considerando que, dos anos 70 aos 90, as adoções inter-raciais eram acusadas de perpetrar um “genocídio cultural” assimilando “à força” os rebentos de outra etnia.

Qual é a relevância dessa “brasileirização” dos EUA? Pois é, Romeu e Julieta são os protótipos do herói moderno. O amor é o grande agente da modernidade: a vitória do indivíduo contra o peso das tradições é antes de mais nada vitória dos sentimentos, ou seja, de paixões singulares que atropelam os mandatos e os preconceitos das tribos.

Para quem ama, o furor das lutas entre religiões, culturas e tribos que se opõem a seus sentimentos é apenas um resto do passado.

PS: Para ler o discurso de King: <http://usinfo.state.gov/infousa/government/overview/38.html>. Para escutar o discurso de Barack Obama: [br.youtube.com/watch?v=pWe7wTVbLUU](http://br.youtube.com/watch?v=pWe7wTVbLUU).

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a justa colaboração com o tempo do uso da tribuna.

Senador Heráclito Fortes tem a palavra por dez minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, após, gostaria de falar como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, tem a Senadora Ideli.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem problema.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, eu apenas queria indagar, porque V. Ex<sup>a</sup> anunciou a Senadora Líder do seu Partido...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – De fato, Senador Heráclito, a Senadora Ideli veio à Mesa e disse que, com relação ao documento cuja leitura queria fazer, gostaria que mais pessoas da Bancada do Partido dela estivessem em plenário. Portanto, pediu um adiamento da sua fala.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Enquanto o dossiê da Senadora chega, eu vou à tribuna. Muito obrigado. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós tivemos aqui, na quinta-feira passada, um pronunciamento que me deixou bastante alentado: o Líder da Base do Governo, propondo, como gosta de dizer o Senador Mercadante, debates qualificados nesta semana. Eu quero dizer que esperei realmente que isso acontecesse, para que nós pudéssemos debater o momento que o País vive: o PAC, as epidemias, o estado das estradas brasileiras; que fosse realmente uma semana voltada para uma agenda positiva.

Mas o que nós vimos ontem, o que nós estamos vendo no começo desta sessão, o que nós vimos esta semana mostra que tudo vai ser igual.

É evidente que quem dá o tom do debate na Casa é a maioria, é o Partido do Governo, é quem dispõe das maiores Bancadas, mas o que estamos vendo é uma tentativa orientada, trabalho evidentemente de um bom marqueteiro, de jogar o debate nas cordas, vai ver que dentro da orientação que o responsável pela comunicação social anunciou logo no início da explosão do escândalo do cartão corporativo. Lembro-me bem, Srs. Senadores, que, em uma reunião com a participação de três Ministros, foi dito que o Governo não iria para as cordas e que reagiria. A reação está aí.

A questão, Senador Sibá, de discutir dossiê a mais, dossiê a menos não assusta mais a população brasileira, porque sabe bem V. Ex<sup>a</sup> que o atual Governo foi pródigo em todos os anos na elaboração de dossiês. Lembro-me bem daquele famoso dossiê incriminando Parlamentares, dossiê falso, que seria colocado na CPI do Mensalão pelo Deputado gaúcho Paulo Pimenta, em uma época em que o PT ainda se preocupava com ética. Lembra-se bem V. Ex<sup>a</sup> que, ao amanhecer, o Deputado Pimenta renunciou à sua participação na Comissão, da qual era inclusive 1º Vice Presidente.

O Sr. Paulo Pimenta, só para refrescar a memória de todos, foi visto com o dossiê trazido da casa do então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Portanto, um dossiê a mais, um dossiê a menos não é o que vai assustar, não é o que modificar a maneira comportamental imposta pelo atual Governo.

Mas o lamentável disso tudo é que os debates a que o Governo, vez ou outra, se propõe a fazer não acontecem. O Presidente Lula, ontem, Sr. Presidente Tião Viana, à porta do Ministério das Relações Exteriores, falando sobre a participação da Ministra Dilma Rousseff, disse que pensava tratar-se de um osso de dinossauro, mas que tudo não passava de um osso de galinha, Senadora Serys Slhessarenko – palavras do Presidente da República que precisam ser avaliadas e, acho, alvo de protestos dos indignados desta Nação pela ofensa que se faz, não sei se ao bicho ou não sei a quem, à ave ou não sei a quem. Eu acho que nós deveríamos procurar coisas mais práticas e objetivas para fazer.

O País está acometido da epidemia da dengue, quando o Ministro, seis meses atrás, garantiu, em um pedido de informação do Deputado Fernando Coruja, que não havia o menor perigo de que essa epidemia acontecesse.

Nós estamos com cólera, nós estamos com febre amarela...

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC. Fora do microfone.) – Com a malária.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Estamos com a malária – é a voz do Norte, é a voz do Acre na pessoa do Senador Geraldo Mesquita que alerta. E o Governo brincando, brincando de PAC, que se chama, na realidade, programa de antecipação da campanha.

Quero lembrar que esse debate se acirrou a partir do momento em que a Base do próprio Governo lançou o nome da Sr<sup>a</sup> Dilma Rousseff como candidata a Presidente da República. E quero confessar aos senhores que duvido – duvido! – que nos quadros do

Partido dos Trabalhadores apareça um nome melhor do que o dela. Claro que, antes de ser do PT, ela foi do PDT, e vai ver que foi lá onde aprendeu algumas coisas que o Partido dos Trabalhadores não ensina. Conheço Senadores que brilham neste Senado, para orgulho nosso, que são de famílias políticas, mas que aprenderam a essência da política na convivência com os tucanos. Sabe bem V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que a arte do diálogo, da negociação, não é o forte desse Partido que quer levar tudo a muque, no braço, haja vista o comportamento que se está tendo, sob o pretexto de proteger e de blindar a Ministra da Casa Civil na CPI dos Cartões Corporativos. Tudo isso é muito lamentável, porque institucionalizou-se a proteção e a blindagem à corrupção.

A ONG, que é um verdadeiro duto de evasão de riquezas do nosso País, o Governo tranca, porque, numericamente, é maior e permite que recursos sejam desviados como se nada estivesse acontecendo. O caso dessas fundações, que exemplo maior é a Finatec, cuja destinação é a pesquisa científica, o fortalecimento da educação, mas que se especializou em reforma de apartamento, compra de lixeira e de saca-rolha, desviando recurso tão necessários para a educação brasileira, não vemos, de maneira alguma, uma ação do Governo para coibir.

Ontem, vimos o Presidente da República... E isso é grave, Senadora Serys! Nós, aqui, numa sessão comandada pelo Senador Romero Jucá, atendendo a um pedido do Senador Paulo Paim, com apelo do Deputado Paulo, da Força Sindical, fizemos um acordo e aprovamos uma lei que definia cobrança em sindicatos, incluindo uma cláusula que era compromisso de manutenção. E o Presidente da República, em desrespeito não ao Congresso, mas aos seus Líderes, à sua Base, que assumiu o compromisso perante os companheiros nesta Casa, vetou-a, sob o argumento de que só Deus pode fiscalizar as contas de alguns sindicalistas que percorrem o Brasil em carro de luxo e viajam mundo afora em aviões de primeira classe.

Nós instituímos aqui, infelizmente, a blindagem dos que querem malversar o dinheiro público e, o que é pior, o exemplo parte exatamente do próprio Presidente da República.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Brasil comece a perder a capacidade de indignação, que esses fatos se tornem corriqueiros e que não haja mais, nem por parte de alguns Congressistas, o dever de zelar pela coisa pública. Essa blindagem que se está fazendo nessas CPIs é um crime contra o Brasil e é um mau exemplo que se está dando

às gerações futuras. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso que se dê um basta a esse esquema de corrupção desenfreada que conta com a proteção de poderosos desta República que usam o poder de que momentaneamente dispõem para desviar aquilo que deveria servir para combater as epidemias que assolam o Brasil e melhorar a educação.

Sr. Presidente, faço este registro com a certeza de que o bom senso prevalecerá e com a esperança de que a CPI não se tornará um instrumento de disputa política, mas, sim, de averiguação e de apuração do que se faz no submundo das ONGs e do que se fez no submundo dos cartões corporativos neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

A Senadora Ideli Salvatti tem a palavra como Líder, nos termos do art. 14, II, “a” do Regimento Interno, por cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, daqui a algumas semanas iremos comemorar o Dia das Mães. Aqui, neste Plenário, temos várias mães que exercem com dignidade mandatos parlamentares que os cidadãos de seus respectivos Estados lhes conferiram.

São mães que, a par do carinho e afeto que dedicam a seus filhos, lograram superar as barreiras e preconceitos que sempre condenaram as mulheres a um lugar menor em nossa sociedade. Infelizmente, até mesmo no âmbito da linguagem, as mulheres padecem. E não é no paraíso, Senadora Serys. Quando se emprega o conceito “homem público”, Senador Tião Viana, há exaltação; quando se fala “mulher pública”, Senadora Serys, há humilhação.

Como homenagem às mulheres, em especial às mães, o Senado da República deveria, parafraseando o grande poeta das Minas Gerais, “preparar uma canção amiga, em que todas as mães se reconheçam e que falem como dois olhos”.

Infelizmente, não foi ao que assistimos nas Sessões Plenárias de ontem e de anteontem. À guisa de exercer, legitimamente, o seu direito de crítica, S. Ex<sup>a</sup> o Senador Mão Santa, excedeu-se. Faltou com a urbanidade que o Regimento Interno exige dos membros desta Casa e que não se espera de um agente público com a formação humanística do nobre representante do Estado do Piauí.

Ao manifestar opinião contrária à Ministra Dilma Rousseff, S. Ex<sup>a</sup> usou expressões mais graves que descorteses: usou expressões insultuosas. E, para

piorar, o Senador Mão Santa justificou-se valendo-se de remissão à doutrina nacional-socialista, com o fito de estabelecer uma ilação absurda entre a ditadura do **Führer** e o governo legítimo, democrático e constitucional do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Apenas para argumentar, vale citar a insinuação de simetria entre o partido do Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores, e o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, o partido nazista.

O PT e as mulheres que nele militam repudiam o nazismo, bem como toda e qualquer ideologia que defenda a discriminação de raça, gênero, origem, classe social ou orientação sexual. Em seu Manifesto de Fundação, em 1980, o PT já se colocava como força política antípoda a tudo que moveu o nazismo, ou estimula agrupamentos neo-nazistas. Lá está escrito que o PT *“manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”*.

Sempre estivemos ao lado da militância internacionalista. Não serão, agora, afirmações destemperadas, sem qualquer fundamento, que afastarão o PT, em especial, as mulheres petistas, dessa vereda.

Esperamos, sinceramente, um gesto altivo da parte do Senador Mão Santa. Defenderemos, sempre, o sagrado direito do Senador Mão Santa de divergir do Governo e das pessoas que o integram. S. Ex<sup>a</sup> abusou do direito de palavra e deveria retratar-se, sem que isso signifique abrir mão dos pontos de vista que advoga.

Diga-se, de passagem, que é preciso dar um basta às reiteradas violações do art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal, que nos impõe o uso de expressões condizentes com a nobreza do exercício do mandato parlamentar de Senador. Lamentavelmente, a ofensa a esse dispositivo tem sido recorrente, sem que quem esteja no exercício da Presidência de nossos trabalhos inste o orador a moderar o linguajar, advertindo-o acerca de sanções mais graves em face à desobediência do Regimento.

Numa República como a em que vivemos, é devida a submissão de todos ao pluralismo político. Mas isso não pode significar, da parte dos que juraram respeitar a Constituição, enxovalhar a honra das pessoas, sejam elas quem forem, sejam elas homens ou mulheres, concidadãos brasileiros ou estrangeiros, sem que restem impunes, sem responder pelas ofensas que praticaram.

Sr. Presidente, era isso que eu queria dirigir nesta tarde ao Plenário do Senado da República em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e, de forma muito especial, em nome das mulheres petistas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não cabem apartes. Portanto, quem quiser usar da palavra que se utilize do Regimento.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência assegura a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência concederá a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece ao Plenário que só concederá a palavra pela ordem àqueles que pretenderem tratar do andamento dos trabalhos. A palavra não será concedida pela ordem àqueles que desejarem dar opiniões sobre quaisquer assuntos que não digam respeito aos trabalhos da Casa.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para tratar dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Nery.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, então, peço que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva para falar pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Siba Machado.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero encaminhar à Mesa dois requerimentos.

No primeiro, é requerida a realização de uma sessão especial no Senado Federal para discutir nossa participação, a participação do Parlamento, do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal, no Fórum Social Mundial, que se realizará em Belém, capital do Estado do Pará, no mês de janeiro de 2009.

No segundo requerimento, Sr. Presidente, é solicitada a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda Constitucional nº 41, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que tem como objeto o fim da reeleição para os cargos executivos de Presidente, de Governador e de Prefeito.

Encaminho a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, esses dois requerimentos, para que sejam apreciados no momen-

to devido, em especial o que trata do fim da reeleição, tendo em vista que a discussão sobre o terceiro mandato para o Presidente Lula vem sendo travada com insistência. Entendemos que a forma de sepultar esse assunto é aprovar o fim da reeleição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Nery, a Presidência entende que a manifestação pela ordem de V. Ex<sup>a</sup> é regimental e dará o tratamento regimental à matéria.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra como Líder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aguardo o Senador José Agripino chegar a este plenário, para, junto com S. Ex<sup>a</sup>, fazer uma comunicação que julgamos de interesse do País e de interesse do Senado Federal.

Neste momento, Sr. Presidente, falando como Líder, eu me limito a trazer uma palavra preocupada em relação à economia do meu Estado, Senador João Pedro, mais especificamente em referência ao Pólo Industrial de Manaus.

Trato da greve dos auditores da Receita Federal, que completa hoje 17 dias. Por conta dela, indústrias do Pólo Industrial de Manaus estão sendo forçadas a paralisar suas atividades em função da falta de componentes importados utilizados em algumas de suas linhas de produção. Não se consegue, enfim, a liberação de cargas que se encontram retidas nas aduanas.

Essa foi matéria que despertou o interesse de todos os jornais televisivos na noite de ontem, tamanha a gravidade da questão econômica que ora levanto!

Sr. Presidente, reconheço a carreira dos auditores da Receita como essencial para o Estado e, por isso, sou sensível ao movimento. Espero, portanto, que o Governo tome providências urgentes no sentido de negociar com os auditores, para que seja encerrada a greve que tanto vem prejudicando a economia do Amazonas e os trabalhadores do Pólo de Manaus, uma vez que cerca de sete mil trabalhadores, Senador João Pedro, já foram colocados sob o regime de licença remunerada.

Sr. Presidente, foi publicada matéria hoje, quinta-feira, 3 de abril, no jornal **O Estado de S.Paulo**, sob o título “Greve de fiscais afeta Zona Franca” e o subtítulo “Faltam componentes importados, e pelo menos 8 empresas já suspenderam as atividades”. A matéria é do jornalista Marcelo Rehder.

Temos aqui o retrato de um quadro de absoluta gravidade, que tem a ver com aquele que, sob alguns

indicadores, talvez, seja o terceiro mais relevante pólo industrial do País, com faturamento que pode alcançar US\$25 bilhões neste ano, com capacidade de gerar algo em torno de 100 mil empregos diretos e cerca de 300 mil empregos indiretos.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concede, levo ao conhecimento da Casa pronunciamento que evidencia que a precariedade do sistema de saúde do Amazonas é preocupante e já é tema até do “Jornal Nacional”.

Resumindo, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, hoje em dia, pela falta de maternidade em Tabatinga, amazonenses nascem em Letícia, Amazonas, capital do Estado colombiano Amazonas. Ou seja, a inércia, a inapetência, a incompetência do Governo do Amazonas é tanta, é tamanha, que não consegue sequer dar aos bebezinhos que nascem a naturalidade que é dos seus pais e que, certamente, eles gostariam de ver adotada no futuro.

Peço que essa peça vá para os Anais, por meio de matéria publicada pelo jornal **Diário do Amazonas**, edição de 30 de março último, denunciando que o problema vem de 2004.

E eu sempre lembro que, para fazer maternidade no Alto Solimões, não há dinheiro, mas que há dinheiro para o Governador autorizar o pagamento de obras não realizadas, de obras fantasmas, o que, a meu ver, se configura em corrupção grossa, deslavada, que, sem dúvida alguma, conspurca qualquer idéia de se pensar em desenvolvimento sustentável naquela região.

Finalmente, Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que registre pronunciamento em que mostro minha preocupação com o aumento do desmatamento de 13,4% na Floresta Amazônica: foram 725 quilômetros quadrados de árvores no mês de fevereiro contra 639 quilômetros quadrados em janeiro.

E há ainda requerimento sobre isso, endereçado à minha prezada amiga Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, indagando: de que dados a esse respeito dispõe o Ministério? A que ponto esses números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) preocupam? Que providências o Ministério está adotando, teria adotado ou adotará para evitar a continuidade dessa destruição das florestas?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e

Srs. Senadores, peço a palavra neste momento para tratar de um assunto que vem afetando diretamente a economia do meu Estado, mais especificamente o Pólo Industrial de Manaus.

Trato da greve dos auditores da Receita Federal que completa, hoje, 17 dias e, por conta dela, indústrias do PIM estão sendo forçadas a paralisar suas atividades em função da falta de componentes importados utilizados em algumas de suas linhas de produção. Não se consegue, enfim, a liberação de cargas que se encontram retidas nas aduanas.

Sr. Presidente, reconheço a carreira dos auditores da Receita como essencial para o Estado e, por isso, sou sensível ao movimento. Portanto, espero que o governo tome logo providências no sentido de negociar com os auditores para que seja encerrada a greve que tanto vem prejudicando a economia do Amazonas e os trabalhadores do Pólo, uma vez que cerca de 7 mil trabalhadores já foram colocados em licença remunerada.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no mínimo, é preciso esclarecer. Os satélites do INPE apontam um crescimento de 13,4% de derrubada de florestas na Amazônia. Vieram abaixo 725 km<sup>2</sup> de árvores no mês de fevereiro, contra 639 km<sup>2</sup> em janeiro.

São números registrados, repito, por satélites do insuspeito Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. No entanto, o Governo de Mato Grosso desmente esses dados. E explica assim os seus dados:

(...) a grande maioria da área que teria sido derrubada é formada por locais que sofrem um processo de degradação progressiva ao longo de anos, com corte seletivo e queimada, por exemplo, mas que não sofreram a supressão total de árvores – o corte raso.

Bem traduzida, a explicação do Governo de Mato Grosso quer dizer: há, sim, derrubada de árvores, mas em locais que sofrem um processo de degradação progressiva.

Para a maioria, a fala mato-grossense pode até explicar mas não convence. Ou, em outras palavras, parece confirmar que continua a destruição de florestas na Amazônia, numa *degradação progressiva*, para usar os mesmos termos do Governo.

De verdade mesmo, o que vem à tona é a dura realidade, que confirma a derrubada de árvores. Para mais ou para menos.

Pelo “ângulo” do Governo de Mato Grosso, nada de anormal. No entanto, a angulação técnica, dos satélites do INPE aponta para um panorama diferente. E preocupante.

É o que explica um dos diretores do Instituto, Gilberto Câmara:

(...)A maioria da área detectada, 88%, está em Mato Grosso. Mas isso não significa que ali tenha havido mais desmatamento do que em outros Estados amazônicos – o número pode ser ainda maior. ‘Havia muitas nuvens sobre o Pará e Rondônia’, explica o diretor do INPE, Gilberto Câmara.

O que não pode prevalecer é a dúvida. Por isso, estou encaminhando requerimento à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para que o Senado possa analisar o quadro.

Enquanto não chega a resposta da Ministra, peço a anexação a este pronunciamento do noticiário publicado hoje acerca da destruição de florestas na Amazônia, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM Sem apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a precariedade do sistema de saúde no Amazonas é preocupante e já é assunto até para o *Jornal Nacional*. Muitos certamente viram, na última semana, reportagem mostrando um triste quadro do meu Estado: mulheres amazonenses da região do Alto Solimões são obrigadas a atravessar a fronteira para dar à luz na Colômbia.

A propósito, o jornal **Diário do Amazonas** publica, na edição de 30 de março último, matéria denunciando que o problema não é novo, vem de 2004. À época, explica, “o Governo do Amazonas pagou R\$ 18 milhões por obras fantasmas, além do que o Tribunal de Contas da União investiga outros R\$ 165 milhões aplicados pelo Governo do Estado nos últimos anos.”

O jornal acrescenta que “fica cada vez mais evidente a falta de compromisso do poder público para com o povo”. E mais: o Governo usa recursos públicos sem se ater à destinação para qual o dinheiro é consignado.

É o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU  
PRONCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Greve de fiscais afeta Zona Franca

Faltam componentes importados, e pelo menos 8 empresas já suspenderam as atividades

**Marcelo Rehder**

Principal pólo de eletroeletrônicos do País, a Zona Franca de Manaus começa a parar por falta de componentes importados, em razão da greve dos auditores da Receita Federal, que completa hoje 17 dias. Com estoques praticamente zerados, pelo menos oito indústrias já tinham sido forçadas a paralisar algumas de suas linhas de produção até ontem. Cerca de 7 mil trabalhadores foram colocados em licença remunerada.

As informações são do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) e do sindicato local dos metalúrgicos. Entre as empresas mais afetadas pela falta de componentes estão Samsung, Panasonic e CCE, fabricantes de equipamentos de áudio e vídeo; a montadora de notebooks Digitron e a Thomson, líder na fabricação de aparelhos receptores de satélite para TV por assinatura.

"Temos cerca de US\$ 40 milhões em equipamentos retidos nos depósitos da Alfândega de Manaus", informou Maurício Loureiro, presidente do Cieam. Segundo ele, a entidade deu entrada ontem em um mandado de segurança na Justiça Federal, com pedido de liminar para liberação imediata das cargas das empresas da Zona Franca que se encontram retidas nas aduanas. "Estamos num ritmo de produção muito acelerado e a falta de componentes começa a criar gargalos nas fábricas."

**Para industrial, categoria ganha muito e tem de trabalhar mais**

A Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos, já alertou para o risco de a greve provocar a falta de produtos para o Dia das Mães, segunda melhor data comercial para diversos setores. Para a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a greve poderá gerar aumento de preços no varejo.

Os auditores fiscais reivindicam um plano de carreira semelhante ao dos delegados da Polícia Federal e dos advogados da União. Com isso, passariam a ganhar até R\$ 19,7 mil por mês. Hoje, os salários variam de R\$ 10.150 a R\$ 13.500. "Não queremos equiparação, queremos o

topo do Executivo, porque somos uma carreira essencial para o Estado", diz Luiz Fuchz, presidente da Delegacia Sindical em São Paulo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

Para o presidente do Cieam, o governo tem de agir com pulso forte para acabar com a greve. "Ou negocia e resolve logo ou fazesses caras voltarem a trabalhar." Na sua opinião, os dias parados deveriam ser descontados nos salários. "Na minha fábrica, quando o funcionário falta, eu desconto", diz Loureiro. "Os auditores ganham muito, trabalham razoavelmente e se aposentam muito bem; portanto, não têm de fazer greve, têm de trabalhar muito mais".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdenir Santana, diz que a greve prejudica os trabalhadores da Zona Franca. "Somos a favor do movimento, mas eles poderiam fazer uma greve inteligente, para não atrapalhar outros companheiros, que serão obrigados a fazer hora extra."

No porto de Santos, crescem os prejuízos da comunidade portuária e a preocupação com a possibilidade de paralisação das operações. Os terminais estão com 90% da lotação. ●

## Auditores atuam em diversas áreas de controle

Existem hoje na Receita Federal cerca de 12 mil auditores fiscais. Entre as principais atribuições da categoria está o controle aduaneiro nas importações e exportações do País. No despacho aduaneiro, o fiscal verifica a legalidade da mercadoria, o que inclui o cumprimento de acordos internacionais e o pagamento correto dos impostos.

Também são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e pelo julgamento de processos administrativos. Nesse período de entrega da declaração de renda, a categoria deveria prestar

## Desmatamento volta a crescer na Amazônia em época de chuva

Mesmo após medidas do governo, sistema de monitoramento aponta alta em fevereiro de 13% em área devastada



*Cristina Amorim*

Em fevereiro, primeiro mês das medidas anunciadas pelo governo federal para combater o atual repique da derrubada da floresta na Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 725 km<sup>2</sup> de desmatamento. É um número 13,4% mais alto do que o registrado em janeiro - 639 km<sup>2</sup>.

Os dois meses fazem parte do inverno amazônico, período de chuvas na região, quando é mais difícil a ação no campo. Mesmo assim, o valor é mais alto do que o registrado nos meses de agosto, setembro e outubro do ano passado, quando o clima estava mais seco - perde apenas para novembro e dezembro, quando houve o alerta no governo federal.

A maioria da área detectada, 88%, está em Mato Grosso. Mas isso não significa que ali tenha havido mais desmatamento do que em outros Estados amazônicos - o número pode ser ainda maior. 'Havia muitas nuvens sobre o Pará e Rondônia', explica o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.

Esses dois Estados costumam também apresentar taxas significativas de desmate, mas ficaram escondidos dos olhos do satélite pelas nuvens. Somente 12,5 km<sup>2</sup> de desmatamento foram registrados no Pará em fevereiro e 9,6 km<sup>2</sup>, em Rondônia. Já em Roraima, Estado normalmente com pouco corte florestal, mas menos coberto por nuvens em fevereiro, foram detectados 51,7km<sup>2</sup> de vegetação alterada.

As informações foram coletadas pelo Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter), usado para alertar as autoridades sobre grandes alterações na cobertura florestal - corte raso, quando toda a vegetação é suprimida, ou degradação - a fim de agilizar a fiscalização. Sua metodologia tem sido questionada pelo governo mato-grossense.

'Os dados do Deter de fevereiro mostram, por exemplo, duas áreas no município de Feliz Natal que teriam sido desmatadas, uma de 3 mil e outra de 4 mil hectares. Num sobrevôo, vimos que se trata de degradação progressiva', afirma Salatiel Araújo, secretário-adjunto de Qualidade Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso. O órgão

não computa degradação como desmate.

## CRESCIMENTO

O Deter não é o sistema ideal para medir a área desmatada, porém é usado pelo governo federal, desde 2005, como indicativo de tendência. Foram dados do Deter do segundo semestre de 2007 que deflagraram, neste ano, a operação Arco de Fogo de combate à derrubada ilegal; o recadastramento de terras em 36 municípios críticos; e a publicação de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre crédito rural (leia mais no texto abaixo).

Para o diretor-adjunto da ONG Amigos da Terra, Mario Menezes, os dados confirmam a tendência de crescimento do desmatamento em 2008, alimentado pelo setor agropecuário aquecido e pela proximidade das eleições municipais. 'Esse processo não pára de forma abrupta. A ação do governo não dá uma resposta imediata', afirma. 'Você pressiona de um lado, em um município ou Estado, e há vazamento do desmatamento para outro.'

Menezes acha difícil que o desmatamento seja controlado neste ano e critica as medidas anunciadas pelo governo. 'A resolução do CMN, por exemplo, não tem efeito prático.'

O pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), acredita que a tendência demonstrada pelo Deter será confirmado depois pelo sistema oficial, o Prodes. 'Temos cerca de 1.300 km<sup>2</sup> derrubados apenas nos dois primeiros meses do ano. E, como o Deter só pega desmatamentos grandes, acima de 25 hectares, normalmente o sistema não superestima (a área desmatada) mas subestima.'

O Deter não gerou dados nos primeiros meses de 2007, o que impossibilita a comparação direta. Mas Veríssimo acredita que, mesmo assim, os valores deste ano merecem atenção. 'Esse número mantém a taxa de corte muito elevada, para um período normalmente com taxa baixa', diz Veríssimo. O Imazon mantém um sistema de detecção de desmatamento em

Mato Grosso em Pará. Os dados do primeiro trimestre ainda não foram divulgados.

O governo federal teme que, se a tendência mostrada pelo Deter se confirmar, a área desmatada confirmada no fim do ano pelo sistema Prodes mostrará uma curva ascendente após três anos consecutivos de queda.

## **Governo de Mato Grosso contesta dados do Inpe**

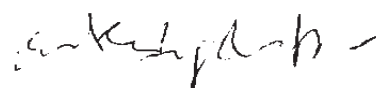
*Cristina Amorim*

O governo de Mato Grosso afirma que 89,98% do desmatamento apontado pelo sistema Deter entre outubro e dezembro do ano passado não aconteceu. Segundo um relatório preparado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, a grande maioria da área que teria sido derrubada é formada por locais que sofrem um processo de degradação progressiva ao longo de anos, com corte seletivo e queimada, por exemplo, mas que não sofreram a supressão total de árvores - o corte raso.

O governo federal registrou alteração em 1.786 km<sup>2</sup> de floresta em Mato Grosso nesse período. O relatório indica que 17% não aconteceu de fato - a floresta está intacta, sem degradação ou corte raso -, de acordo com análises em campo conduzidas por técnicos de Mato Grosso.

'Visitamos 662 pontos e há uma dinâmica de degradação progressiva que começou a oito, nove anos. Não aconteceu no fim do ano passado, como foi apresentado', afirma o secretário-adjunto de Qualidade Ambiental da secretaria, Salatiel Araújo. 'O Deter não era usado para estimar área de desmatamento. É uma situação danosa para o Estado, que tenta trabalhar com o setor produtivo.'

Os dados foram apresentados na semana passada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo Deter. Segundo o diretor do instituto, Gilberto Câmara, os 17% apontados pelo relatório serão checados, mas ele diz que áreas degradadas sempre foram computadas pelo sistema e continuarão sendo. 'A despeito da discussão conceitual sobre o que é ou não é desmatamento, o padrão de exploração que está sendo usado não deixa a floresta em pé', diz Câmara.



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

A seguir, Senador José Nery, como Líder; e Senadora Rosalba Ciarlini, em permuta com o Senador Marco Maciel.

O Senador José Agripino faz a inscrição como Líder.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um dos maiores desafios do nosso País é diminuir as desigualdades sociais. Desigualdades essas que nos distanciam muito do jargão utilizado pelo Governo de que o Brasil é um País de todos.

Estamos muito longe disso, Sr. Presidente.

Para citar apenas um exemplo, vejam como são tratados os aposentados e pensionistas brasileiros. São mais de 24 milhões de idosos que lutam por dignidade e respeito.

No Distrito Federal, os aposentados e pensionistas recebem da Previdência Social, em média, R\$585,00 por mês. Vou repetir, Sr. Presidente: R\$585,00 por mês. Essa é a recompensa que eles recebem por terem suado a camisa durante tantos anos para ajudar no desenvolvimento do País. É com esse rendimento de R\$585,00 por mês que eles são obrigados a viver aquele que deveria ser o melhor momento de suas vidas.

Com os filhos criados, sem ter que ir para o trabalho, esse seria o momento de investir em si mesmo: viajar, fazer um tratamento de saúde, matricular-se em um curso interessante, enfim, ainda há tanta vida após a aposentadoria. Mas, infelizmente, com R\$585,00 por mês, os pensionistas e aposentados não têm tantas opções.

Precisamos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, resgatar a auto-estima desse povo sofrido e humilhado que é o aposentado e pensionista brasileiro. Não é justo que, depois de se dedicar mais da metade de sua vida ao trabalho, ele não possa usufruir de uma aposentadoria digna.

Não haverá justiça, cidadania e pátria livre sem que haja respeito e dignidade para com os aposentados, os pensionistas e os idosos. Nesse sentido, cumprimento o Senador Paulo Paim pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo para esse segmento.

Ainda ontem, o meu ilustre colega Senador Mário Couto, brilhante representante do Estado do Pará, também se solidarizou com a luta dos nossos idosos e

disse que vai fazer vigília neste plenário até que os projetos de interesse dos aposentados sejam votados.

E o que eles querem não é muito. Já existem na Casa três projetos em tramitação: o PLC 42/07, o PLS 58/2003, e o PLS 296/2003. Projetos que visam recompor as perdas dos benefícios dos pensionistas e aposentados.

A defasagem nos benefícios, Sr. Presidente, passa de 70% se considerarmos apenas a diferença entre o salário mínimo e o benefício pago pelo Governo. Os aposentados e pensionistas não recebem o mesmo reajuste anual do salário mínimo. Em 2007, por exemplo, enquanto o salário mínimo teve um reajuste de 16,67%, o reajuste para os aposentados foi de 4,3%, acompanhando apenas a inflação do período.

Ora, Sr. Presidente, por que o reajuste não acompanha o salário mínimo? Por que aqueles que já contribuíram tanto para o Brasil recebem tão pouco do Governo?

Uma delegação de quase 200 aposentados e pensionistas representantes de todas as partes do Brasil foi recebida pelo nosso Presidente nesta manhã, o Senador Garibaldi Alves Filho, com a ajuda do Senador Paulo Paim e do colega Mário Couto. Na oportunidade, eles fizeram um apelo para que todos os projetos que já estiverem aptos possam entrar na pauta de votação o mais rápido possível.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os aposentados saíram da sala do nosso nobre Presidente com o compromisso selado pelas lideranças de que, desde a pauta esteja liberada, os projetos que estiverem aptos serão votados na próxima terça-feira, dia 08 de abril, aqui no plenário.

Aproveito para, em nome dos 24 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros, pedir o apoio de todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores para conseguir os votos necessários à aprovação desses projetos.

Que brava luta dos nossos aposentados! Lamento que eles não estejam incluídos nesse Brasil de todos, alardeado pela propaganda do Governo Federal.

Em nome da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), juntamente com as federações estaduais e suas associações, faço um apelo comovido aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Presidente Lula pelo cumprimento dos direitos constitucionais dos nossos aposentados e pensionistas. Eles não pedem vantagens nem migalhas, cobram somente o que lhes é devido.

As políticas públicas, financiadas por toda a sociedade, devem ter como objetivo maior a construção da cidadania. Sendo política pública, essa construção da cidadania tem o seu custo. Do ponto de vista tributário, hoje, paga-se muito para pouca cidadania.

Os recolhimentos tributários por parte da sociedade deveriam ter o tamanho do seu retorno social.

Trata-se, portanto, de um sistema de caráter universal, que assegura o direito, independentemente da contribuição direta do segurado. O sistema de seguridade social, tal como foi concebido pela Constituição Cidadã, significa articular a previdência, a saúde e a assistência como políticas integradas e complementares. No entanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as demandas sociais, como não poderia deixar de ser, são crescentes e só poderão ser atendidas na medida em que o financiamento público se tornar efetivamente o indutor do crescimento econômico e dos avanços na melhoria das condições de vida, sendo a prioridade o gasto social e não o gasto financeiro.

A cidadania se constrói com direitos: direito ao trabalho, direito à saúde, direito à assistência social, direito à educação, direito à aposentadoria e à pensão.

Senhores aposentados e senhores pensionistas de todo o Brasil, especialmente do Distrito Federal e do Entorno, quero não só me congratular com todos como também deixar registrado o meu mais irrestrito apoio nessa luta. As portas do meu gabinete estão abertas. Eu os receberei e abraçarei essa causa, que também é minha, já que estou entre os 24 milhões de aposentados deste País.

Que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, independentemente dos seus compromissos partidários, possam ser solidários a essa causa, que busca a justiça social para aqueles que, com o suor dos seus esforços, construíram os alicerces e as riquezas do nosso Brasil.

Tenho visto aqui a luta incessante do Senador Paim e de outros Senadores, como é o caso do Senador Mário Couto, que citei, que se associam nessa luta em defesa dos aposentados. Mesmo sendo Senador da base de apoio ao Governo, o Senador Paim tem sido incisivo na necessidade de se colocarem em votação esses projetos que tratam dessa matéria.

Quero, portanto, como membro do Democratas, sabendo das dificuldades que isso pode representar para a Previdência Social, fazer um apelo à Casa para que coloquemos imediatamente em votação os projetos que estão prontos, que foram discutidos em várias Comissões nesta Casa e que merecem ter o apreço de todos nós, em defesa dos aposentados do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo a palavra ao Senador José Nery. (Pausa.)

Estando S. Ex<sup>a</sup> ausente, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é oportuno, Senador Garibaldi, que V. Ex<sup>a</sup> esteja presidindo a sessão neste momento, porque desejo fazer um pedido, que vai caber a V. Ex<sup>a</sup> concretizar, sobre uma necessidade que entendo ser da autoridade do Congresso Nacional e do Senado Federal.

Presidente Garibaldi, V. Ex<sup>a</sup> não estava hoje pela manhã na reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os cartões corporativos. Nós tínhamos uma longa agenda, composta por inúmeros requerimentos de convocação de pessoas, que, no meu entendimento, tinham uma grande contribuição a dar, pelos depoimentos que viriam a fazer, ao trabalho do Relator, que tem a obrigação perante o País de constatar a prática ou não de irregularidades no pagamento de contas dos cartões corporativos do Governo Federal, e de apontar uma nova legislação ou novos procedimentos a serem adotados com referência ao uso desses cartões.

O que se deseja, o que a sociedade quer é o corte do mal pela raiz, é a identificação da prática do dolo e o apontamento de caminhos novos a serem seguidos, para que o dolo não se repita. Para isso, Senador Arthur Virgílio, é fundamental, ou era fundamental, ou seria fundamental a análise dos requerimentos que hoje, durante a manhã inteira, até as duas horas da tarde, foram apreciados um a um.

Senador Geraldo Mesquita, foi uma reunião triste. Para mim, Senador, foi uma reunião de desencanto, de frustração, de angústia, de explicações que o Congresso vai ter de dar.

Por que não aprovar, por exemplo, o requerimento de convocação ou convite do Sr. Anderson Ferreira de Aguiar, por exemplo, ecônomo da Presidência da República, que, mediante dados constantes de relatório do TCU, usou, com cartão corporativo da Presidência da República, R\$716 mil e, em nome de segredo de Estado, não ofereceu a comprovação devida? E ficou lá um esqueleto pendurado, uma dúvida colocada.

No encaminhamento que tive oportunidade de fazer, eu cheguei a ler palavras textuais do Ministro Marco Aurélio, que dizia, não exatamente com as palavras que vou dizer, que, em se tratando de dinheiro público, não existe essa história ou essa figura de segredo de Estado, segurança nacional.

Tratava-se de dinheiro público. E o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso declarou, alto e bom som, que, nas contas dele, quando era Presidente, dos cartões corporativos da Presidência, não havia nada de segredo e que ele tomava a iniciativa, inclusive, de abrir o sigilo das suas contas, dos seus cartões corporativos. Nem é segredo de Estado nem é segurança nacional, mas é dinheiro público que tem que ser usado com correção.

Pois muito bem, o Sr. Anderson Ferreira é ecônomo e disse que, mesmo tendo gasto R\$716 mil em cartões corporativos, não iria prestar contas – é o que se supõe –, porque as contas pagas com cartão traduziam segurança de Estado, confrontando com o que disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello.

Eu encaminhei tudo nesse sentido, e o voto dos governistas foi “não”, do pé à ponta. Não teve unzinho só, nem Deputado nem Senador, que dissesse: Eu vou me abster. Ou: Eu vou votar com o requerimento, para tirar essa dúvida. O que se quer é tirar dúvida. Não se pediu nem ao menos quebra de sigilo bancário, que não significa, se for concedida, em absoluto, condenação. É instrumento para agilização de processo de investigação e chegada a conclusões. Negaram tudo.

Agora, Senadora Rosalba, o curioso é que, enquanto a votação, que era nominal, ocorria no Senado, a tese da aprovação do processo de investigação era aprovada; quando chegava à Câmara, virava e caíam os requerimentos.

Em função disso, Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, tomamos a deliberação, nós, Democratas. E com absoluta certeza neste sentido vai falar o Senador Arthur Virgílio. Não vemos outra alternativa.

Na semana que entra, ocorrerão depoimentos previstos de autoridades do Palácio do Planalto, autoridades da República. Os requerimentos que hoje foram negados significam o claro comportamento do Governo de não querer investigar. Não interessa para ele o processo de investigação. As pessoas não vêm porque não querem. Os depoimentos que vão ocorrer na próxima semana não vão dar nem aos membros da comissão nem ao Relator elementos confiáveis e consistentes para a elaboração de um bom relatório e a dação de um voto consistente.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que estamos solicitando de V. Ex<sup>a</sup> a imediata leitura do requerimento que está sobre a Mesa, que está entregue à Mesa do Senado, para a instalação de uma CPI exclusiva no Senado, para a investigação dos cartões corporativos.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fizemos tudo que esteve ao nosso alcance nos trabalhos da CPMI para evitar

que esse pedido fosse apresentado, mas na sessão de hoje nos foi negada a última alternativa: a aprovação dos requerimentos que dariam aos membros da Comissão e ao Relator a possibilidade de um relatório consistente e de votos conscientes.

Na impossibilidade disso, quero deixar, em nome de meu Partido – e com certeza absoluta falará o Senador Arthur Virgílio –, a imediata leitura do requerimento que instala só no Senado a CPI dos Cartões Corporativos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, não chega a ser surpresa para ninguém, nem para V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido um guardião dos interesses do Congresso, que tínhamos uma enorme necessidade de fazer funcionar essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o caso dos cartões corporativos. Mas estamos vendo, semana após semana, que não se consegue convocar um simples ecônomo, não se consegue muito menos convocar qualquer autoridade, por mais que haja indícios da necessidade – não é indício sequer de efetiva culpabilidade, mas indícios da necessidade – de se ouvirem determinadas autoridades.

Atiraram às feras alguns Ministros de pequena monta, algumas figuras menores do quadro administrativo brasileiro federal, e procuraram blindar, e até sem muito nível, as figuras que supostamente interessariam ao Poder Federal.

Sempre deixamos claro, nas reuniões que tivemos no gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, que apostaríamos tudo – e com a máxima paciência, inclusive sabendo da nossa condição de minoria – na CPI Mista. Primeiro, porque afastaria do Senado, que poderia correr com seus trabalhos normalmente, a idéia de mais uma CPI funcionando aqui; segundo, porque não tínhamos nós que desacreditar da ação conjunta de Parlamentares. Além do mais, a idéia havia partido inicialmente de um Deputado do meu partido, o Deputado Carlos Sampaio.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que me senti bastante constrangido com os fatos que foram se sucedendo na CPMI. Em relação às outras coisas, hoje até estou de coração muito leve, porque tive todos os entendimentos que tinha que ter, do meu jeito, do jeito que sou, para as pessoas perceberem que talvez na China, que tem 650 milhões de homens, haja alguém capaz

de me desmoralizar. Aqui, no Brasil, que só tem 100 milhões de homens, penso que é difícil encontrar alguém. Então, está tudo claro para mim. Acho que daqui para frente o contato vai ser muito urbano, muito cortês, como eu gosto.

Todavia, vejo, Sr. Presidente, algo filosófico e queria chamar a atenção da Casa e do Senador José Agripino, especialmente de V. Ex<sup>a</sup>: a CPI é um instrumento da minoria. Isso é consagrado pela tradição anglo-saxônica parlamentar, que é aquela à qual se filia o Brasil. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: na medida em que se arma uma maioria para simplesmente obstaculizar toda e qualquer iniciativa da minoria, temos a negação da própria instituição da CPI. A CPI deixa de ter validade na medida em que deixa de ser aquele instrumento que deveria ser de colaboração da maioria para que a minoria pudesse fazer as investigações necessárias ao funcionamento da democracia. Quando isso acontece, percebemos, então, que, muito mais do que a CPI dos Cartões, está em jogo, neste momento, a própria instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

É pior do que negar a CPI, isto é muito pior, porque é fazer dela um instrumento desmoralizado perante a opinião pública. Temos um outro recurso, e desde o começo se sabia que seria assim. O outro recurso qual é? Faço esse recurso, Senador Garibaldi, com uma dupla proposta. O outro recurso é aquele que está nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>. E, corroborando as palavras do Líder José Agripino, peço a V. Ex<sup>a</sup> que imediatamente, portanto, não mais nem menos do que hoje, leia a constituição da CPI aqui do Senado.

Mas não fico satisfeito com o que estou vendo aqui. E faço a V. Ex<sup>a</sup> a sugestão de que reúna os Líderes da Casa e as figuras que desejar, em sua casa ou aqui, onde V. Ex<sup>a</sup> queira, para pensarmos o Senado, para meditarmos sobre o que está se passando nesta Casa. Vejo erros e culpas, do ponto de vista da postura na Casa, de todos os lados.

Não estou aqui para partidizar culpas nem para partidizar virtudes. Estou aqui para dizer que, se é meu dever, como é dever do Senador José Agripino – e estamos cumprindo este dever –, assim como é dever de V. Ex<sup>a</sup> fazer a leitura do requerimento de constituição da CPI do Senado, é dever nosso também olhar esta instituição.

Coloco-me à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para, independentemente do número de CPIs que funcionem aqui na Casa – e acredito que o bom nível vai ser restaurado –, temos que saber compor uma agenda que passa, sim, pela compreensão do Governo de que não é possível mais, primeiro, o atual rito de medidas provisórias; segundo, longe de aceitarmos a troca por algo que dá mais força ainda contra o Congresso e a

favor do Governo, que são 180 dias de carência para uma medida provisória. Isso é inaceitável. Não permitiríamos que trafegasse uma PEC dessas que só vem para apequenar ainda mais nossa soberania.

Mas a compreensão do Governo é necessária. Portanto, estamos às ordens para dialogar com o Governo sobre essa questão.

Assim como entendo que teríamos de ter, na medida em que se reduzissem as medidas provisórias em análise, uma agenda do Senado. O Senador Renato Casagrande me telefonou hoje e disse assim: “Gostaria muito de discutir – quando se aprova, a gente não sabe –, mas de discutir para valer qual é a reforma política que satisfaz o País”.

Eu tenho sempre dito que tem uma reforma tributária da qual eu discordo e que tem uma reforma tributária da qual eu me aproximo aqui no Senado. A do Governo eu discordo dela, por ser frágil, por ser simplória. E gosto daquela relatada pelo Senador Dornelles na subcomissão presidida pelo Senador Jereissati – gosto dela precisando ver, claro, questões ligadas ao meu Estado. Eu quero trabalhar a reforma tributária – embora não creia nela para este ano – como se eu tivesse de acreditar nela, Sr. Presidente.

Hoje alguns repórteres me pediram que opinasse sobre a proposta do Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, em relação ao Imposto sobre Grandes Fortunas. Eu disse que a vejo com respeito, porque não vejo nela aquela proposta de esquerda antiga, tipo raiva ao lucro, raiva à fortuna, raiva ao empreendimento. Não estou vendo isso. Segundo entendo, trata-se de trabalhar algo que, aliás, é muito capitalista. Trata-se de evitar parasitas herdeiros, que não criam coisa alguma, e de se dotar instituições tipo fundação de recursos para trabalhar em ciência, laboratório, tecnologia, saúde. Ao mesmo tempo em que cabe aos herdeiros, com o que sobrar para eles, recomeçar suas vidas empreendendo. Então, eu recebi com muito respeito. Trocamos idéias sobre o tema – eu e os repórteres –, e levantou-se a possibilidade de trabalharmos essa idéia separadamente da própria reforma tributária, para não vinculá-la a algo que pode não sair.

Sr. Presidente, resumindo: estou às ordens para uma convocação de V. Ex<sup>a</sup> para tratar de uma pauta do Senado, para tratar do resgate deste Senado. Cumpro, porém, com o dever, do mesmo modo como fez o Líder do DEM na Casa, de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a imediata leitura da CPI dos Cartões Corporativos, acreditando que aqui não se fará esse jogo tosco de maioria contra minoria, até porque – avisamos desde já – qualquer negativa a algo que seja fundamentado – para isso há o debate... “Não se deve pedir a quebra de sigilo de fulano de tal”. Eu me convenço disso, não sou nenhum brutamon-

tes para não chegar à razão, curvo-me à vontade da maioria como a maioria deve se curvar à vontade da minoria. No entanto, se sentirmos que há a idéia da *blitzkrieg* contra a apuração dos fatos, recorreremos de cada negativa desta tribuna e pediremos o exame do Senado Federal, com votação aberta, para que todos mostrem sua verdadeira face.

Este, para mim, de todos os argumentos que justificam a constituição da comissão parlamentar de inquérito exclusiva do Senado, é o mais forte de todos, porque o recurso, na outra, teria de ser ao Congresso, e nós sabemos que, hoje, o Congresso, infelizmente, não é uma viabilidade tão clara quanto é viável o trabalho aqui dentro, com os instrumentos que nos propiciam o Regimento do Senado Federal.

Portanto, aguardo a leitura e digo a V. Ex<sup>a</sup> que, longe de ver nisso algo que venha tumultuar os trabalhos da Casa, faço essa solicitação a V. Ex<sup>a</sup>, cobro de V. Ex<sup>a</sup> esse compromisso, dizendo que esperamos oferecer o trabalho que a outra CPI não está sendo capaz de oferecer, apesar dos esforços e do equilíbrio da Senadora Marisa Serrano, que ainda assim permanecerá no seu posto como no nosso posto permaneceremos todos nós, lutando até o final.

Para resumir, Sr. Presidente, e para encerrar, vejo que, se não se convoca ninguém, se não se faz nada, podemos nós, os que forem membros, poderão aqueles que são membros da CPI, compulsar os dados que estão chegando, do mesmo modo que o Relator compulsará os dados. O Relator terá um mês para fazer seu relatório, e ele que faça o relatório. Se não concordarmos com o relatório, faremos um voto em separado, um relatório contrário, para ser, certamente, derrotado pela maioria acachapante que o Governo tem lá, e encerramos aquele episódio se for esse o desígnio daquela maioria que se formou.

Aqui, continuaremos na luta, porque não queremos nada diferente do queríamos quando propusemos a CPI pela primeira vez: queremos, queremos e queremos a apuração completa dos fatos envolvendo todas as instâncias de governo, dos dois governos, porque não entendemos que razões de segurança nacional devam ser citadas para se contraporem à necessária transparência que é exigida pela Constituição no trato do dinheiro público.

Portanto, essa é a posição das oposições. E não é com júbilo que digo isso, mas com sentimento de necessidade, por entender ser essa uma das formas de proteger o bom nome do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Salgado e, em seguida, a Senadora Serys e o Senador João Pedro. Mas eu faria um apelo a todos os três para que pudéssemos ouvi-los por poucos minutos, porque temos oradores inscritos, temos a Ordem do Dia e temos, em outras palavras, de dar continuidade aos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um das coisas que aprendi nesta Casa, uma das coisas com as quais convivi, convivo e que vejo acontecer é a prática de fazer valer a palavra.

Dizem que o homem é escravo da palavra dada, da palavra dita. Essa era uma das razões que me levavam a gostar bastante do Senador ACM – que Deus o tenha onde estiver. É que, independentemente do assunto, se ele dava a sua palavra, ela valia até o final. Eu o admirava por isso. Contra mim, na oposição, na situação, muitas vezes me aconselhei com ele. Ele em posição contrária à minha, ele sempre fazia valer a palavra. Acho que o conceito desta Casa tem caído porque, tendo-se combinado, descombina-se da maneira mais fácil que pode acontecer, como se nada tivesse acontecido.

Aqui foi dito pelos partidos de oposição há um tempo que, se o PMDB abrisse mão da Presidência da CPI dos Cartões Corporativos – o Senador Arthur Virgílio, por quem tenho um grande respeito e uma grande admiração, lembra bem disso –, o requerimento que estava na Mesa seria retirado, mas isso nunca aconteceu. Uma vez me levantei e falei: “Senador, nós fizemos um acordo. Eu participei da conversa no meu partido, o Líder Romero Jucá orientou que abrissemos mão desse posicionamento de Presidente”. Eu acompanhei o partido, abrimos mão dessa posição, e a Senadora Marisa Serrano foi indicada. O nosso Presidente seria o Senador Valter Pereira, que teve de explicar, junto às suas bases, por que ele não foi conduzido à condição de Presidente, por que foi tirado na negociação que o meu partido fez com a oposição.

No entanto, Sr. Presidente, uma série de requerimentos não foram aprovados e, se formos dar uma olhada para saber quais são os signatários desses documentos, veremos que, quase sempre, são os mesmos Deputados. Então, eis que surge, outra vez, esse requerimento para se criar uma CPI só no Senado Federal.

Para mim, está tudo válido: se fosse a minha palavra, ia valer desse no que desse; se eu tives-



se combinado, ia valer. Aceito o posicionamento da Oposição de aprovar um requerimento na Comissão de Infra-Estrutura para chamar a Ministra Dilma. É direito de todo Senador apresentar requerimento em qualquer Comissão. Aliás, não acredito que a Ministra Dilma tenha medo de vir aqui ou tenha algum receio quanto a isso. No entanto, deixa-me tremendamente entristecido ficar na posição de ter que explicar por que, dentro desta Casa azul, não vale a palavra dada. Para mim, seja qual for a posição, se eu combinar, vale o que combinei.

Já adotei posição contra o Governo aqui, combinada, deixando o Ministro Hélio Costa, de quem sou suplente, em situação difícil, mas eu honrei a minha palavra. Honrei e, quando combinar novamente, vou honrar a minha palavra aqui.

Agora, o que não pode é, no meio do jogo, puxar carta da manga ou puxar carta de dentro da meia. Qualquer artifício dentro do Regimento é válido. Agora, combinar e descombinar, como se nada tivesse acontecido, eu não pratico esse tipo de ato; por isso é que vou reclamar sempre.

Se combinou, para mim, não precisa assinar. Se o Senador José Agripino combinar comigo, está combinado. Se o Senador Arthur Virgílio combinar comigo, está combinado. Não tem de assinar. Não tem de botar o dedo polegar. Não tem de filmar. Não tem de mostrar fita. Não tem de fazer nada. Da mesma maneira, se o Senador Tião Viana combinar está combinado. Falou, olhou no olho está valendo. Agora, falou, olhou no olho e não está valendo, aí...

Aqui dentro, Senador Heráclito, com V. Ex<sup>a</sup> combinou qualquer coisa. Se V. Ex<sup>a</sup> combinar, está combinado também. V. Ex<sup>a</sup> vale a palavra. E todos os demais que avalizei valem.

Agora, não sei mais em que vou confiar aqui dentro.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem...

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Quero apenas me solidarizar com o Senador Wellington Salgado por este momento de lucidez.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito...

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – É por que quero colaborar com o Senador neste momento. Que ele tivesse esse mesmo olho crítico, do olho no olho, em relação ao Presidente da República.

Participamos de um acordo aqui, votando uma matéria sindical. O Líder do Governo, Romero Jucá, avalizou. O Senador Paulo Paim, que é um grande lutador dessa causa, avalizou. E o Presidente da República vetou.

Então, não se pode realmente confiar. Olho no olho não vale. É uma questão, Senador Wellington, contra a qual realmente V. Ex<sup>a</sup> deve protestar essa da falta de cumprimento seja aqui ou seja lá. Pau que dá em Chico dá em Francisco.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Vou ser bastante breve, conforme a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Quero apenas pedir que se registre nos *Anais* do nosso Senado da República a carta aberta que nos chega neste momento: *Carta Aberta ao Congresso Nacional*.

A carta tem o seguinte teor:

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vêm a público manifestar seu repúdio pela forma com que o Senador Mão Santa (PMDB – PI) se referiu à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante a Sessão Deliberativa Ordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, no plenário do Senado Federal.

Eu não vou ler a carta, mas quero dizer simplesmente que a discordância e a crítica são fundamentais para a democracia, Sr. Presidente, mas não podem estar firmadas em conceitos retrógrados e preconceituosos que primem pela ridicularização da imagem feminina.

Portanto, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vêm se dirigir a V. Ex<sup>as</sup> para reafirmar nosso repúdio quanto ao ocorrido e solicitar providências para que os debates ocorram de forma respeitosa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Que se registre, na íntegra, nos *Anais* do Senado essa *Carta Aberta ao Congresso Nacional*.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**  
Esplanada dos Ministérios, bl. L, Ed. Sede, sala 200 - Brasília/DF  
[cnadm@spmulheres.gov.br](mailto:cnadm@spmulheres.gov.br)

## **CARTA ABERTA AO CONGRESSO NACIONAL**

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vêm a público manifestar seu repúdio pela forma com que o Senador Mão Santa (PMDB - PI) se referiu à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante a Sessão Deliberativa Ordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, no plenário do Senado Federal. Nesta sessão, o Senador Mão Santa utilizou a expressão "galinha cacarejadora" ao se referir à ministra Dilma como "Mãe do PAC".

Exigimos respeito, pois, nós, mulheres somos mais de 51% da população do Brasil e 42% da população ocupada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Representamos 52% do eleitorado que legitima, democraticamente, cada legislatura de nosso Congresso Nacional, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral.

O fato reforça a discriminação de gênero e reitera a forma estereotipada com que a mulher é tratada na sociedade brasileira. Apesar de sermos maioria, ainda lutamos para garantir nossas conquistas e direitos. No Congresso Nacional não é diferente. As mulheres - sejam elas detentoras de mandatos obtidos pela vontade popular ou gestoras públicas elevadas pela sua competência - vêm sendo alvo de preconceitos, e, muitas vezes, de ataques pessoais sistemáticos, que as desconsideram como agentes políticos e colaboradoras essenciais para a representatividade real da sociedade também na esfera de poder.

A discordância e a crítica são fundamentais para a democracia. Mas não podem estar firmadas em conceitos retrógrados e preconceituosos que primem pela ridicularização da imagem feminina.

Portanto, A SPM e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vêm se dirigir a V.Exas. para reafirmar nosso repúdio quanto ao ocorrido e solicitar providências para que os debates ocorram de forma respeitosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento. Com a palavra, pela ordem, o Senador João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com atenção a proposta do requerimento do Líder José Agripino, já comentada pelo Líder Arthur Virgílio, e, na mesma direção, eu gostaria de refletir e registrar o seguinte: quando começamos a Legislatura, no primeiro dia de sessão, com o memorável e inesquecível pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, ali assinei proposta de CPI que foi uma propositura, uma iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, encaminhada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, propondo a instalação de uma CPI aqui no Senado da República. Pois bem, foi lá, foi cá, e acabou sendo proposta uma CPI Mista.

Eu quero dizer para esta Casa, para o Brasil que vem acompanhando os trabalhos da CPMI, que é verdade que existe um padrão de radicalidade lá na CPMI. Porém, a CPMI está funcionando; tem debate duro, mas tem um debate, e estão acontecendo as oitivas. Na próxima semana, haverá oitiva na terça, na quarta e na quinta-feira.

O que eu quero dizer é que esse requerimento, essa propositura de CPI aqui no Senado foi apresentada por nós; o Senador Romero Jucá apresentou essa proposta, mas houve uma mudança, houve um outro entendimento.

O que não dá, Sr. Presidente, é para nós insistirmos com essa estratégia de politizarmos a CPI, quando poderíamos estar aqui, neste Senado, aí, sim, tentando recuperar ainda mais os pontos de credibilidade, se estivéssemos aqui travando debate para valer sobre a reforma política e sobre tantos outros assuntos que poderiam contribuir ainda mais para o avanço da sociedade brasileira, para o avanço desta Casa.

Então, eu penso o seguinte: há uma estratégia nítida de atingir o Governo Lula, trazendo aqui, a qualquer custo, a Ministra Dilma Rousseff, que já respondeu à sociedade, que esclareceu, de forma republicana, os procedimentos da Casa Civil. A carta à revista *Veja* é esclarecedora. Mas a Oposição insiste. E por isso que desde 2004 o Congresso fica nas CPIs que levam muito pouco à frente, quando poderíamos pautar o Senado da República.

E, nesse ponto, concordo com o Senador Arthur Virgílio: o Senado poderia ter uma pauta positiva, uma pauta que pudesse encontrar o sentimento da sociedade brasileira, que nos permitisse avançar ainda mais como vem avançando o Governo do Presidente Lula, com questões importantes do ponto de vista social, conquistas importantes, nestes últimos anos, para o povo brasileiro.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

Faço a V. Ex<sup>a</sup> o mesmo apelo que já fiz aos outros oradores no sentido de sermos, com relação ao pedido de “pela ordem”, mais econômicos nas nossas palavras.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a mim V. Ex<sup>a</sup> não precisa fazer esse apelo, porque eu sempre soube ser bem econômico.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> – reconheço – é um deles.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeito. Sr. Presidente, apenas peço que possamos inserir na Ordem do Dia a PEC nº 5, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que diz respeito à representação de brasileiros no exterior aqui na Câmara dos Deputados.

O Senador Gerson Camata fez, há pouco, um discurso exatamente elogiando a situação da Itália, que tem representantes dos italianos que moram fora e que são eleitos como nós, brasileiros. Os brasileiros descendentes de italianos votam aqui.

Há um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque do qual fui Relator e que já foi aprovado. Falta submetê-lo à votação no plenário. É o mesmo projeto. Assim, os brasileiros que moram nos Estados Unidos terão representantes eleitos no Brasil. Os brasileiros que vivem na Europa também.

É um projeto importante. Há hoje três milhões de brasileiros morando fora e eles poderiam ter uma representação aqui, porque é necessária essa atuação, como vimos agora na Espanha, como vimos antes em Portugal.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já darei a resposta a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo, no sentido do atendimento.

Com a palavra a nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex<sup>a</sup> usará a palavra por dez minutos, por cessão do Senador Marco Maciel.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no início desta semana – o Sr. Presidente deve se lembrar muito bem –, ocupava esta tribuna para fazer o relato do que tinha assistido no final de semana no nosso Estado. E vinha com alegria. As chuvas caindo no Estado, tudo verde, era um cenário diferente, deslumbrante. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Sr. Senador José Agripino,

nosso conterrâneo, volto hoje à tribuna para relatar a intranqüilidade em função exatamente das águas.

Já na segunda-feira, relatava que em alguns pontos do nosso Estado, na região do Trairi, por exemplo, em função das chuvas que estavam severas, já existiam cidades, como São Bento do Trairi, que se encontravam isoladas porque havia caído uma ponte.

Os grandes reservatórios do Rio Grande do Norte oferecem um espetáculo lindo quando estão sangrando, mas, infelizmente, as chuvas continuaram rigorosas, continuaram realmente sem cessar.

E hoje o que nós estamos tendo de anunciar? Que muitas e muitas cidades do nosso Estado já se encontram em estado de calamidade.

O Açude Gargalheiras sangra com 75 cm; a Barragem de Santa Cruz sangra com mais de um metro; as Barragens Pau dos Ferros e Armando Ribeiro Gonçalves; o Rio Piranhas-Açu tem uma cheia histórica. Há situações, realmente, de muita dificuldade, de muitos prejuízos. Na área ribeirinha do Rio Açu, passando exatamente por Açu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências, onde nós temos plantações de banana, de manga, de melão, que são importantíssimas na economia daquela região, porque são frutas para exportação. Então, todas essas plantações já estão comprometidas.

Não é diferente na região salineira. O Rio Grande do Norte produz 96% do sal consumido no Estado. E, devido a esse inverno rigoroso, Areia Branca, Macau, Porto do Mangue, toda a região salineira já passa, Sr. Presidente, por situações de muita dificuldade.

Se não bastasse o nosso Rio Apodi-Mossoró, a Barragem Santa Cruz sangrando, na cidade de Apodi, no vale do Apodi, a situação é mais preocupante, mais grave: já são mais de três mil famílias desabrigadas; sítios e comunidades rurais estão isolados. Há poucos instantes, eu falava com a Vice-Prefeita daquele Município, a Sr<sup>a</sup> Gorete, e ela me dizia que há pessoas nas cumeeiras das casas, esperando que as lanchas cheguem para tirá-las.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> conhece essa realidade. Senador Agripino, V. Ex<sup>a</sup> conhece essa realidade. Lembra de 1985, quando tivemos aquela cheia grande no nosso Estado? Lembra do sofrimento? Eu conheço também, Sr. Presidente, porque Mossoró teve uma das grandes cheias. Como Prefeita, tive oportunidade de enfrentar cheias não tão severas, mas que trouxeram muitos transtornos para a cidade.

A situação também já leva dificuldades a Riacho da Cruz, que está isolada, a Umarizal, a Itaú e a Portalegre. São muitos e muitos Municípios.

Aqui desta tribuna, Sr. Presidente e Sr. Senador Agripino, quero fazer um apelo ao Governo Federal para

que agilize o atendimento. É urgente! É urgentíssimo! É uma situação de calamidade. Para não virar uma catástrofe, que chegue logo o apoio para o atendimento, com abrigo, com alimento, com medicamentos.

Por falar em medicamentos, o nosso Estado, com relação à dengue, também está numa situação preocupante. Nas estatísticas, é o quarto no número de casos, proporcionalmente. E agora, com esse alagamentos, a situação só tenderá a piorar.

Deixo aqui o meu apelo, o apelo de uma nordestina que se alegra quando vê a chuva. Temos tantos períodos de seca, Senador, pedimos tanto a São Pedro, a São José, que, de vez em quando, parece, como naquela canção cearense, que exageramos nas orações.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Permita-me um aparte, Senadora?

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Pois não, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Senadora Rosalba, V. Ex<sup>a</sup>, com muito senso de oportunidade, na hora certa, no primeiro momento, faz um pronunciamento para – é desejo do Senador Garibaldi, como é meu desejo – manifestar ao País a apreensão pelas cheias que o Rio Grande do Norte está assistindo nesse momento. Começou há 15 dias, em São Bento do Trairi, Santa Cruz, com o rompimento da estrada e com o ilhamento da cidade de São Bento do Trairi. Tive oportunidade de falar com o Prefeito de Santa Cruz e com o Prefeito Tula, de São Bento do Trairi, e oferecer os meus préstimos. Ele me disse que voltaria a falar comigo se houvesse necessidade. Mas, de uma semana para cá – como V. Ex<sup>a</sup> está, com muita precisão, colocando o quadro do Rio Grande do Norte –, os açudes do nosso Estado, até os grandões, estão sangrando como nunca. A Barragem do Açu tem lâmina d'água de mais de um metro; a Barragem de Santa Cruz, uma cheia monumental; o Açude do Rodeador, feito por mim no Município de Umarizal, tem sangria grande; o Açude Pau dos Ferros, idem; dos pequenos, nem se fala. Só que quando acontece isso, para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo, já houve apartamento de uma estrada, já houve rompimento de ponte, já houve alagamento de vale. O Vale do Apodi – falei agora com o ex-Prefeito de Apodi, Ivo Freire, – já está cheio, encharcado. E o pior: V. Ex<sup>a</sup> lembrou a cheia de 1985 na nossa cidade de Mossoró. V. Ex<sup>a</sup> se lembra disso tanto quanto eu ou mais do que eu. Os primeiros atingidos são os mais pobres. São as casas dos mais pobres que ficam localizadas nos terrenos perigosos que gente rica ou gente remediada não ocupa. Vai para lá o mais pobre. Quando a cheia chega, ela atinge, em primeiro lugar, os mais pobres.

E V. Ex<sup>a</sup> aborda, com muita propriedade, o problema da cheia. A seca avisa que vai chegar, mas a cheia chega de repente, deixando todo mundo desabrigado e as pessoas com as mãos na cabeça. Então, como sempre fazemos no Estado do Rio Grande do Norte, temos de nos somar: o Presidente do Congresso, V. Ex<sup>a</sup> e eu para solicitarmos aquilo que é dever de justiça. Se for o caso, aí sim, deve-se propor uma medida provisória para uma emergência não anunciada, a fim de atender às necessidades dos nossos desabrigados, com alimento, com tenda para abrigá-los, com medicamento, com recuperação de estrada, de ponte, de pontilhão, de bueiro, de casas; ou seja, a recuperação dos prejuízos. Nós que vivemos em um Estado pobre, temos o direito de pedir e vamos nos juntar – os três – para, mais do que pedir, exigir justiça ao nosso Rio Grande do Norte. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de, mais uma vez, reafirmar aos nossos conterrâneos que estão passando por situações de angústia, perdendo suas casas, sem abrigo, sem saber, amanhã, se vão ter o que comer ou não; sem saber se vai chegar o barco para saírem das suas casas lá no Vale do Aporá. E aos que estão perdendo as suas plantações, eu queria levar a nossa solidariedade, a minha, sei que também a sua, Senador Agripino, a do Presidente do Senado, e dizer aos prefeitos, dizer aos agentes políticos daquelas cidades: vamos unir a nossa voz, nos associando à força da voz do Presidente do Senado, à voz do Líder da Oposição. A Defesa Civil nacional já sabe dessa situação, o Ministro Geddel também já sabe. As cheias, as inundações não estão somente no Rio Grande do Norte; estão na Paraíba, no Ceará, em Alagoas, em parte da Bahia. V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem. Nós, que tanto abominamos as medidas provisórias, que travam o trabalho legislativo, as medidas provisórias que não são de urgência, pedimos uma medida provisória para recursos que levem o alimento, o medicamento, o abrigo, que dê apoio à reconstrução das casas, dos bueiros, das estradas, das pontes. Esta sim, Sr. Presidente, tenho certeza, ninguém nesta Casa se negará a aprovar. Que ela venha com urgência, urgência urgentíssima, para realmente trazer soluções imediatas para o nosso povo.

Era isto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que eu desejava deixar para registro nesta Casa: o apelo do Rio Grande do Norte, o apelo do nosso povo que sofre com o efeito desse inverno rigoroso, das enchentes, para que sejam socorridos o mais rápido possível, para que o apoio chegue aos Municípios, porque sei que os prefeitos estão preocupados, decretando estado

de calamidade. Sei que a Governadora também deve estar preocupada como ficou o Senador Agripino em 85, como ficou o Senador Garibaldi, como Governador, em momentos como esse.

É conhecida essa realidade. Tendo passado como médica e como prefeita por momentos difíceis como esse, faço aqui esse apelo ao Governo Federal. É urgente, é urgentíssimo! Não podemos esperar nem um minuto! Vamos ajudar! Vamos salvar o nosso povo!

Muito obrigada.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Aloizio Mercadante me fez um apelo pedindo que o transmitisse a S. Ex<sup>a</sup> porque ele vai ter poucos minutos antes de embarcar para São Paulo e queria contar com a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida. Será um prazer ouvir o Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Presidente e ao Senador Arthur Virgílio.

Eu queria tratar de um tema que não será fácil construir, mas quero insistir. Refiro-me à agenda do Congresso Nacional. Não me parece que esse rumo que estamos envolvidos todos seja um rumo promissor para a imagem da instituição e para o futuro político de cada um dos Senadores e Senadoras que constituem este Plenário.

Se olharmos a situação internacional, veremos que a principal economia do mundo atravessa uma grave crise econômica, que atinge de forma crescente a União Européia. Os dados do Fundo Monetário Internacional, das instituições multilaterais, já projetam recessão e prevêm que o crescimento da economia americana dificilmente chegará a 1% neste ano, 2008. Esse fato está associado aos prejuízos do CEO bancário, que já superam US\$150 bilhões. Com o impacto direto dessa crise nos bancos americanos, a perspectiva é a de um prejuízo de US\$230 bilhões. Essa crise contamina o sistema bancário europeu, especialmente na Espanha, na Alemanha, na Inglaterra, na França e na Itália.

Acho que só isso já seria uma advertência de que o Congresso Nacional deveria ter uma pauta propositiva, construtiva, no sentido de aprimorar a legislação tributária, a legislação de fomento ao desenvolvimento, a legislação de estímulo às exportações, a legislação

de melhoria no sistema de crédito e de financiamento, para que o Brasil pudesse atravessar esse período mantendo o ritmo forte de crescimento que temos neste momento.

Realmente não entendo a natureza da agenda de que estamos prisioneiros. Em 60 anos de história, 60 anos de estatística do IBGE, só há dois anos em que a taxa de crescimento da economia é maior que a taxa de crescimento da inflação: 2006 e 2007. A economia cresce nesse início de ano 6% nesse cenário adverso de recessão e de turbulência financeira internacional. A indústria cresce 11,5%, se considerarmos de fevereiro a fevereiro, e 9,5% nos últimos 12 meses, taxa que não víamos há muito tempo na nossa querida economia brasileira.

Estamos num crescimento econômico puxado pelo mercado interno e pelo mercado de consumo de massas. As pesquisas do setor privado ou os dados do Pnad, recém-publicados pelo IBGE, mostram que há uma massa da ordem de 20 milhões de pessoas que estão deixando a situação de pobreza e passando a uma situação de classe média, de acesso ao mercado de consumo, fomentado pelo emprego que cresceu 1,650 milhão no ano passado; fomentado pelo Luz para Todos, que beneficiou 7 milhões de famílias, que agora contam com energia elétrica, podendo ter acesso a eletrodomésticos – não só porque tem renda mas porque até então não tinham eletricidade em casa e hoje têm; fomentado por programas como o Bolsa-Família, que atinge 11 milhões de famílias ou pelo salário mínimo de R\$415,00, que ainda é baixo, mas corresponde a US\$244, quando o movimento sindical passou 25 anos lutando pelo salário mínimo de US\$100.

É essa renda – o emprego, o salário mínimo, o Bolsa-Família, o Luz para Todos, o reajuste das categorias profissionais acima da inflação. A massa salarial tem crescido em torno de 6% ao ano. É esse Brasil onde metade da população nos últimos quatro anos aumentou o consumo em 32%; houve 32% de aumento de renda para a metade mais pobre do Brasil. É esse Brasil que está nas pesquisas de opinião apoiando este Governo. É esse Brasil que está comendo, que está podendo trocar e que está chegando à classe média. Se é verdade que o primeiro Governo Lula tinha pouca coisa a apresentar à classe média, neste a situação é diferente. Olhem as vendas de automóveis, que continuam batendo todos os recordes no País; mais de 3 milhões de veículos – caminhões e ônibus – foram produzidos e vendidos no Brasil no ano que passou.

Olhem os eletrodomésticos, cujas vendas cresceram 40%. Olhem os computadores: dez milhões e quatrocentos mil computadores vendidos, mudando a

inserção mundial do Brasil no século XXI, porque cada vez vai ser mais uma sociedade da informação, do conhecimento. E existem 40 milhões de brasileiros hoje tendo acesso à Internet. Há outro padrão de informação, que já não passa apenas pelos veículos tradicionais, que continuam cumprindo um grande papel na democracia. Hoje temos novas formas de comunicação, de pesquisa, de diálogo e de interação social.

É este Brasil que espera do Congresso uma agenda à altura do momento que atravessamos. Não quero aqui desconsiderar o papel fiscalizador do Congresso Nacional. Acho que temos de fiscalizar as instituições todas. Por sinal, o Banco Central prestará contas, na semana que vem, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que temos de fiscalizar. Isso é papel do Congresso Nacional, mas não podemos reduzir a agenda do Congresso à denúncia e obstrução. Nós ajudamos a construir este País que está aqui. A Lei de Falências, a Lei de Recuperação das Empresas foi construída neste plenário, com a relatoria do saudoso Ramez Tebet, ajudou a recuperar muitas empresas e permitir a saída da falência e da concordata.

Nós desoneramos a cesta básica de alimentos. Nós desoneramos a cesta de material de construção. Nós desoneramos a compra e venda da casa própria. A resposta está aí: 23% de aumento do financiamento à residência popular, à venda de imóveis no Brasil. Nós ajudamos a criar o crédito consignado: 56% do financiamento à pessoa física hoje vem do crédito consignado. Se o cheque especial continua tendo uma taxa de juros de 135% ao ano, a do o crédito consignado é de 28% ao ano. É muito menos do que é a do cheque especial. E isso alavancou o consumo de bens duráveis, melhorando o padrão de vida de amplos setores assalariados e dos setores da classe média que estão trocando de carro, comprando computador e uma parcela crescente podendo trocar de casa própria.

É este Brasil que espera uma agenda que seja exatamente a agenda da sustentabilidade e do desenvolvimento. Eu não acredito que à crise internacional o Brasil possa estar totalmente imune. Não há descolamento na interdependência que existe nas economias no século XXI. Se hoje, a mais grave crise financeira do pós-guerra, como disse Alan Greenspan, não atinge o Brasil é porque nós temos US\$195 bilhões em caixa, porque o crescimento da economia se dá pautado pelo consumo interno e pelo investimento, não atinge porque nossas exportações para os Estados Unidos representam apenas 15% do total de nossas exportações, quando representavam, cinco anos atrás, 25%. Nós diversificamos as nossas exportações. Aquela

diplomacia, que se dizia terceiro-mundista, abriu as portas do Brasil para a Ásia, que é o novo eixo dinâmico da economia mundial, não é mais a economia americana nessa conjuntura; é especialmente China e Índia. Ela abriu as portas do Brasil para a África e, sobretudo, para a América Latina, que representa 25% de nossas exportações.

O Brasil, hoje, felizmente, tem no agronegócio uma força propulsora do crescimento e das exportações. O milho americano, que faz etanol, mantém o preço da soja e do milho elevados. A urbanização da Índia e da China está mantendo o custo dos alimentos, que aumentaram 9%, no ano passado, em um patamar elevado, preservando a nossa balança comercial. Nós somos, hoje, o maior produtor mundial de carne. Um terço da produção de carne do mundo, hoje, é brasileira, apesar das barreiras da União Européia. Somos o maior produtor e exportador de aves. Somos o maior produtor e exportador de soja. Somos o maior produtor e exportador de suco de laranja, de café, de álcool, de açúcar; somos o terceiro exportador de milho; o terceiro de carne suína.

Este Brasil precisa continuar crescendo, progredindo. Precisa de política fundiária, precisa de financiamento à agricultura, precisa de repactuação da dívida agrícola, precisa de Congresso Nacional. É este Brasil que está dizendo ao Congresso que o caminho em que estamos não é o da Nação e não deveria ser o caminho desta instituição.

Lembro-me de um tempo – e não faz tanto tempo assim – em que debatíamos e divergíamos formulando políticas públicas, disputando emendas em cada um desses projetos, capitalizando para a instituição a contribuição ao crescimento, crescimento com distribuição de renda, como há muito tempo não víamos na história do Brasil; crescimento com democracia plena e funcionamento dos Poderes com transparência; crescimento sustentável, porque o crescimento está sendo puxado pelo investimento, está sendo puxado pela consistência dos fundamentos macroeconômicos.

Espero que a gente consiga sentar, quem sabe a semana que vem, para votar três medidas provisórias, limpando a pauta das medidas provisórias, e nos debruçar sobre a própria agenda do Congresso Nacional, concluir a votação das medidas da segurança pública, que é uma grande demanda da sociedade e que precisa de resposta do Congresso Nacional; estabelecer um melhor diálogo com a Câmara, não apenas com o Executivo, em torno das medidas provisórias e da mudança do rito destas, que temos de aprimorar e aperfeiçoar. Não pode ser como era antes, em que não se votava a medida provisória e o Governo promulgava o que queria, reeditava e modificava. Mas

não pode ser o que temos hoje, que obstrui a pauta do Congresso Nacional.

Queremos chegar a um entendimento para liberarmos essa pauta e tratarmos o embate sobre as grandes matérias que dizem respeito à maioria do povo brasileiro.

Tenho certeza de que andaremos na rua mais satisfeitos com o nosso trabalho, e o povo também. Tenho certeza de que voltaremos a ter a qualidade do debate que tivemos um dia neste plenário e que não temos tido na conjuntura recente.

Identifico-me muito com o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que fez um chamamento: um país que tem essa agenda do crescimento, agenda da estabilidade, para discutir, agenda da crise internacional, agenda dos desafios da reforma tributária, agenda das crianças que são torturadas, aprisionadas ou jogadas de uma janela e que precisam de políticas públicas, precisam de políticas de medidas legislativas, precisam do acompanhamento e do debate deste Congresso Nacional.

Poderíamos pautar semana que vem alguns grandes temas, temas que realmente engajem este Plenário, permitam o debate aprofundado, para que a gente mostre à sociedade o que temos a dizer sobre os grandes temas que dizem respeito à vida da população, sem comprometer aquilo que é a fiscalização, que é um papel complementar do Poder Legislativo. Mas nos autodenominamos Poder Legislativo, viemos, na história da República, não apenas no Brasil, mas na história da democracia internacional, para fazer leis.

Precisamos mudar o rito das MPs, retomar o poder legislante e estabelecer um clima de debate construtivo que permita ao Congresso Nacional se identificar com o sentimento das ruas, com o que as pesquisas de opinião apontam hoje de apoio ao Governo. Porque se querem construir uma alternativa a este Governo, é bom para a democracia se for uma alternativa melhor do que a que existe hoje. Mas tem de ser construído, formulando e propondo políticas, disputando um Brasil que tem de melhorar a cada dia e que precisa do Congresso, não como um impasse, como uma dificuldade, como um obstáculo, como tantas vezes está a imagem desta Casa na opinião pública, mas como uma Instituição que formula, que produz, que corrige os erros do Governo, que melhora as iniciativas do Governo, que tem as suas próprias iniciativas e que é capaz de saber o momento histórico que estamos vivendo.

Termino como comecei: o momento é de uma grave crise internacional, a mais grave crise do pós-guerra na economia americana; as crises imobiliárias

são, historicamente, duas vezes mais longas, mais duradouras e profundas do que as crises em bolsas de valores. Portanto, não é uma crise qualquer a que nós estamos assistindo; é uma crise cujo impacto direto é US\$230 bilhões, mas é uma crise que o Brasil nunca esteve tão bem preparado para enfrentar. E o Congresso precisa se preparar não apenas para superar essa crise...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – ... mas para permitir crescimento sustentável, a distribuição de renda e a estabilidade, que ajudamos a construir, para que possamos de fato voltar a produzir, porque nós não temos feito isso. E é isso que a Nação, eu diria, não aceita, não reconhece e não patrocina.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Senador Aloizio Mercadante e concedo a palavra, pela ordem, fazendo o mesmo apelo que fiz aos oradores, ao Senador Arthur Virgílio, no sentido de que tenhamos agora, na palavra pela ordem, um certo comedimento com relação ao tempo, um certo cuidado, para não transformarmos a palavra de ordem em muitas palavras de ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se V. Ex<sup>a</sup> preferir, após a Ordem do Dia, eu me inscrevo como Líder e digo tudo que tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que não me estou me referindo só a V. Ex<sup>a</sup>, que não estou me dirigindo sobre isso só a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se V. Ex<sup>a</sup> prefere, esperamos. V. Ex<sup>a</sup> encerra a Ordem do Dia, e eu me inscrevo como Líder e pela ordem, até porque eu tenho o que dizer aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É mais prolongado o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, não é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu preferia que não fosse tão prolongado assim, mas, enfim, fica a seu critério.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vou transferir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim, e por ora.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para depois da Ordem do Dia, até porque não vai haver a Ordem do Dia. Aproveito para...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, de maneira bem curta, só faço uma solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, desculpe-me,...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Presidente. Eu é que tenho que pedir desculpas a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...se eu interrompo as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, mas, tendo em vista a falta de acordo das Lideranças no sentido de ocorrer a votação, nós transferimos a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje para terça-feira, às 16 horas, hora regimental aprazada.

V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito.

São os seguintes os itens transferidos:

1

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008



3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008***(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 11, DE 2008***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição

*Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

12

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

13

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comprometimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

#### **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1 – CDR à Emenda nº 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

24

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o*

*cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

30

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005,

na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

37

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para

prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

**REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

52

**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

53

**REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.



54

**REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

55

**REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

56

**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

57

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

58

**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

59

**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

60

**REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

61

**REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

62

**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercá-

dante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

63

**REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

64

**REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

65

**REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

66

**REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem também.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou alternar os oradores inscritos com os Líderes.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Presidente. Antes do meu pronunciamento, apenas para saber em que momento da sessão V. Ex<sup>a</sup> lerá o pedido de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, concederei a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, fazendo o mesmo apelo a S. Ex<sup>a</sup>, e, em seguida, darei a palavra ao Senador Mão Santa, prevenindo S. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu me refiro à leitura da CPI, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto à leitura da CPI, eu farei um pronunciamento a respeito disso. Não quero, portanto, antecipá-lo neste momento. V. Ex<sup>a</sup> me dará apenas algum tempo para que eu, então, possa fazer um pronunciamento,...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas, nesta sessão, Sr. Presidente? Nesta sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...que é mais um apelo que eu vou fazer...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Nesta sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...nesta sessão. Ainda nesta sessão.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ótimo. Sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> tem todo o tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Imediatamente após o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Mão Santa, que são os oradores inscritos: V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, e o Senador Mão Santa.

Eu me congratulo até com o Senador Mão Santa, porque quem cede a ele é o Senador Flexa Ribeiro. Só pode ter viajado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Serei bastante econômico.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pelo que pude entender, V. Ex<sup>a</sup> parece que vai ler o requerimento ainda hoje, mas apenas depois do pronunciamento que fará, que suponho não seja sobre o requerimento. Suponho que seja sobre outro assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se V. Ex<sup>as</sup> desejarem e abrirem mão das in-

tervenções, inclusive o Senador Arthur Virgílio, que estava inscrito, gostaria de fazer um apelo aos dois, tanto ao Senador Arthur Virgílio quanto ao Senador José Agripino. É que pretendo, atendendo a um apelo do Senador Arthur Virgílio, fazer uma reunião na residência destinada aos Presidentes do Senado.

Quero fazer um apelo aos Líderes para que estejam, terça-feira, aqui em Brasília, como sempre estão, para que possamos discutir uma pauta para os nossos trabalhos, tendo em vista que estamos encontrando muitas dificuldades para votar e até mesmo para debater as matérias. E eu diria até mesmo para ter uma convivência mais salutar aqui, haja vista o que ocorreu ontem. Eu não estava presente aqui, mas soube que não foi um momento que engrandeceu o Parlamento do nosso País, principalmente a sua Casa mais alta, o Senado Federal.

Era o apelo que queria fazer a V. Ex<sup>as</sup>, assumindo o compromisso de que, se nós não chegarmos a um consenso sobre a votação de matérias cuja prioridade nós mesmos iríamos debater – e eu não tenho por que deixar de assumir este compromisso com V. Ex<sup>as</sup> – na terça-feira eu leria o requerimento.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Faço uma proposta a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra? Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, pode fazer a proposta, mas eu queria apresentar uma alternativa. Mas ouço o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Seria V. Ex<sup>a</sup> ler agora, conforme o compromisso que temos nós dois com nossas Bancadas e discutiríamos na terça-feira a constituição. O que não podemos é continuar com aquele clima da CPMI, que mistura todos em uma vala comum e exige que nós usemos o que sempre foi dito para todos e por todos da Oposição como o nosso plano B.

A minha proposta seria outra: V. Ex<sup>a</sup> leria e nós discutiríamos na terça-feira o momento da instalação. Quem sabe até isso leve a CPMI a perceber que não é possível entenderem que vai sair um relatório que não ouve autoridade alguma, não ouve nem ecônomo, não quebra sigilo de quem quer que seja. Simplesmente significará a mais redonda e rotunda pizza que já se compôs neste País.

A minha sugestão seria essa. Agora, eu não... Sinceramente, V. Ex<sup>a</sup> sabe o quanto gosto de colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, mas não gostaria de sair daqui frustrando a minha Bancada sem ter algo que me comprometi com ela que obteria, que seria a leitura, conforme é do nosso direito, a leitura hoje da CPI.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Nós nos entendemos de ouvido. É mais ou menos o que iria propor a V. Ex<sup>a</sup>. A leitura do requerimento não significa a instalação. A leitura significa dizer que o assunto está sobre a mesa e que a instalação vai depender da indicação dos membros.

Ela será instalada na medida em que exista, pelo menos, maioria dos membros indicados. Então, o que nós estamos querendo é que ela seja lida, porque o episódio da sessão de hoje de manhã foi pior do que o que aconteceu ontem à noite neste plenário. Aqui ocorreram, Presidente Garibaldi, frases mal colocadas, agressões injustificáveis. Agora, no plenário da CPMI, ocorreram agressões à sociedade, à instituição. A Base governista disse claramente ao Brasil que não queria investigar. Isso é o que desmoraliza a Casa, mais do que uma eventual troca de palavras ásperas entre um Senador e uma Senadora. Eu reputo, no meu entendimento, que a agressão é mais forte quando você se nega a fazer aquilo que é do interesse coletivo do que quando você assiste a atritos individuais entre duas pessoas.

Então, o que eu peço a V. Ex<sup>a</sup> é que faça a leitura. E nós, atendendo ao seu apelo, sim, tanto Arthur Virgílio quanto eu, na terça-feira, discutiremos a pauta a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. E quero dizer que a atitude que tomamos de pedir a leitura se deve exclusivamente ao ato a que nós assistimos, hoje, de identificar claramente, na sessão de hoje, que a Base do Governo não quer investigar.

A Senadora Marisa Serrano é Presidente de uma comissão que não vai dizer coisa nenhuma; ela não vai dizer a que veio. Ela tende a presidir uma comissão que vai fazer “o que seu mestre mandar”. E o mestre está lá no Palácio do Planalto, tranqüilinho da vida, deitando falação. E nós não podemos coonestar aquilo que seu mestre quer mandar.

Então, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, até numa manifestação de apreço, de respeito a Presidente Marisa Serrano, que tem agido com toda dignidade, com altivez, com autoridade, para preservar a autoridade de S. Ex<sup>a</sup> é que nós queremos estabelecer um contraponto a bem da credibilidade do Senado e do Congresso Nacional.

É a proposta que fazemos a V. Ex<sup>a</sup>: que seja lido hoje, e aguardamos o apelo de V. Ex<sup>a</sup> para que, terça-feira, possamos chegar a um entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> pede a palavra pela ordem?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> vem pregando o acordo, a conversa. V. Ex<sup>a</sup> tem esse jeito educado e simples de ser e tem procurado, até este momento, o consenso.

V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente eleito desta Casa, procura usar a sabedoria e a experiência que já tem como Governador de Estado, toda sua história política, a fim de que possa tentar um entendimento para um caminho melhor para esta Casa. E isso eu sinto aqui agora. V. Ex<sup>a</sup> quer esperar até terça-feira para um encontro na Casa da Presidência do Senado com os Líderes, tendo em vista um entendimento. Não creio que deva ser encaminhado dessa maneira. Não é praxe desta Casa. Há outros documentos na frente a serem lidos, segundo a Líder do Congresso me informou.

E outra coisa, Sr. Presidente: o que está hoje na CPMI vai acontecer na CPI do Senado. A expressão a que fez referência o Senador José Agripino, ou seja, a tratorada que acontece lá hoje acontecerá na CPI do Senado, se ela for implantada, se V. Ex<sup>a</sup> ler hoje e se não houver essa conversa com os Líderes.

O Senado tem sempre procurado acertar antes das votações os acordos. V. Ex<sup>a</sup> procura esse caminho. Sinto que V. Ex<sup>a</sup> procura esse caminho. Mas, ao procurar esse caminho, V. Ex<sup>a</sup> terá que enfrentar as pressões, vai ter que enfrentar a tentativa de continuar nesse ambiente desagradável que nós temos aqui.

Quero dizer que, quando votei duas vezes em V. Ex<sup>a</sup>, na reunião do PMDB, para indicá-lo Presidente desta Casa, e no plenário, eu sempre soube, pela experiência que V. Ex<sup>a</sup> tem, que iria procurar o caminho do acerto, o caminho de todos resolverem as situações.

Estou aguardando e acredito que V. Ex<sup>a</sup> vai procurar o caminho do entendimento, porque aqui nós temos dois Líderes. Os Líderes não estão todos aqui. Quando todos estiverem sentados, com a sabedoria de V. Ex<sup>a</sup>, a sabedoria do Senador Arthur Virgílio, a sabedoria do Senador José Agripino, a sabedoria do Líder do meu Partido, que é o maior Partido desta Casa, o Senador Valdir Raupp, com certeza, encontraremos uma solução aqui do problema, mas não com cinco Senadores presentes – aliás, mais V. Ex<sup>a</sup> seis; sete com o Senador Mão Santa.

Eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse um pouco de calma. Não é praxe do Senado ler pulando outros documentos que existem.

É só isso, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pede V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem?

Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o Senador Wellington Salgado, zeloso defensor dos interesses do Governo na ausência dos Líderes, tem razão relativa. Agora o triste é não ter um Líder do Governo às 5h40 horas da tarde de uma quinta-feira. Sei que tem mais atrativo na Esplanada dos Ministérios, onde estão distribuindo orçamentos, cargos, mas a obrigação é estar aqui para discutir. E V. Ex<sup>a</sup> não pode ficar à mercê da boa vontade da presença do Líder em plenário, nobre Senador.

Hoje pela manhã, foi um Deus nos acuda, porque nós começamos regimentalmente, às 10 horas da manhã, uma reunião que era para começar às 9 horas, e não havia ninguém da Base do Governo. Aprovou-se lá um requerimento, e foi um Deus nos acuda. É preciso que a Base...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Ele agora alega. A Senadora Roseana está aqui, segundo o Senador Wellington Salgado acaba de informar. Pronto. Qual é o problema?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Já estava. V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Wellington.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Então, um motivo a menos, Senador Wellington. Agora, a Casa não pode parar a bel-prazer dos caprichos dos que se retiram, muitas vezes até estrategicamente. V. Ex<sup>a</sup> é um empresário e sabe que o País tem pressa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se tem uma qualidade que admiro e que me cativa no Senador Wellington Salgado é precisamente a sua sinceridade. S. Ex<sup>a</sup> se portou com a mais absoluta honestidade hoje, praticamente demolindo todas as tentativas de desviar o foco para o Senador Alvaro Dias da corrupção dos cartões corporativos. Foi S. Ex<sup>a</sup>. Valeu mais o seu depoimento do que o de nós todos, até pela insuspeição do próprio autor.

Agora, óbvio – e o Senador Heráclito está coberto de razão –, o meu dever é estar aqui. Eu estou aqui, cumprindo com o meu dever. Isto aqui não depende de Casa cheia. Isto aqui não é salão de debutante, que tem de ter duzentos pares para homenagear quem completa quinze anos, enfim.

Nós estamos falando de um direito, Sr. Presidente. Não é de presença de Líder ou de consenso, não. Nós estamos falando de um direito. É um direito o que nós reivindicamos. Ou seja, nós preenchemos o que o Regimento determina: mais, bem mais, do que 27 assinaturas. Está na mesa, depois de conferidas as assinaturas, o nosso requerimento de constituição da CPI. Aguardamos, com muita fé, que se desenvolvesse a contento a CPMI, a CPI mista. Não é possível que nós consigamos admitir que aquilo é debate, que aquilo é diálogo, que aquilo vai conduzir a alguma coisa, no ritmo em que vai.

Então, não estamos aqui, Sr. Presidente, simplesmente fazendo mais que a reivindicação de que o nosso direito seja observado. Está na mesa um direito líquido e certo nosso: o de ver lida a CPI, nos termos em que foi aqui referido a V. Ex<sup>a</sup> pelo Senador José Agripino e por mim. Ou seja, a leitura, e uma idéia minha, inclusive – tenho muito honra de sempre colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, morrendo de inveja do Senador Wellington e dos peemedebistas, que puderam votar em V. Ex<sup>a</sup> duas vezes; eu só pude votar uma, pois sou tucano, mas eu adoraria que V. Ex<sup>a</sup> fosse do meu Partido, até para poder votar em V. Ex<sup>a</sup> duas vezes –, de nos reunirmos na sua Casa, com quem V. Ex<sup>a</sup> achar conveniente, para discutirmos uma pauta.

O Senador Aloizio Mercadante, ainda há pouco, falava dos problemas do Brasil. Um deles é o da corrupção endêmica, até epidêmica, que grassa neste País. Isso complica para o futuro, na medida em que há nuvens internacionais. Temos de ter muito cuidado. É melhor o pessoal ser bastante comedido na hora de cuidar da coisa pública. Então, temos de olhar que essa atividade fiscalizadora é importante.

Quanto à pauta, proponho discutirmos uma pauta. E mais: se o legislador, na sua sabedoria, entendesse que CPI atrapalha pauta positiva, o legislador não teria

criado a figura da CPI. Se não tivesse criado a figura da CPI, estaria dado um sinal verde para os maus governantes se locupletarem da coisa pública.

Então, Sr. Presidente, pura e simplesmente, de maneira simples – sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem simples também, além de objetivo no seu raciocínio –, sem mais lucubrações, sem mais prolegômenos, o que estamos pedindo é que, pura e simplesmente, o nosso direito seja atendido: a leitura da CPI. Temos direito a essa leitura, porque preenchemos os requisitos regimentais.

Às ordens de V. Ex<sup>a</sup>, estaremos para, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> convocar, na sua residência – até para se dar um caráter de informalidade –, estarmos lá para discutir a forma de se trabalhar a investigação séria.

O Senador fala em tratorar, não acredito não; não vai ter nada disso não. Nós vamos trabalhar.

E por que a CPI aqui? Vou ser bem claro, Sr. Presidente, não tenho que esconder nada de ninguém. Todas as vezes que houver tratoramento lá – se houver, e eu não quero acreditar nisso –, vamos requerer que o Plenário, em sessão aberta, delibere. E aí aqueles que gostam de se esconder atrás de tropa de choque vão ter que botar suas faces rosadas, loiras e lindas perante a opinião pública. É muito simples, como é simples o sorriso de uma criança, como é simples a cristalinidade das águas nas mãos de outra criança. É muito simples. Não pense que simplesmente vão dizer “Ah, uma evidência, não convoca fulana.” Não convoca? Então, traz para cá. “Não quebra o sigilo do beltrano”. Não quebra? Então traz para cá. Tem maioria? Tem. Então, vão ter que nos enfrentar no voto aberto aqui, com clareza.

Hoje estão pensando que a solução para o País é a tropa de choque. Então, é melhor pegar a tropa de choque e mandar para governar os Estados Unidos, e evita... Eu chego lá e digo: “Bush, meu filho, contrata a tropa de choque do Governo brasileiro e resolve essa história dessa tua crise aí, e não venha trazer crise para nós.” Eu resolvo isso simples. Se tropa de choque fosse remédio para tudo, mandaria essa tropa para governar a crise americana. Eu diria “Bush, meu filho –repito –, leva a tropa de choque daqui e resolve o teu problema, para não atrapalhar a gente.”

Eu também gostei daquela formulação tão sofisticada que o nosso Presidente fez. Eu fiquei encantado com aquilo; aquilo deveria virar uma tese de doutoramento em economia.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, o que nós pedimos é muito simples: leitura da CPI, e vamos discutir o que é o Senado, e o Senado não pode ter castração ao direito da minoria de ser atendido no seu direito de investigar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu queria pedir. O Senador Romero Jucá é um homem atento, ele deve estar aqui próximo, que ele se dirija rapidamente ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pela ordem.) – Agora, outra coisa. O Sr. Gilberto Carvalho deve estar assistindo à sessão do plenário. Que ele agilize a base! Ele passou carão nos meninos. Na segunda-feira deu certo, na terça deu certo, na quarta deu certo...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Hoje, os meninos esqueceram. Chamar os meninos para virem para cá, Senador Wellington Salgado. É preciso número aqui e não na Esplanada do Ministério.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Quero colaborar com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> poderia prestar um serviço, solicitando a Ministro que não receba Senador nem Deputado na parte da tarde. Saem daqui, deixam as obrigações, pelo encanto dos cargos, das liberações, das benesses do poder. Será que o Governo não aprende que, de tarde, não se deve receber Senador, principalmente quando há Ordem do Dia? Mas o Senador Romero Jucá deve estar se aproximando, e vamos aguardá-lo, porque ele terá uma solução.

Muito obrigado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se eu não deixá-lo constrangido, peço dois minutos apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Wellington, logo após a palavra de V. Ex<sup>a</sup>... Eu não estou diante de uma questão de ordem, não estou diante de nada imperativo do ponto de vista formal.

Eu queria que os Parlamentares, os Senadores, os Líderes compreendessem isso. Fiz apenas um apelo, mas, infelizmente, parece que o meu apelo não está sendo bem compreendido. Vou voltar a falar. O que quero dizer é que V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra, mas faço um apelo aos Senadores para que eu possa concluir este momento de debates no Senado Federal.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esses dois minutos são justamente para que V. Ex<sup>a</sup> tenha tranqüilidade para pensar e decidir.

Senador Arthur Virgílio, o que acontece é o seguinte: a CPI vai ser proporcional à oposição e à si-

tução. V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem, porque foi a Dilma Rousseff do Presidente Fernando Henrique.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Fora do microfone.) – Ave Maria!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me respeitou até hoje e eu vou exigir que V. Ex<sup>a</sup> continue me respeitando.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Mas eu desrespeitei V. Ex<sup>a</sup>? V. Ex<sup>a</sup> não foi da Casa Civil?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, não tente fazer.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Foi da Casa Civil?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Então, vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>: não tente fazer.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Foi da Casa Civil?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se não fez, vou lhe repetir, não tente fazer.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> foi ministro da Casa Civil?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas não tente fazer, Senador! É uma parada torta. Não tente fazer!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Então, vou colocar de outro jeito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Coloque de outro jeito, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campanha.) – Srs. Senadores!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro da Casa Civil?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, da Secretaria-Geral, e também não sou o Ministro Dulci.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campanha.) – Senador Arthur Virgílio, Senador Wellington Salgado, por favor!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, o Senador vai recompor, eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Vou recompor imediatamente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida nenhuma. Tenho certeza disso.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não vejo razão para ficar tão ofendido, mas recomponho.

Eu queria dizer o seguinte: o que vai acontecer, Senador Arthur Virgílio? Vamos montar a CPI e outra

vez, como o Governo tem uma base grande de apoio, ele vai ficar de novo majoritário na CPI. E de novo as coisas vão acontecer, porque se forem os mesmos requerimentos e houver o mesmo entendimento da base de apoio ao Governo, tudo irá acontecer igual. Qual será o próximo caminho, depois?

Esse andar e desandar é que eu não estou entendendo, Senador José Agripino, porque o que reflete lá irá refletir aqui, e os mesmos requerimentos que não foram aprovados lá hoje, porque foram requerimentos, na sua maioria, de dois Deputados da Oposição – V. Ex<sup>a</sup> sabe disto: são sempre os mesmos –, irá acontecer a mesma coisa aqui na CPI.

Aí, para onde nós vamos? Não sei mais, regimentalmente. Para o Supremo? Para o Pleno? É só isso, Senador Arthur Virgílio. Eu, inclusive, não entendi sinceramente porque V. Ex<sup>a</sup> ficou tão ofendido. Se foi porque não gosta de associar a imagem que eu coloquei, eu retiro o que eu disse. Mas, ao associar a imagem, associei porque tenho respeito às duas pessoas, a que eu citei e V. Ex<sup>a</sup>. São dois grandes políticos. Não era a intenção nesse sentido.

Sr. Presidente, a única coisa de que não gosto é de ver uma pressão grande sobre a Presidência desta Casa. Estou sentindo que o Senador está tentando um acordo e não consegue, porque está havendo uma pressão sobre a Presidência que é clara para decidir como melhor convier ao Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Se o Presidente está sendo pressionado é pelo telefone, e não pelo Plenário. Ele está ao telefone na maior tranquilidade, rindo e prestando uma atenção louca ao que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Eu estou esperando acalmar o Presidente. Então, vou esperar a decisão. E o que vier, Senador Heráclito, para mim está ótimo.

O Governo vai continuar da mesma maneira, porque Governo que tem uma base de apoio forte é porque está forte. Este Governo está forte. Não há ninguém aqui que não saiba que está forte. E se é forte, é bom para o Brasil, seja eu empresário, seja eu cidadão, seja eu um trabalhador, seja alguém que veio de uma classe de baixo para chegar a essa famosa classe C de hoje.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem o privilégio de ser tudo ao mesmo tempo. Parabéns!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Sou um emergente, Senador.

V. Ex<sup>a</sup>, com a inteligência que tem, consegue captar as palavras e devolvê-las no sentido contrário àquele que queremos colocar. É uma admiração que tenho e vou aprender. Só isso, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Os meninos estão chegando. Continue mais um pouquinho, que os meninos estão chegando, e o Presidente continua falando.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradecendo ao Senador Wellington Salgado, faço o mesmo apelo ao Senador José Agripino, no sentido de que possamos dar um final a esse momento dos debates.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas o final é fácil, Sr. Presidente. Não quero dialogar com V. Ex<sup>a</sup>, mas o final é fácil. É um direito regimental. O requerimento está sobre a mesa. O apelo que V. Ex<sup>a</sup> fez já teve a resposta no rumo que V. Ex<sup>a</sup> deseja.

O direito regimental que temos, pelo fato de haver um requerimento com mais de 27 assinaturas, é inexorável. Então, a leitura é um direito que temos. Imaginávamos que a CPMI fosse investigar. Ela, hoje, disse que não quer investigar. Então, vamos investigar. Não adianta querer fazer exercício de futurologia: ah, vai ter maioria, não vai ter maioria. Isso não é bem assim. Há forças que se manifestam. Há sintonia com a opinião pública. Há fatos que sensibilizam pessoas. Em cada cabeça, uma sentença. E é nossa obrigação cumprir aquilo que é nosso dever. O Governo governa e a Oposição fiscaliza. Vamos insistir em que os nossos direitos sejam respeitados, e o direito que colocamos neste momento é de que ter lido o requerimento apresentado e, atendendo ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>, de segurar a indicação dos membros até que na, terça-feira, faça-se uma conversa, um entendimento em torno do que vai acontecer a seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, definitivamente, às vezes não entendo os rumos que alguns Senadores Líderes querem dar ao debate nesta Casa.

Vejam bem. Estamos debatendo por nada, por absolutamente nada. O que é que vai trazer em prejuízo à Oposição que esse requerimento seja lido terça-feira? Eu já garanti que vai ser lido. Só não será se eu perder meu mandato daqui para terça-feira, o que acho pouco provável. Não vejo nenhum prejuízo à Oposição por atender ao meu apelo, que foi o apelo primeiro que fiz. Acho que um apelo do Presidente... Infelizmente, estou sendo um Presidente pouco compreendido, mas acho que um apelo do Presidente deveria ter maior consideração de seus Pares. Mas, infelizmente, vejo que cada vez que apelo, mais difícil a situação fica. Então, é melhor nem apelar mais.

Eu diria a V. Ex<sup>a</sup>s e também ao Governo que não vai modificar a situação daqui para terça-feira. Se alguém pode dizer que vai ser beneficiado daqui para

terça-feira, sou eu, porque daqui para lá, certamente, os Srs. Líderes, tanto os da Oposição, que estão aqui vigilantes, quanto os do Governo, que aqui não estão, esfriarão a cabeça, de modo que possamos ter uma reunião produtiva, porque também me preocupo com o fato de que é melhor não realizar uma reunião que caminhar para uma reunião que não seja produtiva.

Eu até pediria aos Senadores, pediria primeiro a eles, com quem estou aqui debatendo... Não se deve nem debater com o Presidente, pois o Regimento não permite, mas vou abrir esta exceção, além de outras que tenho aberto no sentido de usar da mesma franqueza e da mesma sinceridade. Por que essa queda de braço? Se vai ser lido hoje, se vai ser lido terça-feira, se vão atender ao apelo do Presidente, ou o Presidente não pode nem ter seu apelo atendido...?

Sinceramente, devemos ter consciência de que a sociedade está querendo que se apure, mas não está querendo que a CPI seja dominada por este ou por aquele. Ela está querendo ver uma CPI como já viu a CPI dos Anões do Orçamento, da qual fui sub-relator, está querendo ver uma CPI como foi a CPI dos Correios, que funcionou.

Se meu apelo não for atendido hoje, não será atendido terça-feira. Eu só queria que os Líderes não me enganassem, não me levassem à situação constrangedora de convocar uma reunião para terça-feira e nela não chegarmos a nenhum consenso. Se não chegamos ao consenso para marcar a leitura de uma CPI que estou garantindo que, se depender de mim, vai funcionar... Se depender de mim, vai funcionar.

Não estou aqui para segurar nenhuma CPI. Quero dizer isso logo porque, senão, pode ser que alguém possa pensar que estou começando a fazer isso para segurar a CPI. Eu não tenho nenhum instrumento aqui para segurar a CPI. Os instrumentos de que disponho são o Regimento e a Constituição, e nenhum deles me mostrou até agora como é segurar uma CPI.

Agora, não me enganem! Se não for para haver uma boa vontade com relação ao diálogo na terça-feira, não vamos fazer, construir um espetáculo, uma reunião que não vai engrandecer a história que todos temos atrás de nós. Então, eu gostaria de fazer um apelo: será que o Presidente desta Casa, por mais humilde que seja... Porque eu sou um Presidente "tampão". Já há quem esteja fazendo as contas dos dias para me ver pelas costas nesta Presidência. Esta é a verdade!

Será, meus senhores, minhas senhoras, quem estiver nos assistindo – agora, vou dar uma de Mãe Santa, que gosta de se dirigir aos que nos estão assistindo pela televisão –, será que eu não tenho autoridade? Será que, por amor de Deus, eu, como Presidente desta Casa, não tenha condições de fazer um

apelo para que seja lido um requerimento que está parado aqui há quarenta, cinquenta, sessenta dias? Se eu estou dizendo que vai ser lido na terça-feira, ele o será, doa a quem doer, custe o que custar! Se não for para me atender neste requerimento, não vamos nos reunir na Casa do Presidente do Senado, porque minha não é.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Permite-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor, sejam sinceros!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Permite-me, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio. Depois, concederei a palavra ao Senador Tião Viana e, por fim, ao Senador José Agripino.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> falou em sinceridade. Padeço de alguns defeitos, mas não da falta de. Creio que V. Ex<sup>a</sup> me conhece um pouco. V. Ex<sup>a</sup> só foi infeliz... Agora não há Regimento em jogo, Dr<sup>a</sup> Cláudia. Eu gostaria da atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> só foi infeliz ao dizer "não me enganem." V. Ex<sup>a</sup> não tem nenhuma razão para achar que engano quem quer que seja. Aliás, o mesmo se aplica ao Senador José Agripino.

Propus a idéia da discussão dessa agenda, mas não quero, nessa discussão, discutir se vai ter ou se não vai ter CPI, porque não vamos nos conformar com a pantomima em que se está transformando a outra.

V. Ex<sup>a</sup> disse agora algo que é bastante convincente. Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> já foi atendido por nós. Está aí há cinquenta dias? Foi uma concessão nossa e um apelo seu. V. Ex<sup>a</sup> fez um apelo lá atrás e nós atendemos. Por isso está aqui. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, teve a honestidade de dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador, eu só...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Permite-me, Senador. Deixe-me concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Quem sabe eu tenho uma boa surpresa para V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que fui parlamentar também, aqui e acolá, e não me seguro, mas vou me segurar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, V. Ex<sup>a</sup> hoje é o Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seguro CPI.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Isso, exatamente isso. Isso é uma boa coisa. E V. Ex<sup>a</sup> é um bom parlamentar. Não estou discutindo isso e nem quero ver V. Ex<sup>a</sup> pelas costas, não, de jeito algum.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é V. Ex<sup>a</sup>, não, que quer me ver, não.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É bom a gente ir esclarecendo, porque a história de “não me engane”, “não faz isso, não” para mim não é bom. Eu sou muito sensível a essas coisas também.

Reuniremos. V. Ex<sup>a</sup> disse e agora certamente vai repetir que, se atendermos o seu apelo, terça-feira inesoravelmente será lido o relatório. Então, não vai entrar em pauta, não vai ter: “ah, fulana pediu”, “beltrano reclamou”. Ou seja, vamos discutir qualquer coisa, se transformamos isso aqui em monarquia ou se fazemos a monarquia parlamentarista. Enfim, não está em jogo a CPI. Ela será lida na terça-feira. Aí, proponho ao Senador José Agripino que atendamos V. Ex<sup>a</sup>.

Veja, Sr. Presidente, que ontem tentou-se fazer uma... Tipo assim... Alguns se agarraram ao momento e “vamos fazer do Senador Alvaro Dias o Judas do momento”, enfim... Não durou 24 horas isso, Sr. Presidente. Não durou 24 horas. O que vimos em seguida foi o “não”, “não”, “não” sistemático a partir da tropa de choque que o Governo montou na CPML, o que leva a cobrar, sem colocar em discussão, o nosso direito de ver a CPI funcionando.

Aqui não ouvi mais ninguém falando no Senador Alvaro Dias. Quem está falando sou eu, não ouvi mais falar. Não valeu, não vingou aquela tese de discutir quem vazou ou quem não vazou; estamos aqui discutindo é quem praticou eventual delito ao lidar com o dinheiro público de maneira equivocada ou quem praticou o delito de ter composto um dossiê que visava a intimidar a Oposição – e isso é um atentado muito maior do que à Oposição, atentado à democracia brasileira.

Sr. Presidente, já atendemos V. Ex<sup>a</sup> lá atrás, e proponho ao Senador José Agripino que o atendamos outra vez, que deixemos para terça-feira, sem que isso seja ponto de discussão. Isso é tipo... A gente se lembra daquele falecido, enfim, infelizmente, uma grande figura do Rio de Janeiro, não sei se carioca, o Clóvis Bornay, que ganhava todos os concursos de fantasia. Ele virou *hors-concours*. Então, essa nossa coisa da CPI é *hors-concours*. O resto a gente vai discutir, mas isso aí é *hors-concours*, isso faz parte do nosso direito. Apenas não se lê hoje, mas se lê terça-feira.

Não diga que pela primeira vez, V. Ex<sup>a</sup> está de novo atendido por esta figura que o admira e o estima

e que vai dizer à bancada que contraria a sua bancada para atender o Presidente Garibaldi, que, terça-feira, logo ao assumir a Presidência da Mesa, fará a leitura da CPI, honrando mais uma vez – o que é uma praxe na sua vida – o compromisso de homem público.

Está atendido V. Ex<sup>a</sup>, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, não quero mais comentar. Considero encerrado esse assunto. Quero apenas dizer que V. Ex<sup>as</sup> conquistaram o direito de instalar a CPI. Estou pedindo apenas alguns dias para ler o requerimento da CPI, mas agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador José Agripino.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E reitero o convite para que estejamos juntos, de espírito desarmado, com vontade mesmo de chegarmos a um consenso, terça-feira, na reunião, ao meio-dia e meia. Acho mais conveniente meio-dia e meia.

Dou a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem, nos termos do art. 403, somado com o art. 246, inciso I, alínea f, sobre requerimentos.

Sr. Presidente, nós temos uma ordem de requerimentos que devem ser lidos pela Mesa. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai cumprir o Regimento. A maior proteção à Instituição Senado e à democracia na Casa vai ser a obediência ao Regimento da Casa, que representa todos nós.

Nós temos um momento de tensão – natural da democracia e do Parlamento – entre Oposição e Governo; a Oposição está encontrando muita dificuldade em aceitar o resultado da maioria sobre a minoria. É o exemplo do que está ocorrendo naquela CPI. É legítimo que tenham esse sentimento, é legítimo que protestem e é legítimo que procurem saídas regimentais, como estão procurando o Líder Arthur Virgílio e também o Líder Agripino – estão procurando agora. Nós temos o dever de zelar pela proteção do Regimento, para estabilizar essa luta política que é absolutamente normal.

Agora, o que eu gostaria de considerar é que, há poucas semanas, a Oposição quis matar a CPI do Senado para defender a CPI Mista; agora, a Oposição quer matar a CPI Mista para constituir a CPI do Senado. É legítimo. Agora, nós estamos apresentando, Base do Governo, o direito da maioria, em sua consciência política, e exercendo o seu voto, para ganhar ou perder. Esse é o debate que está posto.

Eu agradeço muito a compreensão dos Senadores em entender que V. Ex<sup>a</sup> precisa desse prazo, como mediador dos conflitos, para reunir os Líderes e para promover a pauta da reunião, a agenda de terça-feira. Acho que V. Ex<sup>a</sup> é merecedor desse prazo. Fico feliz de o Senador Arthur Virgílio ter concordado.

E tenho certeza de que o resultado, até terça-feira, deverá ser de serenidade ou respeito.

Quem sabe, até lá, V. Ex<sup>a</sup> não consegue que a CPI, hoje mista, consiga ceder espaços para as reivindicações que estão postas pela Oposição aqui, de mais decisões a favor do esclarecimento a ou b.

Acho que tudo pode acontecer, e a Oposição pode ficar convencida de que o melhor fórum ainda seja a CPI Mista.

Agora, a questão de ordem que formulo é a ordem de leitura dos requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, não sei quanto...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peça a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde a minha resposta ao Senador Tião Viana.

Senador Tião Viana, não consultei aqui o meu anjo da guarda, a minha assessora.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Esclareço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Esse requerimento é antiqüíssimo, deve ser talvez o mais antigo que exista sobre a mesa. Ele é antiqüíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero dizer que isso também não é problema. Se houver mil requerimentos para ler antes, leio aqui os mil requerimentos e chego ao da CPI.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que V. Ex<sup>a</sup> se esqueceu de ter me anunciado, pela ordem. Antes havia me anunciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me desculpe. Realmente, parece que...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – V. Ex<sup>a</sup> chegou a anunciar.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Senador Pedro Simon merece.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Abro mão, mas quero manifestar ainda uma opinião, depois do Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Será um prazer ouvi-lo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não acredito que não tenhamos condições de chegar a um meio-termo.

Quero admirar V. Ex<sup>a</sup>. Acho que a entrevista que V. Ex<sup>a</sup> deu à *Veja* foi de uma extrema felicidade.

Eu disse pessoalmente a V. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> caminhou por um fio de arame, sem sombrinha! Disse o que tinha de dizer, mas não há uma palavra mal colocada ou uma palavra que o senhor tinha de retirar ou que faltou colocar.

Eu estava em meu Gabinete e vim a este plenário porque ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que V. Ex<sup>a</sup> está profundamente correto, Sr. Presidente. Está profundamente correto!

Olha, vivemos uma época em que o Brasil está tranqüilo. A economia está normal, a liberdade está normal, os Partidos estão funcionando. Vivemos épocas muito mais difíceis, muito mais dramáticas. Vivemos épocas em que... Está ali o querido pai do nosso Senador. Ele sofreu na carne o que aconteceu naquela época, com o seu bravo e extraordinário pai, porque caiu de pé, defendendo as verdadeiras causas e as verdadeiras bandeiras. Graças a Deus, hoje não existe isso.

Então, Sr. Presidente, há um fato, vamos falar... Eu quero falar com muita humildade. O que temos de novo, o que está acontecendo agora, que nunca aconteceu na história do Brasil, nunca, é que... A ditadura... A Arena dominou durante vinte e tantos anos, veio o Dr. Tancredo, veio a democracia, vieram as "Diretas Já" e veio o Collor. Primeiro, veio o Sarney, com a morte do Tancredo – até hoje não perdôo o Tancredo; não podia ter morrido. Depois, sai o Collor e entra... Perdão, entra o Sarney com a morte do Tancredo. Talvez eu tivesse dito o que pensava e falei mal. Agora retifico.

Depois, veio o Itamar.

E, de repente, a política tomou um rumo. Oito anos... Fernando Henrique Cardoso, com Marco Maciel, governou este País durante oito anos. Foram oito anos de tranqüilidade, de serenidade. Não se falava em golpe militar nem em rebelião, nem em coisa nenhuma. Governou. Problemas, discussões, tivemos várias. Eu mesmo falei várias vezes. Mas foi um período de normalidade. Foi o período do PT.

Eu tinha uma inveja do PT, Sr. Presidente. Eu tinha uma inveja do PT, porque eu tinha vindo do MDB, do Rio Grande do Sul, que era o MDB da liberdade, das Diretas já, o MDB da defesa da Constituinte! E o MDB em que nós estávamos era um MDB que caiu por

terra. Esquecemos as nossas bandeiras! Muito triste a nossa posição!

Eu não entrei no PSDB, embora o Covas e o Governador tivessem ido lá no Rio Grande do Sul, fazer um apelo para que eu entrasse. Mas eu tinha uma inveja, uma inveja cristã do Covas, do Serra, do Fernando Henrique, do Richa, do Scalco, dessas pessoas, do Montoro, que foram espetaculares.

Mas, no Governo, não foi bem o que se pensava. E não foi bem o que se pensava, porque no mundo era isso. A social-democracia, que era a grande bandeira, espetacular - Filipe González, da Espanha; Mitterrand, da França; o Partido Trabalhista, na Inglaterra... -, era uma coisa espetacular, e fracassou. Vamos falar sinceramente: fracassou em todos esses países. E foi uma época em que surgiu a crise da China, a crise da Rússia, a crise do México, a crise da Argentina.

E o PTB? O PTB era uma oposição espetacular, firme, brilhante, dando duro, fazendo o que era mais espetacular.

Aí o Lula foi para o Governo. Nós imaginávamos que o Lula ia fazer aquilo que ele pregou em cinco campanhas eleitorais – não em uma; em cinco.

O que o Governo, o que o PSDB, o que a imprensa dizia do Lula era que ele ia fazer uma reforma agrária radical. Não fez. Está namorando com todo o mundo.

Que ele ia fazer uma reforma financeira com moratória e tudo mais. Não aconteceu. Não há ninguém mais amigo dos banqueiros do que o Governo do Lula.

Enfim, aquilo que a gente imaginava e tinha medo de acontecer não aconteceu.

E, na parte da ética, na parte da seriedade, naquela parte em que o Lula e o PT tinham tudo para fazer não estão fazendo, Sr. Presidente.

Então, esse é o fato. Temos um lado dizendo que o PSDB errou, e ele, PT, está repetindo, está fazendo o que eles já fizeram, e diz que está fazendo o pacote porque eles já fizeram, como se isso fosse justificativa.

Por outro lado, o PSDB defende os erros, que são sérios, e o PT quer que ele não tenha autoridade, porque ele já fez. Mas ele pode ter feito.

Há um fato muito importante que não podemos esquecer: o PT foi uma Oposição radical, dura, enérgica, mas nunca falou em cartão corporativo. Nunca, nessa tribuna, o PT, nos oito anos de Governo Fernando Henrique, falou em cartão corporativo. Por que não falou? Podia ter falado.

Lula assumiu como Presidente da República. Passados quatro anos, houve reeleição. Nunca falou em cartão corporativo. Agora, de repente aparece. E o PT não quer esclarecer as coisas.

Quando falo, vejo no meu querido Senador do PMDB do Acre, vejo nos grande Líderes do PSDB e do Democratas vontade de acertar. Mas eles têm que se sentar à mesa e encontrar uma forma, Presidente, que não é boa para ninguém, mas nós temos que encontrar uma forma.

Nós estamos vivendo um momento muito ruim. A CPI dos cartões e a CPI das ONGs...

Eu aconselharia a V. Ex<sup>a</sup> uma solução para a CPI das ONGs: o PSDB indica cinco ONGs que têm negócio com o PT, e o PT indica cinco ONGs que acha que têm com o PSDB. Cada um indica cinco, e vamos apurar. É uma forma. É uma forma de se apurarem os dois lados. E não nós não fazemos nada, e ficar tudo sem nada.

Agora, aqui nos cartões corporativos, Presidente, não fica bem. Não fica bem! Não fica bem, porque o Congresso está caindo no total. A perda é total, e o comentário é um só: “Não vai apurar nada. Não vai apurar nada! Não vai apurar nada. Não vai apurar nada!”. E nós estaremos sepultando, em caráter definitivo, as comissões parlamentares de inquérito.

Hoje é o PT, durante oito anos foi o PSDB, e ninguém sabe quem vai ser daqui a três anos. Se continuar assim, é provável que não saia nem do PT nem do PSDB. Vem uma terceira via e traça um caminho, irritada com a forma de os dois estarem discutindo.

Felicito V. Ex<sup>a</sup> e faço um apelo no sentido de que se encontre um entendimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e sobretudo agradeço o apelo ao entendimento.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> soubesse que calou fundo o apelo que V. Ex<sup>a</sup>, com seu jeito humilde, conciliador, fez para que nós nos entendêssemos aqui até terça-feira.

Enquanto V. Ex<sup>a</sup> falava, eu e Arthur Virgílio o escutávamos com muita atenção. E eu fiz algumas ponderações ao Senador Arthur, mas algumas ponderações apenas. Nós decidimos por olhar que o correto era atender ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>.

Agora, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> ouvisse e registrasse bem as palavras do decano desta Casa, Pedro Simon. Ele estava na reunião de hoje, como eu estava, como Arthur Virgílio estava. Ele sentiu, como eu senti, a temperatura do descrédito, o espetáculo triste de as pessoas dizerem: “Quem tem voto vota e ganha; quem não tem que se aquiete”.

Não é assim! Democracia não é isso! É debate, é oxigenação de idéias. Não é trator.

A Oposição tem uma obrigação, que é a de fiscalizar, denunciar, aperfeiçoar, e não vai abrir mão do seu direito. O direito que nós temos, neste momento, é o requerimento que está sobre a mesa e que nós apelamos para que V. Ex<sup>a</sup>, até terça-feira, leia. É o direito que nós temos de interpretar o sentimento da sociedade.

Vamos atender ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>. Eu reitero inteiramente aquilo que Arthur Virgílio já antecipou. Eu atendo ao apelo que V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade de Presidente eleito, nos faz; conciliador que é, nos faz; homem humilde que é, nos merece. Mas que nós encontremos aquilo que V. Ex<sup>a</sup> disse no seu discurso de posse: os caminhos para a recuperação da credibilidade da Instituição.

E a Instituição tem alguns pressupostos. CPI é um pressuposto, é direito das minorias, é um instituto que dispõe de uma prerrogativa única, só ele tem: quebra de sigilo, que é usada quando se justifica, e que não significa condenação prévia.

Na hora em que não colocarmos em prática as nossas prerrogativas, estaremos, como V. Ex<sup>a</sup> disse bem no seu discurso de posse, abrindo mão da altivez do Senado.

Temos algumas causas em que temos de ser parceiros: medidas provisórias, vetos, autonomia do Congresso, respeito às minorias. Nisso tudo, temos de raciocinar uns com os outros, e não uns contra os outros, se nós queremos a credibilidade da Casa.

Então, quero que V. Ex<sup>a</sup> considere aquilo que Pedro Simon, seu companheiro de Partido, falou, porque ele estava lá. Ele deve ter sentido a dor que eu senti ao ver a Casa agredida. E há uma condição, sim, de se recuperar a credibilidade do Senado e de fazermos aquilo que a sociedade deseja.

Vamos esperar pacientemente. Estou pronto para ir, como sempre fui, à sua casa ou ao seu gabinete, para conversarmos em tom moderado, equilibrado, em torno do interesse nacional, mas, acima de tudo, em torno da altivez da Casa para a qual nós dois fomos eleitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo o apelo ao entendimento.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Prorrogo a sessão por uma hora.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL - PA) – Sr. Presidente, logo em seguida, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou inscrever V. Ex<sup>a</sup> agora mesmo.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que vou falar talvez não esteja de acordo com tudo o que aconteceu aqui porque eu estava em uma audiência no Ministério da Indústria e Comércio, acompanhando a proposta de instalação do Fórum de Competitividade do Setor Têxtil e Vestuário, do qual faço parte, quando fui informada do que estava ocorrendo no plenário e tive de sair de forma emergencial da reunião.

Quero deixar registrado, em primeiro lugar, um lamento profundo pelos episódios ocorridos ao longo desta semana aqui no Senado da República. Na minha caixa de *e-mail*, na de minha assessoria, na de meu gabinete em Santa Catarina e no Senado, na Liderança, o que há é uma chuva de *e-mails* repudiando, reclamando, questionando o que estamos efetivamente a fazer aqui neste Senado da República.

Temos situações extremamente delicadas que mereceriam de todos nós um aprofundamento, um debate. Ontem até se renunciou aqui um debate a respeito da questão gravíssima, emergencial, que está envolvendo ações quase que de guerra no Rio de Janeiro, com a instalação de hospitais de campanha para tentar solucionar uma situação gravíssima que está provocando a morte de muitas pessoas. Mas isso passa ao largo neste Senado da República. Passa ao largo, porque a guerra antecipada do processo eleitoral de 2010 tomou mentes e corações de tal forma, Senador Garibaldi, que nós ficamos absolutamente reféns dessa lógica instalada, lógica que tira da realidade, do debate no plenário e nas comissões, as questões centrais para a população brasileira.

Estamos, todos aqui, preocupados somente, como já foi dito, com aquilo: o que vai acontecer em 2010.

Por isso, acho que a melhor coisa que poderemos fazer, antes de qualquer atitude – parece-me que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se comprometeu com a leitura do requerimento –, é esfriar a cabeça. Vamos ter de colocar a cabecinha no travesseiro e meditar profundamente para ver até onde vamos levar esse enfrentamento e esse tipo de comportamento do Senado da República. Até onde? Faço a pergunta porque são muito interessantes determinadas situações que estamos vivenciando.

V. Ex<sup>a</sup> foi instado a ler o requerimento relativo à CPI exclusiva do Senado depois de um ir e vir absurdo: o Jucá propôs a CPI única e colheu as assinaturas; não houve acordo, porque a Oposição queria a CPI Mista em função dos acordos que havia na Câmara; aí, concordamos com a CPI Mista; quando concordamos, veio a questão de que tinha de ser exclusiva do Senado – tanto, que fizeram um novo requerimento. Ficamos quase um mês aqui nos digladiando por

causa do acordo, para decidir se ia ser compartilhado. No final, foi feito o acordo para compartilhar: a Presidência para a Oposição, e a relatoria para o Governo. Lembro, inclusive, que o Senador Wellington Salgado cobrou: “*Mas que raio de acordo é esse que se fecha, se compartilha, e a Oposição não retira o requerimento da CPI exclusiva?*”.

Bom, mas ficou lá, ficou na gaveta.

Aí, começa a funcionar a CPI. Tem problema? Tem problema de enfrentamento óbvio, está colocado o problema do enfrentamento. Tem uma determinação da Oposição de tentar incluir e colocar na pauta da CPI – eu já disse e volto a repetir – a questão eleitoral de 2010. Querem fazer isso a qualquer preço, a qualquer custo, e, obviamente, quando isso não se concretiza, utilizam-se de outros mecanismos.

Eu quero dizer que o melhor para nós, efetivamente, é aproveitar bem o final de semana, Senador Garibaldi, para trabalhar com as nossas mentes, com as nossas consciências, para que possamos fazer uma boa reunião de Líderes, para tentar retomar o bom senso, o bom entendimento aqui nesta Casa.

Mais uma vez: quando não há bom senso nem entendimento, há que se seguir o Regimento. Nós já fizemos isso, mesmo preferindo não ter utilizado o Regimento em determinadas situações de conflito anteriormente. Agora, o melhor que nós temos a fazer, o melhor para cada um de nós, é esfriar a cabeça. Digo isso porque só um terço destas cadeiras aqui não será submetido à eleição em 2010; dois terços terão que enfrentar as urnas e o voto popular, seja para reeleição seja para outro cargo qualquer. Portanto, sobre o que nós estivermos fazendo aqui – a população nos assiste, a população nos vê, a população avalia, analisa o que fazemos –, nós teremos que responder em 2010, frente à população brasileira, nas urnas.

Eu queria, inclusive, usar as palavras de V. Ex<sup>a</sup> quando foi instado a se posicionar sobre a possibilidade de haver uma CPI mista e uma CPI exclusiva do Senado sobre o mesmo assunto. V. Ex<sup>a</sup> respondeu que até poderia ser possível, mas que era absolutamente inconveniente. Inconveniente foi a palavra que V. Ex<sup>a</sup> utilizou.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu só queria lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que disse também que: “*As duas CPIs, de acordo com uma consulta que realizei junto à Assessoria Jurídica do Senado, podem conviver*”. Podem conviver do ponto de vista legal, mas, do ponto de vista político...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Político, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho inconveniente, mas eu sou o Presi-

dente, eu quero me colocar como Presidente. Não vou entrar no debate sobre a conveniência, esse é um assunto para V. Ex<sup>as</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente, quero saudar o apelo que V. Ex<sup>a</sup> fez. Que tenhamos capacidade e condição de fazer uma boa reunião de líderes. Vamos tentar retomar a nossa boa mesa na Presidência com o debate, procurando ter um mínimo de coerência.

É claro que a CPI é um direito da minoria, que pode propô-la, apresentá-la. Sendo ela instalada, porém, há que se respeitar algo que, na democracia, é absoluto: a regra da maioria.

Portanto, todos os instrumentos a que a Oposição tem direito – e defendemos que os tenha, que deles lance mão –, não podem inverter a regra básica da democracia. E Qual é a regra básica da democracia? Quem tem a maioria dos votos delibera. Conversa-se, negocia-se, trabalha-se, debate-se, mas, quando se chega ao impasse, o que vale é o voto. Na democracia, o que vale, quando se chega ao impasse, é o voto.

Achar que, porque perdeu no voto... Então, tiro minha bolinha do campo e vou construir: “Não é mais o campo de futebol, é o campo suíço!”. Isso não vai resolver o problema, porque não vamos inverter a regra máxima da democracia, que é a regra da maioria. É claro que, dentro das regras democráticas, há as regras da convivência e do respeito democrático entre os partidos e entre as Lideranças. Mas a partir do momento em que a corda se tensionou, se esticou, chegou a um limite, como se resolve na democracia? No voto.

Sr. Presidente, quero me colocar à disposição: o que estiver ao meu alcance enquanto Liderança do PT, do Bloco, vou fazer. Vamos buscar construir o entendimento, um novo espaço de debate, de discussão e de encaminhamento para que este Senado volte ser motivo de orgulho para todos os 81 Senadores e Senadoras que nele trabalham.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador José Nery, porque temos oradores inscritos, mas eu não podia frustrar o debate de uma questão como essa.

Mas agora eu vou voltar à lista dos oradores inscritos.

Antes, vou dar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, assim como os outros tiveram, porque não vou discriminá-lo.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que se exige aqui é um mínimo de isonomia, que falta, muitas vezes, na discussão neste plenário.

Vou usar a palavra pela ordem naquilo que é de fato adequado e pedir respeito ao Regimento, porque aqui, eu quero repetir, usa-se o artifício de pedir a pa-

lavra pela ordem para, na verdade, além de desrespeitar o Regimento, atropelar os oradores inscritos e, de certa forma, permitir certas condutas autoritárias que não servem ao cumprimento das nossas obrigações, do nosso dever aqui no Senado Federal.

Fiz o pedido pela ordem para solicitar a votação do Requerimento nº 341, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no qual se solicita a criação de comissão temporária externa, destinada a definir a participação do Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, na Venezuela, de 8 a 13 de abril.

Portanto, como se trata de um requerimento administrativo, creio que não há impedimento regimental para que seja submetido à apreciação do Plenário.

E, em seguida, peço minha inscrição para falar como Líder, respeitando evidentemente a ordem dos inscritos e os Líderes que eventualmente estejam inscritos junto à Mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, vou submeter o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> à votação agora.

Solicita V. Ex<sup>a</sup> a criação de uma comissão temporária externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

Votação do **Requerimento nº 341, de 2008**, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência solicita, de acordo com o Regimento, a indicação, pelos Sr. Líderes da Minoria, do Bloco de Apoio ao Governo e da Maioria, dos nomes dos membros da comissão que foi aprovada.

Com a palavra, pela Liderança do Congresso e do PMDB, a Senadora Roseana Sarney.

Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

**A SR<sup>a</sup> ROSEANA SARNEY** (PMDB – MA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje ocupo essa tribuna trazendo um nome, Ingrid Betancourt, a Senadora colombiana, militante do Partido Verde que, há seis anos, é refém da barbárie de mais uma das guerras fratricidas que ainda castigam o mundo.

Em 23 de fevereiro de 2002, Ingrid, então candidata a Presidente da Colômbia, foi seqüestrada pelas Farc, a guerrilha colombiana. Era Senadora. Antes, foi Deputada. Pautava seu trabalho pela luta contra a corrupção e os narcotraficantes. Propunha o “sim” à paz. Lutava contra indignidades na política e na vida.

Por elas, foi confinada, reduzida a refém, preciosa mercadoria de troca, prisioneira da guerrilha impiedosa, sobrevivendo em condições subumanas na selva colombiana.

Seis anos se passaram como se, conformado, o mundo que trabalha para dizer “sim à paz” tivesse esquecido, olvidado, Ingrid Betancourt. Não pode ser assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Não podemos esquecer Ingrid e os outros três mil reféns da desumanidade da guerrilha colombiana. Eles são a marca mais evidente da barbárie na América Latina. O clamor por sua libertação deve vir de nós todos. Em nome da paz e da igualdade de direitos e oportunidades, cada um de nós Congressistas, mulheres e homens, precisa empunhar a bandeira pela libertação de Ingrid.

“Estou cansada de sofrer”, escreveu ela à mãe e aos filhos, em carta de outubro do ano passado. Esse texto veio de seu cativeiro, acompanhado com a foto de uma Ingrid esquelética, de cabeça e olhos baixos. Imagem da crueldade, humilhação e do abandono a que foi relegada. Nesta semana, noticia-se que seu estado de saúde é ainda mais precário. Não pode mais esperar. Sua vida está por um fio.

Precisamos juntar forças para salvá-la, porque Ingrid Betancourt, hoje, simboliza a luta contra a indignidade dos seqüestros, que é uma das facetas mais cruéis da violência humana. A violência, em todas as suas formas, rega e acentua as desigualdades, que temos de combater, sem tréguas, com palavras, sentimentos e ações.

Ingrid simboliza a violência levada ao extremo. Mas também no Brasil, a desigualdade, o preconceito e o desrespeito ainda alcançam e castigam mais as mulheres em todas as searas da vida, particularmente na política, onde invariavelmente somos alvo de incontáveis indignidades, como a desqualificação e o descrédito, que são as formas mais visíveis do preconceituoso desrespeito a que ainda nos submetem.

O que vive hoje a Ministra Dilma Rousseff e o que eu vivi quando pré-candidata a Presidente da República são exemplos da ferocidade nas críticas e nos julgamentos às mulheres. Se há suposição de que a Ministra venha a ser candidata a Presidente da República, joguem-se sobre ela luzes de suspeita e de farsa. Questionem-se sua competência. Exponham-se supostas fragilidades e apontem-se incapacidades, ainda que injustas, ainda que inverídicas.

Cada uma de nós, mulheres – parlamentares ou não –, já viveu algo assim. Cada uma de nós assiste regularmente a outras serem submetidas ao mesmo tratamento. Isso é uma constatação, não uma queixa, porque há muito trocamos a queixa pela ação, pelo

trabalho por igualdade de fato – em direitos, responsabilidades e competência, que é o que nos permite estar aqui e usar a nossa voz para falar por todas.

Não somos fracas. Não temos medo. E Ingrid é exemplo disso. Mas sentimos e quantificamos os muitos desrespeitos que nos atingem. E isso tem de acabar.

A trágica situação que vive a franco-colombiana Ingrid – colega política, colega Senadora, companheira da mesma luta que nos motiva, nós mulheres, mundo afora – nos deve servir também de reflexão: neste século...

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senadora Roseana, a senhora me permite um aparte?

**A SRª ROSEANA SARNEY** (PMDB – MA) – Pois não, Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Quero cumprimentar V. Exª pelo tema que aborda neste momento e dizer que nos somamos a todos os esforços que possam ser feitos no sentido de que tenhamos um acordo humanitário na Colômbia que contribua efetivamente para pôr fim a tantos anos de guerra, de confronto e de violência. O apelo que a senhora faz em favor da libertação da Senadora e candidata a Presidente Ingrid Betancourt, na verdade, é algo que vai-se tornando uma bandeira desfraldada e exigida em várias partes do mundo. Porém, tenho a compreensão de que é preciso tratar a questão colombiana tendo em vista os dois lados que se confrontam ao longo dessa guerra sem fim. Um acordo humanitário deve, de um lado, garantir a libertação dos reféns das Farc e, de outro, garantir a libertação dos presos políticos que estão nos cárceres colombianos. O esforço que podemos fazer como membros do Senado Federal é dizer que hoje a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento que convida a Comissão de Paz do Congresso colombiano a vir ao Brasil, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, expor os esforços pela busca desse apoio humanitário e discutir como o Senado Federal e o Congresso brasileiro podem se somar nesse esforço para que tenhamos a paz, o entendimento e a harmonia nesse país tão conflagrado. Na verdade, não podemos assistir inertes, sem, de alguma forma, contribuir para a paz, não só na Colômbia, mas no continente. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento. Lamento ainda – só para complementar – os últimos fatos. No momento da negociação fundamental, inclusive porque envolvia o governo da França, de Ingrid Betancourt, houve aquele fato lamentável da invasão do espaço equatorial que resultou na morte de um dos membros da direção das Farc. Isso também contribuiu para dificultar as negociações que esperamos que, de fato, progridam, para que Ingrid e os outros reféns sejam efetivamente libertados, além

dos presos que se encontram sob custódia do governo colombiano. Muito obrigado a V. Exª.

**A SRª ROSEANA SARNEY** (PMDB – MA) – Eu gostaria de agradecer a V. Exª, Senador José Nery, e dizer que eu deixo aqui um voto de confiança e de felicitação à Comissão de Relações Exteriores por ter convocado a Comissão de Paz da Colômbia para discutirmos esse assunto no Congresso Nacional brasileiro.

Neste século do conhecimento, a desigualdade de tratamento e o desrespeito ainda ferem muito mais as mulheres. Repito: isso tem de acabar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Assim, hoje, em homenagem a todas e a todos que nos ajudaram a chegar até aqui, vamos pedir juntos, em nome do respeito humano, liberdade para Ingrid, neste 2008, que simboliza todas as vítimas das inaceitáveis desumanidades. Mulheres e homens devem ser iguais em direitos e oportunidades ou a democracia será uma farsa, ou a democracia será uma utopia, sonho que não se alcança nunca.

Portanto, chega de barbárie. Liberdade para Ingrid! Direito à vida para Ingrid, enquanto é tempo!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui peço também licença para falar em nome do meu Estado. O Estado do Maranhão vive agora um momento difícil causado pelas chuvas, que têm deixado rastros de destruição e desabrigo para milhares de pessoas.

Peço particularmente ao Presidente Lula, cuja história e sensibilidade fazem com que seu Governo tenha olhos especiais para os necessitados, que socorra com presteza as vítimas das enchentes no Maranhão e em todo o Nordeste.

Neste momento, o Maranhão precisa, mais do que nunca, dessa pronta atenção especial – o Maranhão e o Nordeste, em particular.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar a V. Exª nesse apelo para a libertação de Ingrid Betancourt.

Quero declarar que me sinto chocado cada vez que a televisão mostra a imagem daquela mulher nas condições em que está vivendo hoje no seu cativeiro. É um apelo que também quero fazer, V. Exª me permita, como ser humano para o benefício de outro ser humano. Nunca vi um quadro tão difícil, degradante e triste como esse enfrentado pela Srª Ingrid Betancourt. Eu me associo, Senadora Roseana Sarney, ao apelo de V. Exª.

Por outro lado, quero me associar também a esse apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que tenhamos recursos federais para os Estados do Nordeste, como disse V. Exª, não apenas o Maranhão,

mas o meu Estado, o Rio Grande do Norte, cujo drama que está enfrentando, por ocasião dessas enchentes, foi tão bem retratado pela Senadora Rosalba Ciarlini, com o apoio do Senador José Agripino.

Na verdade, a calamidade instalou-se em determinadas regiões do nosso Estado, Rio Grande do Norte, mais especialmente no Vale do Apodi e de Açu, na região de Mossoró, onde já existem centenas de famílias passando grandes necessidades.

Então, eu faria um apelo ao Presidente Lula e diria até que seria a única medida provisória com que eu poderia concordar esta que viesse ao encontro daqueles que estão sofrendo por força da calamidade das águas. Uma medida provisória que, segundo me disse o Ministro Geddel Vieira Lima, a Senadora Roseana também deve ter essa informação, já está devidamente redigida no Ministério do Planejamento, esperando agora a chegada do Presidente da República, que se encontrava no Rio Grande do Sul, para a sua assinatura.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> conhece a nossa intolerância com relação a medidas provisórias, mas esta medida provisória...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – É abençoada.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É abençoada e deveria ser o padrão, porque essa é tão importante...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Fato relevante, calamidade; urgência. Está legalmente coberta.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, responda-me a uma consulta: V. Ex<sup>a</sup> falou com o Senador Mão Santa?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM - PI) – Falei com o Senador Mão Santa; e, generoso como sempre, ele concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu pronunciamento é no mesmo sentido do de V. Ex<sup>a</sup> e da Senadora Roseana Sarney.

O Estado do Piauí, Senador Garibaldi, está sendo palco de uma enchente somente vista, em proporções iguais, no longínquo ano de 1985. Estamos aqui tendo o prazer e a honra de receber o Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí, Deputado Themístocles Filho, que me trouxe informações recentes do que está

acontecendo. Nós temos alagamentos em Teresina; Campo Maior é a cidade mais atingida do interior do Piauí; temos estradas interceptadas em Barras, no sul do Estado e na região de Cristino Castro.

Portanto, eu quero fazer o registro, no momento em que me solidarizo com as comunidades atingidas em todo o Piauí – as que nos enviam informações e as que ainda não enviaram – de que nós estamos aqui, como Senadores da República, à disposição dos Prefeitos, das autoridades e, acima de tudo, à disposição da população.

Eu acompanhei, Senador João Tenório, na década de 80, uma enchente como esta na cidade de Barras que destruiu o Bairro Santinho. E nós tivemos – à época, José Ribamar Pereira, o Cabo Louro, era o Prefeito – tivemos a oportunidade de colaborar com a reconstrução de toda aquela área. Lamento que, novamente, a incompreensão das águas retorne, trazendo calamidade e desassossego para as famílias.

Aos campo-maiorenses, cidade pela qual eu tenho afeição e relação profundas, eu quero também manifestar a minha solidariedade. E colocar-me à disposição do Prefeito Joãozinho Félix, como do Prefeito de Barras, Maninho Rego. Com o Prefeito Sílvio Mendes, com quem eu tenho uma relação pessoal de amizade e, acima de tudo, uma parceria administrativa pelo bem de Teresina, nós teremos um encontro logo mais para tratar, entre outros assuntos, desta questão.

Faço um apelo à Líder do Governo no Congresso, que aqui se encontra, Senadora Roseana Sarney, no sentido de que, juntamente com o Presidente Garibaldi Alves Filho, promova uma rápida tramitação de recursos do Ministério da Integração Nacional, mediante a Defesa Civil e órgãos que em momento como este podem socorrer os flagelados e os desabrigados do Nordeste. Que sejam rápidos. Ajam com a rapidez necessária e não permitam o sofrimento dessa gente pobre, atingida por essas enchentes. Não permitam que essas pessoas sofram mais do que já está sofrendo. A minha solidariedade a elas.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> com a certeza de que, se o Governo enviar para cá uma medida provisória, teremos a sensibilidade da Casa como um todo, já que este assunto toca fundo no coração de todos nós.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.



**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, que ora preside esta sessão de quinta-feira, 3 de abril, Parlamentares ainda presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador João Tenório, aprendi no colo de minha mãe – digo isso também em homenagem à Senadora Roseana Sarney, que está ali, – a

Canção do Tamoio

Não chores, meu filho;  
 Não chores, que a vida  
 É luta renhida:  
 Viver é lutar.  
 A vida é combate,  
 Que os fracos abate,  
 Que os fortes, os bravos  
 Só pode exaltar.

Nós do Piauí somos fortes e bravos, e o Piauí aqui está nessa luta. O Piauí nunca se curvou a chantagens, a ameaças. Nós somos grandes mesmo. Nós viemos de uma batalha sangrenta – expulsamos os portugueses do Brasil.

Estamos aqui para representar a grandeza desse povo e temos as nossas crenças. Acreditamos em Deus; no amor, que alicerça a família; no estudo, que busca a sabedoria. Eu entendo que a sabedoria – está no Livro de Deus – vale mais do que ouro e prata. Está lá.

Eu acredito no trabalho. Ele é que faz as riquezas. E essa é a nossa vida.

A vida é combate,  
 Que os fracos abate,  
 Que os fortes, os bravos  
 Só pode exaltar.

Nós somos do Piauí esse forte e bravo povo. Aqui, em uma hora dessa, os três Senadores do Piauí estão aqui: Heráclito, nos liderando, é um homem de uma vasta experiência parlamentar, mais de duas décadas;

João Vicente, um empreendedor, um empresário; eu, e quis Deus, para mostrar a nossa grandeza, a nossa formação, está o Presidente da Assembléia do Piauí, Deputado Themístocles Sampaio. Então, essa é a nossa gente. Em todos os períodos da história, nós saímos com grandeza.

Foi o primeiro Estado a fazer uma batalha sangrenta por sua independência. A Bahia fez depois.

Em um período da República, escrevemos a mais bela página do Piauí, Gim Argello. Essa é a nossa grandeza. Nós não tememos nada.

David Caldas, ó Themístocles, um jornalista... Essa é a nossa... Ninguém se intimida com ameaça, com o poder que está aí, com chantagens. Então

esse David Caldas, jornalista, dezessete anos antes da Proclamação da República, João Vicente, ele mudou o nome do jornal **O Amigo do Povo** para **Oitenta e Nove**. Ninguém entendia. O Brasil passou a entender. Ele foi o profeta da República. Em novembro de 1889, Teresina já tinha um jornal – **Oitenta e Nove**, que circulava no Brasil. Cem anos antes já tinha sido dado o grito de “liberdade, igualdade e fraternidade” na França.

Esse é o Piauí heróico.

Rui Barbosa, que fez nascer a lei da liberdade dos escravos, sancionada pela Princesa Isabel, serviu ao primeiro governo militar e ao segundo, mas, quando viu que iam colocar o terceiro, disse que estava fora! Ofereceram a ele o Ministério da Fazenda e ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções pelo Ministério”. Ele saiu na campanha civilista para consolidar a democracia. José Nery, com muito respeito ao Pará, João Vicente, você sabe que Rui Barbosa ganhou em Teresina? Então, nós somos esse povo.

Todo mundo sabe daquela Coluna Prestes, Paraná, Carlos Prestes... Eles iam tomar a Capital, Teresina, para terem uma capital comunista. Não conseguiram. Prenderam seu companheiro Juarez Távora. Então, nós somos esse povo bravo.

Getúlio Vargas, quando fez sua ditadura, saiu botando tenentes. No Piauí, durou pouco; ficou um médico: Leônidas Melo. Por isso, a ciência médica é avançada. Por isso, estou aqui, representando a classe médica. Nos outros Estados, tudo era tenente. Lá, com uma visão... Teresina tem quatro faculdades de Medicina. Eu ajudei a botar o Estado na era dos transplantes.

Aí, no período da ditadura militar... Atentai bem, José Nery, V. Ex<sup>a</sup> saiu, que bela análise, que bela coragem, você fez – e eu, orgulhoso do Piauí – daquele período que V. Ex<sup>a</sup> escreveu a história.

V. Ex<sup>a</sup> se lembra? E eu digo, o Piauí passou orgulhoso, ô João Vicente, no período. Petrônio Portella escreveu a mais bela página. Ele seria Presidente da República pela Arena, e o Tancredo seria o seu vice, do PP. Iam ganhar no Colégio Eleitoral. Ele, Presidente desta Casa, em um momento difícil, e Deus me fez testemunha – eu estava do lado dele em 1978 – o Parlamento quis fazer uma reforma do Judiciário, e os generais mandaram... Ele mandou votar. Mandaram fechar, com cães, canhões... Eu estava do lado do Petrônio, a imprensa... Ele só disse o seguinte, João Vicente: “Este é o dia mais vergonhoso de minha vida”. A moral... A autoridade é moral. Isso ecoou, e com cinco dias, mandava Geisel abrir o Congresso. Então esse é o Piauí, e nesse instante estão os três Senadores aqui.

Nós somos preparados mesmo. Não foi só Petrólio não; o melhor jornalista foi Carlos Castello Branco, a Coluna do Castellinho. Rui Barbosa está ali, e somente um homem pode se igualar a ele, Evandro Lins e Silva, do STF, na ditadura militar, soltando os presos políticos.

E o progresso? João Paulo Reis Velloso, menino pobre, filho de carteiro com costureira, fez o I e o II PND.

Atentai bem, João Vicente. Ele foi a luz, o farol. Atentai! A luz e o farol. E nenhuma indignidade, nenhum roubo, nenhuma corrupção. Essa é a nossa cara. Agora nós entendemos.

Então, nessa mesma grandeza que é histórica e cristã, eu vim aqui. Não fui desrespeitoso. Fiz uma análise comparativa e histórica, sem qualquer propósito de ofender quem quer que seja. Uma análise histórica do mundo. E tem que se saber. Aqui é a Casa do saber. Na verdade, o que querem mesmo, ô João Tenório, é desviar o foco da produção do dossiê contra o ex-Presidente e sua esposa. Isso é que é o fato principal.

O que me traz aqui, juntamente com os Senadores do Piauí, é o seguinte: João Vicente, olha...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, mais dois minutinhos.

Vou fazer um apelo ao Ministro dos Transportes e ao Ministro do meu Partido, Reinhold Stephanes, pessoa muito boa do PMDB, que já foi Ministro da Previdência: solicito que providências urgentes sejam tomadas no sentido de socorrer a produção do cerrado piauiense.

João Vicente, V. Ex<sup>a</sup> me ajudou muito no meu Governo. Orgulhe-se. Em 1995, a área plantada era de 60 mil hectares. Em 2002, a área plantada era de 230 mil. Hoje, em 2007, são 217 mil.

Então, estou aqui defendendo os interesses porque eles produziram, aumentaram. Pessoas vieram do sul, plantaram e não têm mais condição de transporte.

E aí entra o Piauí. O Piauí entra num artigo desse jornalista Zózimo Tavares, que é o reviver de Carlos Castello Branco, “O Atoleiro do Desenvolvimento”, onde lamenta que o Piauí novamente venha a ser manchete ganha a mídia no Bom Dia Brasil. Mas os carros atolados...aquela estrada com que sonhamos e que fizemos, de barro, de pista, percorrendo o cerrado, a última fronteira agrícola, “A rodovia PI 397, logo batizada de Transcerrados, para servir como corredor para o transporte de praticamente toda a produção de soja

em direção aos centros consumidores”; É totalmente um atoleiro. Apareceu duas vezes no Bom Dia Brasil.

Então, aquela produção, o trabalho, a soja caiu de preço. E é isso que nós pedimos. Apesar dos esforços do Prefeito Chico Filho, de Uruçuí, do de Ribeiro Gonçalves, somente em uma nova cooperativa de produtores, a Cooperativa Nova Santa Rosa, na região de Bom Jesus, que tem noventa famílias, a produção estimada é um pouco mais de um milhão de sacas. Mas no local não há armazenamento.

Então, de acordo com Altair Franco, que é um líder classista do Sindicato Rural de Uruçuí, o risco de perda é grande, porque com as atuais condições da estrada não há como transportar a soja colhida para ser beneficiada na sede da Bunge. A estrada foi abandonada no verão, qualquer pessoa sabe que com a chegada do período chuvoso dos meses de janeiro a maio as condições da estrada pioram, mas não fizeram nada quanto a isso.

Estamos com medo de uma catástrofe, porque não se pode escoar a produção e, com o estrangulamento da colheita e da venda, pode haver uma grande perda, afirma o produtor Thomas Kurdies, da região de Uruçuí. Explicou que há uma semana o preço dos produtos caiu. Eles vendiam a R\$50,00 a saca de soja e está a R\$40,00; e vão ter que baixar, vão ter prejuízo.

Então, estamos aqui apelando ao Ministro dos Transportes, ao Ministro da Agricultura, que é do meu Partido, para que se volte para o Piauí e o Piauí volte com grandeza, volte a circular com a grandeza da história, com a grandeza do seu Parlamento. Este Parlamento, eu sei, vamos continuar como somos, trazendo as nossas idéias e as nossas convicções.

Nós temos certeza que queremos representar os sentimentos do povo sofredor do Brasil. Nada vai nos intimidar. O nosso compromisso é este: é de, aqui, dar grandeza ao povo do Piauí e aos sentimentos do povo do Brasil, a voz rouca do povo nas ruas, como disse Ulysses.

E essa foi uma das nossas preocupações e isso vamos cumprir, na certeza de que, aliado aos outros piauienses e a este Parlamento, vamos garantir melhores dias para a democracia do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço as palavras do brilhante Senador Mão Santa.

Passo a palavra agora ao Líder do PSOL, Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, indignação e perplexidade. É com estes sentimentos que ocupo esta tri-

buna para denunciar a iníqua e profundamente injusta decisão do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que, no dia de ontem, 2 de abril, aprovou não abrir processo administrativo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades da Juíza Clarice Maria de Andrade, que foi titular da 3ª Vara Criminal de Abaetetuba, quando da prisão ilegal e tortura da adolescente L., fato que causou comoção em todo o País há tão poucos meses.

Por maioria de votos – quinze votos contra a abertura do PAD, sete a favor e uma abstenção –, os membros do Colegiado entenderam que a responsabilidade administrativa pela custódia de presos é do Estado, não cabendo imputar qualquer conduta irregular à magistrada.

Sabemos que a responsabilidade é do Estado. Porém, não pode servir de desculpa para que não se investigue e puna a conduta individual de todos os servidores públicos dos distintos poderes – Executivo e Judiciário – além do Ministério Público Estadual, todos em maior ou menor grau, envolvidos no episódio que possibilitou a ocorrência de violência dessa magnitude no interior de uma repartição pública. Por isso, não é cioso reiterar que a jovem ficou presa em uma minúscula e insalubre cela, por quase um mês, em companhia de vinte detentos do sexo masculino, razão pela qual foi seviciada, espancada e estuprada seguidas vezes.

Convém recordar, entretanto, que a juíza em questão não era somente acusada pela Corregedoria do Tribunal por seus atos omissos, mas, também, pelos fortes indícios de que a juíza, em conluio com outros dois funcionários administrativos da Comarca, teria patrocinado a criminoso adulteração do protocolo eletrônico do Tribunal a fim de ocultar o largo e injustificado período de tempo em que tal situação bárbara perdurou aos olhos de tantas autoridades.

Mesmo diante dos fortes e eloqüentes indícios e do corajoso voto proferido pela Desembargadora-Presidente, Dr<sup>a</sup> Albanira Bemerguy, consagrou-se uma posição que expõe, de forma irremediável, o Judiciário paraense perante a sociedade brasileira. Foi, em verdade, uma decisão sustentada em arraigado corporativismo, servindo de incentivo, mesmo que involuntário, à repetição de atos de violência e cruel violação dos direitos humanos. É essa mensagem de reforço à impunidade e de conivência com atos criminosos que restará dessa triste e inoportuna decisão.

Registre-se que, ao mesmo tempo e de forma absolutamente contraditória, o mesmo TJE move processo administrativo disciplinar contra os outros dois funcionários implicados, que agora poderão alegar em suas defesas o princípio da isonomia. Compõe-se

assim o quadro que inviabilizará por completo a apuração das graves responsabilidades envolvidas nesse triste e lamentável episódio.

Faço minhas as palavras da Presidente da Seção Paraense da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr<sup>a</sup> Ângela Salles, que declarou à imprensa que “a decisão do Pleno desprestigiou a posição da Presidente do TJE, Desembargadora Albanira Bemerguy, e do Corregedor de Justiça, Desembargador Constantino Guerreiro. Trata-se de um escárnio para a sociedade. É uma clara tentativa de jogar a sujeira para debaixo do tapete”.

E aproveito a oportunidade para expressar meu incondicional apoio à iniciativa da OAB e de um conjunto de entidades civis do Estado do Pará que ingressarão, na próxima semana, com uma reclamação formal ao Conselho Nacional de Justiça contra esse infeliz ato do Colegiado Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Estou convencido de que, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, que possui a função de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e também o correto cumprimento de deveres funcionais dos juízes, essa decisão será imediatamente reformada ou tratada da forma que ela precisa ser tratada. É preciso instaurar um procedimento disciplinar para apurar as responsabilidades da Juíza da 3ª Comarca do Município de Abaetetuba. Isso é o que espera e exige a sociedade brasileira, cansada de tanta impunidade, matriz da injustiça e da violência institucional que impera, infelizmente, em nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse fato foi discutido amplamente no Congresso Nacional. Realizamos Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, na qual compareceram as principais autoridades do Executivo e do Judiciário do Estado do Pará. A Câmara dos Deputados constituiu Comissão de Representação Externa, que fez uma visita ao Estado do Pará para tratar dessa questão. Um fato que se transformou, como foi dito, em comoção nacional com repercussão internacional. Infelizmente, em seu desfecho, é tratado dessa maneira, expondo uma das autoridades do Poder Judiciário encarregada da administração e da realização da justiça. Há claras evidências da omissão. Finalmente, o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará decide não instaurar o procedimento adequado para a responsabilização pela omissão cometida.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero aproveitar o momento para tratar de um outro assunto que julgo igualmente importante. Refere-se à luta para garantir que recursos públicos sejam gastos adequadamente. Refiro-me à ocupação realizada pelos estudantes da Universidade de Brasília – UnB, liderada

pelo Diretório Central dos Estudantes, que promoveu a ocupação da reitoria nesta tarde, exigindo a apuração de todas as denúncias de fraudes que envolvem a aplicação de recursos da Finatec, fundação vinculada àquela Universidade.

Os estudantes querem abrir um canal de diálogo com a Reitoria para acompanhar e fiscalizar a apuração de todas as denúncias.

Quero hipotecar a minha solidariedade à luta e à mobilização dos estudantes por considerá-las justas e oportunas.

Quero conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador José Nery, em primeiro lugar, sobre a UnB, também quero dizer de minha solidariedade nessa tentativa de diálogo dos estudantes com a Reitoria. Eu espero que de fato a comunidade inteira da Universidade de Brasília assumam, com mais força ainda, a análise dos fatos ocorridos e tome uma posição. Só a abertura de tudo, só a participação da comunidade é que vai permitir a UnB sair dessa crise que foi criada. Mas pedi o aparte para falar de outro assunto. Quero dizer do meu apoio a sua luta pelos direitos humanos dessas pessoas, especificamente dessas jovens. Mas, Presidente Gim, se a gente analisa o noticiário das últimas semanas no Brasil, Senador, a gente vai ver a quantidade de crianças vítimas neste País. Uma jogada pela janela do apartamento onde morava sua família; outra seviciada, amarrada por pessoas da família. Crianças assassinadas, crianças morrendo pelo dengue, crianças sem escola. Que País é este? Onde é que vamos parar, se não cuidamos das nossas crianças? Um país não merece nada, se não cuida bem dos seus velhos e das suas crianças, suas crianças ainda mais porque o futuro depende delas. A gente tem que fazer alguma coisa. Há pouco falei aqui sobre a entrevista do Presidente Garibaldi, nas Páginas Amarelas, em que faz uma dura crítica ao Senado, crítica corretíssima, e que a gente não parou para debater. Não fazemos as grandes perguntas neste País. Como vai ser o modelo energético daqui a vinte anos? Como a gente vai sobreviver com o aquecimento global? O que vai acontecer com as cidades do País com o número de automóveis que temos? O que vamos fazer com São Paulo no dia seguinte ao que a cidade parar, porque todo o espaço foi ocupado por automóveis? Como a gente vai fazer para reduzir as desigualdades sociais e as desigualdades regionais? O que vamos fazer com a Amazônia? A gente não está discutindo essas coisas e não está discutindo o futuro das crianças. Insisto em um projeto – que deixei e que está correndo aqui muito devagar – de criação de uma agência de proteção da

criança e do adolescente junto à Presidência da República. Se tivéssemos uma agência como essa, pelo menos teríamos a quem responsabilizar. Já notou que não temos a quem responsabilizar, salvo o diretor da cadeia, salvo o delegado da delegacia onde estava presa essa menina? Será que apenas ele é o culpado? Não há nenhuma autoridade no plano maior deste País a quem responsabilizemos pela situação trágica que atravessam as nossas crianças. Então, está na hora de o Senado aprovar esse projeto da agência ou de procurar outro caminho. O que não pode é termos um Governo Federal que trata as crianças como se elas não fossem um problema do Governo Federal. Energia é problema do Governo Federal, economia é problema do Governo Federal. Não se falou ainda no PAC da criança no Brasil, e acho até melhor que não falem, porque, se falarem, tenho minhas dúvidas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – ...se, de fato, é para valer ou não. Parabenizo-o por seu discurso neste fim de tarde, começo de noite. Insisto: as crianças mereciam que a gente dedicasse um pouco mais de tempo para refletir sobre como fazer para que o noticiário mostre coisas boas das nossas crianças e não a tragédia que elas atravessam neste momento da história do Brasil.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Agradeço o aparte do Senador Cristovam Buarque.

Eu gostaria ainda de fazer menção, Sr. Presidente, ao fato ocorrido em Abaetetuba – após aquela denúncia, tivemos conhecimento de graves denúncias em pelo menos 17 Estados da Federação –, onde adolescentes mulheres foram colocadas em prisão junto com presos do sexo masculino.

Vejam que é um fato nacional, infelizmente.

Ocorre, Senador Cristovam Buarque, que as leis em nosso País, infelizmente, não são cumpridas, porque se o Estatuto da Criança e do Adolescente – que considera a criança prioridade absoluta para o atendimento de todas as políticas públicas – fosse cumprido, com certeza, nós teríamos outra realidade. E também se houvesse um investimento pesado em educação para escola de qualidade, garantia de transporte escolar.

No Pará e na Amazônia, como eu disse aqui na semana passada, os estudantes ainda lutam pelo direito ao transporte escolar para deslocamento da sua localidade até a escola mais próxima, normalmente, consumindo até mais de uma hora – às vezes, uma hora e meia – no transporte, inclusive em regiões ribeirinhas, onde as crianças vão, Senador Gim Argello, levando o seu barquinho a remo. A energia humana

que os conduz até a escola. Então, as desigualdades são imensas.

E concordo, Senador Cristovam Buarque, com o conjunto de temas da mais alta relevância que V. Ex<sup>a</sup> enumerou no seu pronunciamento, há pouco, e retomou agora no aparte. Que, na verdade, poderiam fazer parte de uma verdadeira agenda do Senado Federal para enfrentar os problemas estruturais do País e, efetivamente, garantir a solução que fosse adequada aos interesses, aos direitos da maioria da nossa população.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que os fatos que vivenciamos aqui no Senado esta semana, fatos deploráveis dos que não querem apurar, dos que querem apurar por vias enviesadas e muitos que, na verdade, mesmo proclamando a necessidade da transparência da fiscalização na boa aplicação de recursos públicos, sinto que não querem isso.

Vivemos aqui cenas deprimentes neste Senado, na semana passada e nesta semana. Fatos, ações e atitudes, Senador Gim Argello, que não contribuem como exemplo para o nosso povo,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** –... as nossas crianças, a juventude brasileira, inclusive para que as pessoas percebam que a atividade política pode e deve ser exercida com dignidade e o compromisso de contribuir para as mudanças e as transformações sociais, econômicas e políticas que essa nossa triste realidade está a exigir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos, Senador José Nery, pelo seu brilhante discurso na tarde de hoje.

Sou obrigado a prorrogar a sessão por mais 30 minutos, tendo em vista que temos ainda inscrito o nobre Senador João Tenório, a quem passo a palavra com muito orgulho.

Enquanto S. Ex<sup>a</sup> se dirige à tribuna, da mesma forma como o Senador Cristovam Buarque, solidarizo-me com os estudantes da UnB. É muito ruim, Senador Cristovam Buarque, vermos a UnB sempre nessa situação. A UnB é motivo de orgulho para todos os brasileiros, para todos das cidades satélites. O sonho de toda família humilde do Distrito Federal é ter um filho formado pela UnB.

Mas, se Deus quiser, no mais breve período, vamos ter novamente a UnB fazendo parte do que foi, quando o Senador Cristovam Buarque era o seu Reitor, sempre com méritos, sempre com créditos.

Por favor, Senador João Tenório, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma referência ao procedimento e à atitude do nosso Presidente Senador Garibaldi Alves, que, na sua maneira de ser, simples, nordestina, que marca o seu procedimento, teve como sempre atitude muito prudente, entretanto, firme, no sentido de conduzir nesta tarde essa reunião de maneira que não viesse a se transformar de novo em situação de conflito, como tem acontecido. Mesmo na ausência dele, eu desejo fazer este registro.

Sr. Presidente, Gim Argello, outro detalhe importante é que o Presidente sugere – eu acho que com muita propriedade – que se crie uma agenda para se discutir as coisas importantes deste País. E o interessante é que todos concordam, mas, na hora de exercitar essa necessidade de que tanto o País precisa, as divergências conseguem superar a necessidade desse consenso e dessa conveniência, desse entendimento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a discussão sobre a reforma tributária, motivada pela PEC, enviada pelo Governo do Presidente Lula, oferece uma oportunidade única a todos nós, Senadores: trabalhar, arduamente, pela redução tanto da complexidade do atual sistema tributário nacional quanto da enorme carga de impostos, taxas e contribuições que asfixiam as empresas e sufocam as famílias brasileiras.

Há muito que os principais especialistas chamam a atenção de nossos governantes e legisladores para as mazelas do nosso sistema de arrecadação: complexo, confuso, disfuncional, ineficiente, injusto e regressivo. Esses são apenas alguns dos adjetivos normalmente associados à essa predatória estrutura tributária.

Tal estrutura, Sr. Presidente, foi montada ao longo dos anos pela ação de nossos governantes, não apenas do nosso atual governante, mas dos últimos governantes que conduziram os destinos deste País. Alguns elevaram a carga fiscal para lidar com graves crises econômico-financeiras; outros foram motivados por ideologias estatizantes que advogavam, e ainda advogam, o crescimento desmesurado das tarefas a cargo do Governo, ou, ainda pior, inchando a máquina estatal sem necessidade.

Todos, entretanto, foram buscar suporte para seus devaneios no elevar a arrecadação, caminho sempre mais confortável para eles, governantes, quando seria mais edificante evitar suas causas.

O certo é que nem as famílias, nem as empresas brasileiras agüentam uma carga fiscal que se aproxima dos 40% do Produto Interno Bruto. Perdemos todos, porque condenamos o conjunto de nossa economia a taxas medíocres de crescimento quando nos com-

paramos ao resto do mundo, provocando, com isso, o mais danoso dos efeitos colaterais: a baixa geração de emprego e a conseqüente manutenção de um insalubre ambiente social.

Quando o Governo arrecada muito, menos dinheiro fica no bolso das pessoas e no caixa das empresas. O Governo pode até empregar mais gente, mas as empresas certamente empregarão menos. Vemos, assim, trocar empregos mais produtivos do setor privado por emprego de baixa eficiência no Governo, por serem, na maioria dos casos, desnecessários.

Para pagar impostos altos, as famílias consomem menos do que seria possível e deveriam consumir. Perversamente, são as famílias mais pobres as que pagam uma percentagem maior de sua renda para financiar o Estado. Quase 50% da renda familiar dos que ganham até dois salários mínimos são gastos com o pagamento de tributos. Literalmente, essas pessoas deixam de comer para pagar impostos.

Esse estado de coisas existe porque nós, representantes do povo brasileiro, não nos mobilizamos para dar um basta à sanha arrecadatória dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Isso precisa acabar e cabe a este Senado e a cada um de nós Senadores iniciar essa mudança.

Situação igualmente constrangedora vivem as empresas do nosso País, Sr. Presidente Gim Argello. Contando apenas os maiores tributos que incidem exclusivamente sobre a produção, o Governo arrecada o equivalente a 50% do total das receitas tributárias.

Diz-ser-ia que a nova PEC da Reforma Tributária propõe uma simplificação e complicação da maioria desses tributos. É verdade, mas também é verdade que o todo será, na melhor das hipóteses, igual à soma das partes ou pior e, mais provável, maior.

Outra questão relevante diz respeito à oneração da folha de pagamento. Uma incidência de 34 a 40% sobre o salário, somada a uma legislação que, aparentemente, protege o direito dos trabalhadores, mas, na verdade, é inibidora de criação de emprego. Juntas, conspiram contra a disposição para contratar por parte daquele lado que é o maior e mais saudável gerador de emprego: a atividade produtiva.

O alívio desses fardos é um imperativo para que se equacione parte considerável dos nossos problemas sociais da forma mais positiva e sustentável que existe.

Faço agora, Sr. Presidente, menção a um tema fundamental e sobre o qual, em breve, voltarei a me pronunciar desta tribuna pela sua importância. Isto é muito adequado hoje, quando observamos os Senadores do Nordeste, recorrentemente, levantando a necessidade iminente de ajuda em razão das últimas chuvas, que têm caído em grande quantidade,

na região. Isto mostra claramente que é uma região despreparada para vencer as dificuldades, em função das desigualdades sociais tão profundas que dividem este País. E é sobre esse tema, sobre esse quadro, que eu gostaria de inserir na reforma tributária, que me pronunciaria no momento.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos perder essa oportunidade de atuar de maneira a mais contundente possível para reduzir os desequilíbrios regionais.

Não poderemos manter ainda por muito tempo essa relação amistosa que tanto une este País sem debelar esta que, sem dúvida, é uma das maiores manifestações das desigualdades sociais que afetam a vida nacional: as diferenças regionais.

Só quem não conhece Coité do Noia, na minha querida Alagoas, e Ribeirão Preto, na rica São Paulo; só quem não visitou Jerumenha, no Piauí dos nossos queridos Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes, e Blumenau, do maravilhoso Estado de Santa Catarina; só quem ignora quão diferentes são a mística Juazeiro do Norte do nosso belo Ceará e Uberaba e Uberlândia nas Minas Gerais; só quem não percebe tamanhas assimetrias não se convence da imperiosa necessidade de aproveitar todas as possibilidades para mudar esse estado de coisas e este momento, a reforma tributária, é uma oportunidade única que não podemos desprezar.

As propostas de reforma, tanto a oriunda do Governo quanto a produzida pela subcomissão que trata do tema, tão bem conduzidas e relatadas, respectivamente, pelos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, a bem da verdade, sugerem um avanço nas questões regionais, manifesto na referência à criação de um fundo de desenvolvimento regional ou, alternativamente, no reforço aos fundos já existentes e ainda quando se dispõem a discutir a questão origem/destino no quesito ICMS ou IVA na nova nomenclatura. Ainda assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, elas soam tímidas e indefinidas.

Transformar regiões muito diferentes em menos diferentes requer vontade, determinação política e, normalmente, quantidades volumosas de recursos. Vejam-se os poucos exemplos bem-sucedidos. Temos o exemplo da comunidade da União Européia, que incorpora a Espanha e Portugal e que, para isso, teve de dispor de uma quantidade enorme de recursos para que esses países não ficassem tão diferentes daqueles que já pertenciam à União Européia. Também temos o exemplo da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, que também têm colocado uma quantidade imensa de recursos para fazer com que essas duas partes do país fiquem mais parecidas social e economicamente.

Como já disse, só quem conhece as regiões realmente pobres do Brasil sabe que há enormes em-

pecilhos à atração natural de investimentos privados. De um lado, a renda *per capita* dessas regiões é muito mais baixa que a dos Estados mais ricos, o que diferencia o tamanho e a qualidade do mercado.

Segundo dados do IBGE, 53% das famílias mais pobres concentram-se no Nordeste. Enquanto o rendimento médio mensal das pessoas empregadas no Brasil está em torno de R\$800,00, no Nordeste este valor não passa de R\$490,00, ou seja, um pouco acima da metade do conjunto do País.

De outro lado, investimentos privados requerem infra-estrutura adequada, e neste quesito também se verificam enormes disparidades entre as regiões mais pobres e as mais ricas do Brasil.

Esta precariedade da infra-estrutura física e humana desincentiva a instalação de empresas nas regiões mais pobres. Foi justamente esse quadro que levou os Governadores dessas regiões a utilizarem incentivos fiscais para promover os investimentos produtivos que, de outra forma, se concentrariam no Sul e Sudeste.

Por isso, no momento em que discutimos as propostas de eliminação da guerra fiscal, é fundamental levarmos em conta a necessidade de políticas compensatórias robustas.

Assim sendo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a criação de um novo fundo de desenvolvimento regional, como propõe o Governo, ou a elevação das transferências aos fundos constitucionais já existentes, como prefere o Relatório Dornelles, têm que neutralizar as frustrações de desenvolvimento econômico nos Estados mais pobres pela eliminação desse único indutor ora existente, que é aquele chamado, de uma maneira que considero não muito adequada, de guerra fiscal.

Em suma, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o desafio que temos pela frente não é pequeno. Reformar competentemente o sistema tributário nacional será a atitude mais eficaz para solucionar as duas questões mais relevantes e decisivas para o País: alívio e organização tributária para construir um Brasil mais rico e empenho e convicção política para fazê-lo mais justo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Senador João Tenório, V. Ex<sup>a</sup> fez um discurso muito sério a respeito da reforma tributária, sobre a qual realmente temos de nos debruçar.

Neste momento, gostaria de comunicar que, anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 366, de 2008**, do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 17

do corrente seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado, portanto, o requerimento.

Da mesma forma, anteriormente foi lido o **Requerimento nº 378, de 2008**, do nobre Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 245, de 2008, que a sessão especial para comemorar os 27 anos de atividade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais do Brasil seja realizada em data a ser oportunamente marcada.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Também está aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Eu gostaria de, neste momento, passar a palavra ao nobre representante do Estado do Piauí Senador João Vicente Claudino.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, Srs. Senadores presentes, quero registrar que, além de esta sessão estar sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, está também, ao vivo, pela TV Assembléia do Estado do Piauí. Quero registrar a presença do Presidente da Assembléia, Deputado Themístocles Filho.

Eu quero aqui, nesta noite, Presidente Gim Argello, Srs. Senadores, tratar de algumas notícias do Piauí, algumas muito boas e outras preocupantes. Das mais preocupantes, queremos registrar a chuva, que tanto acalenta os sonhos de agricultores, de produtores do Estado do Piauí – nós, não diferentes dos Estados nordestinos, um Estado essencialmente agrícola –, mas que, neste início do ano de 2008, está vindo numa dimensão maior do que a esperada.

Nos reservatórios do Piauí, há muito não se via acúmulo de água. Açudes como, em Paulistana – o Senador Mão Santa conhece muito bem –, o Ingazeira, há 33 anos não sangravam. E agora a cidade de Paulistana tem aquele importante manancial de água sangrando, mostrando a força da chuva e do inverno.

O volume de água dos rios que cortam o Estado do Piauí, especialmente o rio Parnaíba, com dados de registro da Chesf, e o rio Poti, que vem do Ceará, que nasce no Ceará e corta parte do Piauí, principalmente a capital, Teresina, tem subido de uma maneira assustadora. Por medição da Chesf, ontem, às cinco horas da tarde, o rio Poti passava pelo Município de Prata,

no Piauí, a 1.811 m<sup>3</sup>/s; e hoje, às cinco horas da tarde, a 2.700 m<sup>3</sup>/s. Se nós registrarmos o que é medido no verão, no nosso Estado, naquele rio, veremos que é menos de 1 m<sup>3</sup>/s a velocidade da água, com uma lâmina de 20 centímetros. Hoje atinge praticamente 12 metros o aumento do volume da água do rio.

São situações preocupantes que também começam a prejudicar a produção do Estado pelo volume de água em determinadas regiões do Estado do Piauí.

Concedo o aparte ao Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador João Claudino, quero me irmanar, no início do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, às suas preocupações e manifestar, como nordestino de origem, do Ceará, amazônida adotado paraense, de alma e de coração, terra onde vivo e trabalho, que represento no Senado Federal, neste momento, a minha mais profunda solidariedade a todas as vítimas das enchentes do Estado do Piauí, que V. Ex<sup>a</sup> representa. O Presidente da Assembléia, Deputado Themístocles, nos falava aqui de 20 cidades atingidas pelas enchentes.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – Vinte cidades que já decretaram estado de emergência.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Com estado de emergência. Essa situação se repete no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Estado do Ceará. O senhor falava do rio Poti, que, aqui queria me referir, no Ceará, banha, por exemplo, a cidade de Crateús. Crateús hoje tem mais de dois mil desabrigados. Há pouco, por contato telefônico, o Dr. José Arteiro, Promotor de Justiça naquele Município, informava-nos da situação em que vivem centenas, dezenas, aliás, mais de duas mil famílias desabrigadas. É muito presente a solidariedade das pessoas no acolhimento a todos os que estão nessa situação. Isso é muito próprio dos nordestinos de diversos Estados. Quando enfrentam qualquer situação tão grave quanto essa, o sentimento de solidariedade se realiza, de modo concreto, pelo acolhimento, pelo apoio a todas as pessoas que estão sofrendo o drama das enchentes. Portanto, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> por trazer a discussão, como outros Senadores o fizeram nesta tarde, relatando a situação das enchentes em seus Estados. Os nordestinos vibram, se alegram e fazem festa quando da chegada das chuvas. Não existe algo que mais dê alegria a eles do que quando o torrão seco tem água em abundância. Água, fonte de vida, mas, nessas circunstâncias de enchente, acaba se transformando numa situação de desespero, que, sem dúvida, deve mobilizar – encerro com isso – a atenção do Governo do Estado do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de todos os que estão vivendo essa situação de enchente, e principalmente dos órgãos

do Governo Federal, que devem agir e atuar de forma urgente e competente para socorrer e apoiar todos os desabrigados pelas enchentes no sertão nordestino. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por trazer o tema, mas o momento é de tristeza pelos que foram vitimados pelas enchentes. É solidariedade que devemos, na prática, manifestar a todos, tanto aos que estão desabrigados quanto aos que estão apoiando os desabrigados. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que este é um desafio que, de vez em quando, enfrentamos: o ciclo de secas e, às vezes, de enchentes. Essa situação deve merecer a atuação imediata e urgente do Governo Estadual e do Governo Federal. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO** (PTB – PI) – Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador José Nery, daquela região de Crateús, que já foi Piauí. Nós entendemos a angústia do nordestino, que convive com estas duas situações: quando não é a falta de chuvas, é, às vezes, o excesso de chuvas, que vem para assolar as regiões do nosso Estado.

Como Crateús, também está Campo Maior. Conversando com o Deputado Themístocles Filho, ele falou sobre estes dados hoje: BRs como a 343, que liga Teresina a Campo Maior, cortada em dois trechos; a BR 402, entre Castelo e São Miguel do Tapuio, na região próxima a Crateús, na mesma situação; a 135, que corta o sul do Estado do Piauí, semana passada, cortou e está em permanente reparo.

É uma situação que realmente deve ter a atenção dos governos municipais, estaduais. Devemos cobrar do Governo Federal o atendimento, de uma maneira também célere e emergencial, para que possamos minimizar os efeitos de uma situação de calamidade e enchentes dessa natureza.

Queria também, Sr. Presidente, registrar que entramos com um requerimento de aplauso pelo trabalho na educação da Prefeitura de Teresina, do Prefeito Sílvio Mendes e do Secretário Washington Bonfim, pois Teresina está entre as 37 cidades do Brasil escolhidas pelo MEC com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. São cinco cidades no Nordeste, e Teresina é uma delas, pelo nível de educação, pela escolaridade que é levada a cada cidadão, a cada criança, homens e mulheres da nossa capital. E queremos nos congratular com o trabalho e parabenizar o Prefeito Sílvio Mendes e o Secretário Washington Bonfim pelo trabalho realizado na educação na cidade de Teresina.

Quero registrar também que, sexta-feira, o Ministro Pedro Brito esteve em Luís Correia iniciando a retomada das obras do porto. Claro que temos etapas a serem suplantadas. Há uma licitação a ser feita se o BEC não assumir a obra; há a retomada, por parte do Governo do Estado, de um contrato de concessão de 20 anos



com uma empresa privada. Mas tenho certeza de que todos nós, a bancada no Senado do Piauí está atenta para contribuir com isso – uma prova é que o Senador Mão Santa já contribuiu – numa emenda indicativa de bancada em que se incluíram todos os recursos para a conclusão do porto Luís Correia. E o Ministro Pedro Brito, que tem, Senador Mão Santa, as raízes lá em Parnaíba – a mãe dele é parnaibana, D. Glícia Brito –, na sua competência... Talvez seja o momento, desde Epitácio Pessoa – eu dizia isso segunda-feira, quando recebi o título, da Câmara Municipal de João Pessoa, de cidadão daquela cidade, como paraibano também que sou –, nós só tivemos João Paulo dos Reis Velloso, nesse meio termo de tempo, para que se chegasse agora, novamente, a discutir, numa visão de curto e médio prazos, a conclusão do porto de Luís Correia.

Queria também cumprimentar o jornal **Diário do Povo**, de Teresina, e seu Presidente, Danilo Damásio, por ter recebido na terça-feira passada, aqui em Brasília, o prêmio “Mérito Lojista”, da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. Parabenizo a todos os que fazem aquele importante órgão de comunicação.

Entrei com requerimento de aplauso para uma atleta piauiense, a nossa judoca Sara Menezes, que

é a primeira atleta que... Uma menina pobre que ama aquilo que faz se devotou a praticar o judô e representará o Piauí nas Olimpíadas de Pequim. Então, mostra a competência e a força da mulher piauiense. Os aplausos são extensivos à família Queiroz, que comanda o judô no Estado do Piauí.

E queria, por último, pedir que fosse dado como lido um discurso que faria sobre a violência, porque essa violência já atinge o seio das famílias brasileiras. Se nós destacarmos o mais recente, alguns dias atrás, o caso da Isabella Nardoni, a menina que foi jogada – ou não – do apartamento onde morava, verificamos que temos realmente que dar total atenção. Há um ano e dois meses, aconteceu aquele fato no Rio de Janeiro com João Hélio. Passou-se um ano da morte, algo andou, mas temos que ser ainda muito mais responsáveis na discussão desse problema da violência no Brasil

Quero agradecer a paciência de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.**

### **DO SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB - PI)**

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

**Não há como negar, diante da violência e da fúria dos grupos criminosos que atacam cidadãos, indiscriminadamente, em todos os recantos do País, que a sociedade brasileira enfrenta um drama. O Estado brasileiro, em todas as instâncias da Federação e em todos os seus segmentos de responsabilidade pela segurança pública, se vê contestado, afrontado e se mostra incapaz de uma reação coerente, firme e intimidatória desses marginais.**

**O clima de quase guerra civil experimentado pelos que vivem no Rio de Janeiro é a prova cabal desse lastimável quadro em que fomos mergulhados, paulatinamente, durante décadas, num processo de corrosão social que se torna, hoje, crítico para todos, cidadãos e Estado. Para os cidadãos, por se verem indefesos diante de um agressor que pode surgir a qualquer momento e contra o qual nada pode. Para o Estado, porque demonstra a situação pré-falimentar em que se encontra nosso sistema de segurança pública.**

A violência no Brasil tornou-se uma endemia, com características de epidemia, alastrando-se por locais e regiões até então livres da criminalidade.

A situação chegou a um ponto tal que o problema da violência tirou o desemprego do topo das preocupações do brasileiro. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, A VIOLÊNCIA É O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS. O Senado tem dado sua contribuição no sentido de encontrar soluções para este grave problema que aflige o País. Contudo, temos que continuar avançando na discussão e votação das matérias que tratam da segurança pública.

Infelizmente, Senhor Presidente, como na grande maioria das crises nacionais, o Estado brasileiro está atrasado, despreparado e desequipado para lidar com a situação. Apesar da retórica forte e de inúmeros projetos de leis que procuram ganhar espaço na mídia, não surgem, efetivamente, sinais de inflexão no ritmo ascendente da violência em todos os cantos do País.

E por que tudo isso? Por que tanta violência? Por que tal fragilidade da cidadania diante de criminosos impunes e impiedosos?

Senhoras e Senhores Senadores, fica óbvio que o atual quadro é resultado da omissão do Estado no enfrentamento das causas profundas do problema social neste País. Quando grupos marginais são capazes de se apropriar de espaços e comunidades, sem que o Estado possa reagir e retomar sua posição de regulador da sociedade, é sinal de que vivemos uma profunda crise de valores e de confiança na organização da sociedade.

Nossa situação, Senhor Presidente, é de tal modo crítica, que mesmo medidas fortes e imediatas demandarão tempo para surtir efeito e pacificar a sociedade. Que dizer, então, das inescapáveis medidas de médio e longo prazos, únicas que permitirão consolidar um novo patamar de desenvolvimento social e redução e controle da criminalidade na sociedade brasileira. Esse é, na verdade, um longo e escuro túnel de conflito, de cuja saída ainda sequer vislumbramos a mais pálida claridade.

Senhor Presidente, muitas décadas, talvez séculos de descaso pela construção da cidadania e da justiça social no Brasil fizeram de nossas aglomerações urbanas verdadeiras fortalezas do crime, hoje, para nossa infelicidade, altamente organizado. Assim evidenciam as notícias que nos chegam de todos os cantos.

O que fazer? Na verdade, há muito que fazer. Mas tudo depende de vontade e decisão política, em primeiro lugar. De planejamento e objetividade, em segundo lugar. De perseverança e firmeza na ação, em terceiro lugar. Só com vontade planejada, firme e continuada é que alcançaremos algum êxito nessa verdadeira cruzada.

Em primeiro e óbvio lugar, necessitamos de uma urgente reforma de nosso sistema penal, que inclua uma profunda atualização dos códigos penais e de processo penal e das leis de execução penal. A sociedade brasileira mudou muito desde a década de 1940, quando nosso código penal foi elaborado. O comportamento e as relações entre pessoas e grupos sociais são substantivamente diferentes, passados mais de 60 anos. Há que se rever essa legislação à luz da nossa nova realidade. Esse é um princípio inalienável de todo ordenamento jurídico de uma sociedade civilizada – permanência no tempo, mas *aggiornamento* com o evoluir da sociedade.

O que dizer, então, de nosso sistema penitenciário? Um verdadeiro desastre e, ainda por cima, caríssimo para a sociedade. Há que ser feita uma urgente e radical reforma em nosso sistema prisional, se quisermos que haja um mínimo de

chances de que ele possa servir para a reintegração de criminosos condenados. De outro modo, nossas prisões permanecerão escolas do crime, como todos hoje estão convencidos de que são. Reformar os presídios existentes, construir novas e modernas prisões e atualizar a legislação de execução penal são aspectos imprescindíveis para um efetivo combate ao crime.

Indago: custa caro? Pelo atraso no encaminhamento das soluções, é claro que custa caro. Mas custará ainda mais para a sociedade, em vidas e perdas econômicas, quanto mais tempo demormos para enfrentar o problema.

Além disso, Senhor Presidente, não será com polícias mal equipadas, mal treinadas e mal instaladas que envidaremos o bom combate em favor de nossos cidadãos.

Esse, Senhoras e Senhores Senadores, é um dos grandes equívocos dos que dirigem o Estado brasileiro desde sempre: o descuido com a qualidade das condições de trabalho oferecidas aos seus servidores, cuja ação destina-se, em todos os casos, aos cidadãos e aos próprios dirigentes. Quando a voz do povo diz que as autoridades não se preocupam com os serviços públicos pelos quais são responsáveis porque não os utilizam e, por isso, não lhes dão importância, não há como desqualificar o argumento, diante das evidências factuais.

O atual Governo Luiz Inácio Lula da Silva deve assumir o desafio que paira na necessidade de mais investimentos em educação, não obstante de melhores serviços no que pertine ao atendimento de saúde neste País. Infelizmente, Senhor Presidente, essa é uma verdade que não podemos negar e que temos a obrigação de modificar no prazo mais curto possível; ainda mais se desejamos, verdadeiramente, combater a criminalidade que nos assola.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o instituto DataSenado apresentou dados da pesquisa de opinião pública nacional realizada no ano passado sobre a violência no Brasil. E os dados são alarmantes: 79% dos entrevistados acreditam que a violência não irá diminuir nos próximos 12 meses; 68% avaliaram a segurança pública em nosso País com notas 5 ou inferiores; 56% apontam a impunidade e o tráfico como os principais causas da violência e; 75% são a favor da adoção de prisão perpétua no Brasil.

Como convencer um adolescente pobre de qualquer cidade do Brasil de que ele deve estudar em escolas públicas, para poder ingressar no mercado formal de trabalho, cujas taxas de desemprego são representativas?

Como convencer esse jovem, se, no próprio bairro em que mora, há um traficante de drogas, um ladrão de bancos ou um seqüestrador que lhe garante renda muito maior do que a sociedade oferece, lhe assegura assistência médica e lhe garante, no caso improvável de ser preso e condenado, apoio à família para que ela não passe privações?

Como, Senhor Presidente, pode a sociedade responder a essas questões sem investir maciçamente em ações de inclusão social que assegurem caminhos de ascensão para essa enorme parte de nossa população que está continuamente exposta e desprotegida diante da sanha dos criminosos?

Ou acordamos, de fato, para o combate sistemático e radical ao câncer da criminalidade, ou nos defrontaremos com uma verdadeira explosão de violência generalizada pelo País, com conseqüências dramáticas para toda a sociedade.

A situação das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras, merecem cuidado especial por parte das autoridades públicas. Os Municípios precisam ser envolvidos nas discussões do problema, no encontro das soluções e no combate à

violência com ações que ajudem a tranquilizar as populações locais. Do mesmo modo, as polícias têm de ser integradas, de modo a maximizar o poder do Estado de combater a criminalidade. Rivalidades, rixas, conflitos de interesse e competência têm de ser extirpados das corporações militar e civil de nossas polícias.

Senhoras e Senhores Senadores, tantos anos de descúria no trato da justiça social geraram a atual instabilidade da sociedade diante da violência e da criminalidade. Sem uma ação concertada, que abranja todo o País, o que faremos é deslocar os eixos criminosos das cidades em que houver maior repressão para aquelas menos protegidas. Sem uma ação abrangente que inclua a Polícia Federal na guarda de fronteira aérea, terrestre e marítima, também ficaremos à mercê da permanente invasão de pessoas, armas e produtos que alimentam o crime no País.

Senhor Presidente, gostaria de externar aqui minha preocupação com meu Estado, o Piauí, ordeiro, pacato e tranquilo. É com profundo sentimento de tristeza que informo que o meu Piauí começa a sentir os efeitos da violência urbana e da onda crescente do crime e, me angustia profundamente, o receio que o nosso querido Estado transforme-se em mais um lugar onde o medo domine os corações das pessoas que, com tanto esforço, trabalho e dedicação, vivem pacificamente no Piauí.

É com consternação que faço este pronunciamento, diante da indignação da sociedade para combater os criminosos. É, também, com pesar que constato que chegamos a uma situação tal que não serão pequenas nem isoladas medidas que retificarão o curso das coisas. São necessárias muitas e abrangentes ações para que tenhamos alguma perspectiva de reversão do quadro em que nos encontramos.

Esbarramos, desde logo, com os inescapáveis contingenciamentos orçamentários, que tanto dificultam a implementação de planos e projetos na Administração pública. Todavia, Senhor Presidente, nós fomos eleitos, no Legislativo e no Executivo, para propor e implementar medidas e ações que consultem o interesse público maior. E nesse interesse, imediato, está a segurança pública dos cidadãos e da sociedade em geral. Em consonância com esse desiderato é que devemos agir.

Os responsáveis por todos os setores envolvidos no combate à criminalidade devem se coordenar para uma ação de grande envergadura contra o crime organizado. Responsáveis por todos os setores encarregados das políticas de resgate social devem acelerar projetos e programas que propiciem um máximo de inclusão dos menos favorecidos no menor prazo possível. Enfim, todas as pessoas responsáveis desse País devem se unir para formar uma grande cadeia de repressão ao crime organizado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço à Mesa que acolha, para publicação nos Anais, o pronunciamento em que peço inserção de matéria publicada pela revista **Época**, em sua edição de 16 de março do corrente, intitulada: “Os últimos tradutores da floresta.” A matéria trata da possibilidade da extinção da profissão de parabolânico, nome oficial dado àqueles que são popularmente conhecidos como identificadores de árvores.

Há uma outra categoria, na minha região, que é a de mateiro. É aquele que sabe entrar na mata. O PhD não sabe voltar. Pode até entrar, mas voltar, não volta. Diria que há o PhD da academia, essencial para a exploração de biodiversidade, para o desenvolvimento sustentável, e o PhD da vida, aquele que é tão importante quanto o outro e precisa ser tratado com muito carinho pelo Estado brasileiro. Peço a inserção nos Anais.

Sr. Presidente, juntamente com o Senador João Pedro, faço um requerimento de voto de pesar pelo falecimento da Sr<sup>a</sup> Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano, em Manaus. Ela deixa viúvo o pastor jubilado Severo Câmara. Por intermédio do Deputado Silas Câmara, transmito a toda a Assembléia de Deus do meu Estado, a todos os irmãos Câmara, o Pastor Samuel, o Pastor Jonatan, o Pastor Dan, a todos os homens e mulheres dessa família, que é tão querida minha, o meu voto e o do Senador João Pedro do mais sentido de pesar.

A Sr<sup>a</sup> Terezinha Duarte Câmara, falecida em Manaus, aos 73 anos de idade, era pessoa muito conhecida e respeitada. Natural de Rio Branco, no Acre, radicou-se felizmente no meu Estado. Deixou cinco filhos. Já falei do filhos homens e me refiro agora às educadoras Eliabe e Elieuda, além de 16 netos e dois bisnetos. Por toda a estima de que gozava, por sua atividade no meio evangélico, ela faz, sem dúvida alguma, jus à homenagem que neste momento nós propomos e que sei que será acolhida pela unanimidade do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço a palavra para registrar, neste plenário, matéria publicada pela revista **Época** em sua

edição de 16 de março do corrente intitulada “Os últimos tradutores da floresta”.

A matéria trata da possibilidade da extinção da profissão de parabolânico, nome oficial dado àqueles que são popularmente conhecidos como identificadores de árvores.

Não dá para medir a importância dessas pessoas para a Amazônia. Eles são, na verdade, enciclopédias vivas da Amazônia, como bem retrata a reportagem acima citada.

Para se ter uma idéia do trabalho feito por esses profissionais, a presença de um parabolânico em uma pesquisa é fundamental para uma publicação internacional. Segundo a matéria, “revistas científicas, como Nature e Science, exigem a garantia da identificação correta das árvores. Ter um parabolânico renomado ajuda a dar mais credibilidade ao trabalho. Isso abre portas para uma pesquisa”.

Ou seja, sem a presença dessas pessoas, as pesquisas na Amazônia ficam extremamente comprometidas. Esses identificadores são a junção do conhecimento das populações tradicionais com a metodologia acadêmica.

A matéria da revista **Época** apresenta, ainda, o que poderia ser a solução para esse grave problema: a criação de uma escola de parabolânica, com a criação de um curso para identificadores. Estima-se que não deve existir mais de 10 parabolânicos em toda a região. Não se pode simplesmente dispensar o conhecimento desses profissionais que, aos poucos, estão se aposentando.

Enfim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encerro com as palavras de um desses identificadores, Carlos da Silva Rosário, conhecido como Carlito, 59 anos, metade deles vividos em trilhas de locais remotos no norte do país: “Preciso aproveitar enquanto ainda tenho saúde para ensinar na prática tudo que sei sobre estas matas. Se demorar muito, vou acabar como aquela castanheira. Tombado na floresta”.

Portanto, não podemos virar as costas para assunto tão grave e tão importante para a nossa Amazônia. Repito: esses profissionais são verdadeiras enciclopédias vivas da Amazônia.

Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria da revista **Época** intitulada “Os últimos tradutores da floresta” seja considerada na íntegra como parte deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Data:

ÉPOCA

Data:

16/03/08

CIÊNCIA &amp; TECNOLOGIA MEIO AMBIENTE

# Os últimos tradutores da floresta

Os grandes identificadores de árvores da Amazônia estão se aposentando. Sem eles, fica ainda mais difícil – e caro – fazer pesquisas

JULIANA ARINI, DE ITAITUBA (PA)

**C**ARLOS DA SILVA ROSÁRIO SARTER, na Amazônia. Com passos precisos, Carlito, como é conhecido, desvia de cipós e espinheiros. Parece prever os obstáculos. Com seus 59 anos, metade deles vividos em trilhas de locais remotos do norte do país, tem a agilidade de um menino. Sua missão é chegar aonde quase ninguém pisa para reconhecer árvores. Em seu dia-a-dia, ele costuma tomar chuva e passar o dia sem comer. Ataques de vespas, um calor sufocante e o risco de topar com animais venenosos são, para ele, apenas pequenos incômodos.

Para os olhos desavisados que o acompanham pela mata, as flores e os cipós caídos na trilha são apenas imagens de uma bela paisagem. Para Carlito, essas são peças de um quebra-cabeça que vai definir o nome da árvore que ele precisa identificar. Com

os olhos fixos na casca vermelha de um tronco, ele mexe na folhagem do chão, tira um pedaço da cintura e faz um talho na planta. Depois, cheira o pedaço de madeira. Nomes em latim começam a ser ditados. *Pinophyta*, *Pinaceae* e *Cedrella*. Quando questionado sobre uma possível tradução para o falatório científico, ele responde com um sorriso entre os lábios: "Encontramos um cedro, o rei da floresta".

Carlito é um dos últimos identificadores de árvores do país. O nome oficial de sua profissão é parobotânico. Ele não gosta de ser confundido com um mateiro, pessoa contratada para abrir trilhas. "Minha tarefa não é guiar na floresta, e sim reconhecer as árvores", diz. Sem os parobotânicos, as pesquisas na Amazônia ficam comprometidas. "É muito difícil estudar a vegetação da floresta sem um identificador", afirma Regina Célia Lobatto, especialista em taxonomia do

## EXTINÇÃO

Carlos da Silva Rosário identifica uma árvore na floresta. Ele é um dos últimos parobotânicos em exercício no país

As árvores que **ninguém mais vê** Algumas espécies são tão raras que causam comoção entre os ide

### Pau-rosa

#### *Aniba rosaeodora*

Da essência extraída de seu tronco são produzidos perfumes famosos, como o Chanel nº 5. A intensa demanda por esse óleo levou à extinção da espécie na Guiana e em parte da Amazônia brasileira. Alguns projetos nacionais tentam fazer a exploração sustentável da árvore no município de Silves, no Amazonas

### Mogno

#### *Swietenia macrophylla*

É a árvore tropical mais valiosa e ameaçada do planeta. Uma tora pode valer US\$ 5 mil. Essa madeira de cor castanho-avermelhada é cobçada pela indústria de móveis por sua durabilidade e resistência aos cupins. O mogno já é considerado quase extinto em muitas regiões do Brasil

# EPOCA

Data: 16/03/2008 - Edição nº \_\_\_\_\_ Página: \_\_\_\_\_

Museu Emílio Goeldi. “É claro que um botânico pode fazer o trabalho, mas leva três vezes mais tempo. E, se os pesquisadores demorarem muito em campo identificando árvores, os estudos de laboratório param.”

Um parobotânico experiente pode até participar de uma publicação científica. “Os identificadores são a junção do conhecimento das populações tradicionais com a metodologia acadêmica”, diz Paulo Barreto, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Eles conseguem, por meio de suas técnicas de identificação, separar as plantas por família e gênero. Alguns até classificam as espécies. Uma tarefa para poucos. “Em 1 hectare da Amazônia podem existir até 600 variedades de árvores”, afirma Barreto. “Enxergar através dessa megabiodiversidade é muito difícil. Alguns parobotânicos são enciclopédias vivas da Amazônia.”

A identificação de uma árvore começa pelo olfato. “Cada espécie tem um cheiro. Você nunca vai esquecer do aroma da madeira do breu, muito usada para fabricar perfumes”, afirma Carlito, apontando para uma árvore a 100 metros da trilha pela qual caminhamos. “Para entender a floresta, eu uso os cinco sentidos.” Carlito chega a mastigar os pequenos pedaços de madeira que retira dos troncos com seu facão. “Algumas espécies se diferenciam pelo gosto amargo, ou doce, de sua seiva”, afirma. Depois de meia hora de caminhada, ele pára e apon-

ta uma espécie de atrador de elástico na direção da copa de uma árvore de mais de 30 metros de altura. O pequeno objeto é a única maneira de Carlito conseguir alcançar as folhagens suspensas no topo dos troncos. Quando consegue derrubar algumas folhas, comemora com um grito de alegria. “Era mais fácil quando podíamos contratar escaladores. Hoje, é proibido. Se eu fosse mais jovem, subiria para pegar as folhas”, diz, com um olhar desanimado.

Muitos identificadores famosos começaram como escaladores de árvores. Eles subiam até 40 metros de altura se apoiando apenas em uma tira de couro presa aos pés. Natural da região do Salgado, na divisa do Pará com o Maranhão, o primeiro emprego de Carlito no Museu Paraense Emílio Goeldi também foi como escalador. “Fui contratado pelo professor João Murça Pires, um dos

pais da botânica na Amazônia. Foi ele quem me incentivou a estudar”, diz. A importância de subir nas copas das árvores é conseguir coletar as folhas. Elas são a parte mais importante da identificação. “É a chave para decifrar uma árvore.”

As folhas que Carlito consegue derrubar com o elástico são etiquetadas e guardadas em um saco plástico. Elas vão ser levadas para o laboratório do Museu Goeldi. A descrição feita pelos identificadores é checada por botânicos. As dúvidas sobre espécie e subespécie são avaliadas por especialistas. ►

## Para entender a floresta, o parobotânico usa os cinco sentidos. Ele até mastiga pedaços de madeira

ficadores. A superexploração econômica levou ao desaparecimento dessas árvores em grande parte da Amazônia

### Cedro

#### *Cedrelia odorata*

Quando serrado, pode ter uma coloração semelhante à do mogno. Por ter uma madeira maleável, ele é matéria-prima de objetos diversos, de instrumentos musicais a peças para construção naval. Décadas de exploração descontrolada tornaram essa árvore rara

### Ipê-roxo

#### *Tabebuia impertiginosa*

As propriedades medicinais da casca do ipê são objeto de pesquisas em todo o mundo. Alguns cientistas acreditam que ela possa tratar o câncer. O ipê é amplamente usado para fabricar remédios caseiros. Apesar da importância medicinal, a indústria madeireira dizimou os ipês de boa parte da Amazônia





Data: 16/03/2008 - Edição nº \_\_\_\_\_ Página: \_\_\_\_\_

## CIÊNCIA & TECNOLOGIA MEIO AMBIENTE

Na maioria dos casos, esses botânicos entendem apenas de algumas famílias específicas. O conhecimento geral sobre a floresta é um talento dos identificadores.

As expedições científicas na Amazônia são caras. Duas semanas na mata podem custar até R\$ 20 mil. "Com os identificadores, fica mais rápido fazer o levantamento da área. Isso economiza tempo e dinheiro", afirma Edson Vidal, pesquisador de manejo florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

**A presença de** um parobotânico em uma pesquisa também ajuda na publicação internacional. Revistas científicas, como *Nature* e *Science*, exigem a garantia da identificação correta das árvores. "Ter um parobotânico renomado ajuda a dar mais credibilidade ao trabalho. Isso abre portas para uma pesquisa", afirma Vidal.

Carlito possui uma parceria de mais de três décadas com o engenheiro florestal Antônio Sérgio Lima da Silva, conhecido como Serginho. Enquanto trabalham na floresta, Carlito e Serginho conversam pouco. O silêncio só é interrompido pela enxurrada de nomes em latim, quando deparam com alguma árvore especial. É o engenheiro florestal quem passa para o papel o conhecimento do parobotânico. A dupla participou de grandes projetos da Amazônia, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação da mineradora Vale do Rio Doce na Floresta Nacional de Carajás e a análise para a exploração comercial da flora amazônica da empresa de cosméticos Natura. "Foram muitas aventuras. Uma vez naufragamos no Rio Xingu com pesquisadores gringos. Ficamos 15 dias em uma ilha comendo manga com farinha molhada", diz Serginho.

Apesar da importância científica, a profissão de identificador pode acabar. O nú-

**“ Eu sonho formar novos identificadores. De preferência, filhos de ribeirinhos que já possuem o conhecimento tradicional da Amazônia ”**

CARLOS DA SILVA ROSÁRIO, parobotânico

mero desses profissionais é cada vez menor nas instituições de pesquisa da Amazônia. "Acredito que não deva existir mais de dez parobotânicos em toda a região", diz Barreto, do Imazon. Um dos principais obstáculos para a formação de novos identificadores é a ausência de treinamento. A grande maioria dos parobotânicos que atuam na floresta foi formada há mais de 30 anos. Eles aprenderam a classificar as árvores com os grandes pesquisadores que passaram pela Amazônia, como João Murça Pires, Graziela Barroso e Christopher Uhl, precursores da geração de botânicos e engenheiros florestais de hoje. "Alguns técnicos estão tentando aprender a identificar, mas falta uma orientação científica", diz Carlito. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) promove cursos de até uma semana para formar parobotânicos. "A idéia é boa, mas é muito pouco tempo para aprender tudo sobre a floresta", afirma Vidal, da Esalq.

Carlito pretende se aposentar no próximo ano. Não há ainda um nome para substituí-lo no Museu Goeldi. A solução seria a criação de uma escola de parobotânica. Sentado em um tronco de árvore, Carlito fala sobre o sonho de fazer um curso para identificadores. "Quero ensinar minha profissão para os jovens", diz. "De preferência, filhos de ribeirinhos ou gente do interior da floresta. Essas pessoas possuem mais facilidade para trabalhar na mata, pois já têm um conhecimento tradicional da região."

O curso idealizado por Carlito foi desenhado em parceria com o engenheiro florestal Serginho. "Em um ano teríamos pessoas aptas para acompanhar qualquer equipe de pesquisa", afirma. Depois fica em silêncio, levanta do tronco e volta a caminhar na floresta. Após passar por um córrego, ele aponta para o local onde estava sentado. "Preciso aproveitar enquanto ainda tenho saúde para ensinar na prática tudo o que sei sobre estas matas. Se demorar muito, vou acabar como aquela castanheira. Tombado na floresta." O projeto da escola de parobotânicos está pronto há mais de dez anos. Carlito e Serginho ainda não encontraram um patrocinador para a idéia. "Se eles conseguirem fazer essa escola, vão salvar mais uma espécie em extinção da Amazônia, a dos identificadores de árvores", diz Edson Vidal, da Esalq. ◆

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB - DF) – Nós agradecemos, Senador Arthur Virgílio. Tenha a certeza, em nome do Senado Federal, nesta sessão que estou presidindo, de que está acolhido e, também em nome do Senado, o nosso pesar pelo passamento da Sr<sup>a</sup> Terezinha Duarte Câmara. Será dado como lido e irá para os **Anais** desta Casa o discurso que V. Ex<sup>a</sup> iria proferir. Da mesma forma, o discurso que o nobre Senador João Vicente Claudino pediu que fosse dado como lido.

Agora, passo a palavra ao nobre representante do Estado de Roraima o médico e Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula assinou, na terça-feira passada, uma medida provisória extremamente importante para toda a região que faz parte da Amazônia Legal, principalmente para o meu Estado, Roraima. Foi resultado de uma ação de toda a bancada da Amazônia, com destaque especial para a bancada de Roraima.

A MP assinada por Lula amplia a possibilidade de regularização fundiária na Região Norte. Agora, o Estado, por meio do INCRA, poderá conceder o título de propriedade definitiva para trabalhadores que moram em áreas de até quinze módulos rurais. Lá em Roraima isso equivale a 1.200 hectares, mas, em alguns da Amazônia, equivale a 1.500 hectares.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo dos últimos onze anos, o INCRA só expediu títulos de propriedade definitivos de até 100 hectares. Em 2006, houve uma mudança na Lei de Licitações que permitiu que o INCRA expedisse títulos de até 100 hectares, sem que houvesse licitação pública. Para pessoas que vivem na terra e da terra, o INCRA pode expedir títulos sem que haja licitação.

Com a edição da Medida Provisória nº 422, a regularização simplificada, que não precisa de licitação, aumentou para quinze módulos a regularização das terras. Na lei anterior, com licitação, a pessoa que vivia naquele lote geralmente era uma pessoa humilde, pobre, que não tinha condições de concorrer numa licitação. Ocupava 1.500 hectares de terras, mas na Amazônia é assim: ocupa-se uma grande área, mas utiliza-se uma área pequena. Ele tem direito àquela área que ocupa realmente. Quando havia licitação pública, a pessoa que tinha capital, dinheiro, ganhava; o cidadão que estava anteriormente ocupando aquela área, ficava sem terra. Então, o Lula corrigiu, mais uma vez, essa situação para proteger as pessoas mais pobres, as pessoas mais necessitadas.

Para nós de Roraima, essa mudança representa um grande avanço, pois pode regularizar 92% das propriedades do meu Estado. Não posso deixar de falar nessa MP, porque ela vai permitir regularizar as terras da Amazônia, principalmente de Roraima.

Se regularizarem as terras, vão diminuir o problema de grilagem, de exploração ilegal de floresta e de biodiversidade, porque quem mora lá toma conta melhor do seu lugar. Mas, se a pessoa mora lá e não tem propriedade, não tem nem como reclamar; se não tem título de propriedade, não tem como brigar com quem chega lá e quer explorar e invadir.

Essa titulação vai permitir que haja mais investimentos. Todos nós sabemos que, para pegar um empréstimo em um banco, o que eles pedem primeiro é o título definitivo, é a titularidade da terra. Isso acontecia muito no meu Estado. E acontece ainda. No ano passado, só do Basa e do FNO voltaram R\$150 milhões, porque as pessoas não tiveram condições de fazer os empréstimos, não tinham garantias para os seus empréstimos.

Para se dar início a essa regularização das propriedades do meu Estado, baseada na nova legislação, todos os agricultores deverão procurar o Incra. No caso de Roraima, o Incra de Roraima, que já está preparado para iniciar os processos de emissão de títulos definitivos.

Quero destacar, também, o trabalho do Presidente do Incra de Roraima, Titonho Bezerra, e de toda a equipe de trabalhadores do Incra, que está empenhada em facilitar a emissão dos novos títulos definitivos.

O Incra já deu início aos trabalhos, enxugando a burocracia interna e preparando medidas que serão publicadas nos próximos dias, para acelerar a regularização fundiária e garantir o êxito do trabalho que está planejado para execução.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é claro que a edição de medida provisória representa um importante avanço no que diz respeito à resolução dos problemas fundiários da Amazônia e de Roraima. Mas quero registrar aqui, também, o esforço que eu e toda a bancada do meu Estado fizemos para finalmente conseguir a transferência definitiva das terras da União para o Estado de Roraima.

Essa é uma bandeira de luta que carrego desde antes do início do meu mandato nesta Casa. Estou ansioso para trazer essa notícia definitivamente. A luta começou, a luta continua e temos avançado bastante.

Tenho participado de várias reuniões no Palácio do Planalto que iniciaram o processo de transferência de terras para o meu Estado e agradeço o empenho do Presidente Lula, que, atendendo ao pleito da bancada e do Governador Anchieta Júnior, que representamos o nosso povo, está se esforçando para resolver o problema – designou, inclusive, uma equipe do Incra para, juntamente com a Secretaria de Planejamento do meu Estado, achar o caminho para resolver esse problema.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado e boa-noite.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Parabéns, Senador Augusto Botelho, por trazer um assunto tão importante. Sei da sua luta, da luta do Governador Anchieta Júnior e de toda a bancada de Roraima aqui no Senado. Quero parabenizar também

o Presidente Lula, porque o problema fundiário aflixe todos aqueles que realmente vivem da terra, que plantam.

A transferência definitiva realmente será um ganho para esta Legislatura, principalmente para os Srs. Senadores e, em especial para V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho.

Parabéns por essa decisão tão acertada do nosso Presidente da República. Essa é uma medida provisória que realmente faz jus.

Da mesma forma, apoiamos a medida provisória colocada há pouco pelo nosso Presidente Garibaldi, pelo Senador Heráclito Fortes e por todos os Senadores que o antecederam, que diz respeito à urgência de ajudarmos os irmãos nordestinos agora com esse problema das enchentes que está assolando o Piauí, o Ceará e tantos outros Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Papaléo Paes, Marconi Perillo, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Mário Couto, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, tem-se discutido acaloradamente, nos últimos dias, a questão do crédito no Brasil. Resumindo a ópera, o Governo Federal estaria prestes a tomar medidas que limitariam a oferta de crédito no País, com o objetivo de conter o consumo e controlar a inflação.

Em primeiro lugar, é importante frisar que o Governo Federal não tem, absolutamente, a intenção de diminuir a oferta de crédito, especialmente o crédito que vem sendo disponibilizado para a população de baixa renda. Aumentar a oferta de crédito para as classes menos privilegiadas é justamente uma das principais bandeiras da administração do Presidente Lula, e seria um contra-senso tomar medidas que sacrificassem justamente a parcela da população que é o alvo prioritário das políticas do Palácio do Planalto desde o primeiro mandato do atual Presidente da República.

É claro que, eventualmente, providências são tomadas no sentido de regular um ou outro aspecto da economia. Mas isso não é feito, no contexto atual e no caso do crédito, com a intenção precípua de limitar o crédito à população. A intenção de qualquer medida que se adote nesse sentido é a de auxiliar as pessoas na organização de suas finanças e de seus padrões de consumo, além de dificultar a ocorrência de fraudes e de desvios no sistema.

Para ilustrar essa questão, eu gostaria de recuperar as recentes alterações nas regras dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. A análise das novas regras mostra, claramente, que os objetivos do Governo Federal estão relacionados à

proteção das finanças dos aposentados e pensionistas, e não a qualquer tipo de restrição ao crédito.

Na verdade, o que aconteceu foi o contrário: estimulou-se o crédito. A principal medida do pacote de novas regras determinado pelo Conselho Nacional de Previdência Social foi, justamente, a redução do teto dos juros dos empréstimos consignados. Na forma tradicional, o teto caiu de 2,64% para 2,5%, enquanto que na modalidade do cartão de crédito consignado, o teto baixou de 3,7% para 3,5%. Essa redução, segundo o Ministro da Previdência, Luiz Marinho, e o presidente do INSS, Marco Antônio Oliveira, incorpora os dois últimos cortes na taxa Selic, em julho e setembro de 2007. A última redução do teto dos juros para os empréstimos consignados para aposentados havia ocorrido em junho do ano passado.

As demais medidas do pacote são todas voltadas para os objetivos de coibir fraudes e evitar o endividamento excessivo dos segurados. O limite de compras no cartão de crédito foi reduzido, de três para duas vezes o valor da renda mensal do segurado. O limite de tempo para a quitação do empréstimo, por sua vez, foi fixado em 60 meses.

O Governo Federal também proibiu os prazos de carência que vinham sendo oferecidos pelos bancos para o pagamento das parcelas, bem como a emissão de cartões de crédito aos segurados sem a assinatura prévia de um contrato específico. O CNPS também determinou que só se pode contratar o crédito consignado no mesmo Estado em que o benefício é recebido.

Os bancos que desobedecerem às novas regras serão punidos com a suspensão temporária das operações de crédito consignado ou, em casos mais graves de reincidência, até mesmo com o descredenciamento para fazer esse tipo de operação.

Senhor Presidente, a própria Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas considerou extremamente positivas as mudanças introduzidas pelo Governo Federal, o que reforça ainda mais a idéia de que as medidas foram benéficas a essa parcela da população brasileira.

É prematuro, portanto, afirmar que o Governo Federal vai reduzir a oferta de crédito. Não é o que o Governo vem fazendo nos últimos anos. As medidas que eventualmente forem tomadas e que apontem nessa direção certamente terão outros objetivos que não a pura e simples contenção do consumo. A inflação está sob controle, o poder aquisitivo das parcelas mais pobres da população está em franca ascensão, e não há motivo para que se adotem iniciativas para mudar essa tendência de forma tão radical.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Quem vazou sigilo deve se expli-

car, diz Jorge Mattoso”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 27 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso afirmou que “não tem nada a ver com o rompimento do sigilo” bancário do caseiro Francenildo Costa, ocorrido em 2006. Ele afirmou que “quem passou isso (os dados do sigilo) à imprensa é quem tem que dar explicação”, deixando o ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci sozinho para responder ao crime.

# Quem vazou sigilo deve se explicar, diz Jorge Mattoso

Ex-presidente da Caixa afirma que passou dados bancários de caseiro ao Coaf e a Palocci

‘Todo mundo sabe que não tenho nada a ver com isso; a imprensa sabe quem foi que passou’, diz Mattoso, que calou junto com ex-ministro

MAURÍCIO SIMIONATO  
DA AGENCIA FOLHA EM CAMPINAS

O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso disse ontem à **Folha** que não tem “nada a ver com o rompimento do sigilo” bancário do caseiro Francenildo Costa, ocorrido em 2006. Ele afirmou que “quem passou isso [dados do sigilo] à imprensa é quem tem que dar a explicação”.

Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que abra processo criminal contra o deputado federal e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT-SP) por quebra de sigilo funcional. Mattoso e Marcelo Netto, então assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, também foram denunciados. Palocci — que era o superior de Mattoso — é acusado de ter ordenado a violação de sigilo bancário do caseiro.

Mattoso, que deixou a Caixa no mesmo dia em que Palocci saiu do ministério, lecionava hoje no Instituto de Economia da Unicamp. “Não fiz nada mais do que passar a informação para o Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras], que era minha obrigação, e para meu superior [Palocci]. Ponto”, disse ontem, por telefone.

Na época, o advogado de Mattoso, Alberto Toron, informou que seu cliente entregou a única cópia do extrato impresso na Caixa pessoalmente ao então ministro em 16 de março. Em depoimento à Polícia Federal, Palocci negou ter pedido ou vazado os extratos.

O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, disse: “Respeito a posição dele [Mattoso]. Mas é complicado comentar, fica no disse-que-me-disse”.

★

**FOLHA** - O sr. quer se manifestar sobre a quebra de sigilo do caseiro e a denúncia feita pelo procurador?

**JORGE MATTOSO** - Não. Não tem nada de novo.

**FOLHA** - O sr. também foi denunciado com Palocci.

**MATTOSO** - Não sei. Vocês já tiveram acesso à denúncia?

**FOLHA** - O procurador pediu ao STF que seja aberto inquérito criminal.

**MATTOSO** - Não sei. Eu não vi ainda.

**FOLHA** - O senhor acha justo isso [denúncia]?

**MATTOSO** - Simplesmente eu sei que eu não tenho nada a ver com o rompimento do sigilo.

**FOLHA** - O sr. nega que tenha quebrado o sigilo do caseiro?

**MATTOSO** - Não. Eu nunca quebrei o sigilo de ninguém. Quebrar sigilo significa passar à imprensa ou a alguém — externa à atividade financeira — alguma informação. Eu nunca fiz isso.

**FOLHA** - Nem pediu nem determinou?

**MATTOSO** - Imagina. Quem pas-

## Ex-ministro diz que não merecia passar por isso

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Denunciado pela Procuradoria Geral da República sob a acusação de quebrar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa quando ministro da Fazenda, o deputado Antonio Palocci (PT-SP) disse ao seu advogado, José Roberto Batochio, que “não merecia passar por isso”.

Palocci, que passou o dia de ontem em Brasília, não apareceu na Câmara, que teve um dia agitado com discussões sobre a votação do Orçamento e a análise dos destaques da medida provisória que cria a TV pública.

Sua assessoria disse que ele teve compromissos ex-

ternos, mas não detalhou.

Segundo seu advogado, Palocci ficou surpreso com a denúncia assinada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

Também foram denunciados o ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto, e Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal na época do escândalo e que caiu junto com o ex-ministro, em março de 2006.

“Ficamos surpresos. Ele não quebrou nem pediu para ninguém quebrar o sigilo do caseiro”, afirmou Batochio. O advogado disse que ainda não teve acesso a denúncia — ele deve recebê-la em breve, pois terá que apresentar a defesa num prazo de 15 dias após a notificação.

Batochio não comentou as declarações de Mattoso, que negou participação na quebra do sigilo. (LUCAS FERRAZ)

## O CASO FRANCENILDO

Em 26 de março de 2006, o caseiro Francenildo Costa diz que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, frequentava uma casa alugada em Brasília que reunia lobbistas e garotas de programa

» **O DEPOIMENTO**  
Em depoimento à CPI dos Brincos, em 26 de março de 2006, o caseiro Francenildo Costa diz que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, frequentava uma casa alugada em Brasília que reunia lobbistas e garotas de programa

» **A VIOLAÇÃO**  
Naquela noite, Francenildo teve o sigilo de sua conta poupança na CEF violado. No dia seguinte, blog da revista “Epoca” divulga que o caseiro recebera depósitos de R\$ 25 mil. Governistas dizem que o caseiro foi pago pela oposição

» **A QUEDA**  
O caseiro diz que os depósitos foram feitos por seu pai. A PF abre inquérito sobre o caso e chega ao gerente da CEF que tirou os extratos. No dia 27, Mattoso diz que ordenou o acesso aos dados e os levou a Palocci. Os dois são afastados

## O QUE DISSERAM

» **JORGE MATTOSO**  
Inicialmente disse que a violação não partiu da diretoria da CEF, mas depois mudou a versão. Reconheceu ter ordenado a operação, mas disse que agiu “nos estritos limites da legalidade” ao levar informações de movimentações “atípicas” ao seu superior

» **ANTONIO PALOCCI**  
Reconheceu ter tido acesso aos dados, mas negou ter pedido o extrato. Disse que recebeu os documentos numa conversa para discutir a abertura de escritórios da Caixa no Japão. Negou responsabilidade pelo vazamento

» **MARCELO NETTO**  
Disse ao ter tomado conhecimento da violação de sigilo que a movimentação foi feita a pedido do caseiro Francenildo Costa

## [+] RIBEIRÃO PRETO: DELEGADO QUE APUROU MAFIA DO LIXO É DEMITIDO POR TELEFONE

O delegado seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antônio Valencise, 58, foi demitido ontem por telefone. A Secretaria da Segurança Pública disse que foi decisão administrativa. Ele ganhou notoriedade ao apurar a existência de suposta máfia do lixo, que teria agido na época em que o ex-ministro Antonio Palocci era prefeito. A demissão ocorre uma semana após a divulgação de um retratado de Rogério Buratti.

Nunca quebrei o sigilo de ninguém. Quebrar sigilo significa passar à imprensa ou a alguém — externa à atividade financeira — alguma informação

JORGE MATTOSO  
ex-presidente da CEF

da a ver com isso. Vocês sabem. A imprensa sabe quem foi que passou. Não estou entendendo.

**FOLHA** - O sr. acha que quem passou isso à imprensa é quem tem que ser responsabilizado?

**MATTOSO** - Não sei. Vocês é que sabem tudo.

**FOLHA** - O sr. acha que o crime foi ter passado uma informação sigilosa à imprensa?

**MATTOSO** - Veja bem, eu não fiz nada mais do que passar a informação para o Coaf, que era minha obrigação, e para o meu superior. Ponto.

Quem passou para a imprensa é quem divulgou isso é quem tem que prestar contas.

**FOLHA** - Mas o sr. foi procurar se informar sobre a transação. Era obrigação do sr. se informar?

**MATTOSO** - Minha obrigação era a de passar esta informação ao Coaf.

**FOLHA** - E ao seu superior, que era

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Que tal olhar o que está errado aqui mesmo?”, publicado pela revista **Exame**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

O artigo de autoria do jornalista J.R.GUZZO analisa a crise econômica mundial provocada pelo mercado americano de hipotecas e sugere que ao invés de o País procurar culpados “lá fora”, deveria aproveitar a oportunidade e tentar resolver os proble-

mas de produção que impedem o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## VidaReal

J.R. GUZZO

# Que tal olhar o que há de errado aqui mesmo?

A crise mundial é uma boa oportunidade para o governo se voltar mais para os problemas que são de produção genuinamente nacional — os verdadeiros responsáveis pelo atraso do crescimento do país — e menos para os erros lá de fora

**A** DESORDEM MUNDIAL PROVOCADA PELO DESASTRE FINANCEIRO no mercado americano de hipotecas pode ser uma excelente oportunidade para o Brasil. A tendência, nessas horas de neurastenia, é sair à procura das desgraças que a economia brasileira pode sofrer com a crise. Provavelmente é muito mais útil, no caso, aproveitar o momento e olhar um pouco mais para o que há de errado com o próprio Brasil e menos para os erros cometidos lá fora. Em primeiro lugar, ninguém sabe, nem por alto, o que vai realmente acontecer lá fora. Quanto ao que pode acontecer aqui dentro, é certo que esse temporal encontra o país em condições de resistência muito melhores do que as que tinha em outras ocasiões; é certo, também, que o Brasil não é uma fortaleza imune aos problemas do mundo mau que existe por aí, como imaginavam os governos militares nas crises econômicas ocorridas em sua época. É o que se pode declarar no momento — e nada, ou quase nada, a mais. Em segundo lugar, não adianta coisa nenhuma, como fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dizer que “não é possível” que o preço da batedeira financeira americana seja pago por países que nada fizeram para provocá-la. É possível, sim — e, se isso tiver de acontecer, vai acontecer. O que realmente ajudaria na prática, neste momento, seria tomar consciência de um fato essencial: as depredações causadas pela crise do *subprime* não provocaram nenhum dos problemas imediatos que mais prejudicam o bem-estar dos brasileiros ou atrasam o crescimento do país. Esses problemas são de produção genuinamente nacional — e em relação

**Vacinação contra a febre amarela: a crise americana não tem nada a ver com o estrago causado pelo mosquito**

a eles, diferentemente do que ocorre em Wall Street, o governo pode agir. Se não age, ou age mal, ou demora demais para agir, a culpa não é de ninguém a não ser dele mesmo.

Eis aí, justamente agora, o caso do PAC, uma demonstração clássica de como funciona a alma do governo em relação às necessidades brasileiras na área de infra-estrutura — um dos itens mais urgentes no rol de calamidades nacionais à espera de solução. Há poucos dias, com a presença em peso do governo, a ministra Dilma Rousseff, acumulando o papel dos quatro evangelistas, anunciou a boa-nova: o PAC está bombando. Com gráficos, fotos e distribuição de selos verdes, amarelos e vermelhos para indicar obras que estão no prazo ou adiantadas, perigando atrasar ou em atraso, a ministra da Casa Civil deu conta do sucesso do governo em seus esforços para melhorar as coisas. Mais uma vez, porém, o que se teve foi muito vento e pouco pastel. Fala-se, para demonstrar a profunda disposição do governo em resolver de vez a questão da infra-estrutura, nos “18 bilhões de reais” que o Orçamento de 2008 reserva para o PAC. E o que significa, mesmo, essa soma? É menos que o lucro da Petrobras no ano passado, levando-se em conta que nos nove primeiros meses de 2007 a empresa lucrou 16,5 bilhões de reais — ou o equivalente ao que o governo do estado de São Paulo deve investir neste ano.

Quando se desce às obras, individualmente, a distância entre desejos e realidades não fica menor. Tome-se, por exemplo, a usina de Belo Monte, no rio Xingu. Tudo o que existe de concreto na usina de Belo Monte é o rio Xingu, cujas águas continuam a correr como correm há milhares de anos, indiferentes aos selos da ministra Dilma. Não houve até agora nem a licitação para as obras — e assim mesmo essa licitação, oficialmente prevista para 2009, foi adiada, de junho para outubro. Nin-

guém é capaz de garantir quando a obra será realmente iniciada; imagine-se, então, quando será terminada. Nenhum problema: Dilma cravou um belo selo verde na usina de Belo Monte. Dá para entender. Todo mundo que já lidou com marcas coloridas em gráficos de desempenho — em empresas, clubes ou qualquer outro lugar onde se colocam marcas coloridas em gráficos de desempenho — sabe a tentação que é carregar a mão no verde. Gráficos são apresentados para a apreciação de chefes, e chefes, sabidamente, não gostam de marcas amarelas ou, Deus nos livre, de marcas vermelhas. Não deu outra. A apresentação foi uma floresta de selos verdes: houve só 2% — isso mesmo, 2% — de vermelho, porcentagem de eleição na Albânia comunista.

Tanto quanto a situação miserável da infra-estrutura brasileira, a crise do papelório americano não é responsável pelo mosquito da febre amarela nem pela irritação do ministro da Saúde com os brasileiros que têm pressa em se vacinar. Não são os banqueiros envolvidos nessa vigarice, nem o Fed, os culpados pelo tráfico aberto de cargos públicos ora em curso no Brasil. Não foram eles que nomearam o senador Edison Lobão ministro de Minas e Energia. Não é por sua culpa que o rodoadel, obra essencial para São Paulo e de responsabilidade do governo do estado, está sendo construído há 18 anos — e só tem 20% do trabalho concluído. Nesse ritmo, levará 90 anos para ficar pronto.

Essas, como diria Noel Rosa, são nossas coisas, são coisas nossas.

## Sétimo dia

Todo mundo sabe que há certas coisas na vida que só acontecem com o Botafogo. Há outras que só acontecem com a esquerda brasileira. No resto do mundo, o socialismo acabou por falência múltipla de órgãos, tanto no seu conjunto de idéias como nos regimes que comandava. Seu fim, do ponto de vista simbólico, teve um enterro de primeira classe e um cenário grandioso, com a queda do Muro de Berlim. No Brasil, o projeto socialista da esquerda e do seu partido-guia, o PT, está acabando nos cartões de crédito da ex-ministra Matilde Ribeiro.

É verdade que a questão não é só com ela. O PT teve o azar de nascer fora de hora, justamente na época em que suas idéias estavam a caminho da UTI; quando chegou enfim ao governo e ia implantar o socialismo no Brasil, não havia mais socialismo para ser implantado. É verdade, além disso, que colaborou

o máximo possível para o seu desmanche, com o mensalão, a saga da “quadrilha dos 40”, os negócios com a “base aliada” e outros tantos negócios. Mas a ex-ministra Matilde, que foi titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tem um papel especial nisso tudo. Talvez ninguém tenha conseguido, como ela, deixar tão claro para o entendimento do público onde acabou caindo, na realidade da vida cotidiana, o projeto socialista do PT. “Recursos não contabilizados” e outras complicações da linguagem de colarinho branco podem oferecer alguma dificuldade de compreensão. Mas cartões de crédito? Isso todo mundo entende na hora.

Como se sabe, Matilde, pessoalmente, gastou mais de 170 000 reais de dinheiro público em 2007 utilizando os cartões de crédito que o governo fornece para determinados funcionários pagarem gastos realizados a trabalho; é nível para um “platinum”, como dizem as operadoras de cartões de crédito. Só num hotel cinco estrelas ela usou seu cartão 22 vezes em 2007. Sacou-o, também, em estabelecimentos como o Bar Amarelinho, no Rio de Janeiro, e até para pagar uma despesa de 461,16 reais num free shop — dinheiro que só devolveu quando o caso veio a público e assim mesmo com três meses de atraso. A alegação em favor de Matilde é que 170 000 reais são uma mixaria se comparados, por exemplo, aos 130 bilhões que o governo federal vai gastar em 2008 no pagamento de pessoal — ou mesmo com os 75 milhões que gastou durante o ano passado na soma dos cartões ofertados a colaboradores como a ex-ministra da integração racial. Tornou-se um hábito, no governo e em sua volta, dizer que esse tipo de cobrança não é sério. Seria bom se não fosse. Infelizmente é.

É sério, em primeiro lugar, porque toda despesa final é composta da soma de cada uma das suas partes; disso não há como fugir. Mas o problema, aí, vai além da aritmética. Os cartões de Matilde mostram o exato grau de respeito que ela e o PT têm em relação às suas propostas de salvar o Brasil. Em geral, é nas miudezas do cotidiano, e não nos grandes debates, que as pessoas aparecem como realmente são — e onde se comprova o valor real das idéias que pregam. A igualdade racial, supostamente, é um componente essencial do projeto socialista que a esquerda tem para o Brasil. De que maneira alguém pode promover a implantação do projeto socialista do PT hospedando-se 22 vezes num hotel cinco estrelas no decorrer de um ano? A ex-ministra — e seu entorno — acha, naturalmente, que está tudo bem. Assiste, sem perceber, à sua própria missa de sétimo dia. ■

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “O Incorporador Imobiliário”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro de 2008.

A matéria destaca que o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, é acusado de desviar bens de uma empreiteira paulista para engordar seu patrimônio pessoal.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O INCORPORADOR IMOBILIÁRIO

O advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, é acusado de desviar bens de uma empreiteira paulista para engordar seu patrimônio pessoal

Feipe Patury

O caso de falência de uma pequena construtora paulista ameaça manchar a reputação do advogado Roberto Teixeira, compadre e melhor amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No processo, que corre na 2ª Vara de Falências de São Paulo, os sócios da FGS Engenharia e Construções Ltda. acusam Roberto Teixeira de ter-se apropriado ilegalmente do patrimônio imobiliário da empreiteira. Segundo eles, Teixeira se aproveitou de sua condição de advogado da FGS para desviar os bens da construtora para outra empresa, a Triza Consultoria e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Hoje, a Triza pertence às duas filhas de Teixeira, Valeska e Larissa, e é presidida por sua mulher, Elvira. Os sócios da FGS alegam ainda que os bens em poder da Triza seriam mais do que suficientes para pagar as dívidas que eles deixaram na praça. Na sua avaliação, esses imóveis poderiam render uma soma superior a 16 milhões de reais, duas vezes mais que o valor do calote. As denúncias feitas pelos sócios da FGS à Justiça levaram o Ministério Público paulista a investigar o envolvimento de Roberto Teixeira em crime de fraude falimentar. A promotora encarregada do caso, Maria Cristina Viegas, analisa também um pedido de bloqueio dos bens da Triza e até a possibilidade de pedir a decretação de sua falência. Se isso ocorrer, o patrimônio pessoal da mulher e o das filhas do advogado ficarão indisponíveis até que as dívidas da FGS sejam quitadas.

O desvio dos bens da FGS teria sido arquitetado no fim de 2001. O sócio majoritário da construtora, Arnaldo Carvalho, resolveu adquirir a Triza, até então de propriedade de um ex-diretor do Bradesco, João Zacari. Comprou a empresa com a assistência jurídica de Roberto Teixeira. Nesse meio tempo, a FGS en-

trou em colapso. Em sessenta dias, Carvalho transferiu secretamente para a Triza todos os bens valiosos da FGS. As dívidas da empreiteira se acumularam e os títulos protestados idem. A FGS não tinha mais caixa nem bens para pagar seus compromissos. Os dois sócios de Arnaldo Carvalho, Cesário Soubithe e Francisco Cezário, começaram a suspeitar de seu parceiro. Ainda assim, concordaram em pedir a concordata da FGS, sugerida por Roberto Teixeira. Como era o dono da Triza, Carvalho continuou sendo proprietário dos bens mais valiosos da FGS. Mas só pagou a Zacari a primeira prestação da compra da Triza. Por isso, meses depois, o ex-diretor do Bradesco tomou sua empresa de volta. Só então Zacari soube que a companhia havia sido usada como receptadora dos imóveis da FGS. Três anos depois, Zacari foi contatado por um corretor de imóveis que queria comprar a empresa para si. No momento em que foi assinar o contrato de transferência, descobriu que Roberto Teixeira advogava para esse corretor. “Todo mundo que apareceu para comprar a empresa tinha o Roberto Teixeira como advogado”, disse Zacari. Em 2006, finalmente, a Triza deixou de ser propriedade do corretor para passar a ser uma empresa registrada no nome de Valeska e Larissa, as filhas de Teixeira.

Em entrevista a VEJA, Roberto Teixeira reconheceu o óbvio: a Triza, na verdade, pertence a ele mesmo. “É uma extensão da minha pessoa física, assim como a Mito, outra empresa que eu tenho”, explicou. Ele conta que havia muito tempo queria comprar a Triza, apenas para se tornar proprietário de seu bem mais vistoso. Teixeira cobiçava um terreno de 7.300 metros quadrados situado em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. A história desse imóvel lança luz sobre outro aspecto obscuro dos negócios do compadre de Lula: sua relação com o empresário Antônio Celso Cipria-

## O PATRIMÔNIO DO COMPADRE

O processo de falência da FGS mostra que, enquanto as finanças da construtora iam para o brejo, o advogado Roberto Teixeira, que trabalhava para a empresa, via seu patrimônio aumentar. Depois que a FGS quebrou, os antigos sócios ficaram com as dívidas e o advogado, com os bens

### Imóveis da FGS que, hoje, estão em nome da família de Teixeira

- Terreno de 7.300 metros quadrados em São Bernardo  
**valor estimado**  
**12 milhões de reais**
- 68 lotes em um condomínio em Embu  
**valor estimado**  
**3 milhões de reais**
- Terreno na Zona Norte de São Paulo  
**valor estimado**  
**350.000 reais**

### Bens de Teixeira que teriam sido pagos pela FGS antes da falência

- Casa no bairro dos Jardins, em São Paulo  
**valor estimado**  
**70.000 reais**

- Vinte prestações de cobertura de Teixeira para, em São Paulo  
**valor estimado**  
**40.000 reais**

**TOTAL**  
**16,4**  
**milhões**  
**de reais**

ni, o dono da TransBrasil. Amigo e patrão de Roberto Teixeira desde os anos 80, Cipriani era proprietário do terreno de São Bernardo. Quando a TransBrasil entrou em parafuso, Teixeira intermediou a venda da área para a FGS. A compra foi efetivada apenas 38 dias antes de a TransBrasil parar de voar. Três meses depois, o imóvel foi repassado à Triza. Teixeira nega que a operação tenha sido feita para evitar que o terreno fosse arrolado para cobrir as perdas dos credores da companhia aérea, que faliria em seguida. "Quando isso aconteceu, ninguém poderia imaginar que a TransBrasil iria quebrar", assegurou o advogado. Ninguém a não ser os credores, é claro.

Há outras curiosidades sobre essa transação. O terreno entrou e saiu da contabilidade da FGS pelo mesmo valor: 1,8 milhão de reais. Corretores experientes asseguram, no entanto, que o imóvel pode ser negociado por, no mínimo, 12 milhões de reais. Segundo Roberto Teixeira, apesar de ser tão valioso, o terreno passou pela FGS e pela Triza sem que nenhuma das duas desembolsasse 1 real por ele. Cipriani só teria recebido seu dinheiro em 2006, depois que Teixeira passou a Triza para o nome de suas filhas. Se isso de fato aconteceu, toda a documentação de venda do imóvel de Cipriani para a FGS e, posteriormente, para a Triza é falsa, já que os documentos registrados em cartório mostram que o pagamento do imóvel foi feito quatro anos antes. Aqui, é preciso lembrar que o papelório foi elaborado pelo próprio Teixeira.

O advogado intermediou outras operações imobiliárias entre Cipriani e a FGS. Em uma delas, chegou a envolver no rolo até o seu compadre presidente. Em março de 2001, Teixeira pediu à FGS que comprasse quatro apartamentos de Cipriani no Edifício Kentucky, em São Bernardo. A operação parece estranha para uma construtora cujo negócio é vender apartamentos. Ainda assim, foi efetuada. Os documentos da FGS revelam outras incongruências nessa transação. Por um contrato de ga-

o mais grave desses atos, objeto desta ação, foi dolosa e propositalmente fazer todo o ativo imobilizado da empresa transferindo vasta quantidade de imóveis em nome da empresa concordatária para outra empresa, a **TRIZA- CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, à época também sob seu controle, tendo sido alguns deles posteriormente transferido a outra empresa de seu grupo.

Ocorre que, para surpresa do próprio autor, constatou-se que a empresa **TRIZA - CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, utilizada pelo co-réu **ARNALDO APARECIDO DE CARVALHO** para apropriar-se ilícitamente de todos os bens imóveis da empresa **FGS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, atualmente é de propriedade das Sras. **VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS** e **LARISSA TEIXEIRA**, (3.ª e 4.ª réis), **TENDO COMO DIRETORA PRESIDENTE A SRA. ELVIRA ANTELINA TEIXEIRA.**

Essa empresa, atualmente, é "coincidentalmente" controlada pela família de seu Advogado, Dr. Roberto Teixeira, em risível tentativa de desvinculá-la de seu verdadeiro controlador.

**Trechos do processo de falência da FGS: Cesário Soubiê, sócio da empresa, diz que seus bens foram transferidos para o nome das filhas de Teixeira**

veta da Mito Participações, aquela que o advogado considera como extensão de sua pessoa física, constata-se que ele negociava esses imóveis como se fosse seu verdadeiro dono. Por orientação de Teixeira, a FGS vendeu dois dos apartamentos a terceiros por 78 000 reais cada um. Também a seu pedido, a construtora trocou os outros dois imóveis por um sobrado da periferia de São Bernardo, cujos proprietários, até então, eram o futuro presidente Lula e sua mulher, Marisa Letícia. Os apartamentos constam das declarações de bens que Lula apresentou à Justiça Eleitoral em 2002 e 2006. Lá,

aparecem avaliados por somente 38 000 reais cada um. "Quando o meu sócio Arnaldo me pediu para fazer essa permuta, eu perguntei: 'Isso é lavagem de imóveis?'. Mas fiquei sem resposta", relatou Cesário Soubiê a VEJA. Foi ele quem assinou o contrato entre o casal Lula da Silva e a FGS. Curiosamente, a construtora ainda é a proprietária do sobrado que pertenceu ao presidente.

O relacionamento de Roberto Teixeira com a FGS foi breve, mas íntimo. Uma confissão de obrigação arquivada pela FGS revela que, em 2000, o advogado pretendia comprar uma casa na Rua Estados Unidos, nos Jardins, bairro nobre de São Paulo, para lá instalar seu escritório. A FGS "prontificou-se a (...) adiantar o numerário necessário para honrar os pagamentos" das prestações. Em depoimento à Justiça na semana passada, Arnaldo Carvalho deu mais um exemplo da camaradagem entre o advogado e seus antigos clientes. "A FGS pagou vinte prestações de 22 000 reais cada uma da cobertura em que Roberto Teixeira mora", disse o empresário. Depois de saber do depoimento dado por seu ex-cliente à Justiça e do andamento do processo de falência da FGS, Roberto Teixeira se disse arrependido por ter mantido relações comerciais e profissionais com Carvalho. Lamenta-se Teixeira: "O Arnaldo foi o maior erro de avaliação que cometi em meus 64 anos de vida".

**Arnaldo Carvalho: ele afirma que pagou até o imóvel onde Teixeira mora**



**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Autópsia da Corrupção”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro 2008.

A reportagem destaca que um relatório da Polícia Federal diz que o fisiologismo político e desvio de dinheiro infestam os órgãos públicos e empresas estatais.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# AUTÓPSIA DA CORRUPÇÃO

Relatório da Polícia Federal diz que fisiologismo político e desvio de dinheiro infestam órgãos públicos e empresas estatais

**Policarpo Júnior**

**E**m maio de 2005, VEJA publicou uma reportagem revelando o monstro que se cria quando se misturam no mesmo ambiente interesses públicos, privados e políticos. Um diretor da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) foi flagrado em uma gravação de vídeo recebendo propina e narrando em detalhes o funcionamento de uma estrutura clandestina de arrecadação de dinheiro. As imagens correram o mundo e provocaram o maior escândalo político desde o impeachment do presidente Fernando Collor. O Congresso instaurou uma comissão parlamentar de inquérito e, a partir dela, desvendou-se uma enorme rede de corrupção envolvendo gente graúda do governo, parlamentares e empresários. O esquema, batizado de mensalão, arrecadava dinheiro em empresas públicas para subornar deputados. Quarenta pessoas estão sendo processadas por crimes de corrupção e formação de quadrilha. Agora, quase três anos depois, a Polícia Federal concluiu a investigação sobre a gênese do escândalo,

Assim sendo, tem-se que ao longo dos anos vem ocorrendo, tanto nos Correios quanto em outras empresas estatais do país, uma espécie de “loteamento” dos cargos em comissão a pessoas dos mais diversos matizes políticos que se alternam no poder.

Esses recursos, geralmente provenientes de “caixa dois”, são, em parte, destinados aos partidos políticos infiltrados nas empresas públicas às custas da dilapidação do erário público levada a cabo por meio de fraudes de toda ordem realizadas em licitações.

**Maurício Marinho, diretor dos Correios, foi filmado recebendo propina e narrando como funcionava o esquema de corrupção na estatal. O caso detonou o escândalo do mensalão, que levou o Supremo Tribunal a processar quarenta pessoas. A Polícia Federal investigou e concluiu que o fisiologismo está disseminado em todas as áreas do governo. Os partidos usam os cargos públicos para desviar dinheiro e abastecer campanhas eleitorais**

Os Correios eram exatamente aquilo que as imagens mostraram — um covil usado pelos políticos para desviar dinheiro público mediante a indicação de pessoas para ocupar cargos estratégicos. Funcionava nos moldes de uma organização criminosa, com chefes, escalões de comando, contabilidade própria, ameaças, extorsões e pagamentos de propina.

VEJA teve acesso ao relatório final da Polícia Federal sobre o caso. O documento revela o poder de destruição de uma das piores pragas da política brasileira: o loteamento de cargos. Em 130 páginas, a Polícia Federal dissecou, a partir dos Correios, a maneira como os políticos tomam de assalto empresas públicas para satisfazer interesses pessoais e partidários. O relatório ajuda a entender por que deputados e senadores, independentemente de credo ou ideologia, vivem numa guerrilha permanente para indicar seus afilhados para cargos no governo federal, estadual ou municipal. Fica evidente que a meta a ser perseguida é o binômio poder e dinheiro — principalmente dinheiro, que compra o poder. Maurício Marinho, o funcionário filmado recebendo propina, foi escolhido para ocupar o cargo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma das catorze agremiações aliadas ao governo. Por sua mesa, em três anos, transitou boa parte dos negócios realizados pela companhia. A polícia, com a ajuda de auditores, constatou que os contratos assinados por Marinho e outros diretores dos Correios, em sua maioria, foram "cavilosamente fraudados". Há casos de licitações dirigidas, compras sem necessidade.

conluio entre empresas e superfaturamento em índices inacreditáveis de 400%. Tudo isso envolvendo mais 8 bilhões de reais em recursos. Parte desse dinheiro, segundo a polícia, foi desviada dos cofres públicos para os bolsos dos corruptos e alimentou campanhas políticas.

As suspeitas sobre as verdadeiras motivações dos políticos em busca de cargos públicos sempre existiram no imaginário dos eleitores, mas essa é a primeira vez que ela se materializa de forma tão evidente. Os partidos estão no centro do que a polícia chama de "esquema criminoso" dos Correios. Dois deles foram apontados no relatório da polícia: o PTB e o PT, mas não está descartada a possibilidade do envolvimento de outras organizações, como o PMDB. No caso do PTB, ficou comprovado que o presidente do partido, o ex-deputado Roberto Jefferson, "realizou um verdadeiro loteamento" dos Correios para operar "fábricas de dinheiro". O esquema funcionava da seguinte maneira: para prestar serviços à estatal, a empresa interessada aceitava destinar um percentual de seus ganhos ao partido, que variava de 3% a 5% de tudo o que recebesse. O acerto era feito diretamente com os representantes da agremiação. O grau de requinte chegava ao ponto de a quadrilha manter uma contabilidade on-line do dinheiro desviado. A polícia apreendeu no computador de um dos dirigentes petebistas uma planilha mostrando em detalhes como era cobrada a propina partidária. O arquivo, com o sugestivo nome de "conta corrente", mostrava o nome da empresa, o valor do contrato, o funcionário responsável pela cobrança, o percentual do acerto e a frequência do pagamento.

Em períodos de eleição, o PTB ainda exigia das companhias que fornecessem uma ajuda direta aos seus candidatos. Os

## 6. DOS INDICIAMENTOS

**6.1. ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO - Crime de quadrilha ou bando previsto no art. 288 do Código Penal. (fls. 1.284/1.294)**

Além dos depoimentos constantes destes autos incriminando o ex-deputado ROBERTO JEFFERSON, ele próprio admitiu a existência de um esquema para angariar fundos para o PTB dentro dos Correios, conforme denunciado por reportagem da revista VEJA.

**O ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, foi indiciado por crime de formação de quadrilha. Foi dele a responsabilidade pela indicação dos funcionários que arrecadaram propina para o partido**

empresários eram lembrados de que, para continuar desfrutando seus gordos contratos com os Correios, a vitória nas urnas era imprescindível. Cada um deles recebia um CD com a matriz do material de campanha dos candidatos do partido. Normalmente, eram pedidos de santinhos e camisetinhas com a foto do político e o nome do partido. “As solicitações de contribuições aos fornecedores da ECT por parte dos empregados dos Correios, membros da quadrilha, eram explícitas e algumas vezes chegavam à beira da extorsão. Além da entrega de dinheiro em troca de informações e de benefícios indevidos nos procedimentos administrativos de licitação, nas prorrogações de contratos, na repactuação de preços, os fornecedores da ECT também contribuíam diretamente para o partido nas campanhas eleitorais”, descreve o relatório policial. Não se sabe quanto o PTB arrecadou nos Correios, mas as estimativas mais modestas falam em 10 milhões de reais. Roberto Jefferson e os dirigentes indicados pelo PTB foram indiciados por crime de formação de quadrilha, corrupção e fraude em licitações. O líder trabalhista ainda vai enfrentar outro processo. Quando explodiu o escândalo, o ex-deputado disse que estava sendo vítima de extorsão. Numa curiosa inversão de papéis, a falsa denúncia levou à prisão do consultor Arlindo Molina, que ficou detido durante nove dias, enquanto os corruptos permanecem livres até hoje. “Espero que o Ministério Público cumpra seu dever e acuse o ex-deputado por crime de denunciação caluniosa”, diz Molina.

As diretorias dos Correios foram divididas — ou “loteadas”, como afirma a polícia — também entre os políticos do PT e do MDB. O resultado das investigações mostrou que o método trabalhista não era exclusivo do partido. Segundo o relatório, as no-

meações para os Correios e para outras empresas públicas obedeciam ao mesmo critério. Os parlamentares indicavam nomes afinados com seus interesses, que eram avalizados pelo então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e por Silvío Pereira, então secretário-geral do PT. Esses dois personagens, como se sabe hoje, foram os mentores do mensalão, o esquema clandestino de arrecadação de fundos do PT. O relatório mostra que o Partido dos Trabalhadores também deixou suas digitais em fraudes e desvios de dinheiro nos Correios. A Polícia Federal detectou graves irregularidades na área de tecnologia da estatal, como fraude em licitações e cobrança de propina. “Tais atos dizem respeito à possível atuação de uma quadrilha comandada por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores”, descreve a polícia. No período investigado, entre 2003 e 2005, o setor foi comandado por

Eduardo Medeiros, um petista abençoado por José Dirceu e Silvío Pereira. Há dois inquéritos na PF vasculhando exclusivamente a ação dos petistas.

Um dos alvos de investigação federal citados no relatório é a empresa de computadores Novadata. No vídeo, Maurício Marinho contou que a companhia conseguiu uma série de benefícios nos Correios depois de fazer um “acerto” com a diretoria de tecnologia. Levantamentos feitos pela Controladoria-Geral da União e anexados ao inquérito mostraram que a Novadata conseguiu um reajuste inexplicável no valor de um de seus contratos e ainda venceu outra licitação, cujos critérios de escolha foram absolutamente irregulares. A empresa tam-

Apesar de não detectadas pela CPMI dos Correios, durante os trabalhos de investigação realizados por este órgão policial vieram à tona informações sobre fraude a licitações e atos de corrupção ocorridos no âmbito de outra diretoria da ECT (Diretoria de Tecnologia).

Tais atos dizem respeito à possível atuação de uma quadrilha comandada por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), por intermédio de EDUARDO MEDEIROS.

**O PT, do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, mentor e chefe do mensalão, foi apontado como suspeito de participar da quadrilha que, junto com o PTB, saqueou os cofres dos Correios**

bém foi poupada de multas por atraso na execução dos serviços. A Novadata pertence ao empresário Mauro Dutra, amigo e companheiro de pescaria do presidente Lula há mais de duas décadas. Dutra também exerce o papel de arrecadador extra-oficial de recursos para campanhas petistas e é dono de uma ONG que recebeu dinheiro público para treinar trabalhadores — e que prestava conta do serviço usando notas fiscais frias. “Apesar de ainda não ter sido cabalmente provado, Mau-

ro Dutra é suspeito de ter feito acordos com servidores de pelo menos duas áreas dos Correios para vencer uma licitação e, também, para obter reajuste de 5,5 milhões no valor de um contrato”, diz o relatório.

O escândalo, que nasceu com as revelações de Maurício Marinho e tragou, com a descoberta do mensalão, o que se supunha ainda existir de ética em alguns partidos políticos, expôs as vísceras do que há de pior na política brasileira. Mas, ao que parece, não serviu nem de lição.

Na semana passada, em plena reunião ministerial — um evento tradicionalmente nobre e simbólico —, o presidente Lula aproveitou a presença do contingente de ministros para falar exatamente sobre distribuição de cargos. A chamada base aliada do governo, da qual ainda faz parte o PTB de Roberto Jefferson, vive ameaçando se rebelar se cargos e mais cargos não lhe forem imediatamente entregues. O fisiologismo não é uma invenção de Lula ou do PT. Ele faz parte de uma con-

## GUERRA SANTA

*Os líderes da chamada base aliada explicam as razões que levam deputados e senadores a disputas fratricidas por cargos no governo. E, ao contrário do que diz a Polícia Federal, as razões, quase sempre, são genuinamente republicanas*

“Há cargos de claro interesse político, que os partidos têm motivos para ocupar para implementar suas idéias. É o caso do PDT com o Ministério do Trabalho, área de afinidade histórica do partido. Mas esses casos são minoria. Na maioria, não dá para explicar qual é o interesse. O que me espanta é que antes era escândalo a troca de votos por cargos. Agora, essas negociações são apregoadas em rede nacional de rádio e TV.”

**Miro Teixeira**, líder do PDT na Câmara

“Deputados e senadores precisam mostrar poder dentro do governo para desenvolver sua carreira política. Com os cargos, o político consegue atender à comunidade, atrair apoio dos prefeitos e montar sua base. Dependendo do cargo que você indique, fica próximo de empresários e financiadores de campanha, o que é essencial para todo político atualmente.”

**Ricardo Izar**, vice-líder do PTB na Câmara

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS

EMPRESA	COD. DE	NUM.	VALOR R\$	FREQUENCIA	CONTABILIZADO	VALOR R\$
						Estimado
FLAK	CDL	104	3.504.375	Eventos	DIOPR/JP	18.414,00
FRACION	SELO	114	109.330,00	Eventos	DIOPR/JP	19.167,00
	LACER					Rec. Insc. Imp.
SA. SINDICATO	SELO	114	22.330,00	Eventos	DIOPR/JP	19.167,00

**A Polícia Federal apreendeu nos computadores dos dirigentes dos Correios ligados ao PTB uma planilha em que estavam contabilizados os valores das propinas cobradas das empresas**

tado Mário Negromonte, líder do PP na Câmara, outro dos partidos da base aliada do governo. Maurício Marinho, Roberto Jefferson, José Dirceu, Silvio Pereira, o mensalão, o fisiologismo e a corrupção nos Correios seriam, portanto, exceções nesse universo de boas intenções. Diz a Polícia Federal: "Ao longo dos anos vem ocorrendo, tanto nos Correios quanto em outras empresas estatais do país, uma espécie de 'loteamento' dos cargos em comissão a pessoas dos mais diversos matizes políticos que se alternam no poder. Através desse instrumento censurável, busca-se angariar recursos financeiros junto às empresas privadas (...) Esses recursos, geralmente provenientes de 'caixa dois', são, em parte, destinados aos partidos políticos infiltrados nas empresas públicas à custa da dilapidação do erário levada a cabo por meio de fraudes de toda ordem realizadas em licitações".

Com reportagem de Otávio Cabral



veniente estratégia política usada por todos os presidentes que o antecederam. A diferença, agora, é que as negociações de cargos, por seu caráter pouco nobre e suas intenções nada explícitas, são escancaradas, sem nenhuma cerimônia. "O fisiologismo sempre existiu, mas Lula o levou ao paroxismo e ficou prisioneiro dele. Sem o mensalão, o governo só tem cargos e emendas para compor sua base de sustentação", analisa a cientista política Lucia Hippólito.

2008 é ano eleitoral. Mas isso, aparentemente, tem pouca relevância na discussão sobre cargos. Afinal, os interesses em colocar afilhados no governo seriam todos republicanos. Os políticos querem fazer nomeações porque acham que suas experiências de vida e seus partidos podem ajudar a melhorar o país. "O cargo é uma coisa simbólica, que serve para mostrar que se tem poder. Isso ajuda o deputado a implementar suas idéias em benefício da população", explica o depu-

"A idéia de coalizão que eu tenho é de um presidencialismo parlamentarista. O presidente pega um setor e entrega a um partido que o apoia. Esse partido implementa suas políticas e passa a ser responsável pelos resultados. O PMDB, por exemplo, tem muito interesse na área da agricultura. Deveria ocupar integralmente esse ministério, todos os cargos de confiança, e garantir o apoio de seus parlamentares ao governo."

**Michel Temer**, presidente do PMDB

"O cargo é uma coisa simbólica, que serve para mostrar que se tem poder. E o maior poder que você pode mostrar na base é a indicação de aliados para os principais cargos, do delegado do Ministério da Agricultura, do chefe da representação do Ministério da Saúde. Esse poder, além de simbólico, também pode ajudar o partido e o deputado a implementar suas idéias em benefício da população."

**Mário Negromonte**, líder do PP na Câmara

"Em um governo de coalizão, a administração deve ser compartilhada entre os partidos, o que significa distribuir cargos para os parlamentares. O político quer os cargos porque lhe dão visibilidade, que é essencial para sua eleição. Quem tem um cargo no DNIT em seu estado pode decidir quais obras serão priorizadas e comparecer a todas as inaugurações. É a face da atuação política dele, é voto na certa."

**Luciano Castro**, líder do PR na Câmara

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Nenhuma conta da era Lula foi votada até agora”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de 03 de março de 2008.

A matéria destaca que o mesmo Congresso que aprovou e instalou 27 Comissões Parlamentares de Inquérito ao longo de cinco anos não foi capaz de votar nenhuma das contas do governo, encaminhadas anualmente ao Legislativo.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Nenhuma conta da era Lula foi votada até agora

Executivo e TCU fizeram sua parte, mas parlamentares não deram ainda parecer final nem mesmo sobre os números do último ano de FHC

**Christiane Samarco**  
BRASÍLIA

O mesmo Congresso que aprovou e instalou 27 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ao longo dos últimos cinco anos não foi capaz de votar nenhuma das contas do governo, encaminhadas anualmente ao Legislativo. Não votou sequer as contas de 2002, do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Executivo tem feito sua parte, apresentando a contabilidade regularmente ao Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU, por sua vez, também tem enviado, rigorosamente em dia, como manda a Constituição, seu relatório anual. O problema está no Legislativo, que não faz o que lhe cabe. “O Congresso falha enormemente em tudo o que tem a ver com Orçamento e contas públicas”, admite o senador tucano Sérgio Guerra (PE), presidente do maior partido de oposição ao governo Lula.

A partir do instante em que recebe o balanço geral da União e o relatório das auditorias das contas, realizadas pelo próprio Executivo, o TCU tem 60 dias para emitir parecer e remetê-lo

ao Legislativo. Como o prazo é exíguo, técnicos do tribunal acompanham a execução orçamentária ao longo do ano inteiro. Uma equipe de 20 analistas, entre economistas, contadores, administradores públicos e especialistas em direito, municia o ministro relator para que ele tenha rapidamente dados suficientes para elaborar os relatórios sobre as contas governamentais que são encaminhados ao Congresso.

Toda essa papelada, que inclui tabelas, gráficos, ressalvas e recomendações do TCU ao governo, vai diretamente para a Comissão Mista de Orçamento. Ali, o relatório tem caído no esquecimento. Deputados e senadores que participam do colegiado se mostram mais preocupados em negociar com o governo o acolhimento das emendas orçamentárias que prevêem investimentos em suas bases eleitorais. Tanto que, só em abril do ano passado, a Mesa Diretora do Senado recebeu da comissão um projeto de decreto legislativo contemplando a aprovação das contas governamentais

## Garibaldi vai discutir situação com os líderes partidários

de 2008. Desde então, esse projeto está na ordem do dia, mas com a crise que provocou a renúncia do ex-presidente da Casa Renan Calheiros (PMDB-AL) ninguém deu atenção a contas antigas aprovadas pela comissão.

“Tanta demora modifica totalmente o entendimento do Congresso. Cinco anos depois, você tem uma nova realidade econômica, um novo cenário político e outro Congresso, com novos deputados e senadores”, lamenta o ministro Ubiratan Aguiar, que foi o autor do parecer sobre as contas governamentais de 2006.

### EXCESSO DE MPS

O presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), vai discutir esta situação com os líderes partidários na próxima reunião, prevista para amanhã. “Precisamos regularizar o exame das contas em atraso”, diz Garibaldi.

Para Sérgio Guerra, o Congresso está “desmontado” e as causas desse desmonte estão no “comprometimento” da Comissão de Orçamento, no excesso de medidas provisórias e no exagerado número de CPIs.

Desde o relatório das contas de 2000, o TCU vem reiterando a necessidade de se observar uma exigência prevista no artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se da obrigatoriedade de implantar um sistema de custo em cada setor da administração pública, o que permite saber, depois, se vale ou não a pena manter uma determinada estrutura em determinado lugar. Nos últimos oito anos, cada relatório anual repete a recomendação, mas não houve avanço.

Em quatro relatórios, de 2002 a 2006, o Executivo foi duramente cobrado diante da constatação de que o atraso médio na prestação de contas era de 3,9 anos, situação agravada por mais uma demora de 5,4 anos na análise dos processos pelos ministérios. ●

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Reforma errada na hora certa”, publicada pela revista **IstoÉ Dinheiro**, em sua edição de 5 de março do corrente.

Para a matéria, que trata da proposta de reforma tributária apresentada recentemente pelo Governo, “os recordes na arrecadação tributária oferecem ao País oportunidade histórica de reduzir impostos, mas o governo prepara uma mudança que vai na direção oposta”.

Ainda segundo a matéria, tudo “parece conspirar a favor da aprovação da reforma. Existe, porém, um senão que dará dores de cabeça ao governo”. Isto

porque em momento algum o governo fala de redução na carga tributária, passando ao largo do corte de impostos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**REFORMA TRIBUTÁRIA**

# Reforma ERRADA na hora certa

Os recordes na arrecadação tributária oferecem ao País oportunidade histórica de reduzir impostos, mas o governo prepara uma mudança que vai na direção oposta

**O** MINISTRO DA FAZENDA, Guido Mantega, cumpriu à risca o roteiro que traçou para apresentar sua proposta de reforma tributária. Realizou reuniões solenes com empresários e trabalhadores e fez questão de ir pessoalmente à Câmara e ao Senado para entregar o documento que será submetido ao aval do Legislativo. O governo acredita que não poderia haver melhor momento para a aprovação de mudanças no sistema tributário do País. A economia vai de vento em popa, as contas públicas estão em ordem e há campo de sobra para discutir com as partes interessadas eventuais perdas. Na teoria, também servem de forte triunfo os recordes de arrecadação de tributos. **Mesmo com o fim da CPMF, a cobrança de impostos e contribuições federais atingiu R\$ 62,596 bilhões em janeiro, o melhor resultado já registrado para o primeiro mês de um ano.** Tudo, portanto, parece conspirar a favor da aprovação da reforma. Existe, porém, um senão, que dará dores de cabeça ao governo. O texto da Fazenda promete racionalidade e simplificação, mas em momento algum fala de queda na carga tributária. Passa ao largo do corte de impostos. O que certamente tornará tortuosa a tramitação da proposta. O próprio presidente Lula mostrou-se preocupado com o futuro do projeto. “Temos um ano político e, a partir de julho, está todo mundo na rua fazendo campanha”, advertiu, em audiência com empresários. Depois de pedir pressa aos políticos, Lula garantiu que, se a reforma for aprovada, será possível, então, “soñar com uma redução das alíquotas”.

Para o setor produtivo, porém, o tempo de sonhar já passou. Os empresários aplaudem a criação do IVA federal (Imposto sobre Valor Adicionado), que visa unificar PIS, Cofins e Cide. Também apóiam a desoneração das exportações e a criação do novo ICMS (uma espécie de IVA estadual). Lamentam, contudo, que ainda sejam preservados o IPI e o ISS. “Era a hora de eliminar esses tributos”, diz Armando Monteiro Neto, da CNI. Outros dizem que o governo deveria assumir compromisso com a redução da carga tributária, hoje em torno de 38% do PIB. Durante encontro no Palácio do Planalto, sob o olhar atento do presidente Lula, o tributarista Antoninho Marmo Trevisan afirmou que o governo não deve temer a redução de alíquotas. Segundo ele, “vale a máxima: quanto menor a alíquota, mais pessoas podem recolher o tributo”.

Convidado por Guido Mantega a dar sua opinião “para esquentar um pouco o debate”, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, foi educado, mas manteve suas contundentes ressalvas. “Vamos à luta para aprovar a reforma tributária ainda este ano, porque ela almeja simplificar o sistema e pôr fim à guerra fiscal”, disse. “Mas é muito importante que o aumento da arrecadação seja devolvido à sociedade através de redução das alíquotas e do alongamento dos prazos.” **Ao sair da reunião, Paulo Skaf fez questão de lembrar à DINHEIRO que seu prognóstico sobre o fim da CPMF estava correto. “A CPMF foi extinta, mas a arrecadação não pára de subir.”** Não bastasse o foco distorcido, o conteúdo, em si, do projeto da Fazenda também é alvo de polêmica. Segundo o economista Marcos Cintra, da Fundação Getúlio Vargas, “a proposta é engenhosa, mas só funciona no papel, pois é de difícil operacionalização”. Além disso, a sua proposta de simplificação do sistema, com o imposto único, nem sequer foi cogitada (*leia entrevista ao lado*).

Na verdade, apesar dos esforços do secretário de Política Econômica, Bernard Appy, para agradar a gregos e troianos, o texto oficial não resistiu aos primeiros embates. As centrais sindi-

cais, por exemplo, não aceitaram a redução da contribuição patronal para o INSS de 20% para 14% do valor da folha salarial. Em audiência no Planalto, pediram a retirada do item, que o governo considerava essencial para desoneração das folhas de pagamento. Por decisão do presidente, o tema saiu da proposta de emenda constitucional e será enviado como projeto de lei. **O novo ICMS, recolhido no destino, também recebeu sinal vermelho dos governadores. Na última hora, pressionada por Aécio Neves e José Serra, a Fazenda concordou em manter uma alíquota residual do ICMS, de 2%, nos Estados de origem dos produtos.** Mas acena com punição para quem adotar práticas de guerra fiscal.

Além disso, em surpreendente confissão de impotência, o ministro Mantega explicou aos empresários que também gostaria de propor a eliminação do IPI e do ISS, mas não encontrou sustentação para isso. “Acabar com o IPI seria o mesmo que acabar com a Zona Franca de Manaus. Quanto ao ISS, houve forte reação dos grandes municípios”, revelou. Como se vê, não é nada fácil extinguir impostos no País. E, por isso mesmo, os recuos e alterações do governo começaram antes mesmo de o projeto oficial entrar em discussão no Congresso. Na quinta-feira 28, os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Garibaldi Alves, prometeram acelerar a tramitação. Chinaglia comunicou a Mantega que vai instalar imediatamente a comissão especial para analisar a reforma e fará reuniões com líderes partidários para discutir os nomes dos seus integrantes. Apesar desses sinais de boa vontade, pouca gente acredita que a reforma tributária seja aprovada ainda este ano. Mas, se passar, sofrerá mudanças drásticas. Difícilmente seguirá o figurino traçado pela Fazenda. E muito menos trará redução ou simplificação da carga tributária, que os empresários aguardam há muitos anos. “Tenho uma empresa no Canadá onde um funcionário liquida toda a papelada fiscal em meio expediente”, disse o empresário Jorge Gerda. “Um dia chegaremos lá.”

#### JORGE GERDAU:

*o barão do aço defende maior simplificação do sistema tributário e menos burocracia fiscal*

#### ARMANDO MONTEIRO NETO:

*o presidente da CNI imaginava que a criação do IVA significaria o fim de outros impostos em cascata*

#### POR QUE A REFORMA É RUIM

- ✓ Não reduz a carga tributária, hoje em 38% do PIB
- ✓ Mantém dois impostos sobre consumo: o IVA e o ICMS
- ✓ Não elimina o ISS nem o IPI
- ✓ Não alonga prazos de recolhimento de tributos
- ✓ Adia a redução de impostos sobre a folha salarial



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 04 de março de 2008.

A matéria destaca que a omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia, a 218 km de Belém no Pará, permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hec-

tares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará

## Acampamento tomaram floresta em Tailândia; invasões começaram há 19 anos

**Estimativa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local; sem fiscalização, as áreas foram desmatadas e sua madeira foi vendida**

**FÁBIO GUIBU**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM TAILÂNDIA (PA)

A omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia (a 218 km de Belém) permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hectares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa, segundo estimativa do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais local.

Cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados.

Algumas áreas foram tomadas por invasores há 19 anos e até hoje não há decisão sobre os pedidos de desapropriação. Sem fiscalização, as glebas foram desmatadas, e a madeira, vendida. Em vários acampamentos, os sem-terra, que não têm acesso a créditos oficiais, ergueram pequenas carvoarias para aumentar a renda. “O governo não faz reforma agrária e o pessoal não consegue financiamento”, disse o presidente do sindicato, José Valdir Hoss.

No mais antigo acampamen-

to do município, o Pindorama, 48 famílias dividem uma área de 3.453 hectares, a 24 quilômetros da cidade. Em 19 anos, a floresta que existia no local se transformou em terra arrasada. No local, há casas, bares, associação e escola. Parte da vila tem energia elétrica. A maioria dos trabalhadores que hoje moram lá comprou glebas de colonos que viraram grileiros.

Poucos são os remanescentes da invasão de 89. Um deles é José Campelo da Silva, 61. Ele cercou cem hectares e, em dez anos, quase tudo virou pasto. “Na época, não sabia de Ibama nem de lei sobre floresta.”

Desde fevereiro, Tailândia é alvo de fiscalização na Operação Arco de Fogo. Ontem, mais 107 fornos de carvão em sete fazendas foram destruídos.

O Incra informou não ter “responsabilidade direta” sobre os acampamentos. A competência para tratar do caso seria, diz o órgão, dos movimentos sociais. No caso dos assentamentos, a eventual descoberta de crimes ambientais poderia levar o infrator à perda de seu lote. Quanto aos acampamentos, existiria a possibilidade de exclusão dos infratores da lista de beneficiários, desde que houvesse provas suficientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim Argello. PTB – DF) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)*

## **Agenda do Presidente do Senado Federal**

### **Senador Garibaldi Alves Filho**

**03/04/2008**

**Quinta**

**09:30** **Visita do Senador João Pedro PT/AM, Senador Marco Maciel e líderes da REBIO - Reserva Biológica de Abufari-AM.**  
Gabinete da Presidência do Senado Federal

**10:30** **Deputado Geraldo Magela PT-DF**  
Gabinete do Presidente do Senado Federal

**11:00** **Receber o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento**  
Dr. João Bernardo  
Gabinete da Presidência do Senado Federal

**12:00** **Visita da Deputado Alexandre Postal, Presidente da UNALE**

União Nacional dos Legislativos Estaduais e Diretoria. Gabinete da Presidência do Senado Federal

**14:30** **Visita do Senador Pedro Simon e membros da Família Franciscana do Brasil.**  
Gabinete da Presidência do Senado Federal

**15:00** **Visita do Ministro Humberto Gomes de Barros - STJ**  
Supremo Tribunal de Justiça  
Gabinete da Presidência do Senado Federal

**16:00** **Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**  
Plenário do Senado Federal

**17:30** **Visita do Deputado Marcondes Gadelha, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.**  
Gabinete do Presidente do Senado Federal

**CONVÊNIO Nº 0 0 1 1 / 2 0 0 8 -**  
**(PROCESSO Nº 010.500/05-7)**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O  
SENADO FEDERAL E BANCO  
MERCANTIL DO BRASIL S.A. PARA  
EMPRÉSTIMOS A SENADORES E  
SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM  
FOLHA DE PAGAMENTO.**

**O SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.184.037/0001-10, com sede na Rua Rio de Janeiro, n.º 654, 3º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-912, telefone (31) 3057-6417, fax: (38)3057-6122, cel: (31) 9617-4539 e 7816-0567, Contato em Brasília: Sra. Gabriela, Telefone (61) 3242-1058 e Celular (61) 8424-5200, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

**Parágrafo único** - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO**

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

**Parágrafo único** - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES**

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informado pela CONVENIADA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR**

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE**

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES**

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES**

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 03 de abril de 2008.

*Agaciel da Silva Maia*

**AGACIEL DA SILVA MAIA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**

2º OFÍCIO

*Jane César Coelho*

**JANE CÉSAR COELHO  
RG nº M – 3.516.386, SSP-MG  
CPF nº 547.530.746-68  
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**

*[Signature]*  
Diretor da SADCÓN

*[Signature]*  
DIRETOR DA SSPLAC

2º TABELONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG  
TABELIA - JÔNICA DE QUEIROZ ALVES  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3224-3833 - E-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo  
Jane César Coelho  
Belo Horizonte, 31/03/2008 21:05:36 18730  
Em testemunho da verdade.  
Júlio César Pessoa da Silva

EMDL.:R\$2,52 PECO:R\$0,15 T.FID:R\$0,84 Total:R\$3,51  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



RECONHECIMENTO DE FIRMA  
AMI 04028

**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de abril de dois mil e oito, quinta-feira, às quinze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar sobre o **Veto Parcial nº 23, de 2007**, aposto ao PLC nº 10/ 2007 (PL 7569/2006, na Câmara dos Deputados), que “Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”, com a presença do Deputado Carlos Abicalil, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2008.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia três de abril de dois mil e oito, quinta-feira, às dezesseis horas, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 24, de 2007** aposto ao PLV 16, de 2007 (MPV 358/2007, na origem), que “Altera dispositivos das Leis nºs 11345, de 14 de setembro de 2006, 8212, de 24 de julho de 1991, e 8685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10176), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2008.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor



**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de abril de dois mil e oito, quinta-feira, às dezessete horas , na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 25, de 2007**, aposto ao PLS 00146/1996 (PL 05456/2001 , na Câmara dos Deputados), que “ Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências ”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2008.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
*Diretor*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**S/PARTIDO** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**PTB** - Carlos Dunga\*\* (S)

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Sibá Machado\* (S)  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final:** 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(12)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) <sup>(3)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	
<b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley  
**Telefone(s):** 3311-3514  
**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**COMPOSIÇÃO  
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO  
FEDERAL**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

**Leitura:** 05/03/2008  
**Prazo final:** 03/06/2008

---

**TITULARES**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

---

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS  
PELO INPE**

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Leitura:** 25/03/2008  
**Prazo final:** 22/12/2008

---

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO  
DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Leitura:** 25/03/2008

---

**TITULARES**

---

VAGO

---

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (2)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO (5)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (3)
VAGO (1)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho  
**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516  
**Fax:** 3311-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3 SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(2,4)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Majoria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes  
**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO <sup>(8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Gim Argello	1. VAGO
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3311-3515  
**Fax:** 3311-3652  
**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA  
DA SAÚDE**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO <sup>(5)</sup>	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO <sup>(6)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(3)</sup>	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO <sup>(5)</sup>	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)  
**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**  
**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Majoria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares  
**Telefone(s):** 3311-4251/2005  
**Fax:** 3311-4646  
**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Majoria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(5)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(7)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Fernando Collor	
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. VAGO (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB (5)</b>	
Jim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(9)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO <sup>(8)</sup>	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Majoria ( PMDB )</b>	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Marcello Varela**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b>	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB (3)</b>	
Sérgio Zambiasi	
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (1)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (2)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br



**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

**Atualização:** 23/11/2007

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995	<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003
<b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999	<b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005
<b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

Atualização: 25/03/2008

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
VAGO
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO

**Atualização:** 25/03/2008

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)<sup>2</sup>  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)<sup>2</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)<sup>2</sup>

<b>SENADORES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

<b>DEPUTADOS</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA</u></b> <b><u>MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka	<b><u>a (PMDB-MS)_____</u></b>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)





**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 202 PÁGINAS**